



**Universidade do Estado do Rio de Janeiro**  
Centro de Ciências Sociais  
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas

João Paulo Barbosa Pereira

**Permanências da Escravidão nas Narrativas sobre o Negro:**  
*Jornal do Brasil e O Paiz (1888-1900)*

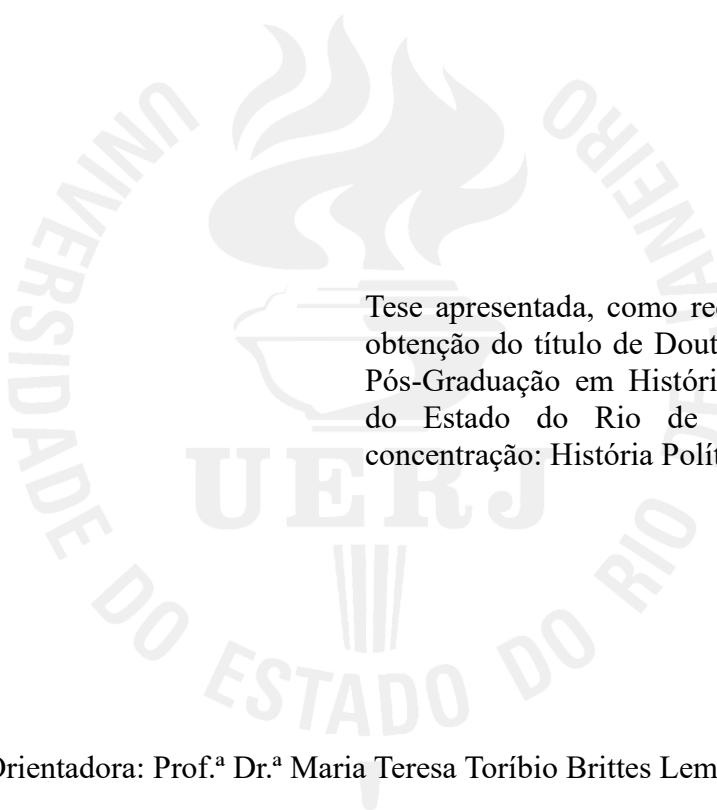
Rio de Janeiro

2020

João Paulo Barbosa Pereira

**Permanências da Escravidão nas Narrativas sobre o Negro:**

*Jornal do Brasil e O Paiz (1888-1900)*



Tese apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Doutor, ao Programa de Pós-Graduação em História, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Área de concentração: História Política.

Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Maria Teresa Toríbio Brittes Lemos

Coorientador: Prof. Dr. Alexis Toríbio Dantas

Rio de Janeiro

2020

CATALOGAÇÃO NA FONTE  
UERJ / REDE SIRIUS / BIBLIOTECA CEH/A

P436 Pereira, João Paulo Barbosa.  
Permanências da Escravidão nas Narrativas sobre o Negro: Jornal do Brasil e  
O Paiz (1888-1900) / João Paulo Barbosa Pereira. – 2020.  
200 f.

Orientadora: Maria Teresa Toríbio Brittes Lemos  
Coorientador: Alexis Toríbio Dantas  
Tese (Doutorado) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Instituto de  
Filosofia e Ciências Humanas.

1. Imprensa – Rio de Janeiro (RJ) – Teses. 2. Negros – Teses. 3. Representações  
sociais – Teses. I. Lemos, Maria Teresa Toríbio Brittes, 1943-. II. Dantas, Alexis  
Toríbio. III. Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Instituto de Filosofia e  
Ciências Humanas. IV. Título.

es

CDU 070(815.31)

Autorizo, apenas para fins acadêmicos e científicos, a reprodução total ou parcial desta  
tese, desde que citada a fonte.

---

Assinatura

---

Data

João Paulo Barbosa Pereira

**Permanências da Escravidão nas Narrativas sobre o Negro: *Jornal do Brasil e O Paiz*  
(1888-1900)**

Tese apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Doutor, ao Programa de Pós-Graduação em História, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Área de concentração: História Política.

Aprovado em 18 de agosto de 2020.

Banca Examinadora:

---

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Maria Teresa Toríbio Brittes Lemos (Orientadora)  
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas - UERJ

---

Prof.<sup>o</sup> Dr.<sup>o</sup> Alexis Toríbio Dantas (Coorientador)  
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas - UERJ

---

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Edna Maria dos Santos  
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas - UERJ

---

Prof. Dr. Nilson Alves de Moraes  
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro

---

Prof. Dr. Reinaldo Bernardes Tavares  
Museu Nacional

Rio de Janeiro  
2020

## DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho a minha mãe Ivete, que fez tudo o que esteve ao seu alcance para que meus irmãos e eu sempre estudássemos.

## AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar, agradeço a minha orientadora Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Maria Teresa Toríbio Brittes Lemos e ao meu coorientador Prof.<sup>o</sup> Dr.<sup>o</sup> Alexis Toríbio Dantas. Muito obrigado por todas as indicações, correções e oportunidades de aprendizado ao longo desses quatro anos. Amadureci muito com cada reunião e orientação.

Por todas as indicações de melhorias no trabalho, também agradeço aos membros da banca: Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Edna Maria dos Santos, Prof. Dr. Nilson Alves de Moraes e Prof. Dr. Reinaldo Bernardes Tavares.

A toda a equipe do Núcleo de Estudos das Américas (NUCLEAS-UERJ), sou grato pelo acolhimento e pela atenção.

Agradeço à colega do doutorado Angélica Ferrarez pelas parcerias em eventos acadêmicos ao longo do curso. Foi um privilégio conhecer e trabalhar com você.

Meu muito obrigado também ao amigo Carlos Eduardo da Costa Campos, por sempre acreditar no meu potencial acadêmico. Você é um exemplo de pesquisador para mim.

Sou grato aos amigos da Revista Dia-Logos, que se tornaram grandes elos com a Uerj e com diferentes pesquisas historiográficas. De forma especial, agradeço ao Leandro Gavião pelo apoio em tantas experiências acadêmicas.

Agradeço a todos os amigos da disciplina de Construção do Mundo Afroamericano - Cultura e Cosmologias Afroamericana. Foi muito bom estar ao lado de cada um de vocês e compartilhar de tantos questionamentos.

Aos meus amigos das escolas em que dou aula, Júnior, Marleny, Denise, Gisele, Thamires, Célio e tantos outros. Vocês me proporcionaram o carinho e o afeto durante todos esses últimos anos.

A minha amiga querida, Helena Trindade. Já te falei pessoalmente que não tenho como dimensionar o quanto você me ajudou incondicionalmente. Sou eternamente grato.

Agradeço a grandes amigos que me ajudam nessa caminhada, Kaio Farias, Diego Pereira, André Nascimento, Daniel Eleone. Muito grato pelo incentivo e pelo apoio.

Dedico esta tese a minha mãe Ivete, que nunca deixou de me estimular a estudar. Te amo muito.

Acima de tudo, sou grato a Deus pelas condições de chegar até aqui.

## RESUMO

BARBOSA, João Paulo. **Permanências da Escravidão nas Narrativas sobre o Negro: *Jornal do Brasil e O Paiz* (1888-1900)**. 2020. 200 f. Tese (Doutorado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2020.

Esta tese investigou, através das representações jornalísticas, retratações de vários personagens negros que demonstravam as permanências da escravidão e a situação de precariedade da inserção da população negra na sociedade no período posterior à abolição. Partindo dos jornais do Rio de Janeiro, e especificamente analisando os noticiários dos anos de 1888 a 1900, a maior parte das representações encontradas se tratavam da cidade do Rio de Janeiro, mas também há ocorrências de notícias de outros lugares do estado, do Brasil e também de outros países do mundo. Através da análise de conteúdo buscamos compreender os dados recolhidos principalmente de dois jornais de grande circulação no Rio de Janeiro, *O Paiz* e *Jornal do Brasil*. A pesquisa nas edições de 1888 a 1900 desses dois jornais foi bastante viável devido ao acesso eletrônico através da Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. Nas edições, nos deparamos com um conjunto amplo de notas, notícias, crônicas e artigos com narrativas que ajudam a ilustrar parte do cotidiano da população negra no Rio de Janeiro. As descrições dos jornais se concentravam nos problemas de saúde, na violência urbana, nos acidentes e nas mortes de diferentes pessoas desse grupo da sociedade. Nesse contexto, um dos dados mais significativos apresentados nesta pesquisa aponta que, embora fosse forte nos jornais o estigma do negro como criminoso, era muito mais recorrente o número de casos de violência sofrida pelos negros. Estrangeiros e policiais se destacavam como os grupos que, por diversas vezes, demonstraram práticas violentas contra negros de maneira desproporcional aos agravos relatados, resultando na morte de diversos personagens negros, o que aponta para uma forte discriminação na época por parte desses grupos. Por outro lado, em relação ao papel exercido pela imprensa no contexto do pós-abolição, embora os jornais tivessem um importante papel de mediação, não se verifica nas páginas dos periódicos um debate profundo sobre os problemas que os negros brasileiros vivenciavam no país. Contudo, existia a compreensão da imprensa de que a questão negra era um fato social da época, cuja dificuldade maior era relatada como vivenciada em outros países da África e da América, sendo privilegiada a comparação com os Estados Unidos, apresentado como exemplar em muitos aspectos econômicos, mas também como pior em várias outras características raciais, como o linchamento, a segregação e a discriminação contra os negros. Finalmente, a investigação resultou em novas possibilidades de leitura de uma fase da nossa história permeada pela visão da imprensa sobre o negro como sujeito que vivenciava diversas situações de carência, violência e segregação, sem que houvesse nenhum empreendimento sólido para inserção desse grupo na sociedade, cujas consequências dessas ausências de ações de inclusão, permeadas por silenciamentos, são vivenciadas ainda hoje. Tendo em vista o que foi exposto, a tese se situa na linha de pesquisa Política e Sociedade, da área de concentração em História Política, do Programa de Pós-Graduação em História da Uerj.

Palavras-chave: Negro. Pós-abolição. Imprensa. Rio de Janeiro. Representações.

## ABSTRACT

BARBOSA, João Paulo. **Permanencies of Slavery in Narratives about the Black: *Jornal do Brasil* and *O Paiz* (1888-1900)**. 2020. 200 f. Tese (Doutorado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2020.

This thesis investigated, through journalistic representations, portrayals of various black characters who demonstrated the permanence of slavery and the precarious situation of the insertion of the black population in society in the period after the abolition. Starting from the newspapers in Rio de Janeiro, and specifically analyzing the news from the years 1888 to 1900, most of the representations found were in the city of Rio de Janeiro, but there are also news from other places in the state, Brazil and also from other countries in the world. Through content analysis we seek to understand the data collected mainly from two major newspapers in Rio de Janeiro, *O Paiz* and *Jornal do Brasil*. The research in the 1888 to 1900 editions of these two newspapers was quite feasible due to the electronic access through the Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. In the editions, we come across a wide range of notes, news, chronicles and articles with narratives that help illustrate part of the daily life of the black population in Rio de Janeiro. Newspaper descriptions focused on health problems, urban violence, accidents and the deaths of different people in this group of society. In this context, one of the most significant data presented in this research points out that, although the stigma of blacks as criminals was strong in the newspapers, the number of cases of violence suffered by blacks was much more recurrent. Foreigners and police officers stood out as groups that, on several occasions, demonstrated violent practices against blacks in a way that was disproportionate to the reported injuries, resulting in the death of several black characters, which points to strong discrimination at the time by these groups. On the other hand, in relation to the role played by the press in the context of post-abolition, although newspapers had an important mediation role, there is no deep debate on the pages of the journals about the problems that black Brazilians were experiencing in the country. However, there was an understanding of the press that the black issue was a social fact of the time, the greatest difficulty of which was reported as experienced in other countries in Africa and America, with privileged comparison with the United States, presented as exemplary in many economic aspects, but also as worse in several other racial characteristics, such as lynching, segregation and discrimination against blacks. Finally, the investigation resulted in new possibilities for reading a phase of our history permeated by the press's view of the black as a subject who experienced various situations of need, violence and segregation, without any solid undertaking to insert this group in society, whose consequences of these absences of inclusion actions, permeated by silences, are still experienced today. In view of what was exposed, the thesis is located in the line of research Politics and Society, in the area of concentration in Political History, of the Postgraduate Program in History of Uerj.

Keywords: Black. Post abolition. Press. Rio de Janeiro. Representations.



## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO .....	9
1 O CAMPO DO PÓS-ABOLIÇÃO E AS REPRESENTAÇÕES DA IMPRENSA .....	26
1.1 O pensamento científico sobre raças em fins do século XIX .....	26
1.2 As inflexões nos estudos sobre o negro no Brasil a partir do Projeto UNESCO de Pesquisa .....	31
1.3 Fontes jornalísticas e a historiografia sobre a questão racial na imprensa .....	36
1.4 Estereótipos e representações de cor e raça nos periódicos .....	48
2 UM DESAFIO NO BRASIL E NO MUNDO: REPRESENTAÇÕES SOBRE A QUESTÃO “NEGRA” NO <i>JORNAL DO BRASIL</i> E <i>N’O PAIZ</i> .....	57
2.1 O Abolicionismo e o debate entre Monarquistas e Republicanos nos periódicos <i>O Paiz</i> e <i>Jornal do Brasil</i> .....	62
2.2 Heróis do 13 de maio – A raça negra e a homenagem aos “libertadores” do cativo .....	70
2.3 A questão “negra” em discussão no Brasil e no mundo através das crônicas e dos artigos de opinião .....	74
2.4 Brasil, um paraíso racial? A crítica dos jornais ao racismo nos Estados Unidos .....	80
3 REPRESENTAÇÕES SIMBÓLICAS E HISTÓRIAS DE VIDA DE PRETOS/AS E PARDOS/AS NAS PÁGINAS DOS JORNAIS .....	86
3.1 Permanências da escravidão em meio às representações simbólicas de pretos/as e pardos/as nos jornais após a abolição .....	90
3.2 Linchamentos? Pessoas negras assassinadas e agredidas por imigrantes, estrangeiros e grupos .....	97
3.3 A violência contra negros praticada por policiais e soldados .....	102
3.4 Precariedade de vida e o destino comum do negro nos trens e nas ruas: Subúrbio, hospital, necrotério e cemitério .....	108
3.5 As representações dos subúrbios e dos problemas enfrentados pelos negros nesses espaços .....	113
3.6 Relacionamentos amorosos, violência e suicídios entre homens e mulheres negros .....	119

<b>4</b>	<b>ESTRATÉGIAS DE INSERÇÃO NO MUNDO DO TRABALHO LIVRE E A CRIMINALIZAÇÃO DO NEGRO .....</b>	<b>125</b>
4.1	<b>Precariedade e superação: Formas de inserção no mundo do trabalho livre...</b>	<b>129</b>
4.2	<b>O modelo de trabalho norte-americano usado como referência para a raça negra brasileira.....</b>	<b>134</b>
4.3	<b>A discriminação entre imigrantes e negros no mundo do trabalho.....</b>	<b>142</b>
4.4	<b>Limites das representações da imprensa: negros estereotipados como agressores, ladrões e vadios .....</b>	<b>150</b>
4.5	<b>O Código Penal de 1890 e a ação policial na prática .....</b>	<b>154</b>
	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>163</b>
	<b>ANEXO A – Matérias do jornal <i>O Paiz</i> (1888-1900) .....</b>	<b>170</b>
	<b>ANEXO B – Matérias do <i>Jornal do Brasil</i> (1890-1900): .....</b>	<b>194</b>
	<b>ANEXO C - Matérias com o termo negro(a) (1888-1900) .....</b>	<b>197</b>

## INTRODUÇÃO

O campo historiográfico sobre o Pós-Abolição se apresenta como crucial para compreendermos questões contemporâneas dos debates sobre a promoção da igualdade racial no país, considerando que diferentes entraves socioeconômicos impedem uma maior inclusão e participação do negro na sociedade brasileira. Conforme estudo da Organização das Nações Unidas publicado em 2014, o país apresenta um racismo institucionalizado, em que hierarquias raciais são culturalmente aceitas e cujos dados econômicos apontam para fortes desvantagens enfrentadas pela população negra. Apesar disso, setores conservadores, muitas vezes permeados pela falsa noção de “democracia racial” no país, tentam desacreditar ações afirmativas, políticas e leis que busquem reparar a desigualdade que enfrentam os negros no Brasil<sup>1</sup>.

Devido a esses fatores, as representações de pessoas negras em situações de empobrecimento ou criminalidade são recorrentes na imprensa atual. Mesmo passado mais de cento e trinta da abolição da escravidão, a população negra ainda recebe diferentes formas de estigmas sociais que colaboram para a colocação de sua cor em um lugar de inferioridade. É comum ainda hoje as representações negativas sobre as pessoas negras predominarem nos grandes veículos de comunicação, cuja audiência é maior, de tal modo que o intenso processo de racismo institucionalizado no Brasil pode também ser compreendido a partir da análise das representações hegemônicas da imprensa.

Nas palavras de Femi OJO-ADE (1999),

Onde estão os negros brasileiros? Eles não estão na televisão; só como jogadores de futebol, como atores desempenhando papéis secundários, como dançarinos nesses dias distintos (férias do inferno diário) carnaval. Nem estão no avião. Nem na Câmara dos Deputados. Nem na aula. Nem nos jornais. Nem no governo. Na verdade, o Brasil quer mostrar ao mundo a imagem de um país ocidental, moderno, civilizado, branco. Neste “paraíso” todos os elementos negros são marginalizados. A presença negra fica como uma aberração: você vai a Salvador como o turista vai a uma cidade estrangeira e, de uma maneira ou de outra, o soteropolitano tem uma condição do colonizado em sua própria cidade<sup>2</sup>.

A educação, se diz sempre, é a chave. Por que nossas crianças não têm lugar lá em cima no lugar ao qual elas pertencem? Por que não temos um Pelé na medicina, na engenharia, nas mais sérias indústrias? Por que não temos um presidente negro, visível, negro como pode ser o negro, e orgulhoso de o ser?<sup>3</sup>

<sup>1</sup> “Relatório da ONU diz que Brasil tem racismo institucional”, *GI*, 19.09.2014. Disponível em: <g1.globo.com>, Acesso em: 06.01.2019.

<sup>2</sup> OJO-ADE, Femi. “O Brasil, paraíso ou inferno para o negro? Subsídios para uma nova negritude”. In.: BACELAR, Jeferson; CAROSO, Carlos. *Brasil, um país de negros?* 2. ed. Rio de Janeiro: Pallas; Salvador, BA: CEAO, 1999, p. 39-40.

<sup>3</sup> OJO-ADE, Femi. “O Brasil, paraíso ou inferno para o negro? Subsídios para uma nova negritude”. In.: BACELAR, Jeferson; CAROSO, Carlos. *Brasil, um país de negros?* 2. ed. Rio de Janeiro: Pallas; Salvador, BA: CEAO, 1999, p. 43.

De que forma as representações sobre o negro na imprensa, representando um espaço de importante apresentação da sociedade, eram feitas no Rio de Janeiro de 1888 a 1900, através de diferentes tipos de textos, sobretudo os textos informativos e de opinião, como crônicas policiais e artigos, e como teriam produzido ou intensificado formas de racismo no Brasil nessa fase? De que maneira, a pesquisa sobre as representações da imprensa carioca em fins do século XIX pode colaborar para a compreensão mais ampla do que foi o período do pós-abolição e como se deu a história da população negra nessa fase?

Trabalhamos ao longo desta tese com a hipótese de que o período analisado (1888-1900), que aqui é resumidamente simplificado às vezes pela expressão pós-abolição, foi uma fase em que se desenvolveram formas específicas de sub-representação dos negros na imprensa. É comum nas discussões mais corriqueiras sobre os problemas enfrentados pela população negra na atualidade apontar simplesmente a escravidão como a evidente causa da marginalização do negro. Não podemos de fato subestimar os mais de 300 anos de escravidão do negro no Brasil. No entanto, surpreendente ainda parece pensar que, além da escravidão, o racismo contra o negro também foi um produto da pós-modernidade, também se formou a partir de ideias preconceituosas e práticas discriminatórias que se desenvolveram em fins do século XIX. Nesse sentido, demonstraremos a seguir como a imprensa pode ter sido um lugar de evidenciação dos discursos e das práticas racistas da época, bem como um ambiente de produção de representações sobre os negros que pouco colaboravam para por fim aos estigmas raciais.

O período de 1888 a 1900, que muitas vezes trataremos de forma genérica como pós-abolição, também marca o início da chamada Primeira República Brasileira (1889) e tem sido objeto de estudo em diferentes aspectos, como, por exemplo, em relação às condições a que a população negra foi submetida ao fim da escravidão. Como existiram muitas leis anteriores que já promoviam a libertação de escravizados, o 13 de Maio de 1888, data da assinatura da Lei Áurea, determinando de vez o fim da escravidão no Brasil, é considerado de maneira relativa, pois representou o fim da escravidão de um contingente percentual de escravizados num universo mais amplo de negros que já eram livres no Brasil, fossem eles nacionais ou africanos.

Apesar disso, o sentido prático e simbólico do fim completo da escravidão foi comemorado por amplos setores da sociedade, vinculados à causa abolicionista, bem como os demais negros que buscaram de diferentes formas a libertação. A própria retórica foi modificada, pois, ao menos nos discursos da imprensa, em vários momentos, verifica-se que já não se aceitavam mais os estigmas da escravidão como parte da nova história do país. Apesar disso, outros estigmas sobre o negro eram formados. Também não foram feitas políticas por

parte do Estado que implicassem na inserção do negro na sociedade e no mundo do trabalho, fazendo com que muitos ex-escravizados não obtivessem os instrumentos necessários para barganhar um espaço significativo na sociedade.

Os principais veículos de comunicação do Rio de Janeiro, como os periódicos *O Paiz* e *Jornal do Brasil*, reproduziram as visões e as ideias próprias da sociedade da época. As narrativas oriundas dos meios de comunicação são consideradas por diferentes teóricos como importante mecanismo pelo qual são veiculadas mensagens selecionadas que atribuem à sociedade formas específicas de leitura. Seja como mostra Michel Foucault (2011) através de um modo de ordenamento e controle<sup>4</sup> ou ainda com o objetivo de formação de uma comunidade de sentidos compartilhada por uma nação, tal como mostrou Benedict Anderson (2008). De acordo com este autor, “a convergência do capitalismo e da tecnologia de imprensa sobre a fatal diversidade da linguagem humana criou a possibilidade de uma nova forma de comunidade imaginada, a qual, em sua morfologia básica, montou o cenário para a nação moderna”<sup>5</sup>.

Assim, com a perspectiva de contribuir para os debates no campo dos estudos sobre o pós-abolição no Brasil, na perspectiva também da análise da história da imprensa brasileira, buscamos nesta pesquisa refletir sobre a questão da representação do negro nos periódicos no período posterior à abolição de 13 de Maio de 1888 até o ano de 1900, destacando o papel exercido principalmente por dois grandes jornais cariocas: *O Paiz* (1888-1900) e *Jornal do Brasil* (1890-1900)<sup>6</sup>.

Acreditamos que é importante investigar as representações simbólicas da chamada grande imprensa do período porque esses jornais, considerando a sua relevância social, contribuíram fortemente para as narrativas da cidade e até do país, em que se destacou a representação de diferentes personagens negros ou uma representação predominante de pessoas negras em situações negativas, como criminalidade, violência, doenças, mortes, indigência, empobrecimento, discriminação, entre outros aspectos.

Nesse sentido, o lugar destacado pela imprensa para a representação dos personagens negros era predominantemente a seção de crônicas policiais ou seções correlatas, refletindo a situação de marginalidade pela qual passava grande parte da população negra no período imediatamente posterior à abolição da escravidão no país. Certamente, essas seções não

<sup>4</sup> FOUCAULT, Michel. *A Ordem do Discurso*. 21 ed. São Paulo: Edições Loyola, 2011[1970].

<sup>5</sup> ANDERSON, Benedict. *Comunidades imaginadas: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.p. 82.

<sup>6</sup> Também foram consultados em menor escala outras temporalidades, como antes de 1888 e depois de 1900, e outros jornais, tais como: *Gazeta de Notícias* (1888-1930), *Correio da Manhã* (1900-1930), *Gazeta da Tarde* (1880-1901), *A Notícia* (1894-1916), *Diário de Notícias* (1885-1895), *Cidade do Rio* (1887-1902), *O Subúrbio* (1907-1908).

refletem quem são os negros, a vida e o dia a dia dos negros no Rio de Janeiro. Pois caracterizam apenas uma quantidade mínima de pessoas no universo mais amplo que é a população negra no período. No entanto, seguindo o conceito de representação e considerando o espaço privilegiado da imprensa na sociedade, as imagens sobre o negro colaboram para a formação do imaginário coletivo sobre o negro.

Além disso, é preciso considerar como no pós-abolição se originam ou se consolidam problemas que até hoje envolvem a complexa questão do negro no Brasil (BLOCH, 2002)<sup>7</sup>. Em nossa opinião, o pós-abolição é um período crucial para compreendermos a formação do racismo brasileiro. Inclusive, no período de 1888 a 1900, a questão racial no Brasil foi um tema central de discussão dos jornais e de outras instituições. Desse modo, as discussões sobre o pós-abolição são consideradas aqui como importantes para se compreender os desafios à igualdade racial enfrentados ao longo de todo o século XX e XXI.

Nos últimos anos do século XIX, diferentes mudanças foram marcantes na política e na economia do país, sendo a capital federal uma importante zona urbana e em processo de industrialização em que se desenvolveram diferentes eventos de interesse local e nacional. A década de 1870 assinalou, por exemplo, os efeitos do final da Guerra do Paraguai (1864-1870), a promulgação da lei do Ventre Livre (1871), a fundação do Partido Republicano (1873) e a campanha abolicionista. Durante os anos 1880, debatia-se na Câmara de Deputados e em outras instituições a imigração de trabalhadores ao Brasil, com rechaço à entrada de imigrantes africanos e asiáticos. Ainda na década de 1880, a libertação da escravidão vai direcionar o fim da Monarquia e a instalação da República em 15 de novembro de 1889. Os anos posteriores apresentaram diferentes e sucessivos processos de reorganização das instituições políticas do país e da cidade do Rio de Janeiro.

A maior parte da população negra já era considerada livre na década de 1870 e, sobretudo, de 1880, e diminuía ano a ano o contingente escravizado. Já após a abolição da escravidão, ainda se enxergavam situações análogas à escravidão ou até mesmo de reprodução de práticas da escravização.

A abolição da escravidão em 13 de maio de 1888 provocou uma reação das elites que dependiam do trabalho escravizado para a produção do café, sobretudo no Vale do Paraíba, onde a produção se concentrava inicialmente. Grandes cafeicultores buscaram ser indenizados pelas perdas com o fim da escravidão. A proclamação da República teve apoio desses grupos, que viram na República uma forma de responder ao governo monárquico por apoiar a abolição.

---

<sup>7</sup> Tal como explica a noção de longa duração histórica de Marc Bloch. Ver: BLOCH, Marc. *Apologia da História: ou o Ofício do Historiador*. Rio de Janeiro: Zahar, 2002.

Nesse sentido, os discursos sobre república e abolição estiveram muito integrados em vários artigos jornalísticos publicados na época. Muitos escritores na imprensa consideravam indissociáveis temas como Monarquia, República e Abolição e buscavam refletir em seus textos sobre os desafios da transição política, econômica e social pela qual o país passava.

Com destaque para o café, a economia externa do Brasil da Primeira República era predominantemente baseada na exportação de produtos agrícolas. A venda do café colaborou para o desenvolvimento interno do país, como, por exemplo, na expansão das estradas de ferro e nos investimentos em infraestrutura. No Rio de Janeiro, os trabalhos em torno do porto e da estrada de ferro acabavam sendo os mais comuns em que homens negros eram retratados nas notícias diárias dos jornais cariocas, apesar de haver uma pulverização do trabalho negro em todos os setores de trabalho físico, braçal e de baixa remuneração.

Assim como o trabalho negro foi impactado diretamente pela economia do café, o produto também foi o grande responsável pelo crescimento da oferta da mão de obra por meio do estímulo à imigração<sup>8</sup>. São esses mesmos migrantes, italianos, portugueses, espanhóis, que não raro aparecem nas páginas dos jornais em conflito contra pessoas negras. Isso não quer dizer que novas formas de sociabilidade entre esses grupos não tenham ocorrido, porém os jornais destacavam que personagens imigrantes de diferentes nacionalidades e personagens negros estiveram envolvidos de forma recorrente em brigas e crimes diversos.

Além dos aspectos que apontam uma forte dinâmica impulsionada pela economia agrária em transformação, nas narrativas dos jornais analisados nesta pesquisa, nos dedicamos principalmente a explicar como os periódicos retratavam aspectos da vida na cidade, principalmente da vida e do trabalho do negro<sup>9</sup>. Porém, a informalidade, a ilegalidade e o desemprego eram o mais recorrentes, revelando também a ausência de trabalho formal. Muitos cenários precários da economia em que os personagens negros aparecem no pós-abolição demonstram a grande distância que estavam de diferentes estratos sociais da época, por exemplo, frente a interlocutores de uma classe média representada por comerciantes, funcionários públicos e empregadores diversos.

Considerando a visão burguesa e liberal que muitos jornais carregavam ou da qual eram porta-vozes, a presença dos paradigmas europeu e norte-americano também era evidenciada na imprensa através das referências aos modos de trabalho, aos textos literários, à cultura, ao

---

<sup>8</sup> GOMES, Ângela de Castro; FERREIRA, Marieta de Moraes. Primeira República: um balanço historiográfico. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 2., n. 4, p. 244–280, 1989, p. 255.

<sup>9</sup> GOMES, Ângela de Castro; FERREIRA, Marieta de Moraes. Primeira República: um balanço historiográfico. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 2., n. 4, p. 244–280, 1989, p. 246.

desenvolvimento econômico, entre outros aspectos. No entanto, as relações de trabalho negro revelam o oposto deste ideal e eram marcadas pela subserviência aos grupos que faziam parte das camadas médias da sociedade, cuja cor predominante era branca. Os negros apareciam, portanto, nos estratos mais subordinados da sociedade da época. Por vezes, a exclusão dos negros se dava de forma total na forma de personagens marginais e indigentes.

A imprensa tem sido utilizada na historiografia tanto como objeto de estudo quanto como fonte historiográfica. De acordo com José D’Assunção Barros (2019),

não devemos confundir o interesse dos historiadores pelos jornais como objetos de estudo – o que ocorre quando o historiador se dedica a esse domínio temático da historiografia ao qual podemos chamar de “História da Imprensa” – com seu mais recente interesse pelo jornal como *fonte histórica*. Tratar o jornal (ou a Imprensa) como objeto de estudo é bem diferente de tratar o jornal como fonte histórica. Neste último caso, o jornal pode ser utilizado como caminho para nos aproximarmos de quaisquer outros objetos de estudo e modalidades historiográficas: a história política, a história econômica, a história cultural, e assim por diante<sup>10</sup>.

Seja enquanto objeto de estudo ou como fonte historiográfica, é importante compreender a imprensa do pós-abolição a partir de seu papel no contexto social em que foi produzida. Fatores próprios do contexto político, econômico e social, tanto no Brasil como fora dele, influenciaram nos modos como eram feitas as representações midiáticas.

Como fonte historiográfica, a imprensa vem ganhando um novo destaque na historiografia.

É essa utilização do jornal como fonte histórica relevante para compreender diversificados aspectos da vida social, do mundo político ou da cultura – partilhados através de uma miríade de objetos de estudo – o que adentra o cenário da historiografia nos anos de 1980, elevando os periódicos a uma posição equivalente àquelas que diversas outras fontes já ocupavam na palheta historiográfica. Tratar o jornal como fonte histórica, nesse sentido, é compreender que ele pode ser utilizado como fonte para a história de gênero, para a história do trabalho, para a história dos movimentos sociais, para a história do cotidiano, para a história urbana, ou para os inúmeros objetos de estudo de interesse dos historiadores<sup>11</sup>.

Ainda conforme Barros, devido ao poder de penetração em vários segmentos sociais de uma população, os jornais se transformam em um poderoso ator político nas sociedades contemporâneas, podendo criar representações que se colocam como realidade para a massa consumidora<sup>12</sup>. “Barato, periódico, socialmente penetrante, formador de hábito de consumo,

<sup>10</sup> BARROS, José D’Assunção. *Fontes históricas: introdução aos seus usos historiográficos*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2019, p. 190.

<sup>11</sup> BARROS, José D’Assunção. *Fontes históricas: introdução aos seus usos historiográficos*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2019, p. 190.

<sup>12</sup> Ibid. p. 186.



fácil de manusear e descartável”. Os jornais se tornaram “parte do cotidiano da vida cidadina e um dos seus símbolos mais imediatos”<sup>13</sup>. Segundo o autor,

comprar jornais para lê-los, ou espiar sua primeira página de notícias mesmo no exemplar fixado à porta de uma redação ou na banca de jornal, tornou-se um hábito para grande número de habitantes das cidades. Depois: comentar suas notícias, acreditar nelas, comover-se com o que dizem, temer as suas consequências, encher-se de alguma esperança ou simplesmente assistir, nos diversos textos articulados de um jornal, à passagem da vida em todos os seus aspectos: a política, a vida, a morte exposta nos obituários, a compra e venda anunciada nos classificados, as notícias sobre o país e o mundo, a expectativa de guerra e paz, a sensualidade e o crime, o humor das charges, o gol e a notícia inesperada. Todas essas coisas trazidas pelo jornal, sob a forma de diversão, esperança, medo ou angústia, tornaram-se parte da vida moderna<sup>14</sup>.

A sociedade brasileira da época era retratada conforme uma visão de mundo da qual a imprensa participava. Os valores que são expressos nos jornais representavam modelos econômicos e sociais das camadas locais que produziam os jornais e se espelhavam também em modelos importados de outros países do mundo.

Os veículos de comunicação do Rio de Janeiro eram produtos culturais e políticos de destaque na cidade e acessados por grande parte da população letrada e até da iletrada. A forma como os personagens negros eram narrados fazia parte da tentativa dos jornais de retratarem o cotidiano da cidade, mas também compunha o imaginário da população da época e se refletia no dia a dia, na convivência, na forma como o olhar sobre o negro determinava relações sociais.

Marialva Barbosa (2000, 2010) fornece importantes dados que apresentam a diversidade do público leitor dos periódicos, em que as tiragens somadas do *JB* e *d’O Paiz* ultrapassavam 75 mil exemplares em fins da década de 1890. Em 1900, a cidade somava mais de 600 mil habitantes, o que equivalia a um exemplar desses jornais para cada oito habitantes. Sem contar os outros grandes jornais da época. Os cinco maiores (*JB*, *Gazeta de Notícias*, *Correio da Manhã*, *Jornal do Commercio* e *O Paiz*) somavam mais de 150 mil jornais impressos diariamente<sup>15</sup>.

Para conquistar maior número de leitores, os jornais dedicam cada vez mais espaço às notícias policiais, explica Marialva Barbosa<sup>16</sup>. Numa lógica de concorrência, quem saía na frente era quem entregava ao público o tipo de notícia mais popular, uma vez que a maior parte desse público era iletrada e preferia as notícias sensacionalistas. A começar por quem vendia aos gritos os jornais nas ruas, jovens pouco instruídos. Os jornais concorrentes acabavam

<sup>13</sup> Ibid. p. 187-188.

<sup>14</sup> Ibid. p. 187-188.

<sup>15</sup> BARBOSA, Marialva. *História Cultural da Imprensa: Brasil, 1800-1900*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2010, p. 120-124.

<sup>16</sup> Ibid. p. 122.

oferecendo o mesmo conteúdo reducionista para poder competir, ganhar novos leitores e sobreviver no mercado.

Segundo Marialva Barbosa, em fins do século XIX, a edição dos jornais “ganha um novo sentido: o de ordenar a sociedade. Os dramas cotidianos e os mexericos devem provocar tanto ou mais interesse que os temas políticos [...]”. Nesse sentido, ocupam espaço privilegiado nos periódicos “as tragédias do cotidiano, as mazelas que mostram a dimensão da ação humana, pintadas em tintas fortes, e que são responsáveis diretas pela popularidade dos periódicos”<sup>17</sup>.

Ainda conforme Marialva Barbosa, a leitura dos jornais ocorria nos cafés, nos quiosques, nos botequins, na cadeira do engraxate, nos espaços de trabalho, nas salas de visitas das casas, nos bondes, nas praças, nas ruas, nas avenidas. Havia também o hábito de fixar os exemplares nas portas das redações, e o público comentava, em voz alta, as últimas notícias. Ao manterem o preço do exemplar avulso a 100\$, o que podia representar o preço de uma passagem de bonde, os jornais procuram aumentar o número de leitores e desenvolver o hábito de consumo de jornais nas camadas urbanas<sup>18</sup>.

Como o jornal é geralmente lido em voz alta nas rodas noturnas familiares e pelo menos quatro pessoas tomam conhecimento do conteúdo de um único número, podemos perceber a ampla circulação desses impressos na sociedade. O fato de haver alto índice de analfabetismo não quer dizer que, também, nesse momento, não houvesse leituras plurais e leitores múltiplos<sup>19</sup>.

A historiografia reconhece que uma das dificuldades para uma visão mais ampla sobre, por exemplo, o ambiente cultural no Rio de Janeiro em fins do século XIX, além de outros lugares e períodos, está no fato de que a visão de mundo das pessoas das camadas populares não é tão acessível ao historiador quanto os registros das camadas mais ricas da sociedade. Apesar desse desafio, o atual desenvolvimento de trabalhos no Brasil sobre os anos finais da escravidão e o pós-abolição consideram de forma essencial as visões de mundo e as experiências dos atores sociais das camadas populares que buscaram se colocar no mundo em processo de transformação, investigando aspectos das vivências, ideias e práticas pessoais, sociais, culturais e econômicas dos indivíduos e dos grupos, frente aos condicionamentos estruturais da sociedade da época.

A Lei 10.639/2002, que institui o ensino da história e da cultura afrobrasileira nas escolas de ensino fundamental e médio, destaca que o conteúdo programático a ser ensinado “incluirá [...] a luta dos negros no Brasil, a cultura negra brasileira e o negro na formação da

---

<sup>17</sup> Ibid. p. 121; 118.

<sup>18</sup> Ibid. p. 117-125.

<sup>19</sup> Ibid. p. 125.

sociedade nacional, resgatando a contribuição do povo negro nas áreas social, econômica e política pertinentes à História do Brasil”. Uma interpretação possível da lei está correlacionada com as discussões atuais do campo dos estudos historiográficos sobre o pós-abolição, além dos anos finais da escravização.

Aqui neste estudo, que dá prosseguimento e amplia nossas pesquisas desenvolvidas no mestrado sobre o tema (BARBOSA, 2016)<sup>20</sup>, buscamos aprofundar a investigação e a análise da questão racial no Rio de Janeiro a partir das representações dos principais veículos comerciais da imprensa carioca entre 1888 a 1900. Embora seja pouco mais de uma década, a quantidade de temas tratados na imprensa envolvendo o negro ultrapassa e muito as possibilidades de estudo numa tese.

Para a seleção das reportagens, que priorizou os periódicos *O Paiz* (1880-1900) e *Jornal do Brasil* (1890-1900)<sup>21</sup>, consultamos os jornais eletronicamente através do site e da plataforma online da Hemeroteca Digital Brasileira da Biblioteca Nacional<sup>22</sup>. Diferentes expressões foram usadas para a nossa busca e seleção das notícias na Hemeroteca Digital Brasileira, destacando-se expressões em que apareciam os conceitos: preto(a), pardo(a) e negro(a)<sup>23</sup>; conceitos usados, inclusive, no Censo de 1872 para descrever a população negra da época.

Embora o foco dos jornais nas matérias analisadas fosse a descrição sobre o cotidiano do negro, sem que os personagens pudessem apresentar suas próprias narrativas, ainda assim, alguns relances do protagonismo negro podem ser reconstituídos, através das vivências, experiências, ações e falas, mesmo que escassas, dos personagens negros, que aparecem de forma indireta e fragmentada nos jornais<sup>24</sup>.

<sup>20</sup> Como resultado das pesquisas desenvolvidas ao longo do mestrado, apresentamos em 2016 a dissertação *O Pós-Abolição no Rio de Janeiro: Representações do negro na imprensa (1888-1910)* à banca examinadora composta por Keila Grinberg, Monica Grin e Cláudia Santos, no âmbito do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro.

<sup>21</sup> Foram consultados ainda, em menor escala, outras temporalidades, como antes de 1888 e depois de 1900, e outros jornais, tais como: *Gazeta de Notícias* (1888-1930), *Correio da Manhã* (1900-1930), *Gazeta da Tarde* (1880-1901), *A Notícia* (1894-1916), *Diário de Notícias* (1885-1895), *Cidade do Rio* (1887-1902), *O Subúrbio* (1907-1908).

<sup>22</sup> A Fundação Biblioteca Nacional mantém uma plataforma de consulta às edições dos últimos dois séculos dos periódicos nacionais – jornais, revistas, anuários, boletins etc. – e de publicações seriadas. Disponível em: <http://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital/>.

<sup>23</sup> O plural desses termos não apresentou número de ocorrências expressivo que justificasse a sua inclusão na coleta dos textos. Sem contar que a pesquisa pela palavra no singular já poderia direcionar para a palavra no plural. À medida que reescrevemos os textos, adaptamos algumas palavras para a versão atual como são escritas. Todavia, não alteramos a organização das frases.

<sup>24</sup> Acreditamos que, embora o historiador tenha que compreender os eventos e fatos históricos em seu contexto, não devemos nos esquecer que escrevemos para um leitor do tempo presente. À medida que escrevemos e transmitimos mensagens diversas, estamos contribuindo para as representações contemporâneas que são feitas sobre os fatos e os indivíduos das sociedades. Nesse sentido, também se valem as “Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações étnico-raciais e para o Ensino de História e Cultura Afrobrasileira e Africana” (2004). Por exemplo, segundo Carolina Vianna Dantas (2011), “biografias como a

De acordo com Marialva Barbosa, “funcionando como uma espécie de memória escrita de uma época, o jornal retém o excepcional. [...] Aprisionando o acontecimento num suporte de excepcionalidade, reproduz-se sob a forma de letras impressas a memória do que é excepcional”<sup>25</sup>. Assim, conforme os resultados das análises das reportagens mais recorrentes dos periódicos, este estudo evidencia principalmente aspectos que funcionavam como estigmas nas representações da população negra, o que não deixa de ser importante para a reflexão sobre a condição social e racial a que o negro está submetido durante o período analisado, pois são reveladoras das características da formação do preconceito contra o negro na forma das suas representações simbólicas, entendidas como aspectos que se formam no contexto das relações de classe e de “raça” e exercem um papel fundamental na formação da identidade social do grupo que faz uso dos jornais.

Além de revelar diferentes aspectos do protagonismo da população negra, a pesquisa trabalha com um aspecto recente nas investigações desse campo de estudos ao usar também um direcionamento automático na busca pelos personagens, feito através da Hemeroteca Digital Brasileira da Biblioteca Nacional, o que conduziu à pesquisa até as crônicas policiais dos periódicos. Com a expectativa de que os personagens poderiam aparecer em qualquer seção do jornal, foi, no entanto, predominante a ocorrência dos conceitos preto/a e pardo/a na seção policial, que era intitulada de variadas formas nos periódicos, como, por exemplo, “Na Polícia e nas Ruas”, “Ocorrências Policiais”, “Crônica Policial”, entre outras.

Como os personagens pretos e pardos eram representados principalmente em crônicas policiais, possivelmente a primeira leitura que é feita é de que se tratavam predominantemente de indivíduos criminosos. Contudo, isso não se confirmou ao longo da leitura das notícias, pois foram superiores nessas mesmas crônicas policiais os registros em que os negros eram vítimas de crimes, além de acidentes, suicídios, atropelamentos, espancamentos, fatalidades, tragédias e diferentes situações em que eram demandadas investigações e ações da polícia. São esses os motivos, portanto, da predominante apresentação dos personagens nas crônicas policiais, além também das representações de pessoas negras como sendo criminosas ou “baderneiras”.

---

do advogado, político e líder negro Monteiro Lopes (PE, 1867- RJ, 1910) podem servir como exemplo do modo através do qual experiências de discriminação racial e de luta contra racismo podem servir como instrumento para a desnaturalização do papel inferiorizante comumente atribuído os afrodescendentes na história do Brasil” (p. 2). Os exemplos são inúmeros e é preciso evidenciar indivíduos e grupos que contribuíram para a emancipação do negro frente à sociedade excludente de diferentes épocas e lugares no Brasil.

<sup>25</sup> BARBOSA, Marialva. *História Cultural da Imprensa: Brasil, 1800-1900*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2010, p. 131.

No conjunto das representações jornalísticas do pós-abolição, considerando-se os jornais analisados, observa-se que a vida do negro estava também marginalizada no próprio contexto das informações que diariamente circulavam nos jornais. Se o negro fosse desconhecido, suspeito de crimes, sem emprego e sem uma boa reputação, sofria os piores estigmas da sociedade e, inclusive, dos jornalistas, ainda que indiretamente. Como veremos neste estudo, a violência contra o negro assumiu contornos que podem ser equiparados a uma situação de forte discriminação racial, em que crimes contra os negros eram naturalizados e praticados, inclusive, em grande parte por pessoas que eram caracterizadas como diferentes, seja racial ou socialmente.

Nesse sentido, segundo Marialva Barbosa, “para conquistar maior número de leitores, os jornais dedicam cada vez mais espaço às notícias policiais”<sup>26</sup>. Num contexto de uma massa iletrada, os jornais acabam oferecendo conteúdos reducionistas para poder competir, ganhar novos leitores e sobreviver no mercado. Nesse sentido, busca reter o que é excepcional. “Aprisionando o acontecimento num suporte de excepcionalidade, reproduz-se sob a forma de letras impressas a memória do que é excepcional”<sup>27</sup>.

Conforme Marialva Barbosa,

no final do século XIX, os jornais referendam sistematicamente a missão do jornalismo e o sacerdócio dos jornalistas, cuja tarefa principal é fiscalizar os poderes públicos, denunciar e, sobretudo, instituir a voz dos fracos e oprimidos. Se quisermos estabelecer uma distinção em relação aos momentos anteriores, observam-se particularmente a ampliação e a indefinição daqueles que são, ao menos discursivamente, alvo da defesa dos periódicos. Agora é o “homem do povo”, “o homem comum”, “o povo”, “os leitores” a quem objetivam defender<sup>28</sup>.

O papel exercido pela justiça também apresentava pouca eficiência para salvaguardar os direitos da vida da pessoa negra. Embora os jornais apresentassem casos em que foram abertos inquéritos policiais, pouco se tinham notícias nos próprios jornais sobre o desfecho de algum caso que pudesse reparar a violência sofrida contra os negros. Na maioria das vezes, era a impunidade que prevalecia. Além disso, aqueles que eram agentes do Estado, por vezes, praticaram violência semelhante a que outros grupos da sociedade praticaram. A arbitrariedade da violência policial contra os negros caracterizava a maneira como a sociedade imaginava organizar a cidade, afastando potenciais perigos e supostos marginais, estereótipos que se formavam a respeito do negro, sobretudo aquele sem trabalho e sem moradia. Apesar de em

<sup>26</sup> BARBOSA, Marialva. *História Cultural da Imprensa: Brasil, 1800-1900*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2010, p. 122.

<sup>27</sup> Ibid. p. 131.

<sup>28</sup> BARBOSA, Marialva. *História Cultural da Imprensa: Brasil, 1800-1900*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2010, p. 130.

muitos outros casos a polícia ter buscado salvaguardar os negros, várias notícias ao longo dos anos evidenciam como a polícia atuou como forte agente de violência arbitrária contra os negros, alguns suspeitos de crimes e outros sem nenhum tipo de acusação. Embora o negro apareça mais como vítima do que como culpado de crimes, as representações do negro também intensificavam o estigma do negro enquanto criminoso. A leitura que a sociedade fazia era do negro como uma ameaça à segurança. Os jornais também colaboravam fortemente na reprodução dessa visão, intensificando-a.

Os periódicos também revelavam uma face de aparente piedade, compaixão e consideração pelo negro vítima de agressão. Mas pouco fazia para que essa situação fosse modificada. O reconhecimento de uma humanidade em comum não tornava o negro um cidadão, com direito à igualdade. O agredido era sempre a vítima da compaixão. E não o sujeito portador da mesma cidadania que o reprodutor das notícias ou até mesmo que os autores das agressões. Essa desumanização do negro se deu, inclusive, no fato de que os crimes eram tratados como exceção. De acordo com os dados que vamos apresentar ao longo deste trabalho, muitos crimes contra os negros eram narrados pela imprensa como casos acidentais, fortuitos. Porém, havia uma lógica nesses crimes que a imprensa, em suas crônicas policiais, não reconhecia e, portanto, não confrontava essa reprodução da violência contra o negro.

De acordo com Marialva Barbosa,

ao mesmo tempo, ao valorizarem no seu conteúdo o excepcional, o extraordinário, o ineditismo, veiculados sempre como imparcialidade e verdade, constroem, também, a memória de seu lugar na sociedade e da própria sociedade sob ótica singular. As campanhas que realizam com finalidades específicas, contrapõem o silêncio ideológico de determinados temas. Entre a dialética lembrar e esquecer, os jornais diários vão se constituindo como “senhores da memória” da sociedade, aumentando seu campo de atuação e o seu poder<sup>29</sup>.

Nesse sentido é emblemática a comparação com que a imprensa trata os casos de crimes contra negros no Brasil e como enxergam a segregação racial nos Estados Unidos. Em 2020, a onda de protestos nos Estados Unidos serviu para que várias análises sobre o racismo brasileiro fossem pensadas sobre o Brasil. Passado o calor dos protestos, a imprensa brasileira pouco questiona o racismo que a população negra brasileira sofre no país. Esse cenário se dava de forma semelhante em fins do século XIX. Os jornais analisados aqui até se posicionavam de forma contundente denunciando o racismo nos Estados Unidos, mas aparentemente pouco enxergavam a situação dos crimes contra os negros no Brasil como uma situação de discriminação e racismo.

---

<sup>29</sup> BARBOSA, Marialva. *História Cultural da Imprensa: Brasil, 1800-1900*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2010, p. 130.

As representações sociais da imprensa também precisam ser compreendidas em função do contexto social que as produziu. As deficiências do Estado em conjunto com as condições estruturais da sociedade da época fez com que grande parte da população negra ficasse completamente desprovida das condições necessárias para a superação da desigualdade e da miséria. As notícias diárias em que os negros apareciam nas mais diversas situações eram um reflexo direto da falta de acesso das camadas populares da população aos recursos necessários para a inserção na sociedade. Do ponto de vista político e econômico, não foram feitas as ações necessárias para a superação da desigualdade provocada pela escravidão. Pelo contrário, muitas práticas foram na contramão disso. Na época, os modos de vida, as práticas culturais, os valores, a religiosidade, entre outros aspectos, não consideravam positivamente a população negra na forma da sua representação simbólica.

Além de diferentes eventos empíricos que são narrados ao longo deste estudo e que ajudam a recuperar o cotidiano da cidade e das camadas populares, é possível perceber através dos jornais as mentalidades da época sobre os negros. Como abordamos, os periódicos gravitavam entre narrativas que buscavam grande parte das vezes evidenciar a situação precária e defender os personagens negros e narrativas que indiretamente engessavam os negros em estereótipos recorrentes. Não se pode dizer que havia uma ambiguidade entre representações positivas e negativas. O que havia era uma intensa noção de um problema social relacionado à população negra, mas que a própria imprensa não apresentava os recursos necessários para a sua resolução, o que era acompanhado pela falta de ação nesse mesmo sentido de outras instituições civis e políticas da sociedade da época.

Além de tudo isso, existe uma riqueza inesgotável nas fontes coletadas, através da investigação dessas matérias jornalísticas de 1888 a 1900, foi possível encontrar fragmentos de histórias de vida de dezenas de personagens, vivências e estratégias de inserção no mundo do trabalho livre, relações raciais e sociais entre diferentes grupos e indivíduos, condições socioeconômicas das camadas populares da cidade, entre outros aspectos.

Os jornais nos fornecem amplo conjunto de frações de biografias de diferentes personagens negros, homens, mulheres, crianças e idosos. Quando pensamos nos relatos da imprensa, a partir do conjunto de informações, foi possível verificar formas de estar na sociedade, enquanto grupo específico, com suas diferentes variações. Os textos pouco trazem sobre cada personagem em si, pois as notícias raramente eram maiores que uma dezena de linhas, ilustrando poucos dados sobre cada indivíduo. Mas as repetições de casos envolvendo

diferentes personagens são ilustrativas de narrativas em comum e mostram formas repetidas de se estar na sociedade enquanto componentes de um grupo social<sup>30</sup>.

Além disso, os periódicos serviram para apresentar casos relevantes de experiências e táticas negras no cotidiano da cidade em sua luta por superação de dificuldades socioeconômicas e pela sobrevivência; mostraram também diferentes formas de participação no mundo do trabalho livre, como a busca de trabalhos, a atuação no trabalho informal e formal e até mesmo a rebeldia de muitos negros frente a situações de trabalho análogas à escravidão. Os jornais também mostravam dinâmicas sociais no espaço público do Rio de Janeiro em que as relações raciais eram fator de diferenciação dos personagens; desigualdades sociais e raciais que se consolidavam, como, por exemplo, no âmbito das relações entre brancos e negros, imigrantes e negros. Foram percebidos embates enfrentados pelos negros, seja do ponto de vista da superação da falta de condições econômicas ou do ponto de vista das questões conjugais ou de disputas entre diferentes grupos. Encontramos, inclusive, fortes indícios de verdadeiros linchamentos raciais ou ‘justiçamentos’, em que a vítima negra era espancada e até morta em situações sumárias e com poucos fatores motivadores, o que fazia a agressão e o assassinato gratuito, bem como a impunidade, remeterem diretamente a situações análogas ao período da escravidão.

Este trabalho expõe, portanto, parte do imaginário que jornais cariocas reproduziam sobre a população negra no período posterior à abolição da escravidão, em que são utilizadas principalmente fontes textuais, sobretudo artigos de opinião e notícias, dos periódicos *Jornal do Brasil* e *O Paiz*.

Para o desenvolvimento desta tese, usamos o procedimento metodológico da análise do conteúdo. Os primeiros estudos em análise de conteúdo, inclusive, tinham por objeto inicialmente os textos jornalísticos e em seguida os textos da propaganda. Isso ocorreu nos Estados Unidos, na primeira metade do século XX<sup>31</sup>. Para Lasswell (1978), autor pioneiro deste campo metodológico,

aqueles que estudam o ‘quem’ – o comunicador – se interessam pelos fatores que iniciam e guiam o ato comunicativo. Essa subdivisão do campo de pesquisa é chamada análise de controle. Os especialistas que focalizam o ‘diz o quê’ ocupam-se da análise de conteúdo. Aqueles que se interessam principalmente pelo rádio, imprensa, cinema e outros canais de comunicação fazem a análise de meios (media). Quando o principal

<sup>30</sup> TINOCO, Rui. Histórias de Vida: Um método qualitativo de investigação. *Psicologia.com.pt*, p. 1-9, 2015, p. 4-5.

<sup>31</sup> Ver ROCHA, D. O. S.; DEUSDARÁ, Bruno. Análise de conteúdo e Análise do discurso: o linguístico e seu entorno. *DELTA. Documentação de Estudos em Linguística Teórica e Aplicada*, São Paulo, v. 22, n.1, p. 29-52, 2006, p. 32. O primeiro nome expressivo da AC foi H. Lasswell, que realizou análises de textos da imprensa e da propaganda desde 1915, publicando em 1927 a obra *Propaganda Technique in the World War*.



problema diz respeito às pessoas atingidas pelos meios de comunicação, falamos de análise de audiência. Se for o caso do impacto sobre as audiências, o problema será de análise de efeitos<sup>32</sup>.

Assim, na análise de conteúdo, a prioridade está naquilo que foi dito. Dadas as possibilidades e características metodológicas de coleta e análise das fontes que utilizamos, o estudo que ora desenvolvemos se concentra nesse sentido, em investigar “o quê” foi dito pela imprensa. Deste modo, analisamos e apresentamos o espaço físico nos jornais que era dado aos textos, as descrições dos personagens pretos e pardos, as situações e histórias narradas, os termos usados, o contexto social exposto nas reportagens, enfim, questões básicas que ajudam a reconstruir as formas e os contornos dos textos coletados para a análise<sup>33</sup>.

No entanto, a análise de conteúdo colabora apenas em parte para a compreensão do papel exercido pelos textos em uma determinada época. Inicialmente, a análise de conteúdo pressupôs que haveria uma leitura válida e generalizável, própria de uma orientação behaviorista de estímulo e resposta aplicada à comunicação, o que hoje já se reconhece que não é suficiente<sup>34</sup>. Mesmo a análise de conteúdo pode se dividir entre uma análise quantitativa, que observa a quantidade que determinados itens aparecem no texto, e uma análise qualitativa, preocupada em perceber a presença ou não de determinados elementos em um texto<sup>35</sup>.

A Hemeroteca Digital Brasileira da Biblioteca Nacional é um recurso que pode levar a diferentes formas de pesquisa dos periódicos, inclusive, quantitativas, em que se possam fazer levantamentos diversos de frequência com que determinadas notícias se repetem, com uma rapidez e precisão que não seriam obtidas por meio do manuseio dos jornais ou através dos periódicos microfilmados.

Por outro lado, o contato do pesquisador com a notícia específica na Hemeroteca se dá de forma instantânea. O pesquisador passa a focar diretamente na notícia (ou nas múltiplas notícias sobre um mesmo tema), podendo até mesmo não visualizar a edição completa em que

<sup>32</sup> Lasswell, Harold. A estrutura e a função da comunicação na sociedade. In: Gabriel Cohn (Org.). *Comunicação e indústria cultural*. São Paulo: Cia Editora Nacional, 1978, p. 105, *apud* ROCHA, D. O. S.; DEUSDARÁ, Bruno. Análise de conteúdo e Análise do discurso: o linguístico e seu entorno. *DELTA. Documentação de Estudos em Linguística Teórica e Aplicada*, São Paulo, v. 22, n.1, p. 29-52, 2006, p. 34.

<sup>33</sup> Trata-se de uma pesquisa feita por amostragem, cuja técnica básica se dá através da seleção de um grupo restrito de informações de um universo bem mais amplo de dados. Duas das leis da amostragem explicam a representatividade da coleta que realizamos neste trabalho. De acordo com a “lei da regularidade”, um subconjunto aleatório tende a possuir características iguais às do conjunto maior. Já de acordo com a “lei dos grandes números”, quanto maior for a repetição de um caso ou evento, mais perto está o resultado de possuir uma probabilidade efetiva (GIL, A.. *Métodos e Técnicas da Pesquisa Social*. 2008, p. 90).

<sup>34</sup> ROCHA, D. O. S.; DEUSDARÁ, Bruno. Análise de conteúdo e Análise do discurso: o linguístico e seu entorno. *DELTA. Documentação de Estudos em Linguística Teórica e Aplicada*, São Paulo, v. 22, n.1, p. 29-52, 2006, p. 33.

<sup>35</sup> *Ibid.* p. 36 e 37.

a notícia está inserida. Há perdas nesse sentido, pois o estudo da edição do jornal inteiro seria importante para a contextualização de cada notícia específica.

Devido ao contexto de produção das diferentes narrativas, a análise de conteúdo deve sempre dialogar com os sentidos dos discursos, buscando-se, inclusive, pesquisar as condições psicológicas e sociológicas em que os textos submetidos à investigação foram produzidos<sup>36</sup>. Assim, busca-se também refletir sobre as notícias em seu ambiente mais amplo de produção histórico-social<sup>37</sup>.

Isso nos indica que diferentes instituições e valores historicamente constituídos influenciavam no contexto da visão dos jornalistas em fins do século XIX. Pensamentos econômicos, literários, jurídicos, médicos, policiais, acadêmicos e políticos da época serviam de matriz para a fundamentação de narrativas jornalísticas, mesmo as mais simples. Os jornais também buscaram pautar esses temas e influenciar o pensamento dos atores sociais e das instituições brasileiras que detinham privilégios na condução dessas matérias.

Para colaborar na compreensão do contexto do período, fizemos uma revisão da bibliografia sobre os diferentes temas que envolvem o estudo do campo da história do negro no Brasil, principalmente na fase final do século XIX e do início do século XX, sempre inter-relacionando aos aspectos específicos do estudo aqui exposto.

Estruturamos esta tese a partir de quatro capítulos. No primeiro capítulo fazemos uma revisão bibliográfica sobre o tema, sobretudo nos aspectos mais teóricos, buscando compreender de maneira geral o desenvolvimento do pensamento acadêmico sobre a questão negra no Brasil corrente em fins do século XIX, ao longo do século XX e mais recentemente, dando maior destaque para as proposições mais contemporâneas que estão embasando os estudos na área, pensando sobretudo nas articulações com o recorte específico desta tese.

Já no segundo capítulo tratamos da questão dos usos do termo negro como uma questão racial que envolvia o negro no Brasil e no mundo frente a uma ordem liberal e cuja discussão

---

<sup>36</sup> De acordo com Rocha e Deusdará, “o que funciona nos processos discursivos não são ‘organismos humanos individuais’ que falam a respeito de objetos do mundo físico, mas formações imaginárias que designam o lugar que o emissor e o destinatário atribuem a si mesmos e ao outro (imagem que constroem para si de seu próprio lugar e do lugar do outro), sustentando pontos de vista acerca de um referente que também participa das condições de produção do discurso na condição de objeto imaginário”. Ibid. p. 44 e 47.

<sup>37</sup> Ver Michel Foucault, *L'Ordre du discours (A Ordem do Discurso)*, 1999[1970], Charaudeau e Maingueneau (2004), Chartier (2002, 1990), França (2004), Freire Filho (2005, 2004), Hall (2005, 1997), Makowiecky (2003), Orlandi (1999), Santos (2004). De acordo com Orlandi (1999), o uso da análise do discurso, “levando em conta o homem na sua história, considera os processos e as condições de produção da linguagem, pela análise da relação estabelecida pela língua com os sujeitos que a falam e as situações em que se produz o dizer. Desse modo, para encontrar as regularidades da linguagem em sua produção, o analista de discurso relaciona a linguagem a sua exterioridade”. Ver: ORLANDI, Eni Pulcinelli. *Análise do discurso: princípios e procedimentos*. Campinas: Pontes, 1999, p. 16.

sobre os destinos da nação também se fazia em função das discussões sobre raça e trabalho. Nesse capítulo, ressaltamos como a imprensa aborda a questão racial negra no mundo, em especial na África, na Europa, na América Latina e, com destaque, nos Estados Unidos. Nesse sentido, fica nítida também certa miopia dos jornais, que enxergavam os problemas negros em outros países, mas pouco se pronunciavam sobre a questão negra no Brasil. Possivelmente isso colaborou para a formação de uma narrativa feita de exclusões sobre os reais problemas da população negra brasileira, o que mais tarde culminou com o mito de democracia racial no Brasil.

Abordamos no terceiro capítulo como eram as principais características das representações da imprensa sobre o negro na década posterior ao fim da escravidão. A descrição dos personagens e o corpo ganham importância nessa análise. Muitos personagens sendo mortos ou feridos, as representações dão uma dimensão ampla do papel da imprensa naquela fase e também a evidência de grandes permanências da escravidão e o desenvolvimento de novas práticas discriminatórias e racistas.

Por fim, no quarto capítulo, tratamos das descrições de como trabalhavam os personagens negros, revelando diferentes formas de integração e de busca de superação dos desafios enfrentados no mundo do trabalho. Também apresentamos as representações da imprensa sobre o modelo liberal de economia e trabalho para o negro e a sua marginalidade em relação a esse modelo.

# 1 O CAMPO DO PÓS-ABOLIÇÃO E AS REPRESENTAÇÕES DA IMPRENSA

## 1.1 O pensamento científico sobre raças em fins do século XIX

A questão racial foi um tema bastante em voga nas principais instituições acadêmicas, científicas e jurídicas do país nos últimos anos do século XIX e nas primeiras décadas do século XX. Na obra *O Espetáculo das Raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil (1870-1930)* e também no artigo “Espetáculo da Miscigenação”, Lilia Moritz Schwarcz (1993, 1994)<sup>38</sup> destaca como este campo foi compreendido em suas diferentes variantes no pensamento organizacional das instituições brasileiras através, principalmente, dos intelectuais que se dedicaram a essa investigação, principalmente enquanto homens da ciência, política e literatura.

Schwarcz mostra, a partir de um quadro amplo de discussão científica sobre raça naquele período, o caráter original da ciência, da história e do conhecimento jurídico brasileiro, discordando da noção de simples aderência desses campos científicos às doutrinas raciais dominantes no mundo ocidental e europeu. Segundo a autora, a mestiçagem, considerada ora como elemento negativo (deterioração, atraso, inviabilidade) e ora positivo (redenção), foi transmutada à brasileira como uma possibilidade para o desenvolvimento da nação num mundo intelectual, político, econômico e social onde o branqueamento era a nota tônica.

Em fins do século XIX, “a questão da constituição de uma ‘identidade racial’ brasileira foi reforçada primeiramente pelas interpretações raciais de teóricos vindos de fora do país”, tais como Buckle, Kidd, Le Bon e Gobineau<sup>39</sup>. “O fator ‘raça’ era então entendido como um tipo de influência vital ‘no potencial civilizatório’ de uma nação, sendo que as teorias raciais publicadas na Europa, e em especial em Paris, causavam aqui um grande impacto”<sup>40</sup>.

A questão da constituição de uma “identidade racial” brasileira foi reforçada primeiramente pelas interpretações raciais de teóricos vindos de fora do país. O fator “raça” era então entendido como um tipo de influência vital “no potencial civilizatório” de uma nação, sendo que as teorias raciais publicadas na Europa, e em especial em Paris, causavam aqui um grande impacto. (...) parecia necessária a criação de um saber específico a respeito de nossas próprias circunstâncias, ainda que ele se legitimasse a partir de teorias europeias. Não foram poucos, portanto, os intelectuais que acreditaram e utilizaram em suas teorias as “máximas” do evolucionismo social europeu<sup>41</sup>.

<sup>38</sup> SCHWARCZ, Lilia Moritz. *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil (1870-1930)*. São Paulo: Cia. das Letras, 1993; \_\_\_\_\_. “Espetáculo da miscigenação”. In: *Estudos Avançados*, 8(20), p. 137-152, 1994.

<sup>39</sup> Id. *Retrato em branco e negro: jornais, escravos e cidadãos em São Paulo no final do século XIX*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987, p. 23.

<sup>40</sup> Ibid. p. 23.

<sup>41</sup> SCHWARCZ, Lilia Moritz. *Retrato em branco e negro: jornais, escravos e cidadãos em São Paulo no final do século XIX*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987, p. 23-24.

Ao fazer uma análise sobre as principais teses que pensaram as *Relações entre negros e brancos no Brasil*, desde fins do século XIX e ao longo do século XX, Roque de Barros Laraia (1979) enumera que Nina Rodrigues (1862-1906) foi um dos primeiros acadêmicos a tratar da questão do negro na sociedade brasileira já no século XIX. No entanto, permeado por uma visão eugênica da época, considerou o negro um problema patológico responsável pelo subdesenvolvimento da nação. Os títulos de alguns de seus trabalhos fazem evidenciar isso: “Mestiçagem, degenerescência e crime”; “Atavismo psíquico e paranoia”; “A paranoia entre os negros”; “A sobrevivência psíquica na criminalidade dos negros do Brasil”; “Antropologia patológica: os mestiços”. Um processo de estereotipia pejorativa sobre o negro é marcante nesses trabalhos, além da ausência de fundamentação científica. Não apenas na literatura, mas também na imprensa carioca de fins do século XIX, podem-se observar fortes traços do pensamento de Nina Rodrigues<sup>42</sup>. Assim, para Laraia, deve-se concordar com Guerreiro Ramos que “Nina Rodrigues é, no plano da ciência social, uma nulidade, mesmo considerando-se a época em que viveu...”<sup>43</sup>.

Segundo Schwarcz, Nina Rodrigues acreditava que a inferioridade da raça negra era uma verdade científica e que “representantes das raças inferiores” não poderiam atingir através da inteligência “o elevado grau a que chegaram as raças superiores”<sup>44</sup>. Assim, pensava que a região tropical estava condenada, o que levava ainda a temer a possibilidade de um Brasil radicalmente dividido entre o Sul branco e um Norte mestiço e degenerado<sup>45</sup>.

O conhecimento da “escola de Nina Rodrigues” deteve-se a princípio na discussão dos aspectos exteriores do corpo humano, passando depois para o interior, quando “as pessoas já não eram definidas apenas pelo ângulo facial ou pela cor da pele, embora essas determinações continuassem a ser utilizadas, mas a partir de testes cada vez mais refinados”<sup>46</sup>.

O autor de *Os Sertões*, Euclides da Cunha, por sua vez, “interessado em entender a resistência do homem do sertão, concluía que o mestiço era antes de tudo um desequilibrado incapaz de conviver com a civilização”<sup>47</sup>.

Não é o nosso objetivo aqui levar a um aprofundamento das discussões acadêmicas diversas sobre esse tema na virada do século XIX para o XX e ao longo das primeiras décadas

<sup>42</sup> LARAIA, Roque de Barros. *Relações entre negros e brancos no Brasil*. *Boletim Informativo e Bibliográfico de Ciências Sociais*, São Paulo, n.7, p.11-21, 1979, p. 160.

<sup>43</sup> *Ibid.* p. 161.

<sup>44</sup> SCHWARCZ, Lilia Moritz. *Op. Cit.*, p. 24.

<sup>45</sup> *Ibid.* p. 24.

<sup>46</sup> *Ibid.* p. 108.

<sup>47</sup> SCHWARCZ, Lilia Moritz. *Retrato em branco e negro: jornais, escravos e cidadãos em São Paulo no final do século XIX*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987, p. 24.

do século XX. Porém, já em fins do século XIX, defendemos que a imprensa trazia elementos adicionais às discussões acadêmicas mais correntes sobre as representações raciais dos negros. cremos que não tão pessimistas ou excludentes quanto parecem ser as conclusões científicas.

[...] o negro passava a ser considerado antes de tudo um “objeto de ciência”, como afirmava Sílvio Romero já na época, e para quem a única saída nacional seria a perspectiva de um futuro branco, que por sua vez salvaria o país da degeneração<sup>48</sup>.

Embora Oliveira Vianna (1883-1951) tenha escrito anos após Nina Rodrigues, suas ideias seguiam no mesmo sentido, hierarquizando as raças e considerando negros e indígenas como menos propensos a um ideal de civilização<sup>49</sup>. Em *Evolução do povo brasileiro*, considera que a dificuldade “ascensional dos negros” ocorre principalmente devido à “insensibilidade do homem negro” diante das “*solicitações superiores* que constituem as forças dominantes da mentalidade do homem branco”. Nesse sentido, inclusive, defendia que a discriminação social seria menos determinante para a marginalização do negro<sup>50</sup>. Como solução, era entusiasta da imigração europeia em curso para aumentar o coeficiente da “massa ariana pura”, além do cruzamento e recruzamento com a população mestiça que elevaria o teor ariano do sangue brasileiro<sup>51</sup>.

Anos depois, Arthur Ramos (1951) se opôs às visões de Nina Rodrigues, que estariam impregnadas de ideias que promoviam desigualdades raciais, como era o caso das teses de Gobineau e Lapouge. Segundo Lilia Schwarcz, para o Conde Arthur de Gobineau, a gente brasileira “trata-se de uma população totalmente mulata, viciada no sangue e no espírito e assustadoramente feia”<sup>52</sup>. Ao invés da inferioridade biológica, supunha uma inferioridade cultural do povo negro, atrelando-se ao etnocentrismo típico de Levy-Bruhl e à sua teoria sobre o pensamento pré-lógico<sup>53</sup>. Assim afirma em *Negro brasileiro*:

Os costumes de sobrevivência negro-fetichistas são tão evidentes no Brasil, que bem mostram o poder da impregnação dos elementos pré-lógicos que o formam. Nós vivemos ainda em pleno domínio de um mundo mágico, impermeável, de uma certa maneira ainda, as influências de uma verdadeira cultura<sup>54</sup>.

<sup>48</sup> Ibid. p. 25.

<sup>49</sup> LARAIA, Roque de Barros. Relações entre negros e brancos no Brasil. *Boletim Informativo e Bibliográfico de Ciências Sociais*, São Paulo, n.7, p.11-21, 1979, p. 161.

<sup>50</sup> 1956, p. 156, *apud* Ibid. p. 161.

<sup>51</sup> 1956, p. 175, *apud* Ibid. p. 161.

<sup>52</sup> RAEDERS, Georges. *O conde Gobineau no Brasil*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988, p. 96, *apud* SCHWARCZ, Lilia Moritz. “Espetáculo da miscigenação”. In: *Estudos Avançados*, 8(20), p. 137-152, 1994, P. 137.

<sup>53</sup> LARAIA, Roque de Barros. Relações entre negros e brancos no Brasil. *Boletim Informativo e Bibliográfico de Ciências Sociais*, São Paulo, n.7, p.11-21, 1979, p. 162.

<sup>54</sup> 1951[1934], p. 295, *apud* Ibid. p. 162.

Com essa visão, propunha a promoção de uma “fantasiosa” (nas palavras de Laraia) “verdadeira cultura”<sup>55</sup>.

Para Alberto Torres (1865-1917), em *O problema nacional brasileiro*<sup>56</sup>, cientistas já haviam demonstrado que diferenças “raciais” nada teriam a ver com a noção de civilização, como fez Ratzel (1844-1904), e, além disso, “a ciência [...] chegou à conclusão de que, ao lado das diversidades físicas, verificada na estrutura humana, nada, absolutamente nada, autoriza a afirmação de uma desigualdade radical, na construção cerebral, em seu funcionamento, em seu poder de desenvolvimento”, como evidenciou Franz Boas (1858-1942)<sup>57</sup>. No entanto, de acordo com Torres, ideias racistas teriam a capacidade de sobreviver ao desenvolvimento científico. Apesar dessas colocações, a questão racial não era o centro de suas análises, pois achava que o verdadeiro problema nacional seria o econômico<sup>58</sup>.

Maria Teresa Toríbio Brittes Lemos (1995) faz um amplo estudo sobre o pensamento do autor na obra *Alberto Torres: contribuição para o estudo das ideias no Brasil*, demonstrando evidências de como Alberto Torres construiu uma visão específica sobre a questão racial, aplicada ao contexto brasileiro, diante das ideias de seu tempo a respeito do tema. Embora não aceitasse formalmente a teoria da superioridade racial de Gobineau, Alberto Torres fez referências a ela para explicar as diferenças culturais entre as nações. A partir dos estudos dos biólogos A. Weismann e Hugo de Vries, Torres procurou demonstrar que a miscigenação apresentou graus de fertilidade e exemplos de esterilidade. Percebendo que não havia aspectos conclusivos nas observações e pesquisas científicas, recomendava uma política etnológica ou eugênica para resolver o problema racial brasileiro, evitando o cruzamento entre raças e preservando a pureza racial do índio e do negro, como forma de evitar uma raça enfraquecida. No entanto, não concordou com as teses da superioridade da raça branca sobre a negra, criticando inclusive as ambições imperialistas que alegavam superioridade étnica<sup>59</sup>.

Apesar disso, Lemos explica que Torres adotou certa atitude de desprezo e subestima em relação aos portugueses quando confrontados com a civilização do Norte. Isso levou à inferência de que Torres se inclinou, mesmo que de forma tênue, à teoria gobineuniana. Contraditoriamente, ainda que não adotasse essas teorias, admitia a existência de raças superiores<sup>60</sup>.

---

<sup>55</sup> Ibid. p. 162.

<sup>56</sup> TORRES, Alberto. *O problema nacional brasileiro*. 1914.

<sup>57</sup> 1938, p. 130, *apud* Op. Cit., p. 163.

<sup>58</sup> Ibid. p. 163.

<sup>59</sup> LEMOS, Maria Teresa Toríbio Brittes. *Alberto Torres: contribuição para o estudo das ideias no Brasil*. Rio de Janeiro: Quartet Editora e Comunicação, 1995, p. 126-128.

<sup>60</sup> Ibid. p. 46.

Em relação ao desenvolvimento do Brasil, para Torres, o problema era fundamentalmente estrutural, ocasionado desde a chegada dos portugueses e acentuado pelo processo colonizador. Embora a organização nacional estivesse associada à miscigenação, Torres enfatizou o não cruzamento entre as raças, enxergando com certo ceticismo o processo contínuo de mestiçagem brasileira<sup>61</sup>. Conforme Lemos,

a condição de mestiço, que para ele [Alberto Torres] consistia em um povo fraco e anêmico, devia-se ao fator do cruzamento. Dessa forma, era inviável pensar em promover a ideia de desenvolvimento e progresso com um “povo enfraquecido”<sup>62</sup>.

Embora apresentasse essa explicação racial, por outro lado, foi ambíguo ao apresentar a educação como fator de formação de trabalhadores nacionais, que, de acordo com o autor, tiveram sua situação agravada com a opção da elite brasileira em substituí-los pelo trabalhador europeu.

A ausência de trabalhadores rurais no Brasil deveu-se às classes superiores que preferiram explorá-los a educá-los e substituí-los pelo trabalhador europeu<sup>63</sup>.

Assim como Torres, que representava a opinião de alguém com experiência política e jurídica, pois chegou a ser Ministro da Justiça, presidente do Estado do Rio de Janeiro e ministro do Supremo Tribunal Federal, instituições científicas diversas no Brasil em fins do século XIX e início do século XX entraram no debate sobre a questão racial. Afinal de contas, tamanha era a importância do tema na época, sendo considerado como definidor dos rumos da própria nação brasileira. Nesse sentido, de acordo com Lilia Schwarcz, o Instituto Histórico de São Paulo se pronunciou da seguinte maneira sobre os riscos da degenerescência racial no Brasil.

Abrem-se-me então os olhos e percebo que tais homens já não vivem na inocência paradisíaca e que as teorias de Jean Jacques Rousseau são meros sonhos. ...Os americanos não representam uma raça selvagem, representam antes uma raça degenerada que se tornou selvagem. ...Assim poucos séculos se passarão e o ultimo americano deitar-se-á. Se não se garantir a superioridade do sangue branco toda a população do continente definhará<sup>64</sup>.

Desta forma, concepções racistas predominavam, principalmente no início do século XX. Ribeiro (1995) sintetiza da seguinte forma as duas linhas de pensamentos principais nessa fase que acabavam desembocando na forma como a sociedade vinculava e ainda vincula a imagem do negro ao cenário da criminalidade.

<sup>61</sup> Ibid. p. 41 e 126-128.

<sup>62</sup> Ibid. p. 127.

<sup>63</sup> TORRES, Alberto. *As fontes da vida no Brasil*. Rio de Janeiro, 1915, p. 10; *apud* Ibid. p. 127.

<sup>64</sup> *Revista do Instituto Histórico de São Paulo*, 1904, p. 53-4, *apud* SCHWARCZ, Lilia Moritz. “Espetáculo da miscigenação”. In: *Estudos Avançados*, 8(20), p. 137-152, 1994, p. 141.



Segundo autores como Nina Rodrigues e Euclides da Cunha, os pretos e pardos têm uma propensão biológica para o crime. Já Nelson Hungria e Arthur Ramos afirmam que os pretos e pardos têm mais tendências criminais porque se encontram num estado de ‘atraso cultural’. Todos esses autores, assim como o pensamento de senso comum na sociedade brasileira, acreditam que negros e pobres cometem mais crimes do que os brancos<sup>65</sup>.

Existiram autores que se opunham a essas visões, como Manuel Bonfim (1868-1932). Contrariando a ideia da inferioridade racial do negro, para Bonfim, o problema da miséria e do atraso brasileiro era resultado da dominação das classes elitizadas.

Já Edgar Roquete-Pinto (1884-1954), por sua vez, negava a existência do preconceito racial e possuía certa simpatia pela eugenia. Porém, reconhecia que o fator social e não o racial era a causa dos problemas brasileiros<sup>66</sup>.

Gilberto Freyre (1900-1987), por sua vez, em *Casa Grande e Senzala*<sup>67</sup>, trouxe uma forte ideologia racial expressa em mitos, como o mito do luso-tropicalismo, que é contraditória à realidade da “África portuguesa”, o mito do “Senhor Amável”, mostrando uma representação cordial do homem brasileiro, e o mito da democracia racial, como se a o preconceito fosse referente à classe e não à raça<sup>68</sup>. Essa visão marcou toda uma época e resumiu uma mentalidade sobre o Brasil que parece persistir mesmo depois de novos paradigmas serem discutidos.

Nos anos posteriores diferentes intelectuais vão questionar, apresentando inúmeros dados, as acepções que ficaram cristalizadas por Gilberto Freyre.

## 1.2 As inflexões nos estudos sobre o negro no Brasil a partir do Projeto UNESCO de Pesquisa

Nas décadas de 1950 a 1970, uma série de pesquisadores buscou questionar as análises culturalistas anteriores sobre a questão negra no Brasil. Destacaram-se os trabalhos dos sociólogos Florestan Fernandes, Luiz de Aguiar da Costa Pinto, Roger Bastide, Octávio Ianni, Carlos Hasenbalg, Fernando Henrique Cardoso e Jacob Gorender, além dos trabalhos dos historiadores Emília Viotti da Costa, Suely Robles Reis de Queiroz, José Alípio Goulart e Fernando Novais.

<sup>65</sup> RIBEIRO, Carlos Antonio Costa. *Cor e criminalidade; estudo e análise da justiça no Rio de Janeiro (1900-1930)*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1995, p. 143.

<sup>66</sup> LARAIA, Roque de Barros. Relações entre negros e brancos no Brasil. *Boletim Informativo e Bibliográfico de Ciências Sociais*, São Paulo, n.7, p.11-21, 1979, p. 163.

<sup>67</sup> FREYRE, Gilberto. *Casa grande e senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal*. Rio de Janeiro: Maia & Schimidt, 1933.

<sup>68</sup> LARAIA, op. cit., p. 163.

No pós-guerra, uma série de pesquisas sobre o tema foi encomendada pela UNESCO em vários países. Como marco das transformações no pensamento brasileiro sobre o tema, destacamos as pesquisas de Florestan Fernandes e Luiz Aguiar da Costa Pinto no início da década de 1950<sup>69</sup>, que, dentre outros autores, passaram a rever as conclusões de Gilberto Freyre em torno do que passou a ser chamado de mito de democracia racial no Brasil.

Em 1951 e 1952, tiveram inícios pesquisas com o objetivo de aprofundar as análises sobre as relações raciais no Brasil, entendidas como um laboratório de relações pacíficas em comparação, por exemplo, com os Estados Unidos e a África do Sul. Em junho de 1950, a “opção Brasil” foi aprovada na 5ª sessão da Conferência Geral da UNESCO. A investigação se debruçou sobre a realidade do nordeste e do sudeste brasileiros, especificamente Bahia, São Paulo e Rio de Janeiro, que apresentavam graus diferentes de desenvolvimento econômico, político, social e cultural. Assim, o Projeto UNESCO tem sido considerado como um marco do início de estudos sistemáticos sobre a situação racial no Brasil, tendo como base e contrapontos esses estados na busca de uma visão nacional que contemplasse a diversidade no país.

O Projeto UNESCO foi desenvolvido num período posterior à Segunda Guerra Mundial, em que ações internacionais visavam superar os traumas e as sequelas do preconceito e da dominação de nações, povos e grupos humanos. A criação da ONU (1945), a Carta das Nações Unidas (1945), a UNESCO (1945) e a Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948) são marcos na busca desses objetivos internacionais, que vão ter desdobramentos em vários países nas suas mais diversas formas. Junto a isso, a descolonização na África, na Ásia e no Oriente Médio, a segregação racial na África do Sul e nos Estados Unidos, o início da Guerra Fria, as guerras da Coreia e do Vietnã, além das sequelas do Holocausto, das bombas atômicas e dos regimes nazifascistas, tornaram a questão racial um dos aspectos centrais nos anos posteriores à Segunda Guerra Mundial.

No Brasil, o Projeto UNESCO se tornou uma oportunidade de investigação sobre o quadro real das relações raciais em que a exclusão do negro ou não incorporação ao mercado de trabalho tinha fortes evidências. Localizado na periferia do mundo capitalista, partia-se da premissa inicial de que o Brasil tinha uma reduzida taxa de tensões étnico-raciais. Partindo-se de uma restritiva noção de democracia racial no Brasil, buscava-se um modelo que pudesse evidenciar a possibilidade universal de uma convivência harmônica entre as raças.

Artur Ramos iniciou as proposições do Projeto UNESCO. Mas seu falecimento em 31 de outubro de 1949 o impediu de concluir o Projeto. Ramos acreditava no exemplo de

---

<sup>69</sup> SCHWARCZ, Lilia Moritz. *Retrato em branco e negro: jornais, escravos e cidadãos em São Paulo no final do século XIX*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987, p. 20.

democracia racial brasileira, mas também reconhecia as marcas de diferenciações entre brancos e negros, bem como a existência de preconceito de cor no Brasil. Na agenda proposta por Artur Ramos prevaleceram como premissas para as análises sociológicas, com análises sistemáticas, aspectos como a compreensão dos processos de inserção (ou exclusão) dos indivíduos em grupos, estratos e classes sociais, procurando a partir daí entender as desigualdades étnico-raciais. De acordo com ele (RAMOS, 1948),

só depois de realizadas séries inteiras de pesquisas desta ordem, poderemos nos aventurar a propor “interpretações” do Brasil, ensaios de conjunto ou planos normativos de ação, até agora reservados aos estudos impressionistas que podem ser muito interessantes, mas conduzem a generalizações apressadas e perigosas. [...] Do ponto de vista antropológico, não há uma “cultura” brasileira, mas “culturas” que só agora começam a ser estudadas e compreendidas. Ainda é cedo portanto para indagarmos do “caráter nacional” do seu *ethos*, em visões generalizadoras que lancem mão do critério histórico ou social<sup>70</sup>.

Interessante perceber a crítica que Arthur Ramos fez ao conceito de “cultura” brasileira. Em seu lugar, propõe falar em “culturas”. Além disso, considerava as visões até aquele momento sobre o tema como generalizadoras e que não possuíam real fundamentação histórica e sociológica.

Já o sociólogo Luiz de Aguiar da Costa Pinto,

manifestou o interesse de que a UNESCO e o Departamento de Ciências Sociais da Faculdade Nacional de Filosofia, vinculado à então Universidade do Brasil, chegassem a um acordo no sentido de “realizar, no Rio de Janeiro, dentro do plano da UNESCO, as sondagens e análises necessárias para a pesquisa das tensões raciais em área metropolitana do Brasil, analisando a situação racial brasileira na perspectiva de uma sociedade em franco processo de industrialização”<sup>71</sup>.

Nas discussões preliminares sobre a efetivação do Projeto da UNESCO, ficou evidente a diversidade nas relações raciais, conforme as regiões brasileiras. Num primeiro momento, a UNESCO tomou o exemplo da Bahia como referência, mas em seguida passou a considerar a necessidade da distinção entre vários lugares<sup>72</sup>. Havia uma autonomia no pensamento dos autores que ficaram responsáveis pela efetivação do Projeto UNESCO. Ao invés de confirmarem uma suposta democracia racial, os resultados evidenciaram um conjunto de dados sistematizados ilustrando a existência do preconceito e da discriminação racial no Brasil.

Com isso, diversos estudos se seguiram no sentido de compreender os aspectos mais profundos da formação do Brasil a partir da questão racial. Assim, nos anos 1970, as abordagens

<sup>70</sup> RAMOS, Arthur. “Os grandes problemas da Antropologia brasileira”. *Sociologia*, X, 4, 1948, 213-226., p. 224, *apud* MAIO, Marcos Chor. O Projeto Unesco e a Agenda das Ciências Sociais no Brasil dos Anos 40 e 50. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, Vol. 14 nº 41, outubro/99, p. 143.

<sup>71</sup> MAIO, Marcos Chor. O Projeto Unesco e a Agenda das Ciências Sociais no Brasil dos Anos 40 e 50. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, Vol. 14 nº 41, outubro/99, p. 145.

<sup>72</sup> *Ibid.* p. 148.

acadêmicas apresentaram os diferentes aspectos do preconceito racial. Nesse sentido, Thales de Azevedo (1975), na obra *Democracia racial: ideologia e realidade*, desconstruiu a noção de harmonia entre as raças e demonstrou a existência da violência contra os negros em nível individual<sup>73</sup>. Azevedo usou dados coletados em jornais da imprensa de Salvador e depoimentos que contrariavam a crença na ausência de preconceito<sup>74</sup>.

Florestan Fernandes (2011), em *O negro no mundo dos brancos*<sup>75</sup>, expôs ainda que, com a abolição, não foi providenciada nenhuma indenização, garantia ou assistência aos ex-agentes do trabalho escravo. Passando a ocupar as mais duras e degradadas formas de trabalho, o negro não possuía os meios de superação da sua marginalização, inclusive, em meio à competição com o branco<sup>76</sup>.

Abdias Nascimento (2016), por sua vez, em *O genocídio do negro brasileiro*<sup>77</sup>, explica sobre diferentes ideias e regras que discriminavam o negro, desde o Brasil colonial até o pós-abolição. Antonio Vieira, em 1633, pregava aos escravizados: “estais sujeitos em tudo a vossos senhores, não só aos bons e modestos, senão também aos maus e injustos [...]”. O Decreto-Lei nº 7.976, de setembro de 1945, previa que a imigração ocorresse conforme “a necessidade de preservar e desenvolver na composição étnica da população as características mais convenientes da sua ascendência europeia”<sup>78</sup>. Outro autor que, assim como Abdias Nascimento, começa a modificar a visão predominantemente definida a partir da perspectiva de Florestan Fernandes foi Carlos Hasenbalg.

Segundo Carlos Antonio Costa Ribeiro (1995), citando Carlos Hasenbalg (1979), este afirmou que “as desigualdades raciais no Brasil deviam-se a diversas práticas discriminatórias e racistas presentes na sociedade brasileira mesmo depois da Abolição da Escravatura”. Assim, a visão de Hasenbalg era de que “a discriminação racial está presente na moderna sociedade brasileira contribuindo constantemente para produzir desigualdades socioeconômicas”<sup>79</sup>.

A tese de Hasenbalg contrariava a perspectiva adotada por Florestan Fernandes (1965), para quem, como vimos, “as desigualdades raciais no País naquele período deviam-se ao fato

<sup>73</sup> Apud LARAIA, Roque de Barros. Relações entre negros e brancos no Brasil. *Boletim Informativo e Bibliográfico de Ciências Sociais*, São Paulo, n.7, p.11-21, 1979, p. 167.

<sup>74</sup> FIGUEIREDO, Ana Maria Camargo. “Resenha”. *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, n. 18, 1976, p. 96-98.

<sup>75</sup> FERNANDES, Florestan. *O negro no mundo dos brancos*. 2. ed. São Paulo: Global, 2011(1972). 313 p.

<sup>76</sup> LARAIA, Roque de Barros. Relações entre negros e brancos no Brasil. *Boletim Informativo e Bibliográfico de Ciências Sociais*, São Paulo, n.7, p.11-21, 1979, p. 167.

<sup>77</sup> NASCIMENTO, Abdias. *O genocídio do negro brasileiro: processo de um racismo mascarado*. São Paulo: Perspectivas, 2016. 229 p.

<sup>78</sup> LARAIA, op. cit., p. 169.

<sup>79</sup> HASENBALG, Carlos. *Discriminação e desigualdades raciais no Brasil*. Rio de Janeiro: Graal, 1979; apud RIBEIRO, Carlos Antonio Costa. *Cor e criminalidade; estudo e análise da justiça no Rio de Janeiro (1900-1930)*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1995, p. 15.

de os negros, ex-escravos, terem entrado na sociedade industrial de classes com desvantagens em relação aos brancos, que não tinham sido escravos”<sup>80</sup>.

Em síntese, o que podemos observar é que Hasenbalg está propondo que o racismo seja discutido enquanto um processo que continuou a ser formado após a abolição e continua até hoje, sob novos paradigmas.

Segundo a perspectiva de Florestan, o racismo e as desigualdades raciais na sociedade brasileira contemporânea eram um resquício do passado escravista. Opondo-se a Florestan, Hasenbalg afirma que a discriminação racial produz desigualdades dentro da própria sociedade brasileira contemporânea e, portanto, não deve ser considerada apenas um resquício do passado escravista. Hasenbalg afirma que ‘as práticas racistas após a abolição são ativadas pelas ameaças reais ou imaginárias feitas pelos negros à estrutura de privilégios sociais dos brancos’<sup>81</sup>.

Pensando ainda nessa visão introduzida por Hasenbalg, acreditamos que deve-se também tomar o cuidado de não limitar o racismo a uma reação branca frente às ações dos negros, que, por sua vez, estão reagindo contra os privilégios brancos. Essa visão parece ainda uma ausência de reconhecimento do racismo que existe no branco enquanto agente reprodutor de discriminações.

Concordando com essa perspectiva de Hasenbalg, para Monica Grin é preciso investigar como a sociedade pós-abolição produziu novos discursos (ainda que influenciados por antecedentes da escravidão) que colaboraram com a reprodução e permanência do racismo. “Nas pesquisas históricas, as análises sobre as origens “escravistas” do racismo parecem abundantes se contrastadas com os estudos de como esse fenômeno se reproduziu historicamente na sociedade brasileira no pós-abolição, ou seja, com que novas representações, com que novas dinâmicas de interação”<sup>82</sup>.

Nesse sentido, bastante contundente é o questionamento feito por Petrônio Domingues (2004) sobre o campo historiográfico do negro no pós-abolição, considerado pelo autor como ainda pouco estudado. Conforme Domingues,

se o negro-escravo já foi objeto de inúmeras pesquisas universitárias e de obras consagradas, o *negro-livre* ou *negro-cidadão*, ou seja, o negro do pós 13 de maio de 1888 ainda não mereceu a devida atenção. Na verdade, o negro no pós-abolição já foi razoavelmente estudado, mas não por historiadores. Via de regra, ele é perscrutado

<sup>80</sup> FERNANDES, Florestan. *A integração do negro na sociedade de classes*. 2 vol. São Paulo: Dominus, 1965; *apud* RIBEIRO, Carlos Antonio Costa. *Cor e criminalidade; estudo e análise da justiça no Rio de Janeiro (1900-1930)*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1995, p. 15.

<sup>81</sup> Ver: HASENBALG, Carlos. *Discriminação e desigualdades raciais no Brasil*. Rio de Janeiro: Graal, 1979, p. 77; FERNANDES, Florestan. *A integração do negro na sociedade de classes*. 2 vol. São Paulo: Dominus, 1965; *apud* RIBEIRO, Carlos Antonio Costa. *Cor e criminalidade; estudo e análise da justiça no Rio de Janeiro (1900-1930)*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1995, p. 15-16.

<sup>82</sup> GRIN, Monica. “Modernidade, identidade e suicídio: o “judeu” Stefan Zweig e o “mulato” Eduardo de Oliveira e Oliveira”. In: *Topoi*, Rio de Janeiro, p. 201-220, dez. 2002, p. 215.

por sociólogos ou antropólogos. Para a maior parte da historiografia, o que é objeto de preocupação no período posterior à abolição são sujeitos ou categorias como “operariado”, “povo”, “classes populares”, “imigrantes”, “urbanização”, “industrialização”, “modernização”. Raramente o negro é tematizado e, quando isso acontece, mais raramente ainda é acontecer na perspectiva de suas experiências e vivências específicas<sup>83</sup>.

Nesse sentido, nesta tese, acreditamos colaborar para as pesquisas que apontam novas formas de se pensar a dinâmica racial inaugurada ou em formação após a abolição da escravidão. Atualmente, várias pesquisas já começam a discutir a história do negro no pós-abolição. Além das novas perspectivas teóricas, inovam-se também os instrumentos metodológicos, buscando-se novas representações sobre o negro que contemplem suas lutas, suas demandas e também suas narrativas. Uma das fontes para a escrita historiográfica sobre o tema tem sido a imprensa.

### 1.3 Fontes jornalísticas e a historiografia sobre a questão racial na imprensa

Em fins do século XIX, os jornais se multiplicam no Rio de Janeiro e em outros lugares do Brasil, como em São Paulo. De acordo com Marialva Barbosa (2010), na obra *História Cultural da Imprensa – Brasil, 1800-1900*, no Rio de Janeiro, em 1881 surgiram 95 novos periódicos e em 1882, mais 64. Os números de jornais se mantiveram em crescimento até o final da década. “Em 1883, aparecem mais 56 novos periódicos e no ano seguinte, mais 37. Em 1888, há outra explosão, contando-se 45 novos jornais e revistas e, um ano depois, mais 29 outros títulos. Nos dois últimos anos do século surgem 47 periódicos”<sup>84</sup>.

Apesar desse crescimento, Marialva Barbosa explica que era grande o número de jornais efêmeros, estruturados nos moldes antigos, inclusive sendo administrados como empresas familiares. Coexistindo, outros jornais, como o *Jornal do Brasil* e *O Paiz*, se organizavam enquanto empresas em moldes industriais, onde as relações familiares e de amizade deram lugar a compras empreendidas por representantes com sólidos capitais<sup>85</sup>.

O correspondente Max Leclerc, enviado pelo parisiense *Figaro* para cobrir os acontecimentos de novembro de 1889, descreve da seguinte forma esse período da imprensa brasileira:

A imprensa no Brasil é um reflexo fiel do estado social nascido do governo paterno e anárquico de D. Pedro II: por um lado, alguns grandes jornais muito prósperos, providos de uma organização material poderosa e aperfeiçoada, vivendo

<sup>83</sup> DOMINGUES, Petrônio. Uma história ocultada: a resistência negra no Rio Grande do Sul após a abolição. *Estudos Ibero-Americanos*. PUCRS, v. XXX, n. 1, p. 215-223, jun. 2004, p. 1.

<sup>84</sup> Godim da Fonseca, 1941; BARBOSA, Marialva. *História Cultural da Imprensa: Brasil, 1800-1900*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2010, p. 118.

<sup>85</sup> BARBOSA, Marialva. *História Cultural da Imprensa: Brasil, 1800-1900*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2010, p. 120.

principalmente de publicidade, organizados em suma e antes de tudo como uma empresa comercial e visando mais penetrar em todos os meios e estender o círculo de seus leitores para aumentar o valor de sua publicidade do que empregar sua influência na orientação da opinião pública. [...] Em torno deles, a multidão multicolor de jornais de partidos que, longe de ser bons negócios, vivem das subvenções desses partidos, de um grupo ou de um político e só são lidos se o homem que os apoia está em evidência ou é temível. [...] A imprensa em conjunto não procura orientar a opinião por um caminho bom ou mau; ela não é um guia, nem compreende sua função educativa; ela abandona o povo à sua ignorância e à sua apatia<sup>86</sup>.

De acordo com Nelson Werneck Sodré (1999), na década de 1890, os jornais se consolidaram enquanto empreendimento comercial, sobretudo nas capitais. “[...] o jornal ingressara, efetiva e definitivamente, na fase industrial, era agora empresa, grande ou pequena, mas com estrutura comercial inequívoca. Vendia-se informação como se vendia outra qualquer mercadoria”<sup>87</sup>. De acordo com dados de Marialva Barbosa, o *Jornal do Brasil*, em 1900, se orgulhava de ser o mais popular, com a marca de 60 mil exemplares impressos diariamente. Numa cidade de pouco mais de 600 mil habitantes, os cinco mais importantes periódicos do Rio (*Jornal do Brasil*, *O Paiz*, *Gazeta de Notícias*, *Jornal do Commercio* e *Correio da Manhã*) somavam 150 mil exemplares impressos<sup>88</sup>.

Só a partir desses números já percebemos a abrangência que os jornais tinham na cidade do Rio de Janeiro. No entanto, o papel exercido pelos jornais ia muito além dos números. Segundo Marialva Barbosa, em fins do século XIX, a edição dos jornais ganhava “um novo sentido: o de ordenar a sociedade. Os dramas cotidianos e os mexericos devem provocar tanto ou mais interesse que os temas políticos [...]”. Segundo Foucault (2011), “é para estabelecer as séries diversas, entrecruzadas, divergentes muitas vezes, mas não autônomas, que permitem circunscrever o ‘lugar’ do acontecimento, as margens de sua contingência, as condições de sua aparição”<sup>89</sup>. Dessa forma, conforme Marialva Barbosa, ocupavam espaço privilegiado nos periódicos “as tragédias do cotidiano, as mazelas que mostram a dimensão da ação humana, pintadas em tintas fortes, e que são responsáveis diretas pela popularidade dos periódicos”. E ainda eram considerados como representação da própria verdade, “porque impresso transforma-se em documento, o que, *a priori*, identifica o que está contido em suas páginas com a verdade absoluta”<sup>90</sup>.

<sup>86</sup> LECLERC, Max. *Cartas do Brasil*. São Paulo: 1942, p. 161; apud SODRÉ, Nelson Werneck. *História da imprensa no Brasil*. 4. ed.. Rio de Janeiro: Mauad, 1999[1966], p. 252-253.

<sup>87</sup> SODRÉ, Nelson Werneck. *História da imprensa no Brasil*. 4. ed.. Rio de Janeiro: Mauad, 1999[1966], p. 275.

<sup>88</sup> Veríssimo, 1909; apud BARBOSA, Marialva. *História Cultural da Imprensa: Brasil, 1800-1900*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2010, p. 118.

<sup>89</sup> FOUCAULT, Michel. *A Ordem do Discurso*. 21 ed. São Paulo: Edições Loyola, 2011[1970], p. 56.

<sup>90</sup> BARBOSA, Marialva. *História Cultural da Imprensa: Brasil, 1800-1900*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2010, p. 119; 121; 131.

Para conquistar maior número de leitores, os jornais dedicavam cada vez mais espaço às notícias policiais. Provavelmente também porque os jornais viviam em competição uns contra os outros, daí oferecerem para o grande público iletrado as notícias mais sensacionalistas. Os outros jornais acabavam oferecendo o mesmo conteúdo reducionista para poder competir, ganhar novos leitores e sobreviver no mercado. Conforme Marialva Barbosa,

funcionando como uma espécie de memória escrita de uma época, o jornal retém o excepcional. E mesmo quando os fatos mais cotidianos aparecem fixados sob a forma de notícias, há sempre um nexo da narrativa que transpõe esses mesmos acontecimentos do lugar do comum para o do extraordinário. Aprisionando o acontecimento num suporte de excepcionalidade, reproduz-se sob a forma de letras impressas a memória do que é excepcional. [...] As notícias de caráter nacional e político criariam a memória da nação. As referentes à cidade e às de natureza policial, cada vez mais destacadas, criariam a memória da cidade<sup>91</sup>.

Porém, a forma como os jornais percebem ou descrevem o seu próprio papel vai bastante além do interesse próprio e da mera superficialidade, se colocando em defesa do interesse da população, por vezes os mais pobres. O papel dos jornalistas é descrito como um verdadeiro sacerdócio em função das causas que promove.

No final do século XIX, os jornais referendam sistematicamente a missão do jornalismo e o sacerdócio dos jornalistas, cuja tarefa principal é fiscalizar os poderes públicos, denunciar e, sobretudo, instituir a voz dos fracos e oprimidos. Se quisermos estabelecer uma distinção em relação aos momentos anteriores, observam-se particularmente a ampliação e a indefinição daqueles que são, ao menos discursivamente, alvo da defesa dos periódicos. Agora é o “homem do povo”, “o homem comum”, “o povo”, “os leitores” a quem objetivam defender<sup>92</sup>.

De acordo com Barbosa, também do ponto de vista de “uma memória construída e de uma autoidentidade atribuída, as semelhanças entre os cinco mais importantes diários do Rio de Janeiro são maiores do que as diferenças que fazem questão de apregoar nas campanhas tornadas públicas”<sup>93</sup>.

De acordo com essas informações, já é possível perceber como a imprensa de fins do século XIX pode ser considerada uma importante fonte de pesquisa historiográfica, contemplando a possibilidade de estudos diversos, colaborando para a evidenciação de aspectos culturais, sociais, políticos e econômicos da época. Além disso, revelando aspectos das representações que se faziam sobre esses personagens considerados “homem do povo”, “homem comum”, “o povo”, “os leitores”. De modo que aqui podemos especificar mais um substrato

<sup>91</sup> BARBOSA, Marialva. *História Cultural da Imprensa: Brasil, 1800-1900*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2010, p. 122; 131-132.

<sup>92</sup> Ibid. p. 130.

<sup>93</sup> Ibid. p. 131.



dessas representações, que eram os personagens pretos/as e pardos/as, além das referências à chamada “questão negra” na época.

Consideramos que os estudos sobre as representações da imprensa trabalham com a imprensa como fonte e como objeto de estudo. Do ponto de vista da historiografia, a imprensa serve como objeto de análise e como fonte, mas pode também exercer as duas funções ao mesmo tempo. Como objeto de análise historiográfica, há diferentes pesquisas que usam os jornais para analisar o papel exercido por esses periódicos em diferentes momentos históricos. Já como fontes historiográficas, outras investigações procuram entender acontecimentos de um determinado período e local através das narrativas dos jornais. Veja o que diz a esse respeito José D’Assunção Barros (2019).

Diga-se de passagem, não devemos confundir o interesse dos historiadores pelos jornais como objetos de estudo – o que ocorre quando o historiador se dedica a esse domínio temático da historiografia ao qual podemos chamar de “História da Imprensa” – com seu mais recente interesse pelo jornal como *fonte histórica*. Tratar o jornal (ou a Imprensa) como objeto de estudo é bem diferente de tratar o jornal como fonte histórica. Neste último caso, o jornal pode ser utilizado como caminho para nos aproximarmos de quaisquer outros objetos de estudo e modalidades historiográficas: a história política, a história econômica, a história cultural, e assim por diante. É essa utilização do jornal como fonte histórica relevante para compreender diversificados aspectos da vida social, do mundo político ou da cultura – partilhados através de uma miríade de objetos de estudo – o que adentra o cenário da historiografia nos anos de 1980, elevando os periódicos a uma posição equivalente àquelas que diversas outras fontes já ocupavam na palheta historiográfica. Tratar o jornal como fonte histórica, nesse sentido, é compreender que ele pode ser utilizado como fonte para a história de gênero, para a história do trabalho, para a história dos movimentos sociais, para a história do cotidiano, para a história urbana, ou para os inúmeros objetos de estudo de interesse dos historiadores<sup>94</sup>.

No entanto, grande parte das vezes, as duas funções estão interligadas e se complementam. Ao analisar os jornais em si, necessariamente precisamos colocá-los como produtos de um meio social em determinada época. Além disso, em busca da reconstrução de um período através das análises dos jornais, é necessário compreender a forma como esse meio se constituía e se comunicava.

No entanto, o uso dos jornais pelo historiador, requer alguns cuidados. Segundo Barros, o objetivo dos jornais é captar a atenção das massas ou de segmentos significativos da população, tendo a capacidade de tratar diferentes assuntos que interessam ao público leitor. Para isso, se apresentam com grande familiaridade para a maioria das pessoas, de modo que o desafio do historiador é justamente ultrapassar o predominante senso comum com o qual os jornais se apresentam na sociedade<sup>95</sup>.

<sup>94</sup> BARROS, José D’Assunção. *Fontes históricas: introdução aos seus usos historiográficos*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2019, p. 190.

<sup>95</sup> Ibid. p. 179.

Também acreditamos que, para além de ultrapassar o senso comum e a familiaridade com que os jornais são vistos na sociedade, e devido à abrangência com que os jornais ilustram o dia a dia para os leitores, ao reconstruir essa mentalidade cotidiana, o historiador logra explicar aspectos de como a vida era imaginada pelo público consumidor das notícias, que narrativas eram contadas sobre os seus ambientes sociais, culturais, políticos e econômicos e, assim, de certo modo, afirmando determinadas experiências possíveis nos respectivos contextos históricos. Nesse sentido, cabe também ao analista dos jornais a preocupação com o sentido que a sociedade atribui à imprensa em cada período da história.

Os jornais ganham na sociedade, assim como outras fontes, aquilo que Barros chama de “efeito de realidade”.

Este traço [...] é também característico de todas aquelas que podemos considerar como “fontes realistas”. Tanto quanto um cronista ou viajante que pretende fazer com que seu público acredite em tudo o que está dito em seu relato de viagens, ou quanto o funcionário ou o general que produz seus relatórios acerca de uma ação cumprida – ou mesmo o hagiógrafo que pretende convencer sua plateia de crentes acerca da santidade e dos milagres de seu biografado –, os jornais também abrigam discursos que se pretendem apresentar como verdadeiros. [...] Todo jornal, a não ser que seja um jornal de humor, ampara-se na possibilidade de inspirar e manter em seus leitores a viva convicção de que ali, naquelas páginas ásperas e por vezes levemente amareladas, fala-se de fato da realidade, da vida efetivamente vivida, da história que se refaz a cada novo dia, de algo que realmente ocorreu e do qual se dá um retrato fiel e não comprometido por parcialidades – embora a impossibilidade efetiva dessas posturas parciais seja sempre bastante evidente para os analistas de periódicos e também para os leitores<sup>96</sup>.

Assim, de acordo com Barros, se o senso comum costuma se referir aos jornais como ‘meio de informação’, para sociólogos e historiadores, são apenas até certo ponto, pois o papel de ‘meio de comunicação’ se sobrepõe nos periódicos. Além de transmitirem informações, os jornais “também comunicam ideias e valores, e através dessas ideias e valores buscam agir sobre a sociedade, além de representarem certos interesses – não necessariamente um único setor de interesses, mas sim um campo de interesses no interior do qual diversos fatores interagem”<sup>97</sup>.

No entanto, com a premissa de que os jornais transmitem “valores”, “ideias”, “projetos de agir sobre a sociedade”, “interação com fatores políticos e econômicos”<sup>98</sup>, tudo que advém da imprensa pode excessivamente ser interpretado por esses pressupostos, como se cada texto tivesse um propósito quase manipulador. Isso tem gerado leituras direcionadas sobre muitos textos e jornais. Para relativizar isso, é preciso analisar como a imprensa enxerga o seu papel, que instrumentos utiliza em cada texto e como enxerga o próprio papel que exerce na sociedade.

<sup>96</sup> BARROS, José D’Assunção. *Fontes históricas: introdução aos seus usos historiográficos*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2019, p. 185-188.

<sup>97</sup> Ibid. p. 183.

<sup>98</sup> Ibid. p. 183.

Nesse sentido, Barros destaca que cada nova edição de um jornal “abriga de fato uma diversidade considerável de autores, ocultos ou não. Lidar com uma fonte multiautoral, como no caso dos jornais diários, é diferente de lidar com uma fonte monoautoral, como a correspondência, a obra literária ou o relato administrativo”<sup>99</sup>. Isso colabora para entender os diferentes propósitos e sentidos dos textos, com níveis específicos de posicionamento. Na busca por um sentido profundo dos jornais, devemos nos precaver para não criar significados que não existem nos textos jornalísticos. Nesse sentido, embora os jornais por vezes sejam compreendidos a partir de uma bem definida linha editorial, pois cada veículo busca congrega autores que produzam ideias em comum, nas redações, existe um conjunto de autores responsáveis pela elaboração dos textos, o que confere aos jornais um ambiente de múltiplas vozes<sup>100</sup>.

A análise dos jornais, ainda que seja com o objetivo de reconstituir algum episódio específico da história, necessita da consulta a diversos exemplares de um mesmo periódico, com o objetivo de confirmação no tempo das informações que são inferidas sobre o tema<sup>101</sup>. Nesse sentido, destacamos a possibilidade de um processo de pesquisa cada vez mais automatizado dos grandes jornais, e até mesmo dos periódicos menores, através da digitalização, como é o caso dos jornais brasileiros que se encontram, em grande parte, acessíveis à consulta por meio da Hemeroteca Digital Brasileira, vinculada à Biblioteca Nacional.

Ao examinar uma matéria qualitativamente, as possibilidades são muitas, o que se tornou ampliado através da digitalização dos jornais. Pode-se analisar o vocabulário empregado, rastrear temáticas, investigar estratégias discursivas, entre outros aspectos. Além disso, é possível examinar o modo de exploração do mesmo assunto em uma série de edições do jornal, “se eventual, intermitente, recorrente ou insistente, bem como os ritmos de recorrência do assunto em questão nas diversas edições”<sup>102</sup>. Como o processo de consulta digital é recente e grande parte da historiografia brasileira sobre a imprensa foi escrita com base na consulta aos jornais impressos ou microfilmados, o que dificultava o mapeamento de séries mais específicas de abordagens de determinados temas, acreditamos que a influência da história da imprensa tende a crescer e até mesmo a desvendar novas possibilidades de análises, que nas pesquisas anteriores não eram possíveis de serem feitas.

---

<sup>99</sup> BARROS, José D’Assunção. *Fontes históricas: introdução aos seus usos historiográficos*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2019, p. 184.

<sup>100</sup> Ibid. p. 184.

<sup>101</sup> Ibid. p. 185.

<sup>102</sup> Ibid. p. 235 e 237.

Os jornais também têm sido fontes para evidenciar a luta e o protagonismo dos atores sociais negros frente ao racismo estrutural de sua época. Assim tem emergido um conjunto de trabalhos que vão investigar o papel exercido pela imprensa negra ou por intelectuais negros na imprensa, seja ela comercial ou independente. Nesse sentido, o papel dos periódicos ditos da *imprensa negra* tem destaque, pois em oposição ao domínio dos jornais maiores, geralmente se refere a jornais feitos por pessoas negros, para serem comprados ou lidos por leitores negros e com assuntos de interesse da população negra.

Ana Flávia Magalhães Pinto (2010), por exemplo, retrata a existência de uma imprensa negra já no período oitocentista. Na obra *Imprensa negra no Brasil do século XIX* analisou oito jornais negros, cobrindo o período de setembro de 1833 a agosto de 1899: (1) *O Homem de Cor* ou *O Mulato*, (2) *Brasileiro Pardo*, (3) *O Cabrito* e (4) *O Lafuente* (os quatro do Rio de Janeiro do ano de 1833), (5) *O Homem: Realidade Constitucional ou Dissolução Social* (Recife, 1876), (6) *A Pátria – Órgão dos Homens de Cor* (São Paulo, 1889), (7) *O Exemplo* (Porto Alegre, 1892) e (8) *Progresso – Órgão dos homens de Cor* (São Paulo, 1899)<sup>103</sup>. Fica evidente através das datas que a imprensa negra carioca teve mais engajamento na primeira metade do oitocentos. Já a paulista se tornou mais atuante no período do pós-abolição. De fato, as pesquisas sobre a imprensa negra paulista tem sido abundantes, cobrindo vários períodos posteriores à abolição, sobretudo ao longo do século XX.

A Universidade de São Paulo - USP, por exemplo, possui hoje um acervo com exemplares de diferentes jornais da imprensa negra paulista que circularam na cidade ao longo do século XX. A coleção inicial foi obtida por Miriam Nicolau Ferreira (1986), para as pesquisas que originaram a obra *A Imprensa Negra Paulista (1915-1963)*, junto a pessoas que atuavam há anos nos movimentos negros. Hoje a coleção conta com 26 títulos diferentes, como, por exemplo, *A Liberdade* (1919-1920), *A Rua* (1916), *A Voz da Raça* (1933-1937), *Chibata* (1932), *O Clarim da Alvorada* (1924-1927), *Progresso* (1928-1930) e muitos outros<sup>104</sup>.

No contexto do jornalismo feito pelos negros e tratando das demandas negras, destaca-se necessariamente o papel exercido pelos intelectuais negros. José Antônio dos Santos (2003), por exemplo, analisa o papel exercido pelos produtores do jornal *A Alvorada*, em Pelotas, utilizando-se do conceito de intelectuais orgânicos, de Antônio Gramsci, pois eles estavam comprometidos com a superação das desigualdades raciais e de classe que eram notórias no

<sup>103</sup> PINTO, Ana Flávia Magalhães. *Imprensa negra no Brasil do século XIX*. São Paulo: Selo Negro, 2010. 181 p.

<sup>104</sup> USP. *Imprensa Negra Paulista – Periódicos de 1903 a 1963*, 2020. Página inicial. Disponível em: <http://biton.uspnet.usp.br/imprensanegra/> Acesso em: 23.01.2020.

contexto do pós-abolição naquela cidade. Em síntese, o projeto pensado por esses intelectuais para a afirmação e construção de uma identidade negra, além da inserção do negro naquela cidade, passava também pela via do trabalho e da educação<sup>105</sup>.

O que se pode ver no conjunto desses trabalhos sobre a imprensa negra é um diálogo ainda pequeno com o campo das representações sociais que considere inclusive o questionamento às representações da imprensa hegemônica, além de uma ausência de um diálogo mais amplo com o campo do jornalismo, pensando diferentes projetos jornalísticos para a sociedade brasileira. De fato, mesmo os jornalistas se debruçaram pouco sobre a formação histórica do jornalismo no Brasil, além desse necessário diálogo com a historiografia sobre o negro.

Um trabalho que é imprescindível destacar é o artigo “Cidadania por um fio: o associativismo negro no Rio de Janeiro (1888-1930)”, de Petrônio Domingues. O autor questiona a pouca atenção historiográfica dada ao negro no pós-abolição, evidenciando aspectos do associativismo negro no Rio de Janeiro durante a Primeira República. A partir de um amplo levantamento em fontes jornalísticas, Domingues reconstituiu aspectos da trajetória de diferentes agremiações fundadas por negros e dedicadas às lutas por direitos civis, políticos e sociais da população negra. Mas o que mais nos interessa evidenciar aqui sobre este artigo é justamente o uso da imprensa como fonte para recontar aspectos, ainda que parciais, de instituições fundadas por negros e que representavam suas demandas específicas.

Aqui, associativismo é uma noção dinâmica envolvendo um processo contraditório e conflitivo que combina resistência, assimilação e (re)apropriação de ações coletivas e formas organizativas para a defesa dos interesses específicos do grupo. Evidentemente, a reconstituição integral do passado é uma “utopia”, como Jacques Le Goff bem salienta. Mas “o que há de mais tentador do que fazer reviver o que a história tradicional deixara na sombra do silêncio?” (Le Goff, 1989, p.232-233)<sup>106</sup>.

O jornal *Gazeta de Notícias*, por exemplo, divulgou aspectos da *Sociedade Liga de Homens de Cor*, criada em 1888. O *Diário de Notícias* depois também noticiou fatos sobre a *Liga*. “O que sabemos sobre ela é o que apareceu na imprensa”, diz Domingues. E assim o autor aborda outras associações que antes estavam esquecidas pela historiografia, como a *Associação Beneficente D. Isabel - a Redemptora*, a *Sociedade Estrela da Redenção*, o *Club Republicano dos Homens de Cor*, a *Confederação Brasileira dos Homens de Cor*, o *Centro Cívico Monteiro Lopes*, a *Associação dos Homens de Cor*, o *Grêmio Literário Treze de Maio*, a *Caixa*

<sup>105</sup> SANTOS, José Antônio dos. *Raiou a Alvorada: intelectuais negros e imprensa, Pelotas (1907-1957)*. Pelotas: Editora da Universidade Federal de Pelotas, 2003.

<sup>106</sup> DOMINGUES, Petrônio José. “Cidadania por um fio: o associativismo negro no Rio de Janeiro (1888-1930)”. In: *Revista Brasileira de História*, v. 34, nº 67, São Paulo, p. 251-281, 2014, p. 254.

*Beneficente José do Patrocínio, o Grêmio dos Homens de Cor e o Centro Patriótico Treze de Maio.* O autor enfatiza que essas associações eram de caráter político e social também, além das tradicionais associações de caráter religioso e recreativo<sup>107</sup>.

Em comum, esses distintos agrupamentos construíram projetos por meio dos quais as pessoas se sentiam parte de um mesmo grupo e se identificavam mutuamente, forjaram solidariedades fluidas e contingenciais, (re)inventaram tradições que alimentavam suas práticas sociais, estabeleceram diálogos entre si e com as agências do Estado e da sociedade civil, enfrentaram contradições em diferentes circunstâncias históricas, sem contudo deixarem de proclamar os interesses sociopolíticos e direitos civis dos “homens de cor” na esfera pública. [...] Retóricas de igualdade racial foram articuladas no bojo de ações coletivas de auxílio mútuo, de plataformas no campo de direitos e cidadania, de negociações em prol de demandas sociais, políticas e culturais, de intervenções nas estruturas formais de poder, em suma, no âmbito de sonhos e expectativas de inclusão social, reconhecimento e plena participação na vida nacional<sup>108</sup>.

Apesar de essas associações terem sido estudadas a partir de fontes da imprensa, evidenciando representações positivas sobre demandas negras no pós-abolição, ainda há muito que se questionar sobre o papel que a grande mídia exerce sobre a população em geral. Consideramos que os meios de comunicação estão amalgamados com os indivíduos, as instituições e a sociedade, de modo que não é possível dissociar uma coisa da outra, e ambos exercem influencia recíproca direta<sup>109</sup>. Nesse sentido, a discriminação histórica que a população negra sofre no Brasil é compreendida também pela forma como a imprensa, ao longo de mais de 130 anos após a abolição da escravidão, tem representado de forma estereotipada essa parte da população.

Outras pesquisas que analisam o papel da imprensa têm evidenciado esse aspecto discriminatório reproduzido pelos periódicos. Almeida e Silva (2013), por exemplo, investigaram como caricaturas e textos de humor publicados nas revistas ilustradas cariocas entre 1898 e 1918 impunham um lugar ao negro permeado pelo preconceito racial e, apesar de reforçar uma noção de miscigenação no país, a presença do negro ainda era considerada um obstáculo à ocidentalização da nação.

A polifonia quanto ao lugar do negro e a “solução pela mestiçagem” são elementos presentes nas representações dos humoristas nas revistas ilustradas semanais, em desenhos ou textos. A frequente imersão dos artistas em um preconceito hegemônico – deturpando traços e falas – é bastante perceptível, mas há outras evidências presentes nos detalhes e, portanto, um pouco menos visíveis, que são também bastante reveladoras: os jogos de poder, as inversões de lugares, as reivindicações por igualdade, as permanências das posições herdadas do escravismo. Percebemos como

<sup>107</sup> DOMINGUES, Petrônio José. “Cidadania por um fio: o associativismo negro no Rio de Janeiro (1888-1930)”. In: *Revista Brasileira de História*, v. 34, nº 67, São Paulo, p. 251-281, 2014.

<sup>108</sup> *Ibid.* p. 271-272.

<sup>109</sup> RAMOS TRINTA, Aluizio; POLISTCHUK, Ilana. “Modelos Teóricos da Comunicação”. In: *Teorias da Comunicação – O pensamento e a prática da comunicação social*. Rio de Janeiro, Campus, 2003, p. 129.

esse incômodo era também provocado pelo fato de o afro-brasileiro se impor como rebelde, contestador, ou pela sua simples presença em posições sociais que não eram tradicionalmente as suas [...] <sup>110</sup>.

Os autores Pereira e Nascimento (2018) possuem uma interpretação semelhante ao compararem representações imagéticas de pessoas brancas e negras na imprensa ilustrada da Bahia na primeira década do século XX. Concluem que as gravuras sobre os negros, com bases em padrões eurocêntricos, eram intencionalmente reproduzidas de maneira exagerada e desproporcional em relação ao corpo negro, com o objetivo de provocar riso, muito próximo ao que era praticado em quadrinhos e caricaturas raciais norte-americanos.

Ao buscar a representação dos corpos negros, a técnica de produção de imagens aplicada [...] ainda se vê intermediada pelos conteúdos dos tipos raciais puros e/ou unificados, tipificados, grotescos, desproporcionais e que provoquem sensações de não identificação, riso horror, terror, medo e distanciamento <sup>111</sup>.

As duas pesquisas também apontam aspectos de como o contexto internacional esteve influenciando a produção e as representações sobre os negros, que acabavam sendo consideradas até mesmo como símbolos das características nacionais. As ideias importadas, bem como os acontecimentos políticos, influenciavam no modo como o Brasil percebia a sua identidade étnica, mas ainda assim não gerava de maneira suficiente uma representação positiva sobre os negros.

No entanto, ao analisarmos as representações dos jornais, acreditamos que entender essa grande imprensa é mais do que pensar projetos sobre os negros, mais do que pensar apenas a mentalidade das elites. Entender os discursos dessa imprensa é observar também como diferentes personagens negros compunham a sociedade, mesmo em meio aos estigmas expostos nos jornais. Muitas vezes, como se faz também notar nos jornais, as diferentes trajetórias dos personagens apontam para tentativas de sobrevivência e superação dos obstáculos raciais, sociais, econômicos, políticos e culturais da época.

Talvez um exemplo que nos permita enxergar esse contraste entre representações ruins sobre o negro e a luta desenvolvida pelo próprio negro é o artigo de Álvaro Nascimento (2007), “Um reduto negro: cor e cidadania na Armada (1870-1910)”. O autor evidencia os estereótipos construídos por meio de charges e notícias na imprensa sobre os revoltosos, mas

<sup>110</sup> ALMEIDA, Silvia Capanema; SILVA, Rogério Sousa. Do (in)visível ao risível: o negro e a “raça nacional” na criação caricatural da Primeira República. *Est. Hist.*, Rio de Janeiro, vol. 26, nº 52, p. 316-345, julho-dezembro de 2013, p. 340-341.

<sup>111</sup> PEREIRA, Túlio Henrique; NASCIMENTO, Francisco de Assis de Sousa. História e estética n’A COISA: Representações visuais do corpo na imprensa ilustrada da Bahia sobre abolição e pós-abolição. *Revista Tempo e Argumento*, Florianópolis, v. 10, n. 25, p. 09 - 37, jul./set. 2018, p. 34.

contextualizando a papel específico que aquela revolta teve enquanto demanda do grupo de marinheiros negros na marinha.

A revolta dos marinheiros de 1910 levantou debates, que revelaram preconceitos e discutiram as relações entre brancos, mestiços e negros no período pós-abolição, e que se tornaram evidentes em charges e nos noticiários de jornais e revistas da grande imprensa, assim como em memórias de oficiais e estudiosos. A classificação dos indivíduos por categorias de cor permaneceu forte no período, refletindo o preconceito racial existente, que muito contribuiu para impedir a ascensão econômica e social dos negros através do mercado de trabalho<sup>112</sup>.

Conforme o autor destaca, a citação da cor dos indivíduos estava num contexto específico de discriminação. O autor demonstra que uma mesma pessoa poderia ser descrita de diferentes cores nos jornais, muitas dessas descrições portavam fortes marcas de preconceito que persistiram por muitos anos. Além disso, junto às descrições de cores, também persistiam os estigmas sobre a população negra.

Como se de manhã, as senhoras e senhores que lessem o jornal pudessem enxergar o comportamento e as reações de um indivíduo por sua cor. Nesses casos, desinteressava o nome do noticiado, a cor era o maior explicador. Havia um conhecimento prévio em relação ao negro entre os que tinham acesso à escrita e à leitura das folhas e revistas do Rio e de boa parte do país. O não-branco – preto, crioulo, negro, mulato, moreno etc. – carregava estereótipos construídos há décadas e, por isso mesmo, se chegava a preconceitos dos mais complicados, como o fato de estarem “embriagados”, de carregarem o charuto nos “beijos” e não preso aos lábios etc<sup>113</sup>.

Numa charge analisada pelo autor, marinheiros são representados com estereótipos grosseiros. Embora uma charge tenda a apresentar os personagens de maneira caricatural, é bastante evidente numa das imagens apresentadas, como recai sobre o negro uma violência simbólica muito superior a que recai sobre os correlatos personagens brancos caricaturados.

João Cândido tem o rosto totalmente caricaturado, portando orelhas imensas, pálpebras volumosas que encobrem os olhos em sua quase totalidade, lábios protuberantes e muito vermelhos. O rosto e até as pernas, arqueadas, contrastam com a perfeição das linhas com que foram desenhados os dois marinheiros brancos – estes que têm os rostos traçados finamente, sem nenhuma caricatura, conferindo-lhes a imagem de homens. O rosto de João Cândido, ao contrário, não se assemelha ao de um ser humano, mais parece o de um animal, com orelhas próximas às de um elefante ou burro e formas grotescas de um macaco<sup>114</sup>.

Os diferentes modos de silenciamento que os negros sofreram nos jornais ainda dizem muito sobre aspectos significativos de sua história e dos desafios que enfrentaram. No sentido

<sup>112</sup> NASCIMENTO, Álvaro. “Um reduto negro: cor e cidadania na Armada (1870-1910)”. In: CUNHA, Olívia Maria Gomes da; GOMES, Flávio dos Santos (orgs.). *Quase-cidadão: histórias e antropologias da pós-emancipação no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007, p. 284-314.

<sup>113</sup> Ibid. p. 284-314.

<sup>114</sup> Ibid. p. 284-314.



do esquecimento de narrativas ou processos de estereotipia em relação aos negros, Marialva Barbosa (2010) nos ajuda a explicar que os jornais,

ao mesmo tempo, ao valorizarem no seu conteúdo o excepcional, o extraordinário, o ineditismo, veiculados sempre como imparcialidade e verdade, constroem, também, a memória de seu lugar na sociedade e da própria sociedade sob ótica singular. As campanhas que realizam com finalidades específicas, contrapõem o silêncio ideológico de determinados temas. Entre a dialética lembrar e esquecer, os jornais diários vão se constituindo como “senhores da memória” da sociedade, aumentando seu campo de atuação e o seu poder. [...] É preciso considerar, também, que o jornalista, ao selecionar fatos, relegar outros ao esquecimento, escolher a forma de sua narrativa e definir o lugar na página a ser ocupado pelo texto, dirigindo o olhar subjetivo sobre o acontecimento, mantém como essencial a dialética lembrar e esquecer. Aos relatos que devem ser perenizados, imortalizados na prisão da palavra escrita, contrapõem-se outros que devem ser relegados ao esquecimento. A memória é, antes de tudo, a dialética entre lembrança e esquecimento<sup>115</sup>.

Torna-se ainda um desafio nesse campo de estudos compreender o papel efetivo das diferentes representações dos negros nos jornais comerciais sobre os leitores dos periódicos. Não apenas como as leituras autorizadas se processavam, mas que outras interpretações, apropriações e representações se faziam a partir das leituras, além de quais práticas foram esquecidas, transformadas ou ocultadas pelos jornais.

Os dados elencados nesse trabalho mostram que, em seu conjunto, os discursos sobre o negro no *JB* e no *O Paiz* eram extremamente ambíguos. Os jornais buscavam alertar sobre problemas sociais, inclusive, enfrentados pela população negra. No entanto, mesmo ao fazerem isso, cristalizavam a representação depreciativa de pessoas pretas e pardas. Era grande a quantidade de relatos de crimes, marginalidade, pobreza, desvios, doenças e miséria. Por outro lado, eram poucos ou quase nulos os casos de boa conduta, de boa memória e de estima dos personagens negros nas notícias.

Conforme Barros, “uma notícia em um jornal, datado de certo dia, é apenas um elo em uma série maior. [...] Combinar “série” e “periodicidade” revela aspectos antes menos evidentes, mas imprescindíveis”<sup>116</sup>. Quando se olha em conjunto e se compara a gravidade das notícias apresentadas e a ausência de questionamentos mais profundos por parte dos jornalistas, acreditamos que de maneira geral a noção de mito de democracia racial no Brasil já estava sendo fortemente reproduzida nos discursos dos jornais.

Embora sejam fortes as evidências do preconceito racial na imprensa, não eram todas as notícias que portavam esses indicadores. Algumas tinham um esforço de justamento fazer o

<sup>115</sup> BARBOSA, Marialva. *História Cultural da Imprensa: Brasil, 1800-1900*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2010, p. 130-131.

<sup>116</sup> BARROS, José D'Assunção. *Fontes históricas: introdução aos seus usos historiográficos*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2019, p. 243.

contrário, buscar de algum modo denunciar o drama vivido pelos personagens. À medida que reforçavam a imagem do negro vitimado ou autor de crimes, os jornais também tentavam denunciar os problemas vivenciados por aquelas pessoas. Essa era a sua função aparente, consciente, visível, idealizada.

Não acreditamos, contudo, que os esforços fossem suficientes. Consideramos que, no conjunto das notícias, o que se revelava era o predominante descaso com a intensa vulnerabilidade enfrentada pelos indivíduos descritos. Considerando a grande imprensa da época, o estudo sobre a questão racial no pós-abolição é um tema que necessariamente se depara com descrições de agudo empobrecimento, divisão de classes, práticas racistas e intensa precariedade social em múltiplos aspectos da vida.

Pelas suas características comerciais, os textos jornalísticos também se nutriam do sofrimento alheio. Os jornais não tinham apenas um sentido de formação, mas também eram já naquela época um objeto comercial, vinculado à grande empresa jornalística ávida pelo crescimento do número de exemplares vendidos. Sangue, morte, doenças e miséria eram fáceis de serem assimilados, afinal de contas, estavam no cotidiano da cidade. Percíveis, pois a cada dia um caso podia ser substituído por outro similar. Porém, com a capacidade de ganhar uma proporção gigante nas mentes e nas práticas dos leitores.

As narrativas também eram sempre parciais, pois consistiam nos discursos sobre o negro e não em discursos do próprio negro. O negro era objeto de informação, mas não o centro do interesse narrativo. Em contraste com a quase total ausência de representações positivas, bem como de políticas que ampliassem as oportunidades de cidadania da população negra, abundavam os estigmas vinculados à cor. Nesse sentido, concordamos com Barros ao afirmar que não seria preciso usar os casos mais óbvios e gritantes de manipulações e distorções da realidade. Para o autor, não há neutralidade até mesmo quando os jornalistas ou os jornais escolhem, por exemplo, o *que* informar, *quando* informar e *como* informar<sup>117</sup>.

#### 1.4 Estereótipos e representações de cor e raça nos periódicos

Em fins do século XIX, os jornais eram lidos nos mais diversos ambientes, sendo acessíveis a mais do que apenas o público letrado. Segundo Marialva Barbosa (2010), eram lidos nos cafês, nos quiosques, nos botequins, na cadeira do engraxate, nos espaços de trabalho, nas salas de visitas das casas, nos bondes, nas praças, nas ruas, nas avenidas. Havia também o

---

<sup>117</sup> BARROS, José D'Assunção. *Fontes históricas: introdução aos seus usos historiográficos*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2019.

hábito de fixar os exemplares nas portas das redações, e o público comentava, em voz alta, as últimas notícias. Pelo menos quatro pessoas tomavam conhecimento do conteúdo de um único número<sup>118</sup>.

Conforme José D'Assunção Barros (2019), devido ao poder de penetração em vários segmentos sociais de uma população, os jornais se transformam em um poderoso ator político nas sociedades contemporâneas, podendo criar representações que se colocam como realidade para a massa consumidora. “Barato, periódico, socialmente penetrante, formador de hábito de consumo, fácil de manusear e descartável”. Os jornais se tornaram “parte do cotidiano da vida cidadina e um dos seus símbolos mais imediatos”<sup>119</sup>. Ainda conforme o autor,

comprar jornais para lê-los, ou espiar sua primeira página de notícias mesmo no exemplar fixado à porta de uma redação ou na banca de jornal, tornou-se um hábito para grande número de habitantes das cidades. Depois: comentar suas notícias, acreditar nelas, comover-se com o que dizem, temer as suas consequências, encher-se de alguma esperança ou simplesmente assistir, nos diversos textos articulados de um jornal, à passagem da vida em todos os seus aspectos: a política, a vida, a morte exposta nos obituários, a compra e venda anunciada nos classificados, as notícias sobre o país e o mundo, a expectativa de guerra e paz, a sensualidade e o crime, o humor das charges, o gol e a notícia inesperada. Todas essas coisas trazidas pelo jornal, sob a forma de diversão, esperança, medo ou angústia, tornaram-se parte da vida moderna<sup>120</sup>.

Assim, percebe-se que, em fins do século XIX, uma diversidade de representações era oferecida pelos periódicos, e os jornais cresciam ano a ano. A pluralidade de textos segmentados apontava para análises que versavam sobre todo tipo de assunto. As notícias vinham de todas as partes, da cidade, de outros lugares do país e, inclusive, de outros países do mundo. Lado a lado das cenas mais corriqueiras do Rio de Janeiro discutia-se o desenvolvimento da política internacional e suas consequências para o mundo. Em uma coluna constava o cadáver sem nome encontrado numa “vala comum”<sup>121</sup>, e em algumas colunas a seguir podia estar os nomes e as ideias dos grandes intelectuais do país e da Europa.

Junto a essas notícias diversas que constavam nos jornais, cujos discursos são descritos como isentos por parte dos periódicos, muitos sentimentos poderiam ser processados pelos leitores em função das representações feitas. Afinal de contas, o que é escrito nos jornais influencia a maneira como a sociedade compreende o mundo ao seu redor (HALL, 2005; 1997).

<sup>118</sup> BARBOSA, Marialva. *História Cultural da Imprensa: Brasil, 1800-1900*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2010, p. 117-125.

<sup>119</sup> BARROS, José D'Assunção. *Fontes históricas: introdução aos seus usos historiográficos*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2019, p. 186-188.

<sup>120</sup> Ibid. p. 187-188.

<sup>121</sup> Essa expressão usada por Wlamyra Albuquerque ilustra muitos casos de pessoas negras simplesmente encontradas caídas e jogadas nas ruas do Rio de Janeiro, inconscientes e até mortas. Ver: ALBUQUERQUE, Wlamyra. “A vala comum da raça emancipada: abolição e racialização no Brasil, breve comentário”. In: *História Social*, nº 19, Campinas, 2010.

Não foi objetivo desta pesquisa se debruçar sobre as diferentes formas de leitura dos periódicos. De modo que esta pesquisa pode ser complementada no futuro com um estudo sobre a recepção das notícias e dos jornais no período. Nossa metodologia usada para encontrar os dados se deu a partir da ocorrência das representações sobre o negro nos jornais, a partir do ponto de vista dos produtores das notícias, o que revela principalmente os modos como os periódicos representavam a população negra. Não demos preferência para um modelo textual específico. No entanto, a prevalência das ocorrências dos conceitos preto/a e pardo/a nos encaminhou para um tipo recorrente de texto, o texto factual, ou os fatos diversos (*fait divers*), principalmente, as crônicas policiais. Já a palavra negro/a direcionou a busca sobretudo para os artigos de opinião.

Conforme José D'Assunção Barros, no jornal, as informações e opiniões são duas ordens de discursos que se alternam, interagem entre si, e por vezes se fundem em uma coisa só<sup>122</sup>. Os elementos de opinião também apareciam de maneira rasa nas notícias factuais. Porém, especificamente, não havia também nos artigos de opinião um uso qualitativo dos eventos que envolviam os personagens negros brasileiros com o objetivo de promover um amplo debate sobre a questão racial e social no país. A imprensa parecia sofrer de certa miopia, pois enxergava características racistas fortes em outros países, como os Estados Unidos, porém não as expunha em seu próprio país.

Pesquisando sobre o pós-abolição nos jornais de São Paulo, na obra *Retrato em Branco e Negro*, Lilian Schwarcz (1987) apresenta algumas características das representações jornalísticas sobre cor e raça negra. De acordo com ela, “a seção de notícias trazia, no entanto, não só textos que se referiam a cenas violentas. Apareciam também, e de forma constante, artigos que relatavam a ‘natural’ dependência do negro, que nada podia fazer frente ao abandono ou à falta de tutela de seu senhor”<sup>123</sup>.

No caso do Rio de Janeiro, se analisarmos os sentidos e as intencionalidades principais dos textos nos jornais, o agregado das notícias revelaria sobretudo a condição de quase total exclusão e dependência de grande parte dos personagens. Porém, é na diversidade das representações que queremos concentrar também a nossa contribuição feita a partir da análise de um conjunto amplo de ocorrências encontradas sobre os personagens negros nos jornais. Apenas apresentando caso a caso, poderemos perceber que existiam também nas entrelinhas das notícias outras características dos personagens que viviam à mercê das dificuldades enfrentadas.

<sup>122</sup> BARROS, José D'Assunção. *Fontes históricas: introdução aos seus usos historiográficos*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2019, p. 199.

<sup>123</sup> SCHWARCZ, Lilia Moritz. *Retrato em branco e negro: jornais, escravos e cidadãos em São Paulo no final do século XIX*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987, p. 123.

Conforme explica Schwarcz, se por um lado, do ponto de vista do texto jornalístico “(o negro) era considerado absolutamente incapaz de sobreviver”; por outro lado, os “exemplos citados de marcas de dependência não trazem expressamente essa característica, pelo contrário, revelavam a autonomia do negro”<sup>124</sup>.

Os discursos negativos sobre personagens negros nos jornais *O Paiz* e *Jornal do Brasil*, retratando reiteradamente a pobreza, a violência e a morte de personagens pretos e pardos, eram contínuos ao longo dos primeiros anos após a abolição e tinham pouco ou quase nulo equilíbrio com representações positivas sobre a população negra. Fixou-se assim nas páginas da imprensa de fins do século XIX no Rio de Janeiro a imagem do negro matando ou, predominantemente, sendo morto. Em ambos os casos, lhe restava a limitação de uma imagem contínua e genérica reproduzida pelos jornais.

Devemos olhar com mais profundidade o papel exercido pela imprensa ao transmitir apenas ou predominantemente esse tipo de representações sobre os negros vivenciando situações da ampla dificuldade. Nesse sentido, os jornais impunham um lugar de leitura comum e inferior sobre o negro, o que tinha uma carga simbólica muito forte, alimentando os estereótipos sobre o negro como miserável, criminoso, excluído, entre outras características. Se em determinado grau a imprensa é influenciada pelas representações que existem na sociedade, buscando retratar a realidade, da mesma forma a imprensa exerce um papel importante na maneira como a sociedade pensa e constrói o seu imaginário sobre determinados assuntos.

Até que ponto, por exemplo, a massa de personagens retratados também serviu como maneira de exploração dos jornais da imagem facilmente assimilada do negro enquanto aquele que padecia e também trazia temor para a sociedade? Muito diferente de analisar amplamente o contexto em que viviam as pessoas retratadas, vítimas e acusados, os jornais simplesmente apresentavam o evento extraordinário, geralmente em tom policialesco. Assim, os periódicos pouco faziam para revelar os fatores que geravam as situações noticiadas e colaborar com o término daquelas dificuldades. Frente a isso, também eram poucas, quase nulas, as representações positivas sobre o negro.

Em muitos momentos, sobretudo quando se tratavam de crimes cometidos por negros, os jornais abusavam dos adjetivos que retratavam o negro enquanto louco, sanguinário, bruto, assassino, ladrão, gatuno. Nesses casos, pouco se fazia para mostrar os dois lados da história. As notícias desse tipo eram feitas para despertar o interesse do leitor, mas podiam ter consequências com um alcance muito mais amplo. Comparativamente, quando o negro era

---

<sup>124</sup> SCHWARCZ, Lilia Moritz. *Retrato em branco e negro: jornais, escravos e cidadãos em São Paulo no final do século XIX*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987, p. 124.

vítima de crimes e agressões, os responsáveis, geralmente brancos, não recebiam adjetivos tão pejorativos quanto os aplicados aos negros.

A partir do que apontou Bronislaw Geremek (1995) a respeito da retratação na literatura sobre a população menos favorecida europeia entre os séculos XV e XVIII, podemos apontar que na imprensa do Rio de Janeiro, no período do pós-abolição, os jornais podiam até revelar uma face de aparente piedade, compaixão e consideração pelo negro vítima de agressão, acidentes, infortúnios, doenças. Mas pouco faziam para que essa situação fosse modificada. O reconhecimento de uma humanidade em comum não tornava o negro um cidadão em comum. O agredido era sempre a vítima da compaixão. E não o sujeito portador da mesma cidadania que o reprodutor das notícias ou até mesmo que os autores das agressões.

Essa desumanização do negro se deu, inclusive, no fato de que os crimes e o sofrimento eram tratados como episódios quaisquer. Nunca era apontado o caráter racista da violência e da exclusão. As situações de vulnerabilidades enfrentadas pelos negros eram tratadas pela imprensa como o reflexo caótico da desgovernabilidade da cidade e do país que poderia atingir a toda a massa de cidadãos, com características específicas sobre o empobrecido. Mas não era feita uma consideração das nuances étnicas e de cor que impunham sobre o negro um sofrimento violento e desproporcional. Os crimes cometidos contra os negros eram simplesmente tratados pela imprensa como casos acidentais, fortuitos, pontos fora da curva. No entanto, se repetiam ano a ano sem que a imprensa divulgasse a sua gravidade e o seu caráter racista e discriminatório. Porém, havia uma lógica nesses crimes que a imprensa, em suas crônicas policiais e em seus artigos de opinião, não reconhecia e, portanto, não confrontava essa reprodução da violência contra o negro. Na lógica do mito da democracia racial, até hoje em dia a sociedade brasileira tem dificuldades em ler episódios de preconceito e discriminação contra o negro como sendo atitudes racistas.

Como apresentaremos ao longo deste trabalho, uma das importantes verificações da produção dessa tese e uma das marcantes características dos jornais esteve vinculada às representações de raça e cor. Em termos jornalísticos, esses conceitos fizeram parte quase de dois mundos completamente apartados um do outro nas acepções da mídia. Enquanto os indivíduos descritos como pretos/as e pardos/as eram representados sobretudo nas crônicas policiais, os textos que utilizavam a nomenclatura negro/a eram geralmente os artigos de opinião.

Assim, embora fossem a nosso ver temas indissociáveis, pode-se dizer que havia um modo predominante de os jornais representarem a *cor* das pessoas pelos conceitos “preto/a” e “pardo/a” que se diferenciava quase completamente da forma como representavam a *raça* da população nomeadamente “negra”. A representação de cor era, portanto, demarcada pelos

léxicos preto/a e pardo/a, enquanto a representação racial era demarcada pela terminologia negro/a.

Os personagens descritos como pretos/as e pardos/as faziam parte do contexto das descrições sobre a cidade ou sobre algum outro local do país. A imprensa chamava os cidadãos brasileiros negros principalmente por essas duas terminologias: preto/a e pardo/a. Sobre os pardos havia uma tentativa de inclusão no discurso eugênico em formação da época. Conforme Schwarcz (1993, 1994) explica, os modelos eugênicos europeus foram adaptados para o Brasil de maneira a contemplar o discurso de miscigenação. Nesse sentido, nos jornais analisados, mesmo em fins do século XIX, afirmava-se a miscigenação como um fator positivo para a composição racial do país. Desse modo, o empardecimento ou embranquecimento do preto também se fazia notar nos discursos ao valorizarem o elemento nacional miscigenado.

Não obtivemos resultados significativos quando buscamos nos dois jornais analisados (*JB* e *O Paiz*) outras terminologias, como “crioulo/a”, “mulato/a”, “moreno/a” ou simplesmente “de cor”. Eram mais raras essas descrições, o que nos leva a pensar que eram expressões mais coloquiais, que os jornais evitavam. Chamou-nos a atenção, inclusive, o fato de essas expressões serem mais repetidas em folhetins e anúncios de teatro, o que reforça a ideia de que eram expressões usadas naquela época de maneira mais coloquial e que impunham um estigma forte sobre o negro, pois faziam parte das representações artísticas e literárias. Esses dois gêneros textuais buscam representar o cotidiano fazendo uso das representações próprias do contexto social que retratam, às vezes naturalizando, às vezes criticando. Já os textos jornalísticos, que supostamente se utilizam de um discurso de maior formalidade e isenção, tendem a usar expressões oficiais, ainda que, como recurso estilístico, por vezes reforcem os usos coloquiais da língua. Estamos evidenciando os discursos presentes nos dois jornais analisados. Nada que tenhamos investigado nos permite ir além desses discursos jornalísticos específicos.

Também é marcante nos jornais o fato de que a questão especificamente tratada como “negra” ou “racial” era pensada necessariamente como um problema internacional, bem mais do que uma temática nacional. Para os jornais, falar em raça negra naquela época era abordar um tema que estava aparentemente muito distante de uma questão do negro no Brasil. A questão negra envolvia um assunto de alcance e interesse global, conforme os jornais. No entanto, não é simplesmente que a questão do negro no mundo fosse supervalorizada, o que havia era uma sub-representação da questão a respeito do problema envolvendo o negro no Brasil.

Na época, os jornais já convencionavam tratar o tema como “questão racial”, o que demonstra como o discurso sobre raça já estava presente na sociedade e como os negros eram percebidos como raça. Não eram personagens negros que estavam sendo descritos por sua raça,

mas havia a compreensão de que o termo negro era menos os indivíduos e mais aqueles que, sendo pretos e pardos, eram percebidos como componentes de um grupo racial que enfrentava os mais diversos tipos de desigualdades em comparação com os indivíduos pertencentes à raça branca.

Nos jornais analisados, reunindo tantas vozes diversas, não é possível estabelecer, em termos de discussão sobre a questão da raça negra no Brasil e no mundo, uma única direção. Os jornais também se omitiam em muitos assuntos vivenciados pela sociedade da época. Embora os jornais citassem as dificuldades e os desafios enfrentados pela população negra, não havia um real engajamento em apontar as causas, as consequências e possíveis soluções para os problemas narrados no cotidiano da cidade.

Nesse sentido, achamos pertinente trazer para essa discussão o conceito de “espiral do silêncio”, de Elisabeth Noelle-Neumann (2017). Para a pesquisadora, o silêncio imposto pela visão de mundo dominante em um grupo ou uma sociedade se processa de tal forma que determina o isolamento das ideias não aceitas pelo grupo mais amplo<sup>125</sup>. Segundo Clóvis de Barros Filho (2003), a “espiral do silêncio”

denuncia, sobretudo, que a abordagem dada pelos meios a determinado fato, respeitadas algumas condições de consonância, acaba se impondo de maneira progressiva. Ou seja, depreende-se dessa hipótese que os meios não se limitam a impor os temas sobre os quais se deve falar, mas também impõem o que falar sobre esses temas<sup>126</sup>.

A Teoria do Espiral do Silêncio, de Elisabeth Noelle-Neumann, mostra como a mídia funciona em relação à opinião pública e silencia suas ideias através de três mecanismos: (1) Acumulação, que se refere ao excesso de exposição de determinados temas nos meios de comunicação social; (2) Consonância, que se refere à forma semelhante como as notícias são produzidas e veiculadas; (3) Ubiquidade, que se refere à presença dos meios de comunicação social em todos os lugares<sup>127</sup>.

Percebemos que os três mecanismos se processavam em relação ao tema investigado aqui. (1) De forma cumulativa, ao longo dos meses e anos, a imprensa de fins do século XIX fazia uso da imagem do negro com o objetivo de revelar o ambiente de crimes e misérias. (2) As notícias seguiam padrões que praticamente não se fazia notar diferenças entre textos de um dia em relação a outro. Retirando os nomes, quando constavam, e os locais, o restante do texto

<sup>125</sup> Sobre este tema, ver: NOELLE-NEUMANN, Elisabeth. *A Espiral do Silêncio - Opinião Pública: Nosso Tecido Social*. Florianópolis: Estudos Nacionais, 2017; BARROS FILHO, Clóvis de. *Ética na Comunicação*. São Paulo: Summus, 2008.

<sup>126</sup> BARROS FILHO, Clóvis de. *Ética na Comunicação*. São Paulo: Summus, 2008, p. 183.

<sup>127</sup> PORTO, Gabriella. “Espiral do Silêncio”. *Infoescola.com*. Disponível em: <https://www.infoescola.com/filosofia/espiral-do-silencio/>. Acesso em: 07.01.2020.



tinha praticamente a mesma característica. (3) Finalmente, o objetivo da grande imprensa era se fazer presente na rotina dos leitores como o mecanismo de informação verdadeira, transmitindo os fatos que ocorrem ao redor do mundo e na vizinhança com a presumida propriedade para dizê-lo.

Nesse contexto, percebemos que existiram temas que não tinham espaço nos jornais cariocas de fins do século XIX. Supostamente nesse silenciamento havia uma tentativa de integração, uma presunção de que através do silêncio fossem diminuídos os estigmas sobre os negros. As consequências da ausência de uma discussão e uma ação mais profunda da questão racial no Brasil repercutem na permanência das desigualdades e dos diferentes problemas que lhes são inerentes.

Hoje no Brasil, o reconhecimento da exclusão, do racismo e da desigualdade que o negro sofre por vezes é descrito e interpretado por muitas pessoas como manifestações de vitimização. Uma das ideias que predomina em grande parte do senso comum, é que está se racializando um país que sempre conviveu de forma harmônica com as diferenças. Essa visão, tão presente atualmente, já está de certa forma delineada na fuga empreendida pelos jornais de fins do século XIX, evitando questionar de frente a nítida discriminação que havia contra o negro.

Na obra *Opinião Pública*, Walter Lippmann (2008) considera os meios de comunicação como um filtro entre a realidade a nossa volta e as imagens que formamos em nossas mentes sobre ela. Conforme esta premissa, a nossa opinião sobre o mundo, portanto, seria um reflexo do que é apresentado pelos meios de comunicação e não corresponderia à realidade do mundo exterior. Segundo o autor, “a democracia original nunca enfrentou seriamente o problema que surge devido ao fato de a imagem interna na cabeça das pessoas não corresponder automaticamente ao mundo exterior”<sup>128</sup>. Alguns fatores são apontados pelo autor para demonstrar a formação da opinião pública de forma mediada e apressada pelos meios de comunicação.

São eles as censuras artificiais, as limitações do contato social, a relativa falta de tempo disponível diariamente para prestar atenção nos assuntos públicos, a distorção emergente devido aos eventos que precisam ser comprimidos em mensagens muito breves, a dificuldade em fazer um pequeno vocabulário expressar um mundo complicado, e finalmente o temor de enfrentar aqueles fatos que parecem ameaçar a rotina estabelecida das vidas humanas<sup>129</sup>.

Todos esses fatores se encaixariam às representações sobre os negros no Rio de Janeiro. Possivelmente, é nesse mesmo sentido que Costa Pinto (1998) explica um dos aspectos da formação do preconceito contra o negro no Brasil. “[...] o preconceito racial consiste, em certo sentido, num característico sistema de reações estereotipadas, mais ou menos integradas, que

<sup>128</sup> LIPPMANN, Walter. *Opinião Pública*. Petrópolis: Vozes, 2008, p. 41.

<sup>129</sup> Ibid. p. 41.

são adquiridas, por diversos modos, na vida social”. Segundo o autor, a formação do preconceito ocorre “*não no contato com o negro mas através da assimilação das opiniões existentes sobre o negro*”<sup>130</sup>.

A inferiorização circular do negro na sociedade brasileira tem sido, entre nós, um fecundo filão de estereótipos raciais. Ela consiste no seguinte: o negro, historicamente colocado em posição econômica e social inferior, tem essa posição social explicada e justificada, pelos portadores do preconceito, como sendo um produto da inferioridade racial; essa opinião, por outro lado, gera e mantém estereótipos que funcionam como barreiras, quer de ordem objetiva, quer de ordem subjetiva, que impedem ou dificultam a ascensão social do negro, fazendo com que produtos do preconceito e da desigualdade de oportunidades sejam utilizados para a sua própria justificação<sup>131</sup>.

Tal como a obra organizada por Lustosa (2011), consideramos que o estereótipo se trata de uma visão pré-determinada, equivocada e generalista, muitas vezes usado na imprensa como forma de piada sobre sujeitos diversos, por vezes grupos minoritários, cujas representações positivas ou os contradiscursos são pouco difundidos<sup>132</sup>.

Por que agimos, portanto, de maneira mediada e apressada através dos estereótipos? Segundo Lippmann,

[...] o ambiente real é excessivamente grande, por demais complexo, e muito passageiro para se obter conhecimento direto. Não estamos equipados para tratar com tanta sutileza, tanta variedade, tantas modificações e combinações. E embora tenhamos que agir naquele ambiente, temos que reconstruí-lo num modelo mais simples antes de poder manejá-lo. Para atravessar o mundo as pessoas precisam ter mapas do mundo. Sua dificuldade persistente é apoderar-se de mapas nos quais suas próprias necessidades, ou a necessidade de outro, não tenham sido delineadas [...]<sup>133</sup>.

Finalmente, para Lippmann, “a análise da natureza das notícias e da base econômica do jornalismo parece mostrar que os jornais necessária e inevitavelmente refletem, e, portanto, em grande valor ou medida, intensificam a defeituosa organização da opinião pública”<sup>134</sup>. A solução para esse embaraço público passa, de acordo com o autor, pela ciência política.

Minha conclusão é que, para serem adequadas, as opiniões públicas precisam ser organizadas para a imprensa e não pela imprensa, como é o caso hoje. Esta organização eu concebo como sendo em primeira instância a função da ciência política que ganhou seu próprio lugar como formuladora, previamente à real decisão, em vez de ser apologística, crítica, ou reportando após a decisão ter sido tomada<sup>135</sup>.

<sup>130</sup> COSTA PINTO, Luiz de Aguiar. *O negro no Rio de Janeiro: relações de raça numa sociedade em mudança*. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1998[1953], p. 186.

<sup>131</sup> Ibid. p. 187.

<sup>132</sup> LUSTOSA, Isabel (Org.). *Imprensa, humor e caricatura: a questão dos estereótipos culturais*. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2011, 560p.

<sup>133</sup> LIPPMANN, Walter. *Opinião Pública*. Petrópolis: Vozes, 2008, p. 31.

<sup>134</sup> Ibid. p. 42.

<sup>135</sup> Ibid. p. 42.

## 2 UM DESAFIO NO BRASIL E NO MUNDO: REPRESENTAÇÕES SOBRE A QUESTÃO “NEGRA” NO *JORNAL DO BRASIL* E *N’O PAIZ*

Duas características jornalísticas principais têm sido a transmissão de notícias factuais e também o posicionamento frente aos temas de relevância para a sociedade. Nesse contexto, costuma-se dividir os textos dos jornais em informativos e opinativos. No entanto, para muito além desses dois gêneros, há uma miríade de outros textos nos periódicos, tais como a propaganda, a charge, a literatura, os anúncios, entre outros. Neste trabalho, porém, trabalhamos especificamente com a dicotomia entre textos informativos e textos opinativos nos jornais analisados. Apesar dessa aparente finalidade específica de cada texto – informar e opinar –, José D’Assunção Barros (2019) explica que, na prática, existem relações diretas entre os dois gêneros textuais jornalísticos. Conforme o autor,

se uma das funções declaradas do jornal é informar, outra delas é de opinar. Essas duas lógicas parecem se confrontar e interagir desde os primórdios da inserção dos jornais nas sociedades industriais e capitalistas. Teríamos aqui dois gêneros distintos – o “jornal informativo” e o “jornal opinativo”? Mas, será mesmo possível ter a informação desligada da opinião? É possível informar – e especialmente em relação a determinado tipo de informes – com plena neutralidade? Ou será que, ao informar isso e não aquilo, e desta maneira e não de outra, já não estamos agindo necessariamente sobre a sociedade, e transmitindo a ela valores muito específicos?<sup>136</sup>.

Há marcas específicas nos textos que, mediante a predominância dessas características, convencionou-se classificá-los de acordo com um ou outro gênero. Neste capítulo da tese, nos dedicamos a analisar parte do conteúdo dos jornais que pode ser classificada como integrante dos chamados textos de opinião, ainda que cientes de que essa categoria não está completamente circunscrita.

Ao analisar os textos opinativos dos periódicos *O Paiz* e *Jornal do Brasil* nos anos posteriores a 1888, verificamos alguns aspectos recorrentes das temáticas abordadas, fazendo com que possamos classificá-los como tratando principalmente da questão negra vinculada aos seguintes temas ou contextos da época: abolicionismo, república, trabalho, imigração, África, Estados Unidos, entre outros. Há também uma nítida divisão entre questões nacionais vinculadas ao negro e questões internacionais. Raramente essa divisão entre problemas internos e externos se entrecruzam, fazendo parecer que a situação social do negro no Brasil por vezes é melhor que a do negro em outros países, especialmente a dos Estados Unidos, ao mesmo

---

<sup>136</sup> BARROS, José D’Assunção. *Fontes históricas: introdução aos seus usos historiográficos*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2019, p. 198.

tempo em que a situação econômica do negro americano seria superior e modelo para o resto do mundo, especialmente para o Brasil.

Nos textos opinativos, o tema a respeito da situação do negro no Brasil era abordado principalmente como uma memória do abolicionismo. Os jornais buscavam a valorização da liberdade e, principalmente, daqueles que empreenderam a luta pela libertação da raça negra. Os jornais tratavam sobre como diferentes personagens da política brasileira deviam ser lembrados pela campanha abolicionista, tais como Joaquim Nabuco, Princesa Isabel, José do Patrocínio, Quintino Bocaiuva, Luiz Gama, Ferreira de Menezes, Joaquim Serra, entre outros. Tanto artigos jornalísticos contendo a biografia desses personagens quanto artigos que se referiam ao 13 de maio suscitavam o relato de como os heróis abolicionistas estiveram envolvidos com a libertação da raça negra<sup>137</sup>. Certamente esses personagens também eram tema de controvérsias tendo em vista o posicionamento republicano ou monarquista de autores e de periódicos específicos.

Dois temas inseparáveis em muitos artigos jornalísticos, sobretudo no jornal *O Paiz*, eram o Abolicionismo e a República, como se um e outro estivessem plenamente ligados, mas servindo a propósitos diferentes. Era como se, para *O Paiz*, a abolição tivesse libertado socialmente a raça negra e levado à República, um novo regime político que libertou também a raça branca. Apesar das incompletudes e dos problemas reiterados tanto da república quando da abolição, os jornais os abordavam como motivos de comemoração. Nesse contexto, raramente era evidenciada a incapacidade de ambos resolverem as questões mais práticas da vida na cidade, tanto de negros quanto das camadas pobres.

Já para o *Jornal do Brasil*, pelo menos até 1893, o abolicionismo era um empreendimento da Monarquia destituída de maneira ilegítima. Durante anos, nesse jornal, as notícias que envolviam a antiga família real também eram repletas de saudações à princesa Isabel pela “libertação” da raça negra, como por exemplo, ao noticiar a morte de D. Pedro II em dezembro de 1891. Para o *JB*, a República se tratava de uma usurpação e um golpe ao governo de D. Pedro II e à regência da Princesa Isabel.

No fundo, havia poucas diferenças entre os jornais, conforme demonstrou Marialva Barbosa (2010). Mas cada um se colocava como o portador da memória sobre os acontecimentos históricos.

---

<sup>137</sup> *Cidade do Rio*, 13 de maio de 1889, apud MACHADO, Humberto Fernandes. “A imprensa do Rio de Janeiro e o pós-abolição”. In.: *XXVIII Simpósio Nacional de História - Lugares dos Historiadores: velhos e novos desafios*, Florianópolis - SC, p. 1-15, 27 a 31 de julho de 2015, p. 2.

As semelhanças entre os cinco mais importantes diários do Rio de Janeiro são maiores do que as diferenças que fazem questão de apregoar nas campanhas tornadas públicas. [...] Os temas abolicionistas e republicanos, desenvolvidos nos periódicos surgidos no decorrer das décadas de 1870 e 80, preparam terreno para um novo jornalismo que seguirá ainda os passos da polêmica até a primeira década do século XX, embora procurasse divulgar cada vez mais a ideia de imparcialidade. [...] Às campanhas que realizam com finalidades específicas, contrapõem o silêncio ideológico de determinados temas. Entre a dialética lembrar e esquecer, os jornais diários vão se constituindo como “senhores da memória” da sociedade, aumentando seu campo de atuação e o seu poder<sup>138</sup>.

Conforme Barros, “a comunicação de opiniões, e a transmissão de informações, conforme se vê, conviviam no jornalismo do século XIX de maneira muito explícita – seja no confronto entre diferentes tipos de jornais, seja em seções distintas de um mesmo periódico”<sup>139</sup>. Assim, os dois jornais selecionados são bastante relevantes no debate político da época, sendo *O Paiz* republicano e o *Jornal do Brasil* monarquista em seus primeiros anos de circulação. Os artigos de opinião, bem como o conjunto de ideias contidas em um jornal, possui a capacidade de influenciar a opinião pública e também produzir novas demandas. Assim cada periódico vai também participar da política. Barros chega a afirmar que um jornal pode até mesmo interferir diretamente nos destinos de uma nação, constituindo-se como um quarto poder político<sup>140</sup>. Porém, com o passar dos anos, a República vai se fortalecer como o regime político possível no Brasil. O próprio *Jornal do Brasil* se torna mais próximo aos governos republicanos.

Do ponto de vista dos objetivos dos textos jornalísticos, de acordo com Barros, o escritor-jornalista escreve para múltiplos atores sociais, destacando-se, por exemplo, a cadeia hierárquica superior, como o dono do jornal, o diretor, o redator-chefe e seus superiores mais imediatos; o público que lerá seu texto depois de impresso; e também os outros repórteres com os quais o jornalista concorre<sup>141</sup>. Desse modo, as opiniões retratadas recebem influência de diferentes atores, podendo caracterizar não somente a opinião de quem escreve, mas a maneira como o escritor-jornalista deseja ser lido.

Para além da questão do negro no Brasil, cujo debate era muito tímido, quando se tratava da questão racial, ao abordarem o tema em outros contextos, como o norte-americano e o africano, os jornais eram um pouco mais expressivos nas análises, pois vinculavam dados factuais com a discussão social mais estrutural. Sobre a questão brasileira, o tema não dialogava com a realidade das ruas, vista através das crônicas policiais. Por isso, os argumentos eram geralmente esvaziados pelo tom comemorativo ou político. À medida que outras realidades

<sup>138</sup> BARBOSA, Marialva. *História Cultural da Imprensa: Brasil, 1800-1900*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2010, p. 120; 130; 131.

<sup>139</sup> Ibid. p. 199.

<sup>140</sup> Ibid. p. 196.

<sup>141</sup> Ibid. p. 195.

estavam mais distantes do Brasil, os redatores se posicionavam melhor, revelando abertamente os problemas oriundos do preconceito racial.

No artigo *Espetáculo da miscigenação*, conforme Lilia Schwarcz (1994), durante os anos 1880, debatia-se na Câmara de Deputados e em outras instituições a imigração de trabalhadores ao Brasil, com rechaço à entrada de imigrantes africanos e asiáticos<sup>142</sup>. Nesse debate, para os jornais, importava colocar em primeiro lugar a contribuição econômica do grupo migrante, fosse ele negro ou branco<sup>143</sup>.

Já em *Retrato em branco e negro: jornais, escravos e cidadãos em São Paulo no final do século XIX*, obra que mostra as representações jornalísticas sobre o negro em São Paulo, também no final do século XIX, a historiadora Lilia Schwarcz (1987) elenca um conjunto de temáticas abordadas pelos periódicos que analisou. De acordo com a autora (1987), “as práticas africanas eram descritas – assim como nos diz Roger Bastide com relação ao negro na literatura brasileira – ressaltando-se antes de tudo os estereótipos negativos comumente empregados em relação ao negro: a feitiçaria, a violência, a degeneração e a imoralidade”<sup>144</sup>. Por outro lado, “os princípios evolucionistas e o tom paternalista estavam então mais do que presentes: era do branco que partia a civilização e o saber, e era deste que o negro devia aproximar-se a fim de “regenerar-se”, alcançando a cidadania através do “empenho” ou mesmo do ‘mérito’”<sup>145</sup>. “Os discursos [...] explicavam desde a inferioridade dessa raça (negra) com relação à branca até suas características de “humildade e servilismo”, explica a autora<sup>146</sup>. Assim, “a noção de civilização transformava-se aos poucos num dos valores mais ‘caros’ na época”<sup>147</sup>. Apesar de tudo isso, o chamado “mito da democracia racial”, tão forte a partir da década de 1930 com a divulgação das obras de Gilberto Freyre, segundo Schwarcz, já estava presente em fins do século XIX, preocupando-se “explicitamente em caracterizar a convivência racial pacífica existente em nosso país”<sup>148</sup>.

Já do nosso ponto de vista, sobre os jornais analisados no panorama carioca, apesar da sensibilidade com que alguns temas eram abordados, a questão de um modelo liberal de trabalho fazia com que os jornais retratassem de forma comparativa a questão social da

<sup>142</sup> SCHWARCZ, Lilia Moritz. “Espetáculo da miscigenação”. In: *Estudos Avançados*, 8(20), p. 137-152, 1994, p. 142.

<sup>143</sup> *O Paiz*, 28 de agosto de 1893, p. 1.

<sup>144</sup> SCHWARCZ, Lilia Moritz. *Retrato em branco e negro: jornais, escravos e cidadãos em São Paulo no final do século XIX*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987, p. 115.

<sup>145</sup> *Ibid.* p. 111.

<sup>146</sup> *Ibid.* p. 113.

<sup>147</sup> *Ibid.* p. 109.

<sup>148</sup> SCHWARCZ, Lilia Moritz. *Retrato em branco e negro: jornais, escravos e cidadãos em São Paulo no final do século XIX*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987, p. 112.

população negra no mundo. Nesse contexto, o modelo de trabalho norte-americano era usado como referência para a raça negra brasileira e de outros lugares, como a própria África. Ficava explícita a opinião sobre o caráter degenerativo da raça negra brasileira em comparação com os negros dos Estados Unidos.

Apesar de também estar presente, não havia peremptoriamente nos jornais a noção predominante de evolução racial com base biológica, como se a raça branca fosse superior à negra. Mas reconhecia-se que as condições sociais do negro brasileiro, sem acesso à educação, impediam a sua inserção na sociedade e no mundo do trabalho, o que teoricamente ficou em voga com a aplicação de caráter social da visão darwinista. Assim, as desvantagens dos negros no Brasil e em outros lugares do mundo eram consideradas uma questão de cunho social e não biológico.

Os Estados Unidos, considerados também como a “terra da liberdade”, bem como das oportunidades, eram considerados um exemplo para os negros brasileiros. Embora o racismo também fosse muito destacado, a ascensão profissional através da instrução básica tornava os negros americanos civilizados e industriais a ponto de serem considerados como de mais valor que homens de raça branca de outras terras. Destacava-se assim, não apenas a questão da discriminação racial, mas toda uma importância da vida laboriosa para uma ou outra raça. Assim, a importância de uma ou outra raça aparecia vinculada a sua formação para o trabalho<sup>149</sup>. Sobre esse tema, a posição de Schwarcz é a seguinte:

Outro país também citado pelos jornais, [...] como exemplo a ser seguido já nesse momento, eram os Estados Unidos. As notícias, nesse caso, em geral enalteciam as atitudes desse país, em especial a forma como lá se deu a abolição da escravidão<sup>150</sup>.

Apesar disso, os jornais no Rio de Janeiro eram predominantemente bastante críticos em relação à segregação norte-americana. Embora modelo de operosidade, os Estados Unidos eram expressos como o pior exemplo de desigualdade racial. A maior parte dos artigos retratavam os EUA como violentamente segregacionistas e em que os conflitos raciais eram uma nódoa humana. Os linchamentos raciais eram frequentemente relatados, demonstrando a intransigência dos brancos para com os negros. Continuamente eram destacados os atos de sublevação que os negros promoviam frente à opressão branca, ao racismo e ao assassinato de negros.

---

<sup>149</sup> *O Paiz*, Rio de Janeiro, quinta-feira, 30 de janeiro de 1890, p. 1/6.

<sup>150</sup> SCHWARCZ, op. cit., p. 118.

## 2.1 O Abolicionismo e o debate entre Monarquistas e Republicanos nos periódicos *O Paiz* e *Jornal do Brasil*

Muitas transformações ocorreram no final do século XIX. Além da abolição da escravidão, a Proclamação da República foi outro marco dessa fase. Podemos dizer, inclusive, que a própria imprensa e seu desenvolvimento também podem ser analisados como um aspecto importante do período. À imprensa da época pode ser aplicado o conceito de grande imprensa, com as devidas ressalvas. Tânia Regina de Luca (2008) explica que a expressão, apesar de consagrada, é vaga e imprecisa. Além disso, adquire sentidos diferentes em razão do momento histórico em que é aplicada. Em relação ao final do século XIX, pode ser ainda mais complexo o uso desta expressão, pois trata-se de um período de incrementos na imprensa. Segundo Luca, de forma genérica a grande imprensa “designa o conjunto de títulos que, num dado contexto, compõe a porção mais significativa dos periódicos em termos de circulação, perenidade, aparelhamento técnico, organizacional e financeiro”. Considerando esta definição, os jornais *O Paiz* e *Jornal do Brasil* compõem a grande imprensa da capital em fins do século XIX<sup>151</sup>.

O final do século XIX foi marcado pela diversidade de públicos nas cidades, pela crescente alfabetização e por uma maior presença da cultura letrada. Ainda que insipiente, ocorreu uma expansão do uso de imagens nos jornais, graças à litografia e a fotografia. Marialva Barbosa, na obra *História da Comunicação no Brasil* (2013), explica como as imagens geradas por esses processos eram apropriadas pelos meios de comunicação em fins do século XIX. Embora, conforme a autora, seja bastante forte nas duas últimas décadas do oitocentos o uso desses recursos nos jornais e, principalmente, nas revistas ilustradas, não é um material de análise que necessariamente é aplicado ao objeto de estudo específico desta tese, pois as matérias sobre os negros de 1888 a 1900, tanto no jornal *O Paiz*, quanto no *Jornal do Brasil*, não faziam uso recorrente nem da litografia nem da fotografia para retratar os casos específicos em que os personagens negros apareciam. Já no século XX, o uso das fotos de personagens negros vai se tornar mais recorrente nos grandes jornais impressos.

Dessa forma, acreditamos que trabalhar com as representações sobre os negros em fins do século XIX nos jornais impressos nos parece ser compreender as representações através principalmente dos textos e dos seus significados. Nas revistas ilustradas, as representações imagéticas dos negros já eram mais recorrentes. No entanto, nos jornais impressos, não apareceu em nossas pesquisas com frequência que demonstrasse uma prática comum.

---

<sup>151</sup> LUCA, Tânia Regina de. “A grande imprensa na primeira metade do século XX”. In: LUCA, Tania Regina; MARTINS, Ana Luíza. (orgs.). *História da imprensa no Brasil*. v. 1. São Paulo: Contexto, 2008, p. 1.



Embora a fotografia já fosse utilizada, não era comum nessas últimas décadas do século XIX as imagens ilustrando as notícias específicas sobre os negros que encontramos. Mas em outras circunstâncias, as fotos já eram usadas pouco a pouco pela imprensa. As fotografias eram recursos de representação que também podiam demonstrar as exclusões do contexto da época. O recurso da fotografia servia como fixação do momento vivido, consolidando imagens do que era ou não capturado e como era capturado. Que representações eram possíveis a partir desse meio que nasce para as camadas mais abastadas? Assim como as ricas famílias encomendavam os quadros, as fotografias inicialmente eram empregadas principalmente para a retratação das camadas médias e altas da sociedade.

Ao longo do século XX, por sua vez, podemos observar que as representações imagéticas, através de fotografias e litografias, vão inaugurar um novo capítulo de como os estereótipos e as representações raciais eram formadas na imprensa brasileira, unindo com frequência os textos às imagens, em que a sub-representação do negro aparecia com frequência, chegando até os dias de hoje com as imagens televisivas.

As representações imagéticas sobre negros em fins do século XIX nas revistas ilustradas têm sido alvo de pesquisas recorrentes, como a de Marcelo Balaban (2015), que estuda como Angelo Agostini, apesar de participante ativo da causa abolicionista, apresentava também estereótipos sobre os negros, ilustrando-os através de caricaturas que davam a entendê-los como vadios, perigosos, irracionais ou passivos diante da escravidão<sup>152</sup>. Silvia Capanema Almeida e Rogério Souza Silva (2013) também se debruçam sobre os aspectos caricaturais das representações sobre os negros nas revistas ilustradas, dessa vez, privilegiando principalmente o começo do século XX<sup>153</sup>.

Paralelamente ao processo de avanço da imprensa com os usos das fotografias e das litografias, o telégrafo surge como importante tecnologia da comunicação que possibilita uma aceleração intensa na circulação de informações, provocando com o passar dos anos uma rápida circulação dos acontecimentos que se dão no país e no mundo. E isso se faz sentir mais diretamente em nosso objeto de estudo. Embora tenhamos investigado principalmente os processos de representações da imprensa na cidade do Rio de Janeiro, chama a atenção o caráter nacional e internacional de muitas notícias abordadas nos periódicos analisados. Nesse sentido, o telégrafo foi um dos inventos que possibilitou a rapidez com que as informações circularam

<sup>152</sup> BALABAN, Marcelo. “Transição de cor: Raça e abolição nas estampas de negros de Angelo Agostini na Revista Ilustrada”. *Topoi* (Rio J.), Rio de Janeiro, v. 16, n. 31, p. 418-441, jul./dez. 2015.

<sup>153</sup> ALMEIDA, Silvia Capanema; SILVA, Rogério Sousa. “Do (in)visível ao risível: o negro e a “raça nacional” na criação caricatural da Primeira República”. In: *Estudos Históricos*, vol. 26, nº 52, Rio de Janeiro, p. 316-345, jul.-dez. 2013.

em fins do século XIX, dando um caráter de atualidade para notícias provenientes de outros estados e de outros países. Além disso, as correspondências nacionais e internacionais, seja através das cartas em si ou através de jornais de outros estados e de outros países, contribuíam com a globalidade da informação, dando um caráter atual aos jornais, mesmo quando abordam fatos ocorridos tão distantes. Alguns de um dia para o outro, outros na mesma semana. Os jornais eram o ambiente ideal da informação proveniente dos mais diferentes lugares. Caso fossem classificados como importantes, os fatos seriam replicados nos jornais do Rio de Janeiro.

Conforme Lilia Schwarcz (1987), os momentos finais do século XIX correspondem ao período de formação da chamada grande imprensa nacional. Os jornais passavam de “experiências isoladas” e “aventuras passageiras” a empresas constituídas e financiadas por grupos envolvidos nos debates que se travavam na sociedade e que produziam novas representações<sup>154</sup>. Nesse mesmo sentido, escrevem também Marialva Barbosa (2010)<sup>155</sup> e Nelson Werneck Sodré (1999)<sup>156</sup>. Os jornais *O Paiz* e o *Jornal do Brasil* se destacam nessa “grande imprensa”, chamada assim ainda com muitas aspas em fins do século XIX.

Além de se tratarem de objetos de conteúdo informacional, os periódicos estavam inseridos num contexto mais amplo da política brasileira. Em fins do século XIX, principalmente nos últimos anos do império e nos primeiros anos republicanos, a imprensa se explica também pela sua inserção no debate público que vai opor monarquistas e republicanos. Enquanto *O Paiz* desde cedo se lançou ao lado da propaganda republicana, o *Jornal do Brasil* nasce com forte motivação monarquista.

***O Paiz.*** *O Paiz* foi fundado no Rio de Janeiro em 1º de outubro de 1884 por João José dos Reis Júnior. Teve sua circulação diária interrompida entre 24 de outubro de 1930 e 22 de novembro de 1933, e encerrou definitivamente suas atividades em 18 de novembro de 1934<sup>157</sup>. Inicialmente, possuía 4 páginas. Nas duas primeiras, encontravam-se as colunas Telegramas, Noticiário, Resenha Diária e Seção Livre. As últimas páginas continham anúncios diversos<sup>158</sup>. Tornou-se “a folha de maior tiragem e de maior circulação na América Latina”, seu slogan de capa por anos. O primeiro redator-chefe do jornal foi Rui Barbosa, logo substituído por

<sup>154</sup> SCHWARCZ, Lilia Moritz. *Retrato em branco e negro: jornais, escravos e cidadãos em São Paulo no final do século XIX*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987, p. 16.

<sup>155</sup> BARBOSA, Marialva. *História Cultural da Imprensa – Brasil – 1800/1900*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2010.

<sup>156</sup> SODRÉ, N. W.. *História da imprensa no Brasil*. 4. ed.. Rio de Janeiro: Mauad, 1999[1966].

<sup>157</sup> LEAL, Carlos Eduardo. *O Paiz*. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpd/doc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/pais-o>. Acesso em: 15.09.19.

<sup>158</sup> PESSANHA, Andréa Santos da Silva. *O Paiz e a Gazeta Nacional: Imprensa republicana e abolição*. Rio de Janeiro, 1884-1888. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2006, p. 93.

Quintino Bocaiúva, que dirigiu o periódico até o ano de 1901, continuando posteriormente a exercer influência sobre sua linha editorial<sup>159</sup>.

De acordo com Andréa Santos da Silva Pessanha (2006), o jornal não tinha inicialmente o intuito de se aproximar de um discurso mais republicano ou partidário. O objetivo desse discurso de neutralidade, de acordo com a pesquisadora, era angariar leitores de diferentes partidos. Porém, em vários momentos o jornal demonstrava simpatias pelos avanços do Partido Republicano no parlamento, como nas eleições de Campos Sales e Prudentes de Moraes<sup>160</sup>.

No acompanhamento dos textos do jornal, verifico que a simpatia de *O Paiz* pela república foi explicitada em vários momentos, contrariando o discurso oficial da redação. A título de exemplo podemos citar a comparação feita entre o Brasil e as demais nações da América, onde o país foi considerado atrasado por não possuir o modelo republicano; as críticas à família de Bragança na administração do país; e as homenagens, feitas em janeiro de 1885, ao jornal republicano de Porto Alegre *A Federação*, em razão de seu primeiro aniversário de existência. Nos anos subsequentes, em especial pela atuação da folha na Questão Militar, a dita imparcialidade de *O Paiz* não constará sequer no discurso da folha e sua atuação foi apontada por contemporâneos e estudiosos da imprensa como importante para desabonar a monarquia<sup>161</sup>.

Assim, durante os últimos anos da Monarquia, *O Paiz* destacou-se explicitamente por sua participação nas campanhas abolicionista e republicana. Joaquim Nabuco e Joaquim Serra defenderam no periódico ao longo da década de 1880 a abolição da escravidão – imediata, incondicional e sem indenização – principalmente na coluna “Tópicos do Dia”<sup>162</sup>.

Junto com Joaquim Nabuco, Joaquim Serra se destacou na campanha abolicionista em *O Paiz*. Para Pessanha, Joaquim Serra teve uma trajetória típica da geração de intelectuais e políticos de 1870. Nascido no Maranhão em 1838, foi professor de gramática e literatura no Liceu Maranhense. Tornou-se também deputado-geral, representando a província do Maranhão. Em 1868, passou a morar no Rio de Janeiro. Teve proximidade com Machado de Assis, com a literatura e com o jornalismo. Envolveu-se com a campanha abolicionista desde os primórdios, integrando a Confederação Abolicionista, criada em 1883 por José do Patrocínio e André Rebouças. Em *O Paiz*, assinou a coluna “Tópicos do Dia”, com publicações feitas entre 1884 e 1888. Um dia depois da “Redenção”, julgou ser o momento de encerrar a coluna: “Cessado o motivo que determinava a vigilância desta sentinela, com a permanência ao seu posto obrigatório”. Joaquim Serra faleceu em outubro de 1888, o que se tornou sinônimo de

<sup>159</sup> LEAL, op. cit.

<sup>160</sup> PESSANHA, op. cit., p. 94-97.

<sup>161</sup> Ibid. p. 97-98.

<sup>162</sup> PESSANHA, Andréa Santos da Silva. *O Paiz e a Gazeta Nacional: Imprensa republicana e abolição*. Rio de Janeiro, 1884-1888. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2006, pág. 99.

“descanso” em relação à “batalha” que havia travado em favor da abolição. Nos artigos de *O Paiz* em sua homenagem, foram feitas referências, inclusive, às missas que ex-escravizados mandavam rezar em favor de sua alma<sup>163</sup>.

Um dos grandes nomes de *O Paiz* e da implementação da república no Brasil foi Quintino Bocaiúva. Ao longo dos anos que antecedem a abolição da escravidão e a proclamação da república, de acordo com Pessanha, os textos de Quintino Bocaiúva possuíam um caráter mais republicano que abolicionista, abordando: “temas questionadores da ordem monárquica, como a questão militar, a defesa do federalismo, o registro civil, a separação Estado/Igreja e, entre eles, o regime do trabalho escravo”<sup>164</sup>.

A abolição, enfaticamente, não foi o cerne das publicações do republicano. É provável que em razão de sua projeção no Partido Republicano, ele tenha evitado essa posição, pois para os leitores de *O Paiz*, que incluíam proprietários de escravos, seu discurso poderia ser associado ao Partido. Constatado que, desde o início, a coluna “Tópicos do Dia” deu o tom da campanha abolicionista de *O Paiz*<sup>165</sup>.

Além de se destacar como defensor da causa abolicionista, Antônio Silva Jardim, com o apoio de Quintino Bocaiúva, era outro nome que se destacava pelos artigos veementes contra a Monarquia, publicados em *O Paiz*<sup>166</sup>.

Com a proclamação da República, *O Paiz* atingiu sua fase de maior influência na vida política brasileira, tornando-se um dos periódicos mais vendidos na capital federal. Em decorrência da prisão de seu filho, o fundador do jornal, José Elísio dos Reis Júnior, vendeu o periódico ao conselheiro Francisco de Paula Mayrink<sup>167</sup>.

Durante o segundo governo republicano, Quintino Bocaiúva se utilizou de *O Paiz* para defender a realização de eleições, opondo-se à permanência de Floriano Peixoto, vice-presidente que assumira o poder após a renúncia de Deodoro da Fonseca em 23 de novembro de 1891. Em 1895, entretanto, já no governo Prudente de Moraes (1894-1898), a orientação do jornal mudou e passou a se aproximar dos grupos florianistas<sup>168</sup>.

A partir do final do mandato de Prudente de Moraes, o jornal teve a atuação marcada por um situacionismo pelo qual muitas vezes foi acusado de trazer em troca negócios vantajosos para a direção<sup>169</sup>.

<sup>163</sup> Ibid. p. 98-100.

<sup>164</sup> Ibid. pág. 99.

<sup>165</sup> Ibid. pág. 99.

<sup>166</sup> LEAL, Carlos Eduardo. *O Paiz*. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpd/doc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/pais-o>. Acesso em: 15.09.19.

<sup>167</sup> Ibid.

<sup>168</sup> Ibid.

<sup>169</sup> Ibid.

A identificação de *O Paiz* com a estrutura política da República Velha fez com que sua sede fosse saqueada e empastelada após a vitória da Revolução de 1930. Três anos depois, ainda sob o Governo Provisório, o jornal reapareceu sob a direção de Alfredo Neves, mas não chegou a durar um ano<sup>170</sup>.

***Jornal do Brasil.*** O *Jornal do Brasil* foi fundado no Rio de Janeiro (RJ) em 9 de abril de 1891, por Rodolfo de Sousa Dantas e Joaquim Nabuco. Quando lançado, o *Jornal do Brasil* era monarquista, adotando esse posicionamento político até 1893, quando o periódico passou a pertencer a um grupo vinculado a Rui Barbosa.

De acordo com Bruno Brasil (2015), a origem do *Jornal do Brasil* deu-se através de pessoas ligadas ao regime monárquico, insatisfeitas com a situação política da recente República. Uma assembleia nacional constituinte não havia sido convocada logo após a proclamação da República em 1889 e, no ano seguinte, os grupos de oposição ao novo governo pressionavam pelo restabelecimento da legalidade constitucional. O governo também reprimia os adversários de forma autoritária, restringindo a liberdade de imprensa e minando críticas à política econômica. Com a nova constituinte e o início do governo constitucional do marechal Deodoro da Fonseca em fevereiro de 1891, a agitação política diminuiu<sup>171</sup>.

O *JB* funcionava na movimentada Rua Gonçalves Dias, nº 56, e se apresentava como órgão de oposição moderada. Joaquim Nabuco assumiu o posto de chefe da redação do periódico em junho de 1891. Nabuco tornou o *JB* mais agressivo, publicando editoriais com críticas mais pesadas ao novo governo republicano, combatendo principalmente os apoiadores do regime<sup>172</sup>.

A linha editorial promovida por Joaquim Nabuco gerou ao *Jornal do Brasil* uma série de hostilidades por parte do governo, em especial ameaças de empastelamento. No entanto, monarquistas históricos também rejeitavam a figura de Nabuco, acusando-o de moderado frente aos republicanos<sup>173</sup>.

Com a morte de Dom Pedro II em Paris, em dezembro de 1891, o *Jornal do Brasil* lançou uma edição especial sobre a trajetória de D. Pedro II, com o título “O grande morto”. A partir disso, os artigos e editoriais de Joaquim Nabuco tornaram-se menos moderados contra o governo, aumentando as disputas com os republicanos.

Em texto do dia 12 de janeiro de 1892, o *Jornal do Brasil* seguia com as homenagens a D. Pedro II, destacando como jornais franceses reconheceram em D. Pedro I predicativos de

---

<sup>170</sup> Ibid.

<sup>171</sup> BRASIL, Bruno. *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro: Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional, 05.03.15. Disponível em: <<https://bndigital.bn.gov.br/artigos/jornal-do-brasil/>> Acesso em: 07.07.2019.

<sup>172</sup> Ibid.

<sup>173</sup> Ibid.

um grande líder temporal<sup>174</sup>. Para o jornal *La Petite Republique Française*, a história do reinado de D. Pedro II está cheia de fatos que o honram. “A emancipação dos escravos por si só constitui um título ao reconhecimento da humanidade.” Para o *L’E’vènement*, D. Pedro II “foi bom sem banalidade, e amou a sua pátria com um afeto que a revolução de que foi vítima há dois anos não pode diminuir”. Para o *La Paiz*, “à sua iniciativa pessoal deveu-se a abolição da escravidão”. O jornal *La Soleil*, diria que “do alto grau de prosperidade a que tinha chegado sob o governo de D. Pedro II, o Brasil desceu à humilhante e triste situação em que se acham a maior parte das repúblicas sul-americanas, suas vizinhas”. Para *La Liberté*, D. Pedro II “deixou excelentes recordações em seu país, onde foi o mais benigno e o mais constitucional dos soberanos”. Esses e outros textos em homenagem a D. Pedro II eram destacados no *Jornal do Brasil*, o que revela a exaltação do periódico à monarquia mesmo dois anos após a implementação da República. No início da década de 1890, *O Paiz* e *Jornal do Brasil* estiveram posicionados de forma distinta em relação ao regime de governo no Brasil.

Pouco mais de um mês antes, ainda de acordo com Bruno Brasil, os textos exaltando a Monarquia, moveram parte da opinião pública contra Nabuco e o *Jornal do Brasil*, provocando a invasão da redação por uma multidão e a depredação das oficinas, na noite de 16 de dezembro de 1891.

O empastelamento do *Jornal do Brasil* gerou a transferência do periódico a novos donos. Joaquim Nabuco se desligou da redação do jornal. O periódico aderiu à campanha pela destituição de Floriano Peixoto da presidência da República e por novas eleições para o cargo<sup>175</sup>.

Sob o pseudônimo de “Axel”, Joaquim Nabuco voltou a colaborar com o jornal em 1892. Mas devido aos prejuízos em suas oficinas, o diário teve dificuldades para se manter e se voltou ao noticiário policial, “popularesco”<sup>176</sup>. Anos depois, ainda se manteria monarquista, avesso ao republicanismo, utilizando-se de outros canais de comunicação. Em 1895, afirmava, por exemplo, que o preconceito de raça era menos intenso no Brasil graças à luta empreendida pela monarquia, enquanto os regimes republicanos tendiam a reforçá-lo, como era o caso dos Estados Unidos<sup>177</sup>.

Em abril de 1893 o *Jornal do Brasil* foi adquirido por um grupo ligado a Rui Barbosa. Rui Barbosa ficou a cargo da direção do periódico, tendo liberdade para exercer sua atuação

<sup>174</sup> “A morte e os funerais de D. Pedro II”, *Jornal do Brasil*, 12.01.1892, p. 2/4.

<sup>175</sup> BRASIL, Bruno. *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro: Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional, 05.03.15. Disponível em: <<https://bdigital.bn.gov.br/artigos/jornal-do-brasil/>> Acesso em: 07.07.2019.

<sup>176</sup> Ibid.

<sup>177</sup> NABUCO, Joaquim. *O Dever dos Monarquistas; Carta ao Almirante Jaceguai*. Rio de Janeiro, 1895, p. 7-9; *apud* SKIDMORE, Thomas E. *Preto no branco: raça e nacionalidade no pensamento brasileiro*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976, p. 270.

política e passou a defender o regime republicano. Durante a gestão de Rui Barbosa, entretanto, o periódico promoveu ataques violentos à ditadura de Floriano Peixoto. A linguagem passou a ser mais agressiva e provocou impacto na opinião pública. A relação entre o *Jornal do Brasil* e Floriano Peixoto piorou, e o presidente forçou a saída de Barbosa do jornal, chegando a ordenar a sua prisão, vivo ou morto. O *Jornal do Brasil* foi o único jornal da capital que noticiou a Revolta da Armada. Com a ordem de prisão, Ruy Barbosa fugiu do Rio de Janeiro. Os militares invadiram a sede do periódico, e a publicação ficou suspensa em setembro de 1893<sup>178</sup>.

A firma Mendes & Cia. acabou comprando o *Jornal do Brasil* de Albuquerque Mello em 30 de outubro de 1894. O *JB* voltou a circular em 15 de novembro do mesmo ano, iniciando uma fase mais próxima às visões do governo, mostrando-se defensor da legalidade em quaisquer ocasiões. A nova direção também transformou o *Jornal do Brasil* em um periódico mais popular e local, divulgador de problemas e reivindicações de classes desfavorecidas, voltando-se, assim, a questões mais ligadas ao cotidiano carioca<sup>179</sup>.

De acordo com Marialva Barbosa (2010), a delimitação dessa nova fase é de tal ordem, que o *Jornal do Brasil* passou a comemorar a sua fundação, não mais em abril, mas em 15 de novembro, data em Fernando Mendes de Almeida assumiu a sua direção, em 1894.

A data fundadora passa a ser identificada com a da República e caracteriza essa fase com um novo marco, que não se confunde com nenhum outro. O *Jornal do Brasil* é a própria imagem da República e com uma missão tão nobre quanto a daquela: promover a ordem e o progresso, além da defesa dos fracos e dos oprimidos. Não é por acaso que publica sistematicamente litografias identificando a sua imagem com a de uma figura feminina, por vezes, com louros na cabeça. Essa é extremamente semelhante à imagem de mulher com que também representa a República<sup>180</sup>.

Com o discurso do “interesse das massas”, abandonava os debates políticos, focando em crônicas policiais, noticiário sobre o subúrbio carioca, denúncias de condições de vida de populações empobrecidas. A defesa dos “pobres e oprimidos”, no entanto, não fazia com que o jornal defendesse qualquer mobilização popular que ameaçasse o governo e a ordem constituídos. A Revolta da Chibata de novembro de 1910, por exemplo, foi repudiada. O *Jornal do Brasil* também passou a publicar ilustrações e caricaturas com mais frequência<sup>181</sup>.

O *JB* obteve sucesso com publicações populares e, em 1900, atingiu a tiragem de 50 mil exemplares diários, já circulando também fora do Rio de Janeiro. Em 1902, a tiragem diária subiu para 62 mil exemplares<sup>182</sup>.

<sup>178</sup> BRASIL, Bruno. *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro: Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional, 05.03.15. Disponível em: <<https://bdigital.bn.gov.br/artigos/jornal-do-brasil/>> Acesso em: 07.07.2019.

<sup>179</sup> Ibid.

<sup>180</sup> BARBOSA, Marialva. *História Cultural da Imprensa: Brasil, 1800-1900*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2010, p. 134.

<sup>181</sup> BRASIL, op. cit.

<sup>182</sup> Ibid.

## 2.2 Heróis do 13 de maio – A raça negra e a homenagem aos “libertadores” do cativo

13 de MAIO  
 Conta a Lenda dos Apóstolos  
 Que, expirando n’uma cruz  
 Levantada sobre o Golgotha  
 O Nazareno Jesus,  
 O sepultaram discípulos  
 Das doutrinas que pregou,  
 E, depois, no dia crástino,  
 O Morto ressuscitou.  
 Pois, também, na Lenda Brázila,  
 Morre o Christo – Escravidão,  
 E do corpo seu exânime  
 Surge – o novo Cidadão –.

*A. Cardoso de Menezes, Rio de Janeiro, 15 de Maio de 1888<sup>183</sup>.*

Seja através das poesias comemorativas, seja através das festas, seja através dos textos jornalísticos, o 13 de Maio figurou na história como uma data inicialmente bastante comemorada na Corte. De acordo com Humberto Machado (2015), estudando principalmente os jornais vinculados a José do Patrocínio (1853-1905) - *Gazeta de Notícias*, *Gazeta da Tarde*, durante a década de 1880, e *Cidade do Rio* -, os jornais do Rio de Janeiro patrocinaram festividades em celebração à abolição da escravidão, como missas que reuniram, além da família imperial e do gabinete, uma verdadeira multidão. Ruas foram ornamentadas com bandeiras e flores. O *Cidade do Rio* destacou na primeira página “As festas da igualdade”, “comemorativas da liberdade nacional”, sendo que a Rua do Ouvidor, no centro da cidade, exibia o “belo aspecto dos grandes dias fluminenses” e suas casas ornamentadas simbolizavam a “grande alma popular, que andava cantando a epopeia homérica da redenção”. Um ano depois, o jornal também ressaltava as comemorações pelo aniversário da abolição, com apresentação dos participantes da luta contra a escravidão<sup>184</sup>:

<sup>183</sup> Ver: VENÂNCIO, Renato Pinto (Org.). *Panfletos abolicionistas: o 13 de maio em versos*. Belo Horizonte: Secretaria de Estado de Cultura de Minas Gerais, Arquivo Público Mineiro, 2007.

<sup>184</sup> *Cidade do Rio*, 18 de maio de 1888, *apud* MACHADO, Humberto Fernandes. “A imprensa do Rio de Janeiro e o pós-abolição”. In.: *XXVIII Simpósio Nacional de História - Lugares dos Historiadores: velhos e novos desafios*, Florianópolis - SC, p. 1-15, 27 a 31 de julho de 2015, p. 2.



Glória eterna aos redentores da raça africana. Glória a Pedro II, imperador e amigo de Euzébio, que extinguiu o tráfico de africanos; de Paranhos, que libertou o ventre da mulher cativa e de João Alfredo, que extinguiu a escravidão. Glória a Isabel, heroica redentora da raça africana, desde o berço até o túmulo. Glória aos vivos! Soldados constantes e fiéis da confederação abolicionista... Glória aos propagandistas, desde o patriarca José Bonifácio, até Luiz Gama, Ferreira de Menezes e Joaquim Serra<sup>185</sup>.

A figura de Isabel como “Redentora” dos escravos construiu-se gradativamente entre olhares negros e brancos. Em torno dela, houve uma disputa de representações, construídas por monarquistas, republicanos, abolicionistas brancos e negros, jornalistas, políticos, artistas, ex-escravos e seus descendentes, entre outros. A própria Isabel era muito zelosa de sua imagem pública<sup>186</sup>.

Conforme Robert Daibert Junior (2004), os discursos republicanos insistiam em silenciar sobre ela, buscando apagá-la da memória coletiva. E a imagem de Isabel como “Redentora” jamais teria se firmado como mito se não fosse a atuação constante dos ex-escravizados e seus descendentes, além das religiões afro-brasileiras e das irmandades negras católicas<sup>187</sup>.

A representação de Isabel como “Redentora” dos escravos, construída inicialmente como estratégia de sobrevivência do regime monárquico, perdeu durante as três primeiras décadas republicanas o caráter político do qual estava carregada. Submetida a um processo de esquecimento, esta representação sobreviveu aos discursos oficiais contrários a sua perpetuação, encaminhando-se para o espaço da cultura popular, onde seu caráter místico foi acentuado.

Os negros, ao atribuírem significado a Isabel, a partir de sua visão de mundo pautada na concepção africana de realeza, expressavam sua compreensão do processo que culminou com a garantia jurídica do fim da escravidão. Nele, a Princesa incorporava o caráter de uma liderança político-religiosa que havia concretizado sua libertação<sup>188</sup>.

Segundo Walter Fraga Filho (2010), as celebrações do fim da escravidão na Bahia entre 1888 e 1893 inseriram-se no contexto dos embates e das expectativas sobre as transformações que deveriam seguir o fim do cativo. No calor dos festejos pela aprovação da lei Áurea e nos anos que se seguiram àquele episódio definiram-se campos de disputa em torno da memória da abolição<sup>189</sup>.

Para as autoridades republicanas interessava esvaziar o 13 de maio de seu sentido reivindicativo e cessar a possibilidade de se tornar a grande data nacional. Afinal, a abolição era a grande realização da monarquia. Além disso, a multidão nas ruas detonava o medo de que a ordem republicana recém implantada fosse abalada. Celebrar o 13 de maio era algo incômodo para as autoridades republicanas, uma fonte

<sup>185</sup> *Cidade do Rio*, 13 de maio de 1889, apud MACHADO, Humberto Fernandes. “A imprensa do Rio de Janeiro e o pós-abolição”. In.: *XXVIII Simpósio Nacional de História - Lugares dos Historiadores: velhos e novos desafios*, Florianópolis - SC, p. 1-15, 27 a 31 de julho de 2015, p. 2.

<sup>186</sup> DAIBERT JUNIOR, Robert. *Isabel, a “Redentora” dos Escravos: uma história da Princesa entre olhares negros e brancos (1846-1988)*. Bauru, SP: EDUSC, 2004, p. 17.

<sup>187</sup> *Ibid.*, p. 18 e 25.

<sup>188</sup> *Ibid.*, p. 255.

<sup>189</sup> Ver: FRAGA FILHO, Walter. “O 13 de maio e as celebrações da liberdade, Bahia, 1888-1893”. In.: *História Social*, n. 19, p. 63-90, segundo semestre de 2010.

de críticas a um regime que não pretendia atender as demandas que nasceram no âmbito das lutas contra o cativo<sup>190</sup>.

Assim, a data passou a ser também disputada por monarquistas e republicanos.

Conforme Schwarcz (2007), a Abolição foi entendida e absorvida no Brasil como uma dádiva. Isabel se tornou "A Redentora" e o ato da Abolição transformou-se em mérito de um único dono e não como o resultado de um processo coletivo de lutas e conquistas<sup>191</sup>.

Segundo a autora, a monarquia ganhou, por caminhos tortuosos, uma nova representação e inaugurou uma maneira complicada de lidar com a questão dos direitos e da cidadania. Longe da marca do indivíduo e de sua luta pela própria Abolição, o que ficou foi o personalismo e o clientelismo. "O ato, como que adicionou uma nova versão a uma estrutura antiga, que sempre revelou como as relações privadas, nesse país, acabam por se impor às esferas públicas de atuação"<sup>192</sup>.

Como se fôssemos avessos à representação da violência e da luta, no Brasil a Abolição foi entendida como uma dádiva, um presente que merecia atos recíprocos de obediência e submissão. Aos escravos recém libertos só restava, pelo menos na visão das elites, a resposta servil e subserviente, reconhecadora do tamanho do "presente" recém recebido. Diferentemente, dessa maneira, do processo vivenciado em outros países, onde a libertação foi absorvida como uma conquista, aqui ela representou continuidade e a reposição de hierarquias que, de tão assentadas, pareciam legitimadas pela própria natureza<sup>193</sup>.

Aqui no Rio de Janeiro, os jornais podem ilustrar a disputa em torno dos sentidos do 13 de Maio entre republicanos e monarquistas, pois enquanto *O Paiz* representava a República, o *Jornal do Brasil* representava a Monarquia, sobretudo ao longo do começo da década de 1890. Cada grupo jornalístico vinculava o 13 de Maio aos seus interesses políticos.

O 13 de maio recebia diferentes adjetivos em que o principal sentido se resumia na noção de redenção de toda uma raça. Essas representações se reproduziram por anos, como mostra o artigo de 13.05.1896, do jornal *O Paiz*, com o título "13 de Maio". "A comemoração desta fabulosa data nacional, se por um lado relembra uma instituição vergonhosa e desumana que todos desejam esquecer, por outro evoca uma solene afirmação da vontade popular [...]"<sup>194</sup>.

A conquista relativa à data é atribuída pelo jornal à ação "gloriosa e fecunda" da propaganda, à "eloquência" dos tribunais, à palavra "flamante" dos oradores, ao "talento" dos

<sup>190</sup> Ver: FRAGA FILHO, Walter. "O 13 de maio e as celebrações da liberdade, Bahia, 1888-1893". In.: *História Social*, n. 19, p. 63-90, segundo semestre de 2010.

<sup>191</sup> Schwarcz, Lília Moritz. "Dos males da dádiva: sobre as ambiguidades no processo da Abolição brasileira". In.: *Quase cidadão: histórias e antropologias da pós-emancipação no Brasil*. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2007. p. 25.

<sup>192</sup> Ibid. p. 26.

<sup>193</sup> Ibid. p. 26.

<sup>194</sup> "13 de Maio", *O Paiz*, 13.05.1896, p. 1/8.

jornalistas, à “abnegação” dos parlamentares, à “tática lúcida” dos políticos e, finalmente, à “vontade soberana do povo”. Além disso, a “redenção” teria ocorrido “sem tumultos e sem sangue”. “Nenhum povo se pode gabar, como o nosso, de ter assim operado uma verdadeira revolução social, entre cânticos, risos, flores e bênçãos de inefável harmonia e doce fraternidades”<sup>195</sup>.

Embora esta visão não contemplasse todos os aspectos da libertação, ela parecia fundamentada no fato de que outros países apresentaram situação comparativamente pior. “O que em outros países se fez à custa de lágrimas, tremendos martírios, lutas sanguinolentas, aqui se fez pela livre discussão [...]”. Esse tipo de comparação apresentado no texto ajuda a evidenciar que, em matéria de questões raciais, os Estados Unidos eram uma referência comparativa importante para a imprensa brasileira<sup>196</sup>.

Outras referências a outros lugares da América eram contínuas, com destaque para o Haiti, como nesta nota de *O Paiz*, em 10.05.1897, anunciando que “no dia 13 de maio haverá no Apostolado Positivista uma conferência pública sobre Toussaint Louverture, o precursor da libertação da raça negra”<sup>197</sup>. Dias depois, de acordo com o jornal, no dia da conferência, “o Sr. Teixeira Mendes, com a sua brilhante eloquência [...] historiou a vida de Toussaint Louverture, [...] comparando-o no seu elevado papel histórico com Napoleão Bonaparte”<sup>198</sup>.

Nesse contexto de comemoração ao 13 de Maio, ainda de acordo com *O Paiz*, a intenção presente na década seguinte à abolição de apagar os documentos relacionados à escravidão era definida como uma forma de preservar os libertos da humilhação. No entanto, seria possível apagar a memória humana e apagar as consequências reais da escravidão? “Tem-se procurado apagar todos os documentos relativos à escravidão, porque de tal modo esse crime secular penetrou numa civilização e deprimiu um povo que tudo quanto tende a aviventar a sua memória importa numa humilhação”<sup>199</sup>. Além disso, ainda de acordo com *O Paiz*, a escravidão teria resultado “numa nobre mágoa para a geração que altivamente se desagrovou desse opróbrio de longos anos”<sup>200</sup>.

O sentimento em relação ao negro e a questão da escravidão perduraram no imaginário coletivo, na forma das representações sociais que são feitas sobre o negro. Observa-se, por exemplo, a quantidade de filmes atuais que explora a questão da escravização negra. Nos livros

<sup>195</sup> “13 de Maio”, *O Paiz*, 13.05.1896, p. 1/8.

<sup>196</sup> *Ibid.* p. 1/8.

<sup>197</sup> *O Paiz*, 10.05.1897, p. 1/6.

<sup>198</sup> *O Paiz*, 14.05.1897, p. 2/6.

<sup>199</sup> “13 de Maio”, *O Paiz*, 13.05.1896, p. 1/8.

<sup>200</sup> “13 de Maio”, *O Paiz*, 13.05.1896, p. 1/8.

didáticos, predomina a apresentação do negro como escravizado. Uma vez que as posições de representações sobre o negro ocupando posições de poder são ainda tão escassas, as representações sobre o negro sendo inferiorizado em relação ao branco ainda parecem predominar.

### 2.3 A questão “negra” em discussão no Brasil e no mundo através das crônicas e dos artigos de opinião

Thomas Skidmore, sendo referido por Lilia Schwarcz (1987), considera que o pensamento racial no Brasil teve seu auge entre 1890 e 1920. Para ele, antes da abolição da escravidão no Brasil, a maior parte da elite dava pouca atenção ao problema da raça. De acordo com Schwarcz, foi naquele momento que as ideias de “hierarquização das raças” e de “superioridade da raça branca” ganharam legitimidade científica<sup>201</sup>.

Já para Roberto DaMatta, foi também em fins do século XIX que a elite intelectual brasileira absorveu as teorias deterministas europeias, que condenavam a união das raças, introduzindo-as na explicação para a realidade brasileira<sup>202</sup>.

Por exemplo: no século XIX visitaram o Brasil vários teóricos estrangeiros (Gobineau, Louis Agassiz, Louis Couty e José Ingenieros) que, implicados nas teorias deterministas raciais, elaboraram análises sobre a “realidade brasileira”. Nessas circunstâncias elaboraram-se discursos diferentes, visto que “era necessário criar mecanismos sociais que em nome de uma desigualdade natural permitissem a acomodação dos negros a um sistema assimétrico de posições e privilégios”<sup>203</sup>.

Em seus estudos sobre os jornais de São Paulo, Schwarcz considera que esse tipo de discurso se proliferou também na imprensa da época. “Nesta, a afirmação da inferioridade negra aparece não só nos grandes debates como também nas pequenas ações e nos diversos anúncios que compõem parte básica e cotidiana desses jornais”<sup>204</sup>. Ainda conforme a autora, “[...] formulava-se um tipo de discurso radical, que à semelhança do “falar religioso” não pressupunha o diálogo e sim a mera afirmação, com certeza aquilo que Cruz Costa definia como ‘idolatria pela ciência’”<sup>205</sup>.

<sup>201</sup> Apud SCHWARCZ, Lilia Moritz. *Retrato em branco e negro: jornais, escravos e cidadãos em São Paulo no final do século XIX*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987, p. 39.

<sup>202</sup> Apud Ibid. p. 39.

<sup>203</sup> Ibid. p. 40.

<sup>204</sup> SCHWARCZ, Lilia Moritz. *Retrato em branco e negro: jornais, escravos e cidadãos em São Paulo no final do século XIX*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987, p. 40.

<sup>205</sup> Ibid. p. 101.

Não é essa visão, no entanto, a que predomina nos comentários sobre o tema nos dois jornais cariocas que analisamos, pelo menos em fins do século XIX. Mais do que a visão de uma crítica à miscigenação, o que parece florescer é o discurso que aponta para os benefícios do cruzamento racial. Ainda que a ciência ocupasse um lugar de bastante destaque e comentário, os cronistas empreendiam análises que, por vezes, caminhavam em direções próprias. Os sentidos dos textos geralmente apontavam para uma visão paternalista sobre o negro, uma contínua crítica ao racismo e um mitificação da integração do negro na sociedade brasileira, inclusive, também pelo discurso da miscigenação.

Os dois periódicos analisados nesta pesquisa – *O Paiz* e o *Jornal do Brasil* – também debateram na década de 1890 como teses pseudocientíficas sobre o comportamento humano baseadas na padronização de traços físicos poderiam exceder limites e incorrer em graves erros, de modo que as perspectivas da Fisiognomia e da Frenologia não eram mais consideradas seguras na sociedade da época. Essa posição, por exemplo, foi demonstrada no artigo assinado por Medeiros e Albuquerque, publicado no jornal *O Paiz*, em 16 de novembro de 1891<sup>206</sup>.

Nesse sentido, o artigo começa criticando as ideias básicas de Johann Kaspar Lavater, um precursor da chamada Fisiognomia, isto é, uma suposta técnica de investigação da personalidade humana através da medição de traços fisionômicos, como tamanho do nariz, dos lábios, dos olhos, forma do rosto, entre outros. Além disso, Franz Joseph Gall também foi citado como precursor da Frenologia, que se baseava nas mensurações cranianas para a investigação da personalidade humana. “Aos poucos, porém, mais esclarecida, a razão humana foi condenando tais extravagâncias a um completo esquecimento”<sup>207</sup>.

Porém, o jornal reconhece que muitas dessas ideias foram absorvidas e reconhecidas como científicas pela etnologia e pela antropologia: “O prognatismo, por exemplo, preeminência da parte inferior do rosto, traço comum na raça negra, quando achado em indivíduo da branca, indica geralmente incapacidade intelectual, predominância de instintos baixos e grosseiros.” Apesar disso, expõe que “neste terreno seguro pouco há de definitivo”.

Quase todas as indicações de Lavater – formas de testas, bocas, sobranceiras, etc. – não oferecem senão um pequeno valor relativo. Algumas mesmo, que caíram no domínio popular, como o significado de inteligência atribuída às fronteiras espaciais, nada apresentam de bem seguro<sup>208</sup>.

<sup>206</sup> “Crônica dos livros estrangeiros - Crépieux-Jamin – Cours de Grafologia”, *O Paiz*, 16 de novembro de 1891, p. 1 e 2/4

<sup>207</sup> “Crônica dos livros estrangeiros - Crépieux-Jamin – Cours de Grafologia”, *O Paiz*, 16 de novembro de 1891, p. 1 e 2/4

<sup>208</sup> *Ibid.* p. 1 e 2/4

Embora tenham sido formuladas no início do século XIX, essas teses apareceram em fins do século XIX ainda como uma questão importante de ser debatida e, no caso da matéria de *O Paiz*, contestada. Como alternativa para as aspirações de compreensão empírica da personalidade humana, o jornal resumia algumas conclusões e os limites envolvendo a Grafologia, metodologia fundada em 1871 por Jean-Hippolyte Michon. Em 1891, no ano da reportagem de *O Paiz*, eram os trabalhos de Jules Crépieux-Jamin, discípulo de Michon, que começavam a ganhar evidência<sup>209</sup>.

Bem mais recente, portanto, os pressupostos da grafologia visavam a investigação da personalidade do indivíduo a partir da escrita ou, ao menos, o estado psicológico do sujeito no momento da escrita. O método empírico já deixava dúvidas na época, mas pareceu para *O Paiz* que se tratava de uma alternativa menos pseudocientífica do que a Fisiognomia e a Frenologia<sup>210</sup>. Sabemos, porém, que esses discursos que foram fortes ao longo do século XIX possibilitaram a formação dos discursos eugênicos em fins do século XIX e início do século XX, possibilitando a mentalidade de que haveria, inclusive, raças superiores umas às outras.

Nesse contexto do intercâmbio entre ideias estrangeiras e a formação do pensamento nacional sobre a questão racial, o pensador brasileiro sobre o tema do cruzamento das três raças na época que *O Paiz*, em 10.12.1895, destaca é Sílvio Romero, que “afigura-se-nos ter prestado o maior serviço, que imaginar se pode, ao nosso movimento intelectual”. Nas palavras do cronista Arthur Orlando, “para ele (Sílvio Romero) as três raças em fusão deram um tipo novo, de feição característica, mas em nada inferior aos elementos que entraram em sua constituição”<sup>211</sup>.

Para Sílvio Romero e grande parte da intelectualidade brasileira, a ideia de uma troca pacífica eram bastante forte, o que fica evidenciada nas palavras do comentarista. “O genuíno brasileiro é o mestiço, produto das raças variadas – branca, vermelha e preta”. As três raças passaram por um processo de interação aparentemente muito pacífico, pois “[...] sob o céu brasileiro não se mantiveram imóveis, contemplativas, ociosas, uma ao lado da outra, pelo contrário cruzaram-se, quando não trocaram ideias, sentimentos, costumes, gestos e serviços”<sup>212</sup>.

---

<sup>209</sup> Ver, por exemplo, MICHON, J. H. *La méthode pratique de graphologie l'art de connaître les hommes d'après leur écriture*. 1878; CRÉPIEUX-JAMIN, Jules. *Cours de Graphologie*. PUF: Paris, 1951[1888]; CRÉPIEUX-JAMIN, Jules. *L'écriture et le caractère*.

<sup>210</sup> Op. cit., p. 1 e 2/4

<sup>211</sup> “Palestra”, *O Paiz*, 10.12.1895, p. 1 e 2/8.

<sup>212</sup> Ibid. p. 1 e 2/8.

Essa relação entre os diferentes grupos revelaria traços da personalidade de cada um que coloca em forte desvantagem o negro, ainda que se atribua como um fator relacionado ao seu “caráter paciente e resignado”<sup>213</sup>.

Já na *Introdução à história da literatura brasileira*, publicada em 1882, estas questões são estudadas e resolvidas de um modo pleno e cabal. Neste livro (de Silvio Romero), de uma profundidade e de uma originalidade raras, sente-se com efeito a natureza indomável e desconfiada do índio, ou o caráter paciente e resignado do negro, ou o temperamento aventureiro e expansivo do português, ora em luta, ora em colaboração, formando a alma brasileira, e a alma brasileira tomando consciência de si mesma e entrando na posse do seu destino<sup>214</sup>.

Chama a atenção o fato de o cronista dizer que o negro se caracterizou pela paciência e resignação. Lembremos que os africanos escravizados foram retirados à força de seus locais de origem, forçados a trabalhar em condições de intenso sofrimento, maltratados, violentados em casos de resistência, completamente privados de sua liberdade e, finalmente, correram continuamente riscos de vida. Sobre essa limitação do olhar e do contexto mais profundo dos fatos é que repousam os textos incompletos dos jornais.

É difícil dizer em que medida determinadas ideias são do cronista ou de intelectuais que o cronista está citando. Mas se destaca ao longo da crônica uma análise sobre como o negro se destacou na formação do espírito nacional e como produziu relações amistosas entre brancos, de origem portuguesa, e negros, de origem africana<sup>215</sup>.

Os negros trabalhavam nas roças, produzindo o açúcar, o café e todos esses gêneros chamados coloniais, que a Europa consumia. Só pelos três fatos: da escravidão, do cruzamento e do conchego doméstico, assim como do trabalho, é fácil aquilatar a imensa influência que os africanos tiveram na formação do povo brasileiro. A escravidão, apesar de todos os seus vícios, operou como fator social, modificando nossos hábitos e costumes. Habilitou-nos por outro lado a arrotear as terras e suportar em descanso as agruras do clima. Desenvolveu-se como força econômica, produzindo as nossas riquezas; e o negro foi assim um robusto agente civilizador. O cruzamento modificou as relações do senhor e do escravo, trouxe mais doçura aos costumes e produziu o mestiço, que constitui a massa de nossa população e, em certo grau, a beleza de nossa raça. Ainda hoje, os mais lindos tipos de nossas mulheres são essas moças ágeis, fortes, vívidas, de tez de um doce amorenado, de olhos negros, cabelos bastos e pretos, sadias jovens, em cujas veias circulam, por certo já bem diluídas, muitas gotas de sangue africano<sup>216</sup>.

Em outro momento do texto, defendendo o cruzamento racial, sem que isso produzisse algum tipo de degeneração, o cronista cita como supostamente o cruzamento racial no Egito antigo, que incluía o elemento negro, teria produzido a esplendorosa civilização egípcia. Assim,

<sup>213</sup> Ibid. p. 1 e 2/8.

<sup>214</sup> Ibid. p. 1 e 2/8.

<sup>215</sup> “Palestra”, *O Paiz*, 10.12.1895, p. 1 e 2/8.

<sup>216</sup> Ibid. p. 1 e 2/8.

“deve-se de uma vez deixar de dizer que a mistura do sangue negro nas veias do branco é uma causa de degenerescência”<sup>217</sup>.

Finalmente, seguindo os argumentos que desenvolveu ao longo do texto, Arthur Orlando conclui a crônica exaltando a miscigenação brasileira, vista em exemplos de sucesso de pessoas negras nas instituições culturais brasileiras, utilizando-se, inclusive, de palavras dos próprios teóricos autores do pensamento eugênico. “Parece estar falando do Brasil Gobineau, quando no *Ensaio sobre a desigualdade das raças* diz que a união dos brancos com os negros nasceram as artes e a poesia lírica”<sup>218</sup>.

Apesar dessas ideias que viam como positivo o cruzamento racial brasileiro e a introdução do elemento negro na formação nacional, cabe analisar que anos depois os jornais ainda noticiavam uma breve, porém expressiva, opinião do alemão Otto von Bismarck sobre a superioridade racial dos brancos em relação à raça negra. Em que medida opiniões como essas influenciavam na mentalidade comum dos diferentes leitores dos jornais, causando impactos no dia a dia das relações entre os cidadãos?

Em um discurso na Alemanha, de acordo com a edição de 1 de março de 1896, do *Jornal do Brasil*, o ex-chanceler do país considerava a escravidão um processo natural que deveria ser abolida à medida que os escravos se civilizavam, perdendo seus hábitos de crueldade. Bismarck disse não acreditar na igualdade entre brancos e negros. Mas afirmou que a superioridade da raça branca desapareceria, pois a raça branca lutava contra a humanidade e tentava destruí-la. A prova estaria no fato de que negros civilizados acompanhavam viajantes pelo interior da África com “admirável obediência e fidelidade”. Era uma fase de intensa colonização na África, e, para Bismarck, afastado da chancelaria desde 1890, os comerciantes deveriam contar com a proteção do Estado no processo colonial empreendido na África<sup>219</sup>.

O espírito da época se ajustava à permanência da hereditariedade e à adaptação cultural. Como anos antes *O Paiz* iria afirmar,

embora seja certo que a determinante hereditária é sempre a maior na vida, não é a única. Resta fazer a parte da adaptação, das modificações sobrevindas no curso da existência, algumas passageiras, porém outras fixadas para serem transmitidas em futura herança<sup>220</sup>.

As representações positivas sobre o negro eram bastante raras. Mas eventualmente havia casos retratados que ilustravam aspectos valorizados como marcos da formação histórica do

<sup>217</sup> Ibid. p. 1 e 2/8.

<sup>218</sup> Ibid. p. 1 e 2/8.

<sup>219</sup> “Um discurso de Bismarck”, *Jornal do Brasil*, 1 de março de 1896, p. 1/6.

<sup>220</sup> “Crônica dos livros estrangeiros - Crépieux-Jamin – Cours de Grafologia”, *O Paiz*, 16 de novembro de 1891, p. 1 e 2/4



país. No *Jornal do Brasil*, de 31 de agosto de 1897, uma espécie de biografia sobre Henrique Dias, um “herói negro” da Batalha dos Guararapes. A matéria contava: Morreu em 31 de agosto de 1661, na cidade do Recife, o “valeroso cidadão”. Descrito como um “homem de cor preta e pele cor amesquinhada”. “Ignorante, e quase rude, revelou capacidade militar e recursos estratégicos que ninguém esperava dele [...]. Foi verdadeiro herói”<sup>221</sup>.

Filho de africanos, Henrique Dias nasceu em Pernambuco, provavelmente entre o fim do século XVI e o início do século XVII. Sabia ler e escrever, porém ignora-se tudo sobre ele até 1633. Nesse ano, as armas portuguesas em Pernambuco tinham já avançado no seu longo período de adversidade, apesar de Calabar ter colaborado com a vitória para o campo holandês. Segundo o *JB*, em maio de 1633, apresentaram-se no campo real do Bom Jesus ao general Mathias de Albuquerque alguns pretos liderados por um crioulo de nome Henrique Dias, oferecendo-se para combater em defesa da pátria. “O general aceitou o auxílio, e conservando Henrique Dias no posto de capitão, em que pelos seus fora aclamado, recomendou-lhe que reunisse quantos homens de sua cor pudesse, não sendo eles escravos”<sup>222</sup>.

Em 8 de setembro de 1633, Henrique Dias liderou 35 pretos, acompanhando uma expedição de 200 homens, contra mil holandeses. De acordo com a matéria, foi terrível a luta e Henrique Dias terminou ferido por dois mosquitos. Foi preso em 1635 após três meses seguidos de combate. Para o jornal, os holandeses apenas devem ter libertado algum tempo depois Henrique Dias, juntamente com a mulher e os filhos, em virtude do desconhecimento de seus feitos nas batalhas. Em abril de 1636, Henrique Dias reúne-se com a família e outros soldados pretos nas matas para combater contra os holandeses. Já em 1638, comandando 80 soldados negros, se destaca na batalha de Porto Calvo. “Ferido por uma bala na mão esquerda, quando mais fervia a peleja, mandou que logo lhe fizessem a amputação, e, acabada esta, voltou imediatamente ao combate”<sup>223</sup>.

O rei Felipe IV, da União das Coroas Ibéricas, conferiu a Henrique Dias o hábito da Ordem de Cristo, o foro de fidalgo e “a patente de cabo e governador dos homens pardos e pretos da capitania de Pernambuco, com o soldo mensal de 40 cruzados”. De 1637 a 1645, Henrique Dias se tornou chefe guerrilheiro na Bahia, colaborando com a “repulsão” ao Maurício de Nassau, então Governador do Brasil Holandês. Em 1645, juntou-se à insurreição pernambucana contra o domínio holandês. De 1645 a 1654, integrou numerosos combates e “cobriu-se de glória” nas duas batalhas dos Guararapes. “[...] em 21 anos de guerra ou de guerrilhas, [...] nunca foi vencido ou derrotado”<sup>224</sup>.

<sup>221</sup> *Jornal do Brasil*, de 31 de agosto de 1897.

<sup>222</sup> Ibid.

<sup>223</sup> *Jornal do Brasil*, de 31 de agosto de 1897.

<sup>224</sup> Ibid.

Apesar disso, segundo o jornal, “expulsos os holandeses em 1654, e firmada a vitória da pátria, todos os chefes portugueses e pernambucanos foram merecida e amplamente galardoados e premiados, menos Henrique Dias”. O povo, porém, teria passado a chamar de Henriques os representantes dos corpos militares formados por homens pretos. Finalmente, conforme o jornal, Henrique Dias morreu esquecido no arraial da Estancia, hoje subúrbio da cidade do Recife<sup>225</sup>.

Era um relevante artigo em homenagem a Henrique Dias, composto por 19 parágrafos, com 126 linhas, que ressaltava diversos de seus feitos heroicos. Como há pouca documentação sobre o personagem, a história sobre ele geralmente gira em torno de representações heroicas similares às feitas pelo *Jornal do Brasil*<sup>226</sup>. O interessante do artigo do *JB* é justamente o fato de demonstrar, em meio a um conjunto amplo de sub-representações sobre o negro na imprensa de fins do século XIX, que havia o interesse, ainda que bastante inexpressivo do ponto de vista da quantidade de recorrências, de também reconhecer o papel heroico exercido pelo negro na formação do país. No entanto, era um papel exercido pelo negro em função dos interesses não apenas do próprio negro, mas também em função dos interesses do colonizador. Apesar disso, o artigo destacado se colocava como uma maneira de exaltação da imagem do homem negro herói do Brasil, além de reivindicar os mesmos reconhecimentos ao herói negro que outros chefes portugueses e pernambucanos obtiveram. Seria essa uma busca do jornal, ainda que insipiente e tímida, pela igualdade racial?

#### 2.4 Brasil, um paraíso racial? A crítica dos jornais ao racismo nos Estados Unidos

Uma das maneiras consagradas de explicar o "branqueamento" brasileiro consistiu sempre em comparar o Brasil aos Estados Unidos<sup>227</sup>. No entanto, as comparações com os Estados Unidos em fins do século XIX, não ocorreram apenas em função da noção de branqueamento racial. As comparações com os Estados Unidos abrangiam na imprensa do Rio toda uma gama de valores e características norte-americanos, ora exaltando, ora criticando.

De acordo com Skidmore, “fossem quais fossem as supostas diferenças de comportamento racial, os americanos sempre praticaram livremente a miscigenação. [...] Na

---

<sup>225</sup> Ibid.

<sup>226</sup> Ver, por exemplo: MELLO, José Antonio Gonsalves de. *Henrique Dias: governador dos crioulos, negros e mulatos do Brasil*. Recife: Fundaj, Ed. Massangana, 1988. 73 p; VASCONCELOS, Everardo. Um herói que a pátria esqueceu. *Arquivos*, Recife, n. 21/47, p. 13-17, 1952-1965.

<sup>227</sup> SKIDMORE, Thomas E. *Preto no branco: raça e nacionalidade no pensamento brasileiro*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976, p. 86.

verdade, a sociedade branca norte-americana tinha simplesmente empurrado seus mestiços para a categoria inferior de ‘negros’<sup>228</sup>. Ainda conforme o autor, apesar disso, a:

[...] maior parte dos analistas brasileiros preferiam [...] ou inferir, simplesmente, que a miscigenação ocorrera muito pouco nos Estados Unidos, ou que a segregação subsequente tornara impossível qualquer diluição posterior do elemento africano. Sua conclusão era a de muitos dos contemporâneos: no Brasil, a questão racial está sendo resolvida sem esforço, enquanto que nos Estados Unidos desafia e confronta, ainda, os estadistas com um problema insolúvel, inçado de dificuldades e de perigo<sup>229</sup>.

Em fins do século XIX, a questão na imprensa carioca trazia outros elementos para o debate em que a comparação com os Estados Unidos se fazia presente. De acordo com as investigações realizadas nesta tese, ficou comprovado que, na década de 1890, o tema mais recorrente sobre a questão negra no mundo, apresentado reiteradamente no *Jornal do Brasil* e em *O Paiz*, tratava da violência simbólica e física contra os negros norte-americanos, o que fazia com que o Brasil, em muitas ocasiões, fosse considerado um país de democracia racial. Desde a fase estudada, assim como ainda é hoje, o Brasil tem apresentado dificuldade em reconhecer o seu próprio racismo.

Em uma crônica publicada em 18 de dezembro de 1891, no *Jornal do Brasil*, o comentarista Maurice Bouchor expõe suas impressões acerca da questão racial nos Estados Unidos, após viajar de Nova York a Nova Orleans para reencontrar um amigo de sua infância. De acordo com o cronista, à medida que avançava para o sul do país, “as caras pretas tornam-se mais numerosas que as brancas”. O autor declarou: “Tenho satisfação em tanto negro. Os americanos não gostam deles e dizem que são a chaga do país. É possível, mas como é que passarão sem eles? Os brancos não poderiam laborar ou ceifar debaixo de um sol tórrido, se bem que os alemães tentem fazê-lo no Texas.” Embora tenha escrito que havia “direitos iguais” entre brancos e negros naquela fase, as descrições específicas sobre os negros chegavam a considerá-los um povo sem pátria em seu próprio país, afinal de contas o ponto de vista externado pelo cronista era sempre o dos americanos brancos sobre a indesejável presença negra no país<sup>230</sup>.

As descrições contidas na crônica demonstram o quanto as visões raciais da época influenciavam a discriminação.

A raça negra, **educável até certo grau, é sem dúvida inapta para a alta cultura intelectual.** É possível, além disso, que, **misturada com os brancos, perca as suas qualidades nativas sem adquirir as nossas.** Mas tudo isso não é certo e essa raça deu provas, em muitos casos, de um poder de dedicação que nós jamais igualaremos. Parece-se com o grande exército de macacos no Romayana. Milhares de homens, se

<sup>228</sup> Ibid. p. 87.

<sup>229</sup> Ibid. p. 88.

<sup>230</sup> “Recordações de Viagem”, *Jornal do Brasil*, 18 de dezembro de 1891, p. 1/4.

for preciso atravessar um braço de mar, se lançarão à água para que o resto do exército passe sobre uma ponte de cadáveres. Digam embora que o sentimento de sua inferioridade pode provocar tal dedicação, que nem por isso a sua ação será menos sublime<sup>231</sup>.

Ainda nesse sentido da discriminação ao negro nos EUA, na edição de 16 de maio de 1893, do *Jornal do Brasil*, era abordada a emigração de “filhos da raça negra” para a América do Sul. Segundo o jornal, o promotor do movimento nos Estados Unidos, o coronel John M. Brown, estava tratando de arranjos para promover um “grande êxodo dos filhos da raça africana” para as terras brasileiras. “Já está nomeada uma comissão que tem de vir ao Brasil ver se obtém concessões do governo e já está ela autorizada a comprar terrenos em várias colônias já formadas”, explica o periódico. No entanto, o *Jornal do Brasil* expõe que as notícias recorrentes em periódicos americanos, como o *New-York Weekly Times*, ainda não tinha qualquer confirmação do governo brasileiro.

[...] vê-se que se prepara um movimento emigratório que deve interessar em extremo ao nosso país, de uma ou de outra maneira; no entanto, nada ainda se sabe aqui dele, exceto as transcrições tiradas de alguns jornais americanos que dele se têm ocupado, sem, todavia, dar-lhe a importância que se nos afigura ter. Dizem os propulsores deste movimento, que aqui estiveram, que estudaram as nossas instituições e costumes, que chegaram a familiarizar-se com a nossa língua, e que contam com o auxílio do governo para levar a efeito o seu projeto colossal. Tudo isto para nós é novo e bastante surpreendente. Pelo silêncio em que até agora tem estado mergulhada essa questão que agora surge, afigura-nos que o próprio governo ignora esse êxodo negro que se planeja, tendo o nosso país por terra de promessa; entretanto, se é verdadeira a asseveração feita pelo coronel Brown e seus companheiros de propaganda, seria conveniente que não ficasse o país na ignorância de um fato que pode influenciar poderosamente uma grande região do seu território, para bem ou para mal; cumpre que o governo diga o que há de verdade nas asserções feitas pelos chefes dos emigrantes americanos, e qual o verdadeiro estado desta questão<sup>232</sup>.

Além da falta de informações confiáveis por parte das autoridades, tanto brasileiras como americanas, também se destacam as representações feitas comparativamente entre as perspectivas de ser negro no Brasil e nos Estados Unidos. Enquanto o Brasil é considerado como uma terra de ausência de discriminação racial, os Estados Unidos são vistos como um espaço de forte segregação.

Não é o sentimento pessoal que atua nos chefes desse movimento. Possuem fortuna e educação, e agora **almejam a igualdade social, que dizem que nunca poderão alcançar nos Estados Unidos**; aspiram ver-lhes abertas todas as profissões e os ofícios, e procuram vir alcançar esse desiderato em **um país onde, dizem eles, o sangue mesclado, mesmo o sangue puro, qualquer que ele seja, não é uma barreira social**. Este sentimento foi enfaticamente externado pelo ex-contador estadual Mc. Cahe, que mostrando a sua própria mão, disse: “Há nesta mão três quartos de sangue branco e um quarto de sangue preto, e todavia não me é permitido dizer a que raça pertencço. Não posso censurar aos brancos, mas é

<sup>231</sup> Ibid. p. 1/4.

<sup>232</sup> “Emigração da Raça Negra”, *Jornal do Brasil*, 16.05.1893, p. 1.

muito duro olhar para minha filha, e vê-la, ela, uma moça bonita e clara, posta no número dos ‘negros’”<sup>233</sup>.

Muito embora o Brasil tenha sido o último país a libertar os escravos, a ideia de um país de democracia racial já se fazia presente nas representações sobre o país, não apenas em nossa imprensa, mas na imprensa americana. O mito da democracia racial que se formou no país teve contribuições que não eram apenas dos formadores de opinião nacionais. Mas em comparação a outros países, cujas notícias sobre segregação racial eram recorrentes, o Brasil seria um lugar, senão com maiores oportunidades, no mínimo com menos barreiras.

No entanto, há na notícia traços que revelam que essa mesma suposta democracia tinha preferências evidentes. “Conquanto o intuito seja fazer emigrar todos os negros existentes nos Estados Unidos, é o coronel Brown de parecer que devam partir primeiramente aqueles que pelo seu caráter e pela sua educação produzam impressão favorável”<sup>234</sup>. Não seriam todos os negros bem-vindos, mas preferencialmente os negros com instrução e com recursos.

Mas apesar dessa notícia no jornal carioca, a realidade de maneira mais ampla se deu de forma discriminatória, inclusive, para os negros norte-americanos. De acordo com Femi OJO-ADE (1999), muitos turistas elogiavam o Brasil e as oportunidades para os negros. Assim, inicialmente, muitos negros norte-americanos preferiam migrar para o Brasil a migrar para a África. No entanto, posteriormente, a imigração negra norte-americana para o Brasil passou a ser indesejada, pois havia a preferência por brancos europeus e russos. Nas palavras do autor,

quando chegou o momento de começar a imigração, as autoridades brasileiras não queriam os negros americanos, uma vez que milhares chegavam da Alemanha, da Itália e da Rússia. Então, o famoso “cadinho das raças” não foi tão harmonioso como a gente pensava. Um jornalista negro, Ollie Stewart, visitou o Brasil em 1940. Os títulos dos artigos que ele escreveu nos revelam muito sobre o país: “Homem negro encontra o preconceito brasileiro”, “Um hotel não me quer”, “Nos Estados Unidos se chama Jim Crew; no Brasil, Subterfúgio”, “Para o Brasil, o cabelo é o mais importante”, “Apenas criados brancos”, “O exército brasileiro parece todo de cor”<sup>235</sup>.

Outros artigos sobre a condição do negro nos Estados Unidos ou em outros países apontam uma forte relação entre raça e classe social<sup>236</sup>. Quando o negro era operoso, laborioso, educado, com posses, ele se tornava mais aceitável. Apesar disso, os Estados Unidos, cujas representações diziam que muito teriam influenciado no desenvolvimento de muitos negros, seriam também retratados como um país de racismo insuportável para os negros, como demonstrou o artigo do *Jornal do Brasil*.

<sup>233</sup> Ibid. p. 1.

<sup>234</sup> “Emigração da Raça Negra”, *Jornal do Brasil*, 16.05.1893, p. 1.

<sup>235</sup> OJO-ADE, Femi. “O Brasil, paraíso ou inferno para o negro? Subsídios para uma nova negritude”. In.: BACELAR, Jeferson; CAROSO, Carlos. *Brasil, um país de negros?* 2. ed. Rio de Janeiro: Pallas; Salvador, BA: CEAO, 1999, p. 44.

<sup>236</sup> “Trabalhadores da Libéria”, *O Paiz*, 28.08.1893, p. 1.

Em outro artigo, desta vez do jornal *O Paiz*, de 26 de fevereiro de 1892, novamente era exposta a ilegalidade do racismo que existia contra os negros nos Estados Unidos.

[...] em todos esses estados (americanos) existem igrejas, escolas, academias e cursos separados para o homem de cor, a fim de que a infância e a mocidade brancas aprendam desde logo essas distinções de classes. Como não puderam impedir absolutamente o derramamento da instrução entre os homens de cor, tornaram a sua obtenção um verdadeiro caminho do Calvário para os desgraçados que aspiram a uma superioridade intelectual.

Daí resulta que os raros homens cultos da raça negra são-no em grau superior e começam já a coligar-se para a luta em que, passo a passo, à custa dos maiores sacrifícios, e quiçá dos mais hediondos crimes, procurarão impor-se e safar-se do lodaçal a que os condenaram, e tornarem-se o que eles mesmos desejam ser – *a power in the land*, um poder na terra.

O país em geral já habituou-se tanto a essa diferença de ideias, a essa suposta distinção de caráter nacional, com o conseqüente direito de nulificar a lei e oprimir um grande número de cidadãos americanos [...] <sup>237</sup>.

Uma das ideias predominantes que se pode extrair de diferentes artigos sobre os negros nos Estados Unidos pode ser resumida na frase de Manuel de Oliveira Lima, diplomata brasileiro em Washington, D.C. na década de 1890: "(Os pretos) melhoraram num ambiente de brancos" <sup>238</sup>. Nesse sentido, Thomas E. Skidmore sintetiza uma concepção corrente naquela fase, que pudemos observar também através dos jornais analisados aqui: "O negro era descrito como inferior, mas redimível - sob a tutela branca e mediante a miscigenação" <sup>239</sup>.

Podemos até inferir que a constante comparação do Brasil com os Estados Unidos pode ter repercutido na promoção da imigração de europeus para a Brasil. De acordo com Thomas E. Skidmore,

os brasileiros competiam diretamente com outros países do Novo Mundo no aliciamento de imigrantes. Sabiam disso, aliás. Os Estados Unidos se tinham tornado destinação favorita para milhões, e esse exemplo levava constantemente os visionários latino-americanos a esperar de algum modo uma duplicação da proeza - sobretudo porque muitos observadores atribuíam o fenomenal crescimento econômico norte-americano, como já temos dito, ao constante afluxo de mão de obra imigrada <sup>240</sup>.

Ainda segundo o autor, os Estados Unidos atraíam imigrantes principalmente para o norte, onde a população não-branca era ainda pequena <sup>241</sup>.

<sup>237</sup> "No país dos dólares – O sulismo", *O Paiz*, 26.02.1892, p. 2/6.

<sup>238</sup> LIMA, Manuel de Oliveira. *Nos Estados Unidos; Impressões políticas e sociais*. Leipzig, 1899, p. 52-53; *apud* SKIDMORE, Thomas E. *Preto no branco: raça e nacionalidade no pensamento brasileiro*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976, p. 88.

<sup>239</sup> SKIDMORE, Thomas E. *Preto no branco: raça e nacionalidade no pensamento brasileiro*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976, p. 89.

<sup>240</sup> *Ibid.* p. 158.

<sup>241</sup> *Ibid.* p. 158.

Pode-se observar, portanto, que a visão sobre o Brasil, inclusive, entre americanos, era de um país com maior integração do negro pela via da miscigenação. Nesse sentido, houve também projetos no sentido de promover a migração de negros norte-americanos para o Brasil. Por outro lado, o preconceito era bastante evidente sobre os Estados Unidos. No caso brasileiro, o discurso gravitou entre o reconhecimento de maior harmonia racial e a valorização do embranquecimento e do empardecimento da população. Nesse sentido, até mesmo o processo de promoção da imigração de europeus para o Brasil esteve nesse contexto.

### 3 REPRESENTAÇÕES SIMBÓLICAS E HISTÓRIAS DE VIDA DE PRETOS/AS E PARDOS/AS NAS PÁGINAS DOS JORNAIS

Os estudos sobre as representações simbólicas a respeito do negro têm encontrado nos meios de comunicação uma ampla quantidade de material que ajuda a recontar as dificuldades enfrentadas por homens e mulheres negros ao longo do século XX. Nesse sentido, destacam-se as representações na publicidade, nas revistas, nas músicas populares, nas emissoras de televisão e de rádio e nos jornais impressos.

Já para se debruçar sobre as representações simbólicas em fins do século XIX, principalmente são alvo de pesquisas as músicas, as poesias, a literatura, as revistas ilustradas e, em especial, os jornais impressos. Apesar disso, ainda são insuficientes as análises sobre este tema, que parecem não dar conta da complexidade e da grande quantidade de informações, por vezes, contraditórias, sobre as representações de diversos personagens negros e suas práticas cotidianas. Pelo menos, nesse sentido, têm se mostrado bastante abrangentes os resultados que encontramos ao pesquisar os jornais *O Paiz* e *Jornal do Brasil*, em circulação no Rio de Janeiro, na última década do século XIX.

Procuramos fazer neste capítulo principalmente a análise de conteúdo das notícias factuais dos jornais citados com o objetivo de encontrar parte das mentalidades criadas pela imprensa do período sobre a população negra no contexto do pós-abolição da escravidão. Os jornais são um meio de comunicação privilegiado para a análise desse enfoque específico, justamente porque a quantidade de leitores atingida pelos jornais é muito elevada em comparação a outras fontes.

Nesse processo de pesquisa, foram buscadas na Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional principalmente as palavras preto(a), pardo(a) e negro(a)<sup>242</sup>, sendo acessadas mais de 150 páginas dos periódicos *O Paiz* (1884-1900) e *Jornal do Brasil* (1891-1900). Listamos nos anexos desta tese as referências básicas das principais notas, notícias, crônicas e artigos utilizados nesta pesquisa. Muitas delas aparecem citadas de maneira específica ao longo desta tese. Outras serviram para corroborar as análises gerais sobre os diferentes temas de que tratavam.

É importante destacar mais uma vez o caráter inédito desta análise sobre o Rio de Janeiro, em que investigamos amplamente a produção de mensagens sobre o negro em dois dos principais periódicos da cidade. Não podemos nos esquecer de que, sendo a capital brasileira,

---

<sup>242</sup> O plural desses termos não apresentou número de ocorrências expressivo que justificasse a sua inclusão na coleta dos textos.



o compromisso dos donos dos jornais, dos editores e dos redatores das notícias era também representar todo o país nas páginas dos periódicos, além de informar sobre importantes fatos ao redor do mundo.

Para ter acesso a essa grande quantidade de textos retratando personagens pretos e pardos em fins do século XIX, foi imprescindível a acessibilidade aos jornais investigados por meio da digitalização feita pela Hemeroteca Digital Brasileira da Biblioteca Nacional. Antes do lançamento desse meio de pesquisa, feito em 2012, os pesquisadores que queriam encontrar as notícias sobre personagens negros precisavam ler os jornais individualmente e, num mar de notícias sobre diversos temas, eventualmente encontrar as notícias que retratavam especificamente os personagens procurados. Atualmente, a pesquisa eletrônica nos direciona para os termos buscados. Nesse caso, procuramos principalmente os termos preto/a, pardo/a e negro/a. Esses eram, inclusive, os termos usados nos censos demográficos da época<sup>243</sup>.

Esse recurso recente possibilita novos estudos sobre os periódicos brasileiros. Apenas conseguimos reunir tantas notícias, de toda uma década, devido ao direcionamento automático para as notícias. Esse modo de pesquisar diferentes temas nos periódicos brasileiros está apenas no início de sua utilização, o que mostra a originalidade deste trabalho no contexto da produção historiográfica, e mais especificamente no campo de estudos sobre o negro brasileiro, abrindo também possibilidades para que outras análises sobre o tema sejam feitas.

As notícias revelaram que a violência na época assumiu contornos que podem ser equiparados a uma situação de forte discriminação racial, em que crimes contra os negros eram naturalizados e praticados, inclusive, em grande parte por pessoas que são caracterizadas como diferentes, seja racial ou socialmente, o que evidencia uma forte acumulação entre discriminação racial e social. Thomas Skidmore (2001), explica que a discriminação se revela na forma de comportamentos e ações como linchamentos, exclusão de espaços, não-contratação. Exemplos dos Estados Unidos “foram os frequentes linchamentos no Sul do país entre 1890 e 1950, que frequentemente culminavam com a mutilação da vítima, muitas vezes incluindo a castração”<sup>244</sup>. Consideramos que casos expressivos de discriminação no Rio de Janeiro se deram a partir de agressões sofridas por negros e praticadas por agentes descritos nos jornais como, por exemplo, pessoas diversas, estrangeiros, imigrantes e policiais. Embora não seja possível expor que no Brasil existiram casos de linchamento racial nos moldes dos

<sup>243</sup> Sobre este assunto, ver: LIMA, Ivana Stolze. *Cores, marcas e falas: sentidos da mestiçagem no Império do Brasil*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2003.

<sup>244</sup> SKIDMORE, Thomas. “Temas e metodologias nos estudos das relações raciais brasileiras”. Trad. Valter Ponte. In: *Novos Estudos*, n.º 60, p. 63-76, jul. 2001, p. 67-68; 71.

linchamentos norte-americanos, pode-se argumentar que a discriminação mais explícita e violenta contra o negro também deve ser lida aqui no país na forma de agressões, torturas e mortes cruéis que se repetiram diversas vezes, praticados, inclusive, por agentes do Estado e por pessoas vindas de fora do Brasil. Ainda de acordo com o conceito de discriminação de Skidmore, os atos podiam ser considerados, em grande parte dos casos, como ações conscientes, ostensivas e extremamente violentas, resultando muitas vezes no sofrimento assistido e até no assassinato de muitos negros.

Diante desse quadro, os jornais anteveem que, em se tratando dos episódios de discriminação e violência, o papel exercido pela justiça também apresentava pouca eficiência para salvaguardar os direitos da vida da pessoa negra. Embora fossem abertos inquéritos policiais, pouco se tinha notícias sobre o desfecho de algum caso que pudesse reparar a violência sofrida contra os negros. Na maioria das vezes, era a impunidade que prevalecia, inclusive, por vezes essa impunidade era evidenciada de forma literal pelos jornais.

Assim como a violência urbana, cometida por nacionais, estrangeiros e imigrantes, era comum a violência praticada por agentes do Estado. Praças da polícia, guardas, policiais, militares, soldados e delegados chegavam a praticar violência semelhante à que outros grupos da sociedade praticaram, com o agravante que eram profissionais legitimamente nomeados para representar o braço armado do governo.

Como adverte Bretas (1988), as diversas ‘forças armadas’ dotadas de autoridade que atuavam na cidade do Rio de Janeiro frequentemente associavam-se a grupos políticos ou a outros grupos e abusavam do poder que detinham. Policiais militares e civis, militares do Exército e da Armada, guardas nacionais e noturnos andavam pelas ruas da cidade exercendo, indistintamente, funções de repressão e de vigilância, e não raro abusando do poder armado e fazendo julgamentos extralegais<sup>245</sup>.

A arbitrariedade da violência policial contra os negros caracterizava também a maneira como a sociedade imaginava organizar a cidade, afastando potenciais perigos e marginais, estereótipos que se formavam a respeito do negro, sobretudo aquele sem trabalho e sem moradia. O Código Penal de 1890 tem sido apontado como o fundamento jurídico que elencava um rol de possibilidades no qual se enquadravam muitos comportamentos de pessoas negras, o que até certo ponto gerava uma criminalização respectiva a determinadas atitudes e ações, mas que não poderia ser usada como justificativa para a arbitrariedade dos agentes do Estado.

---

<sup>245</sup> BRETAS, Marcos Luís. *Guerra nas ruas: povo e polícia na cidade do Rio de Janeiro*. Dissertação de Mestrado em Ciência Política, IUPERJ, Rio de Janeiro, 1988; *apud* RIBEIRO, Carlos Antonio Costa. *Cor e criminalidade: estudo e análise da justiça no Rio de Janeiro (1900-1930)*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1995, p. 37.

Apesar de em muitos outros casos a polícia ter buscado salvaguardar os negros, várias notícias ao longo das décadas evidenciam como a polícia atuou como forte agente de violência arbitrária contra os negros, alguns suspeitos de crimes e outros sem nenhum tipo de acusação. A violência podia ser praticada nos excessos cometidos durante ações policiais de combate ao vandalismo e à embriaguez, mas também revelaram casos que podem ser configurados como tortura e assassinato praticados pelos agentes coercitivos.

Embora o negro apareça mais como vítima do que como culpado de crimes, as representações do negro também intensificavam o estigma do negro enquanto criminoso. Uma das leituras que a sociedade fazia através dos jornais era do negro como uma ameaça à segurança. Os jornais reproduziam essa visão periodicamente, intensificando-a. Algumas circunstâncias revelam o caráter racista das acusações infundadas, cuja explicação se dá pelos estigmas que circundavam a imagem do negro. Heranças de um passado escravocrata? Certamente. Mas também fruto de representações que condicionavam o negro a lugares inferiores e marginais na sociedade.

Em repetidos casos, a violência contra o negro ocorria por várias pessoas ao mesmo tempo. Descritos geralmente como um grupo de indivíduos que se juntaram para agredir uma única vítima negra, esses casos de violência nos levaram a pensar na hipótese de linchamento de negros aqui no Rio de Janeiro no período posterior à abolição, em termos até mesmo que poderiam servir para estudos comparativos com o que aconteceu nos Estados Unidos. Mas não há nas notícias todos os indícios que confirmem essa hipótese ou que demonstrem uma grande recorrência de casos suspeitos. A quantidade de pessoas, conforme as reportagens, poderia até chegar a quatro sujeitos contra um. O que já aponta para a forte covardia empreendida. No entanto, não traz consigo todas as características que sugerem um linchamento. Os indícios dos jornais apontam mais para grupos de marginais que se reuniam para praticar pequenos crimes ou até mesmo casos de vinganças ou “acerto de contas”.

No cenário urbano, os estrangeiros e imigrantes de diferentes países, como Portugal, Espanha e Itália, foram reprodutores de uma violência contra os negros que podia apresentar elementos mais discriminatórios do que a violência que se processava no país entre nacionais. Cabe investigar em outras pesquisas em que medida essa violência foi trazida pelos imigrantes ou foi adquirida ou intensificada mediante a situação de racismo que existia no Brasil. Karl Monsma (2016) parte do argumento de que, buscando se diferenciar dos negros, os estrangeiros e imigrantes reproduziram práticas segregacionistas e discriminatórias que já existiam aqui, como herança do tratamento racista dispensado pelos ex-senhores aos ex-escravos, além de uma busca dos imigrantes por autoafirmação, respeito e reconhecimento social. Argumentamos que,

na verdade, os europeus e até pessoas oriundas de outros lugares trouxeram consigo uma visão racista que intensificou a violência contra o negro. Isso se deve ao fato de que as notícias relatadas de agressões e abusos cometidos por imigrantes geralmente não demonstravam uma situação de competição ou concorrência. Pelo contrário, são notícias carregadas de elementos simbólicos que apontam para uma presunção de superioridade do branco imigrante sobre o negro nacional.

De acordo com Ribeiro (1995), inclusive, que investigou processos criminais na Vigência do Código Penal de 1890, “os homens de cor branca e os acusados de crimes contra pretos ou pardos tinham mais chances de absolvição do que qualquer outro tipo de indivíduo”. Enquanto isso, “os homens de cor preta e os acusados de crimes contra brancos tinham mais probabilidades de condenação no Tribunal do Júri do que qualquer outro tipo de indivíduo”<sup>246</sup>.

A situação de violência que os negros sofriam era frequente ao longo dos anos de 1888 a 1900. Também havia uma comum ausência de reação por parte dos negros nos mesmos termos da violência covarde que sofriam. Embora seja muito próprio abordar como a sociedade experimentou nessa fase uma reação negra e um medo branco, utilizando-se aí uma referência explícita ao trabalho de Célia Maria Marinho de Azevedo (2008), também precisamos confrontar o fato de que o negro tinha razões para temer pela sua própria vida num mundo dominado pelo racismo do branco contra o negro. Certamente, não houve passividade por parte do negro e não é isso que queremos colocar aqui. Nossas fontes e os trabalhos historiográficos já apontam para múltiplas formas de superação e confronto. Contudo, é importante compreender certa resignação vivenciada por muitos indivíduos, algo inclusive que chegou a ser citado como uma característica do próprio negro na época, o que certamente se dava diante de tanta violência contra o negro, como as que apresentaremos nas páginas a seguir<sup>247</sup>. A violência era tão intensa, que até mesmo em algumas situações, agir contra a violência poderia ser um caso a se temer.

### **3.1 Permanências da escravidão em meio às representações simbólicas de pretos/as e pardos/as nos jornais após a abolição**

Perto de completar quatro anos da assinatura da Lei Áurea, na divisa entre os estados de Minas Gerais e do Rio de Janeiro, um empregado era maltratado por um fazendeiro como se

---

<sup>246</sup> RIBEIRO, Carlos Antonio Costa. *Cor e criminalidade; estudo e análise da justiça no Rio de Janeiro (1900-1930)*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1995, p. 140

<sup>247</sup> “Palestra”, *O Paiz*, 10.12.1895, p. 1 e 2/8.

ainda fosse escravo. O episódio aconteceu em 31 de março de 1892, e o título da matéria no jornal *O Paiz* ilustra a percepção da imprensa com aquele episódio: “Assombroso”<sup>248</sup>.

O episódio é uma evidência de como o fim legal da escravidão não representou a interrupção imediata das condições de dependência que havia entre patrões e subordinados, agora com a sua liberdade reconhecida pela lei. Para além disso, práticas cruéis de tortura e maus-tratos do período da escravidão ainda permaneciam sendo reproduzidas. Ao longo desta pesquisa, verificamos diversos casos de abusos cometidos contra negros. Esses casos de violência mostram que a inferiorização do negro como nos tempos da escravidão continuou sendo praticada através de diferentes modos de abusos. Esses episódios vão durar anos a fio, podendo ser visto ainda hoje em práticas remanescentes de escravidão no país, além do racismo expresso em suas múltiplas formas. Mas nem sempre os jornais expressavam a violência contra o negro em termos de permanências das relações de desigualdade e de inferiorização do negro no período de escravidão. No caso específico da notícia em *O Paiz*, como o empregado era um ex-escravizado, ficava evidente na ação do empregador a busca pela manutenção de práticas anteriores à Lei Áurea.

Embora formalmente os libertos não estivessem “mais obrigados a permanecer presos a um lugar por vontade ou decisão de outrem”<sup>249</sup>, na prática, se desprender das amarras das relações de exploração pode não ter sido tão simples assim. Nos termos do episódio “Assombroso”, descrito em *O Paiz*, nas proximidades da estação da Serraria, da Estrada de Ferro Central, um fazendeiro perseguiu um homem “preto, que foi seu escravo” e que ultimamente não queria mais “estar ao seu serviço”.

Pensando que ainda dispõe do direito senhorial para coagi-lo a fazer o que não é da sua vontade, o homem terrível, montado num rocinante, corria à cata do preto, e encontrando-o junto à estação, o açoitou barbaramente e em público, chegando mesmo a fazer uso de um agulhão que tinha na ponta do cabo do chicote. O preto, soltando-se de suas mãos, correu em direção ao Estado do Rio, apenas dividido nesse ponto do de Minas Gerais por uma cancela, e transportando-a ia atirar-se a uma afluente do Paraíba que por ali passa. O homem montou a cavalo, fustigou o animal, alcançou a sua vítima, derrubou-a, amarrou-lhe as mãos, montou de novo, e pôs-se em marcha, trazendo-o de rastros. O pessoal da estação avançou então para o desalmado, e arrebatou-lhe a infeliz criatura vítima da sua feroz prepotência e deu-lhe voz de prisão<sup>250</sup>.

Já desde 1824, na Constituição Política do Império, no artigo 179, nº XIX, eram abolidos os açoites, a tortura, a marca de ferro quente e as demais penas cruéis. No entanto, o Código

<sup>248</sup> “Assombroso”, *O Paiz*, 31 de março de 1892, p. 1.

<sup>249</sup> FRAGA FILHO, Walter. “Migrações, itinerários e esperanças de mobilidade social no Recôncavo Baiano após a Abolição”. *Cad. AEL*, v.14, n.26, p. 95-130, 2009, p. 98.

<sup>250</sup> “Assombroso”, *O Paiz*, 31 de março de 1892, p. 1.

Criminal de 1830, posterior à Constituição, permitia essas penalidades aos escravos que resistissem ao cativo. Nos termos do artigo 60, “se o Réu for escravo, e incorrer em pena que não seja capital ou de galés será condenado na de açoites e, depois de os sofrer, será entregue a seu senhor, que se obrigará a trazê-lo com um ferro, pelo tempo e maneira que o juiz designar”<sup>251</sup>. Dessa forma, a pena dos açoites, durante o período monárquico, estava permitida aos escravizados. Mas naquele novo contexto de liberdade, não era mais concebível que aquele homem fosse açoitado. Os açoites citados no jornal evidentemente demonstram a permanência de uma prática escravista que, contrariando a Carta Magna, era permitida pelo Código Criminal no período anterior à abolição.

No entanto, o fazendeiro saiu impune no momento daquele crime, pois tinha “as costas quentes”. O agressor foi descrito como “um papão medonho, a quem não se ousa contrariar”. Depois de receber voz de prisão da população que presenciou o ato criminoso, o homem não foi sequer preso, pois “a autoridade policial chamada de Juiz de Fora não compareceu nem deu resposta alguma”. Assim, “o potentado” dormia “sobre os louros da sua repugnante violência, livre de qualquer incômodo”. No bojo de um movimento de coronelismo que se configurou naqueles anos, segundo Mattos, em muitas localidades, “algumas autoridades policiais se tornaram imediatamente braço dos ex-senhores ou de seus próprios interesses para condicionar o comportamento do liberto, enquanto outras continuaram a cumprir o papel de instância limitadora de seu poder de coerção privado, gerando conflitos responsáveis por boa parte das tensões políticas do período, a nível municipal” (1995, p. 313). Tendo se posicionado a favor da abolição e da República, *O Paiz* iniciou a reportagem marcadamente se colocando ao lado da vítima. Além de denunciar o ato criminoso contra o empregado “preto”, relembrando a tragédia da escravidão, e evidenciar a inanição das autoridades diante de um flagrante, o jornal marcadamente se coloca como porta-voz entre o acontecimento do crime e a necessidade de justiça, pois cobra diretamente do “governo da República”, exigindo uma ação a partir da provocação do próprio jornal. O periódico se põe como medida para a ação pública: “O governo da República, tendo agora, por nós, conhecimento disto, cruzará os braços diante do crime?”. E, depois de afirmar que “não faltam provas para a justiça”, pois “trinta e tantos homens, empregados e vizinhos da estação da Serraria, presenciaram e acudiram”, questiona: “Poderemos contar com a punição?”. Esse caso poderia ser lido também como um episódio de antilinchamento, pois enquanto o patrão agredia o homem, uma multidão se posicionava contra

---

<sup>251</sup> PRUDENTE, Eunice Aparecida de Jesus. O negro na ordem jurídica brasileira. *Revista Da Faculdade De Direito, Universidade de São Paulo*, 83, 135-149, 1988, p. 139-141. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/rfdusp/article/view/67119>. Acesso em: 23.02.2020.

o crime. Não se deve desconsiderar o fato de que a notícia é de março de 1892, isto é, quase quatro anos depois da abolição. Mas, como se sabe, havia toda uma lógica de insatisfação de muitos ex-proprietários de escravos com a abolição.

No âmbito urbano do Rio de Janeiro, logo nos anos posteriores à abolição da escravidão em 1888, os jornais cariocas *O Paiz* (1888-1900) e *Jornal do Brasil* (1890-1900) também buscaram noticiar a criminalidade constante contra homens e mulheres pretos e pardos no dia a dia da cidade<sup>252</sup>. Porém, à medida que os anos passavam, sem a direta relação discursiva com a escravidão, o período posterior à abolição e à formação da República ainda foi palco da permanência, da transformação ou da formação de novas atitudes discriminatórias contra o negro.

Os termos usados para essa pesquisa foram principalmente preto/a e pardo/a. As notícias encontradas mostram principalmente o negro em situação de vulnerabilidade. Também pesquisamos nos jornais a expressão “homem de cor”, mas percebemos que nos jornais a expressão geralmente era acompanhada pela palavra “preta” ou “parda”. No caso da imprensa, a expressão “homem de cor” transparecia ser uma forma coloquial de qualificar homens e mulheres descritos nos jornais principalmente como “de cor preta” ou “de cor parda”.

No entanto, cabe destacar que os jornais também descreviam eventualmente pessoas como “homens de cor branca”. Em muitos casos, esses brancos eram descritos em situação de sofrimento muito próximo ao que homens e mulheres negros também apareciam. Isso nos leva a considerar que as representações de pessoas empobrecidas brancas eram bastante próximas às representações de pessoas empobrecidas pretas e pardas, o que relaciona diretamente as maneiras de se enxergar o negro no Brasil não apenas a uma questão que envolve as relações raciais, mas também às relações sociais e de classe.

Conforme registrado nas diferentes notícias analisadas a seguir, os anos de 1888 a 1900 foram, portanto, de reiteradas práticas de violência contra pessoas negras, de maneira que é extremamente difícil perceber ou explicar em que medida o distanciamento com os anos da escravidão tornava a violência contra os negros menos recorrente ou não. A violência se deu de diferentes formas e as notícias evidenciam que a situação social do negro compreendia aspectos

---

<sup>252</sup> Essa prática também foi comum entre os periódicos que estiveram envolvidos na campanha abolicionista, tais como a *Gazeta de Notícias*, a *Gazeta da Tarde* e o *Cidade do Rio*, jornais vinculados a José de Patrocínio, que denunciaram as violências que muitos negros sofreram ao longo dos primeiros anos republicanos. Em muitos casos, a violência podia ser comparada a práticas do período da escravidão. Ver: MACHADO, Humberto Fernandes. “A imprensa do Rio de Janeiro e o pós-abolição”. In.: *XXVIII Simpósio Nacional de História - Lugares dos Historiadores: velhos e novos desafios*, Florianópolis - SC, p. 1-15, 27 a 31 de julho de 2015, p. 6-7.

diversos, como indignação, espancamentos, desemprego, vulnerabilidade social, intolerância, abusos policiais, doenças e acidentes.

Aqui vamos compreender um pouco melhor as agressões físicas que os negros sofreram de outras pessoas e como essa violência não tem uma definição nos jornais. A violência não é uma resposta imediata à violência praticada pelo negro. A violência ocorre de forma indiscriminada, sem qualquer fundamento racional. A violência se explica apenas quando consideramos a escravidão e o racismo contra o negro. As notícias apontam que, para os agressores, o negro tratava-se de alguém diferente e inferior. O racismo se deu no Brasil em seus próprios termos, como veremos a seguir.

Para iniciar a discussão, trazemos um caso em que explicitamente o *Jornal do Brasil*, em 06.12.1899, faz referência ao linchamento. Não de uma pessoa negra, mas à possibilidade de várias pessoas se juntarem para linchar um português que agrediu violentamente uma mulher negra. O fato não aconteceu no Rio de Janeiro, mas em Recife - Pernambuco.

Um negociante português, estabelecido com loja de fazendas à rua Marquez de Caxias, tendo uma questão com uma mulher de cor preta, agarrou-a, e, levando-a para o fundo do estabelecimento, aplicou-lhe grande número de bolos de palmatória, deixando a pobre mulher em mísero estado. O fato causou grande escândalo e, aos gritos da vítima, acudiu grande número de pessoas à porta da loja. Poucos minutos depois rebentou uma tremenda assuada contra o referido negociante, sendo muito apedrejado o seu estabelecimento. Se não fosse a pronta intervenção da polícia, o povo teria linchado, tal a excitação de algumas pessoas, que chegaram mesmo a invadir a casa. Depois de muito custo a polícia conseguiu dispersar o povo e prendeu o negociante<sup>253</sup>.

Esse é um dos fatos que ajuda a mostrar como a violência fez parte das relações raciais após o fim da abolição, seja como forma de permanência de práticas da escravidão, seja como formação de novas formas de preconceito e discriminação, inclusive, muitos casos apontam para relações de conflito entre europeus e negros afrodescendentes.

Em 1901, Joaquim João de Carvalho<sup>254</sup> foi julgado e absolvido da acusação de espancar há mais de três anos, em 10 de abril de 1898, na Rua Santa Luzia, “um indivíduo desconhecido, de cor preta, produzindo-lhe com um pau lesões corporais que, por sua natureza e sede, foi causa eficiente da morte do ofendido”. No entanto, apenas pelo jornal do dia, não é possível compreender os argumentos usados pela defesa nem pela acusação do réu<sup>255</sup>. Porém, três anos

<sup>253</sup> *Jornal do Brasil*, 06.12.1899, p. 1/4.

<sup>254</sup> O agressor não foi descrito no jornal em termos de cor.

<sup>255</sup> *Correio da Manhã*, sexta-feira, 11 de outubro de 1901, p. 2/4. Defendido por Monteiro Lopes, “pelas respostas aos quesitos, foi o réu absolvido por sete votos”. A defesa de Monteiro Lopes ao réu acusado de assassinar um negro pode revelar uma marca de ambiguidade do próprio Monteiro Lopes em sua biografia em favor dos direitos da população de cor do país, trajetória que vai se fortalecer no final da primeira década de 1900, durante o pleito e depois de sua vitória para Deputado Federal. É claro que a lógica da sua profissão



após a apuração do caso, o jornal ainda tratava o homem espancado como indigente. O espancamento foi feito de maneira agressiva e os motivos não foram citados. No entanto, o assassinato daquele homem, cuja identidade era desconhecida, cuja agressão foi feita de maneira extremamente violenta, tanto que as pauladas geraram a morte do homem, ficou impune e sem nenhuma justificativa para os leitores dos jornais.

De acordo com Ribeiro (1995), que analisou processos criminais julgados pelo Tribunal do Júri no Rio de Janeiro, em situações de assassinatos e tentativas de assassinatos cometidos contra pessoas negras, os brancos tinham mais chances de ficarem impunes nos julgamentos. Por outro lado, caso os negros fossem os acusados, a probabilidade de serem condenados era superior<sup>256</sup>. Para o autor, “pode-se dizer, inclusive, que a representação social que relaciona ‘cor ou raça e criminalidade’ contribuía para aumentar as probabilidades de condenação de pretos e pardos e diminuir as chances de condenação de brancos acusados por um mesmo tipo de delito”<sup>257</sup>.

Outra notícia expõe que, “na Rua da Assembleia, canto do Largo do Carioca, foi barbaramente espancado um pobre preto aleijado”<sup>258</sup>. Com frequência, os jornais demonstram piedade, compaixão, pena, indignação e revolta em relação aos crimes dos quais os negros são vítimas. Porém, os resultados são pouco efetivos. Como na notícia, o negro é apresentado como vítima, mas cuja justificativa para os crimes que sofre não existem. Em relação a isso, pouco se posicionam os jornais ou quando se posicionam, seguem um roteiro de praxe, que é apontar a investigação policial. As investigações, porém, raramente têm uma agenda que é cumprida pela imprensa. O que lemos geralmente são notícias sobre os inquéritos que estão sendo abertos por crimes que ocorreram recentemente. Bem irrelevante é a quantidade de casos concluídos, como na primeira notícia citada acima, em que, inclusive, o acusado foi absolvido.

O *Jornal do Brasil* mostra a violência se repetindo de “Quatro contra um”, num caso de agressão praticada de maneira covarde e, como nos casos acima, gratuita, tendo como vítima um homem negro. Martinho Lopes simplesmente passava de manhã pela Praça Sete de Março, “levando à cabeça um cesto com pães da padaria da Rua Leopoldo, onde é empregado, quando

---

também explica essa defesa exercida por ele. É praticamente natural que qualquer profissional do direito faça uso público de sua razão em função de seus negócios e das necessidades da sua profissão

<sup>256</sup> RIBEIRO, Carlos Antonio Costa. *Cor e criminalidade; estudo e análise da justiça no Rio de Janeiro (1900-1930)*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1995, p. 140.

<sup>257</sup> Ibid. p. 144.

<sup>258</sup> *Correio da Manhã*, 19 de junho de 1901, p. 2/4. Poucas semanas depois, na sessão de “Telegramas”, o *Correio da Manhã* informa, mediante correspondência de Nova Iorque, que “em Alabama um grupo de brancos linchou um preto que tentou violentar uma moça loira”. O fato provocou “represálias dos pretos contra os brancos, ocasionando graves conflitos” (sexta-feira, 9 de agosto de 1901, p. 2/4). O evento mostra que havia uma resposta a esse tipo de crueldade e de forma alguma os negros teriam ficado passivos nos Estados Unidos às agressões que sofreram.

quatro indivíduos desconhecidos o agrediram, dando-lhe algumas pauladas além de uma extensa navalhada nas costelas, do lado direito”. Martinho era um rapaz de apenas 19 anos, “de cor preta”, residente à Rua Dr. Afonso, nº 17, no Andaraí. Depois de prestar queixa na Delegacia, foi para o Hospital da Misericórdia, “onde ficou em tratamento”<sup>259</sup>.

Casos assim revelam a intensidade da violência. O conluio pode ter sido planejado por motivos pessoais contra a vítima. Era o fato de serem quatro homens que nos levam a supor que a violência contra o negro não se tratava apenas de questões pessoais. Embora a questão racial não possa ser comprovada aqui, a situação de vulnerabilidade social fica evidente. A vítima era negra e foi agredida de maneira covarde e gratuita por outros homens. Foram quatro indivíduos que se juntaram para agredir uma única vítima negra. Infelizmente, raras vezes os jornais divulgavam as cores dos acusados de agredir pessoas negras. Quando aparecia a nacionalidade dos acusados, fica mais fácil presumir que se tratavam de pessoas brancas ou pertencentes a outros grupos ‘raciais’.

[...] a força federal, com assistência do agente Bastos e Tinoco e por ordem dos mesmos esmigalharam a “coronhas de carabina” os testículos e assassinaram a bordoadas dentro da plataforma a um homem de cor [...]<sup>260</sup>

O texto acima faz referência direta a uma forma de violência contra um “homem de cor”. Choca o fato de que a vítima supostamente teve os testículos esmigalhados com a agressão policial. O desfecho da situação aparece inconcluso no jornal e não se trata de um caso julgado pela justiça, mas de uma suspeita sobre a atuação do agente de segurança Antonio Carlos de Araújo Bastos Junior, que atuava nas estações de trem. Assim como dezenas de outros casos, esse poderia ser incluído no conceito de linchamento?

Recebemos uma carta em que nos relatam ter sido muito maltratado por alguns instantes um homem de cor, ontem na rua da Glória, por estar embriagado<sup>261</sup>.

Como se pode ver, os casos de violência se repetem, mas sempre são tratados com os predicativos: agressões, maus-tratos, espancamento, assassinatos, distúrbios.

**Distúrbios no Macuco.** Temos à vista uma carta, que dá pormenores acerca do conflito ocorrido no Macuco e do qual tivemos comunicação incerta em nossa edição de ontem.

A desordem deu-se entre dois grandes grupos de pessoas do povo, estando a um lado cerca de 500 dos indivíduos que motivaram o fato.

O conflito começou por inconvenientes manifestações, inclusive a destruição de bandeiras e adornos das festas que iam começar ali, no dia de anteontem.

<sup>259</sup> *Jornal do Brasil*, 14 de maio de 1907, p. 3/8.

<sup>260</sup> *Jornal do Brasil*, 5 de fevereiro de 1896, p. 2.

<sup>261</sup> *Jornal do Brasil*, 15 de abril de 1899, p. 2.

Na desordem ficou ferido um indivíduo do lado dos habitantes do Macuco, morto um homem de cor e feridos outros do grupo que imprudentemente armou o tumulto. À última hora dizia-se que dois cadáveres tinham sido lançados no rio Macuco, não sendo porém essa notícia um fato positivo. À chegada da força policial, que noticiamos ter partido de Niterói para o lugar do acontecido, estava restabelecida a calma. Somente o povo aterrado pelo medo recolheu-se a suas habitações, pelo que não realizaram-se as festas projetadas<sup>262</sup>.

Muitos casos de violência sugerem formas sumárias de castigo e punição contra as vítimas. A seguir veremos ainda diferentes casos de assassinatos e agressões contra negros cometidos por imigrantes, estrangeiros, grupos de pessoas e agentes policiais.

### 3.2 Linchamentos? Pessoas negras assassinadas e agredidas por imigrantes, estrangeiros e grupos

Estrangeiros e imigrantes de diferentes nacionalidades, como portugueses, espanhóis, italianos e o caso de um sírio, foram reprodutores de uma violência contra pessoas negras talvez mais intensa do que a se processava no país entre nacionais. No entanto, pelos relatos, não é possível distinguir se o preconceito de cor e raça foi trazido pelos imigrantes ou foi adquirido ou intensificado mediante a situação de racismo que existia no Brasil.

De acordo com Flávio Gomes (2005),

as primeiras décadas pós-emancipação foram decisivas para os sentidos de liberdade, cidadania e autonomia. A questão parecia ser não tanto *quem* eram os protagonistas da liberdade, mas sim quais os *significados* desta. Liberdade para quê? [...] Nas áreas urbanas, ao contrário do êxodo rural de uma suposta desqualificada massa negra alijada do mercado de trabalho, assistia-se ao ressurgimento de tradições operárias, em que o debate sobre *raça* e *nação* podia ser travado no braço. São vários os exemplos de refregas sindicais entre trabalhadores nacionais e estrangeiros, muitos dos quais confrontos diretos entre negros e imigrantes<sup>263</sup>.

De fato, é possível perceber que as noções de raça e nacionalidade aparecem no dia a dia das disputas, inclusive, laborais. Na imprensa, são reiterados os episódios de espancamento e violência que os negros sofrem praticados por estrangeiros.

*O Paiz* relatou uma agressão de um português a um negro por motivo banal. Enquanto caminhava na rua, Manoel Morgado tropeçou em Camillo Pereira da Silva, que reclamou da distração de Manoel. José Tavares, um português, descrito como alto e robusto, de 23 anos, que acompanhava Manoel Morgado, deu início a uma sessão de espancamento a Camillo, “de cor preta, brasileiro, de meia idade”. Primeiro, “ergueu a mão e deu uma bofetada em Camillo, e,

<sup>262</sup> *O Paiz*, 15 de maio de 1890, p. 1.

<sup>263</sup> GOMES, Flávio dos Santos. *Negros e política (1888-1937)*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2005, p. 11.

antes que este tivesse tempo de se defender, vibrou-lhe uma violenta cacetada na cabeça”. A vítima caiu no chão e, “não bastando isso para acalmar o ânimo de Tavares, que continuou a dar-lhe novas e brutais cacetadas até que, vendo-o sem movimento, pisou-lhe o rosto e a cabeça a tacão de sapato”. Ficando “em estado gravíssimo”, Camillo morreu enquanto era transportado da delegacia para o hospital da Misericórdia, “apresentava forte contusão na região frontal direita, escoriações no alto da cabeça e tinha a face direita suja de areia”.

Apesar de tentar negar a gravidade do espancamento, depondo que agiu em defesa própria e que apenas havia dado algumas bengaladas na vítima enquanto ainda estava de pé, o agressor foi acusado por quatro testemunhas. Segundo elas, José Tavares tinha, na realidade, “quebrado a grossa bengala de que estava armado nas costas de Camillo, depois de ter caído”. O próprio jornal intensificou a gratuidade do assassinato do homem negro, porém, dando a entender que o incidente poderia ser uma exceção: “De uma simples troca de palavras, de uma ligeira discussão, depende às vezes a vida de um homem. Camillo Pereira da Silva foi ontem vítima de um acidente de rua que bem longe estava de prever”<sup>264</sup>.

Como já apresentamos, chega ao ponto de o *Jornal do Brasil*, em 06.12.1899, fazer referência específica a um possível linchamento. Após a violência cometida contra uma mulher negra, o agressor português quase sofreu um linchamento. Este fato ocorreu em Recife - Pernambuco. O homem agarrou a mulher e a agrediu em sua loja. A vítima foi socorrida pelas pessoas, que apedrejaram o estabelecimento e quase lincharam o homem<sup>265</sup>.

Esse é um dos fatos que ajuda a mostrar como a violência fez parte das relações raciais após o fim da abolição, seja como forma de permanência de práticas da escravidão, seja como o desenvolvimento de novas formas de preconceito e discriminação, em que os conflitos entre imigrantes europeus, supostamente brancos, e negros foi uma constante. A notícia, afinal de contas, é de 1899, ou seja, mais de uma década após o fim da escravidão. Não se pode atribuir aquela agressão apenas à permanência de práticas da escravidão. Fica o questionamento: em que medida a imigração em massa de europeus para o Brasil em fins do século XIX trouxe também práticas preconceituosas desses grupos de imigrantes?

---

<sup>264</sup> “Assassinato”, *O Paiz*, sábado, 9 de abril de 1898, p. 1/6. Mas não podemos afirmar que apenas situações de violência de estrangeiros contra nacionais negros foram registradas nos jornais. Há também numa reportagem do *Correio da Manhã* a demonstração de um congratulamento entre o português, proprietário de um pequeno comércio, e um homem pardo, cuja profissão não é descrita. “Antonio da Costa Neves, português, proprietário do armazém de secos e molhados, nº 29-A, da Rua Angelina, estação da Piedade, se entregava ao inocente divertimento de cantar algumas modinhas ao som do seu violão. Terminada a labuta diária, já sem fregueses no seu armazém, assim se distraía em companhia do nacional Francisco Rodrigues de Faria, residente à Rua Fagundes Varela, nº 34, na mesma estação da Piedade” (“Tentativa de Assassinato”, *Correio da Manhã*, sexta-feira, 4 de agosto de 1905, p. 2/6).

<sup>265</sup> *Jornal do Brasil*, 06.12.1899, p. 1/4.

Mas as notícias acima estavam longe de serem exceções. Após o ano de 1888, muitos negros foram barbaramente mortos sem justificativas. Também era reiterada a agressão de estrangeiros ou imigrantes a nacionais negros. O assassinato de Camillo foi apenas mais um num universo amplo de imigrantes que agiram com violência contra negros. Quando observamos o conjunto de notícias ao longo dos anos, percebemos que a imigração não foi um processo que expressou o racismo das elites nacionais contra os negros. Muitos imigrantes também trouxeram práticas racistas ou assimilaram um racismo que já existia no Brasil. Embora possa ter ocorrido, nesta pesquisa, não encontramos o inverso, isto é, casos de personagens negros praticando violência contra imigrantes de forma infundada ou injustificada.

Mesmo anos depois, a prática é uma constante nos noticiários. Da cidade de Santos, em São Paulo, foi dada também a seguinte notícia de assassinato de um negro por um espanhol. A divulgação foi feita pelo jornal carioca *Correio da Manhã*.

No sítio ‘Jaguary’, [...] foi assassinado [...] estupidamente, com uma canivetada no ventre, o trabalhador Cesario Barbosa, nacional de cor parda, de 35 anos de idade. O criminoso que se chama Raphael Moreira, de nacionalidade espanhola, de 35 anos, foi preso em flagrante pelo sr. José de Arruda Furtado, que ontem o entregou às autoridades policiais, sendo recolhido à cadeia pública, onde aguardará julgamento. A polícia abriu inquérito a respeito, tendo ouvido diversas testemunhas que afirmam a culpabilidade do criminoso<sup>266</sup>.

Na maior parte das notícias, a vítima não apresenta um risco real ao agressor. Não havendo aspectos que expliquem a violência. O negro que, muitas vezes, era taxado como criminoso em potencial, não apresentava na maior parte dos casos essas práticas. Pelo contrário, as notícias relatam pessoas comuns, que nada praticaram que justificasse a violência que receberam. Na última notícia relatada, a vítima negra é descrito como trabalhador. Diversas testemunhas também acusam o espanhol autor do crime.

Mais um episódio relatado a partir de Santos no *Jornal do Brasil*, em 13.03.1898, demonstrou a violência de um imigrante espanhol contra um nacional da cor preta. Depois que “um preto embriagado” começou a falar “palavras ofensivas” numa rua em que estavam diversas pessoas, Manuel Passos, um espanhol, iniciou uma briga corporal com o homem. Sendo apartado por outro homem negro chamado Manuel Pedro dos Santos, o espanhol ficou ainda mais irritado e matou Manuel Pedro dos Santos com uma facada “no lado esquerdo sobre o coração”<sup>267</sup>.

O que choca na notícia anterior é o sentido moralizador da ação do espanhol. O próprio jornal explica essa presunção. “[...] chegou mais tarde ao local um preto embriagado, que dizia

<sup>266</sup> *Correio da Manhã*, 1900-1910.

<sup>267</sup> “Santos”, *Jornal do Brasil*, 13.03.1898, p. 3/6.

palavras ofensivas. Manuel dos Passos, espanhol, tomando ares de moralista, dirigiu-se ao preto”. A construção da frase indica que Manuel dos Passos não apenas interveio na situação, como parece ter demonstrado sentir-se no direito de controlar aquele homem negro “que dizia palavras ofensivas”<sup>268</sup>.

Outro caso de violência de uma imigrante contra uma nacional negra sem nenhuma explicação racional aparece nesta notícia com o título “Uma inimiga perigosa”. Emilia Marinho, uma mulher parda de 27 anos, solteira, tinha uma inimiga descrita como perigosa pelo jornal, a espanhola e sua vizinha Dolores. “Ontem à noite, as duas encontraram-se frente a frente. E Dolores não conversou: deu com uma lata na cabeça de Emilia. Esta apresentou queixa à polícia do 23º distrito”.

As notícias de mulheres são menos recorrentes do que as dos homens. Embora se diferenciem na forma e, inclusive, na natureza das representações jornalísticas, trazem aspectos que colocam sobre as mulheres muitas dificuldades vivenciados também pelos homens. A agressão também foi feita por uma estrangeira, nesse caso, espanhola, contra uma nacional negra. A violência também se deu sem uma justificativa prévia e não se tratou de uma agressão mútua. Em nenhum desses casos, houve a descrição de uma reação dos negros contra a violência sofrida ou motivos claramente definidos para as agressões.

Porém, encontramos o caso de um homem negro que foi ferido por um italiano devido a uma rixa prévia entre ambos. O italiano teria sido enganado pelo preto com a compra de bilhetes falsificados. De forma súbita, às 9h30 da noite, o carregador José Antonio Dias Vieira sofreu um atentado a navalha enquanto estava muito perto de sua residência. O autor do atentado teria sido o “italiano Severo de tal”, vendedor de bilhetes, que fugiu do local do crime. “Em estado grave”, atingido nas costas e no braço esquerdo, o ferido foi encaminhado para o Hospital da Misericórdia, depois de prestar queixa na delegacia. Registrada a reclamação, descobriu-se que “na 9ª, 10ª e 11ª delegacias, há tempos foram iniciados inquéritos contra o ofendido, por falsificação de bilhetes de loteria, e presume a polícia que a agressão foi motivada por ter sido o agressor um dos lesados”, informou o jornal<sup>269</sup>.

Apesar disso, como vimos anteriormente, o que predomina é a violência contra o negro de forma indiscriminada. Este outro caso de violência de um imigrante contra uma nacional preta envolve, além da questão racial, também a questão de gênero e, especificamente, a relação amorosa que os dois mantinham. O título do *Correio da Manhã* explica que “Porque a mulher não quis mais, encheu-a de bofetões”. O homem português e a mulher nacional de cor preta

---

<sup>268</sup> Ibid. p. 3/6.

<sup>269</sup> *Jornal do Brasil*, 15 de junho de 1906, p. 2.

viviam como casados. Além de casa e comida, Cesar Loureiro dava a Anna Pereira pontapés e bofetões, explica a notícia. Quando Anna tentou sair daquela situação, o homem tentou impedi-la e finalmente perdeu a paciência com a mulher e a agrediu no meio da rua, inclusive, posteriormente, na presença dos policiais<sup>270</sup>.

A notícia apresenta vários elementos que mostram uma situação de dependência atrelada à questão econômica. Além disso, há uma forte violência de gênero e também marcas de uma dominação que remete diretamente a práticas da escravidão. Primeiro que é uma relação de união sem o casamento, prática diretamente relacionada à escravidão e às relações sexuais entre senhores e escravizadas fora do casamento. Neste caso, a violência racial apresenta aspectos históricos da formação brasileira desde o período colonial, em que predominou formas de dominação e maus tratos da mulher negra pelo homem branco. Conforme Ribeiro (1995), nesse cenário de agressão contra o negro, os brancos tinham mais chances de ficarem impunes nos julgamentos levado ao Tribunal de Júri da capital. Por outro lado, caso os negros fossem os acusados, a probabilidade de serem condenados era superior<sup>271</sup>.

Em outra notícia, um homem sírio agrediu com um serrote o serralheiro Christiano do Nascimento. De acordo com a notícia, o sírio Abrahão Fafi levava uma quantidade de madeira para ser aplainada e serrada. No entanto, como o serralheiro não deu a atenção devida, Abrahão sentiu-se contrariado e, por isso, atacou de súbito com o serrote atingindo a cabeça, as costas e os braços de Christiano<sup>272</sup>.

A notícia revela que, por personalidade ou por uma questão de moral, o sírio se sentiu menosprezado pela desatenção do homem negro. Porém, a forma como ele lidou com a contrariedade chama a atenção pela agressividade e covardia para com a vítima. Como os casos anteriores, esta agressão cometida por um homem sírio repete as características da violência contra negros na época, o que ajuda a evidenciar o racismo e a subvalorização da raça negra frente às diferentes nacionalidades dos imigrantes.

A violência contra o negro ocorreu, em alguns casos, praticada por vários agentes. Descritos como um grupo de indivíduos que se juntaram para agredir uma única vítima negra, esses casos de violência são as principais notícias que nos levaram a pensar na hipótese de

---

<sup>270</sup> “Porque a mulher não o quis mais, encheu-a de bofetões”, *Correio da Manhã*, terça-feira, 28 de dezembro de 1920, p. 5/12. Neste caso, também encontramos o registro do inverso, sendo um homem negro a ferir uma mulher branca após o fim do relacionamento, como na notícia “O vulto surgiu e disparou dois tiros” (*Correio da Manhã*, quinta-feira, 5 de setembro de 1929, p. 11/16).

<sup>271</sup> RIBEIRO, Carlos Antonio Costa. *Cor e criminalidade; estudo e análise da justiça no Rio de Janeiro (1900-1930)*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1995, p. 140

<sup>272</sup> “Mas, que fera! – Em violento acesso de cólera, um sírio fere um operário a serrote”, *Correio da Manhã*, sexta-feira, 9 de janeiro de 1920, p. 3/12.

linchamento de negros aqui no Rio de Janeiro. Eram raras as vezes que os jornais divulgavam as cores dos acusados de agredir pessoas negras. Como na matéria do *Jornal do Brasil*, de 18.04.1897, que relata o caso de Maria das Dores, “barbaramente espancada por um grupo de indivíduos” e “cujo estado é gravíssimo”<sup>273</sup>.

Thomas Skidmore (2001), explica que a discriminação se revela na forma de comportamentos e ações como linchamentos, exclusão de espaços, não-contratação. O racismo no Brasil nos anos posteriores à abolição certamente não pode ser considerado apenas do ponto de vista do simples preconceito, como Thomas Skidmore explica a terminologia, mas sim com fortes marcas de discriminação<sup>274</sup>.

### 3.3 A violência contra negros praticada por policiais e soldados

As notícias selecionadas para esta pesquisa também ajudam a evidenciar que, durante os primeiros anos após a abolição, a polícia enquanto agente armado do Estado participava intensivamente das agressões que sofriam muitos negros. Embora fossem recorrentes as circunstâncias em que os policiais eram retratados como aqueles que salvaguardavam a vida dos negros, eram comuns também os casos de policiais cometendo os crimes, geralmente de violência, agressão e até assassinato.

Os atos arbitrários cometidos pela polícia, caso encontrassem algum suporte legal, pode-se dizer que tinham a ver com os aparatos legais sobre a coerção da presumida “bandidagem” da época.

No entanto, diversos casos podem ser vistos em que a polícia comete abusos infundados do ponto de vista legal. Para começar, no *Jornal do Brasil*, de 7.11.1896, chamou-nos atenção a agressão que uma mulher negra sofreu dentro da própria delegacia de polícia, praticada supostamente pelo próprio delegado, a ponto de a mulher se jogar pela janela da delegacia para poder fugir da agressão ou, podemos dizer, da tortura praticado dentro de uma delegacia.

Tivemos ontem à noite conhecimento de um fato que, a ser verdadeiro, está mesmo requerendo sérias providências por parte do dr. Chefe de Polícia.  
O Sr. Bessa Leal, residente à rua da Quitanda, nº 63, contou-nos que anteontem uma mulher de cor preta atirou-se de uma das janelas do prédio em que funcionava a delegacia da 3ª circunscrição por tê-la espancado o respectivo delegado.  
Achamos o fato extraordinário e por isso entregamo-lo ao dr. chefe de polícia, o único nos casos de resolvê-lo de acordo com a sua gravidade.

<sup>273</sup> *Jornal do Brasil*, domingo, 18 de abril de 1897, p. 1/6.

<sup>274</sup> SKIDMORE, Thomas. “Temas e metodologias nos estudos das relações raciais brasileiras”. Trad. Valter Ponte. In: *Novos Estudos*, n.º 60, p. 63-76, jul. 2001, p. 67-68; 71.



Ao que nos disse mais o sr. Leal e para isto é que chamamos especialmente a atenção do dr. chefe de polícia, a vítima ficou bastante maltratada com a queda, sendo recolhida com guia do mesmo delegado à Santa Casa de Misericórdia<sup>275</sup>.

Como diz o jornal, o caso é bastante grave, pois justamente se trata de uma agressão cometida por alguém que tem poderes, dentro de uma repartição policial, contra uma mulher que já estava em poder da polícia, devendo os procedimentos serem guiados pela legalidade.

Esse tipo de agressão podia estar fundamentado na institucionalização da suspeição que recaía sobre o negro, inclusive, algo que era legitimado de algum modo pelo próprio Código Penal de 1890, que indiretamente atribuía ao negro que não estivesse trabalhando ou em situação suspeita o estigma de criminoso em potencial. Nesse ambiente, a violência praticada pelo Estado contra o negro era recorrente, podendo ganhar até mesmo a justificativa de algum tipo de ação supostamente preventiva, uma vez que as vítimas eram fortemente estigmatizadas na sociedade da época.

Por exemplo, quando se compara a notícia anterior com outra do mesmo jornal, percebe-se o quanto as práticas de pessoas negras consideradas desviantes acabavam sendo usadas como argumentos para a repressão, muitas vezes violenta, do Estado. Em 28.12.1896, o *Jornal do Brasil* destacava:

Pedem-nos para chamarmos a atenção do dr. Barros Sampaio, delegado da 4ª circunscrição urbana, para uma mulher de cor preta, que frequenta um botequim da rua do Núncio, onde profere palavras indecorosas ofensivas à moral pública, impossibilitando as famílias, ali residentes, de chegarem à janela todas as tardes<sup>276</sup>.

Certamente a polícia e as pessoas que denunciaram o caso deveriam buscar uma solução para o fato. Mas em que medida a situação não era resolvida como um caso de polícia e a própria polícia acabava na prática usando de casos como esses para ultrapassar os limites de seu dever de coerção?

Assim, os casos em que policiais ou o exército agem contra o arbítrio da lei foram recorrentes, como ainda são atualmente. São inúmeras situações em que nos anos posteriores à abolição os jornais evidenciam agressões cometidas contra pessoas negras pelo próprio Estado.

Como podemos ver a seguir, de acordo com o *Jornal do Brasil*, “às nove horas de ontem, quatro praças do exército, sem número do boné, assassinaram a punhal o preto de nome Bento. O cadáver foi recolhido ao necrotério. O Dr. Delegado da 8ª Circunscrição abriu inquérito. A causa do crime dizem que não foi nenhuma, pois o preto nada fizera”<sup>277</sup>.

<sup>275</sup> *Jornal do Brasil*, 07.11.1896, p. 1/4.

<sup>276</sup> *Jornal do Brasil*, 28.12.1896, p. 2/4.

<sup>277</sup> “Assassinato”, *Jornal do Brasil*, domingo, 10 de maio de 1895, p. 2/8. Anos depois, em outra nota do *Jornal do Brasil* destacou-se que “uma anspeçada de polícia espancou e feriu uma mulher de cor preta, que se achava na rua da Saúde, sem que para isso houvesse ela dado causa”. *Jornal do Brasil*, terça-feira, 22 de

Os casos vão se reproduzindo ao longo de muitos anos, certamente poder-se-ia fazer uma cronologia de casos que resultariam em recorrências que se prolongaram desde o pós-abolição, passando por todas as décadas seguintes, chegando até a atualidade, momento em que o debate começa ainda muito timidamente a ser colocado em questão.

O *Jornal do Brasil* expôs ainda outro caso de violência policial contra uma mulher negra. “Comunicaram-nos que anteontem, às 11h30, uma parda que fora presa na Rua Barão de Mesquita, sofrera os mais rigorosos castigos das praças que a conduziram para a estação policial da respectiva circunscrição”<sup>278</sup>.

O jornal não explica a acusação contra a mulher, mas informa que estava sendo presa, o que sugere uma ação policial motivada por algum crime ou conduta criminosa. Chama a atenção o fato de a agressão dos policiais ocorrer em plena luz do dia, como se não houvesse temor em relação àquelas práticas violentas. A notícia está tratando de 1899, mais de uma década depois que a escravidão havia chegado ao fim. No entanto, a normalidade com que uma mulher é “castigada” pelos policiais ainda prepondera, sem que seja feita nenhuma crítica. A situação de agressão é descrita como “os mais rigorosos castigos”. É uma linguagem que ainda nos parece remeter à linguagem do período da escravidão, aos “castigos” recebidos pelos escravizados.

Ainda conforme uma notícia do *Jornal do Brasil*, de 22.03.1895, uma mulher negra foi agredida por duas praças da polícia. Enquanto isso, um major da brigada policial, que presenciou o caso, não fez nada para conter os policiais. “[...] os passageiros de um bonde que descia a rua de Riachuelo tiveram ocasião de ver o vergonhoso espetáculo [...]”, informa o jornal<sup>279</sup>. Quantos seriam os casos que não eram vistos por ninguém, não faziam parte dos noticiários e não envergonhavam a sociedade da época?

De fato, notícias assim não eram tão raras nos periódicos analisados. Segundo *O Paiz*, de 7.10.1897, em plena manhã, uma praça policial levava uma mulher negra embriagada “aos trambulhões”. “Pessoas que passavam na ocasião reclamaram contra o brutal procedimento da praça”<sup>280</sup>.

Em 1888, meses depois da abolição, a violência da polícia era explicada como um fator que também se confundia com as práticas da escravidão. O *Cidade do Rio*, em 11 de dezembro

---

setembro de 1903, p. 2/6. Avançando-se também mais alguns anos, em outra matéria, também do *Jornal do Brasil*, a “selvageria” descrita pelo jornal é praticada pela polícia por uma “suspeita criminosa”. Com isso, Constantino Chagas de Oliveira terminou sendo espancado e ferido. O trabalhador da estiva foi confundido com um gatuno, agredido e espaldeado por duas praças da polícia”. Embora tenha sobrevivido, o estado de saúde era grave, com “contusões por todo o corpo” e um “profundo pontaco” do lado direito. *Jornal do Brasil*, 15 de setembro de 1909, p. 13.

<sup>278</sup> *Jornal do Brasil*, segunda-feira, 28 de agosto de 1899, p. 2/4.

<sup>279</sup> *Jornal do Brasil*, 22.03.1895, p. 2/4.

<sup>280</sup> *O Paiz*, de 7.10.1897, p. 2/8.

de 1888, sob o título de “Violência e Crueldade”, publicou a matéria a seguir do *Correio de Cantagalo*, município cafeeiro da Província do Rio de Janeiro. Uma família de libertos foi acusada indevidamente de roubo em uma fazenda próxima de onde viviam. Policiais então puniram com métodos típicos do período da escravidão o liberto Cirino. O jornal explica os métodos de castigo que foram impostos. Num primeiro momento, a palmatória foi usada para o policial “esbordoar as mãos do liberto Cirino em que deu mais de quatro dúzias de bolo”. Depois, o policial “arrochou-lhe a cabeça com uma corda” e finalmente “pôs o mísero liberto em um tronco [...] toda a noite”. O jornal se colocou em defesa da família de libertos e elogiou a intervenção do Juiz de Direito e do Promotor do Município, que, após denúncias, processaram os autores das arbitrariedades policiais que acusavam os libertos sem nenhuma prova<sup>281</sup>.

Mas não se pode simplesmente atribuir os episódios a uma prática que ainda se confundia com os anos recentes da escravidão, pois anos depois, já no século XX, o *Correio da Manhã* ainda noticiava um caso indicativo de que um homem negro foi “espancado barbaramente”, “recebendo vários ferimentos na cabeça e no corpo”<sup>282</sup>. Em outro caso, “um pobre homem de cor preta, maior de 50 anos e aleijado, foi a vítima indefesa” de um soldado do corpo militar do Estado do Rio<sup>283</sup>.

Em uma reportagem do *Jornal do Brasil*, um viés preconceituoso é explicitado e pode ajudar a demonstrar as supostas razões da prática de agressão a negros por parte de policiais. Um homem foi espancado porque teria sido confundido com um gatuno. Floribella Maria da Conceição pediu à Delegacia do 22º Distrito que fosse recolhido ao Hospital da Misericórdia o seu companheiro Constantino Chagas de Oliveira, que se achava em estado grave. Constantino era descrito como “de cor preta, de 37 anos de idade, solteiro e trabalhador da estiva”. O homem foi espancado por duas praças de polícia e apresentava contusões por todo o corpo. De acordo com o jornal, “o agredido, logo que pode fugir à sanha dos pseudomantenedores da ordem

<sup>281</sup> *Cidade do Rio*, 11 de dezembro de 1888, apud MACHADO, Humberto Fernandes. “A imprensa do Rio de Janeiro e o pós-abolição”. In.: *XXVIII Simpósio Nacional de História - Lugares dos Historiadores: velhos e novos desafios*, Florianópolis - SC, p. 1-15, 27 a 31 de julho de 2015, p. 6-7.

<sup>282</sup> O homem não chegou a ser morto, e os autores do crime eram praças de polícia, cujas cores não são identificadas no jornal. Neste caso, de acordo com a notícia, antes do espancamento, o homem estava embriagado e teria promovido distúrbios em frente à estação dos bondes da Companhia Vila Isabel. Finalmente, o simples comentário do jornal é que “cedo começam as façanhas”. *Correio da Manhã*, quinta-feira, 8 de agosto de 1901, p. 2/6.

<sup>283</sup> “Barbaridade”, *Correio da Manhã*, quinta-feira, 29 de dezembro de 1904, p. 2/6. Em virtude da condenação de sua residência, na Rua São Lourenço, nº 47, em Niterói, devido à deficiência, o homem efetuava com dificuldades sua mudança, ordenada pela prefeitura em função da condenação do local onde morava. “À noite, quando terminava a mudança, dele se aproximou o soldado e barbaramente o espancou. Atirou-o por terra com um violento empurrão e em seguida pisou-o, sem que os gemidos da vítima o contivessem”.

pública, refugiou-se em casa”. No entanto, como se agravaram os ferimentos, Floribella decidiu denunciar o caso à polícia<sup>284</sup>.

A reportagem é de 1909, ou seja, mais de duas décadas já haviam se passado desde o fim da escravidão. Assim, considerando os problemas sociais que muitos negros enfrentavam como herança direta da escravidão, a coerção policial, praticada de forma arbitrária, violenta e preconceituosa, vitimava gravemente e até mortalmente negros ou os tornavam suspeitos preferenciais. A polícia que deveria garantir a proteção dos direitos dos cidadãos aparece como uma ameaça à integridade do homem negro, que fugiu dos agressores e refugiou-se em casa. Apenas devido à gravidade das agressões, o que demonstra o receio de denunciar em outros casos mais leves, foi que a companheira fez uma denúncia formal à polícia.

Além das agressões, a omissão também demonstrava o descaso dos policiais com os necessitados de auxílio. De acordo com o *Jornal do Brasil*, de 10.07.1896, quando um homem de cor preta sofreu um ataque na rua, ferindo-se na cabeça, alguns policiais o transportaram para a repartição central da polícia. Chegando lá, o homem ficou em completo abandono, “sem o menor socorro médico, apesar de ser ainda acometido com mais dois ataques”<sup>285</sup>. Meses depois, segundo o *JB*, outro homem morreu de congestão cerebral na 10ª circunscrição policial<sup>286</sup>.

Apesar de em muitos outros casos a polícia ter buscado salvaguardar os negros, as notícias acima apresentadas apontam que a polícia atuou como forte agente de violência arbitrária contra os negros, alguns suspeitos de crimes e grande parte sem nenhum tipo de acusação. Essas notícias ajudam a demonstrar que a arbitrariedade da polícia contra negros não é algo que se processa apenas na atualidade, em que dois a cada três jovens mortos pela polícia são negros, em que se multiplicam os apregoados autos de resistência e em que alguns políticos afirmam que a polícia tem liberdade para atirar e matar. As reportagens apresentadas se somam às denúncias contemporâneas, evidenciando que desde o fim da escravidão são recorrentes os casos de agressões e assassinatos de negros cometidos por policiais que deveriam atuar como agentes e representantes do Estado e do poder público.

Muitas pesquisas já tem se debruçado sobre essa violência que os policiais exercem com traços de discriminação contra o negro. Sam Adamo (1983), por exemplo, evidenciou uma série de atividades discriminatórias praticadas por policiais entre 1890 e 1940<sup>287</sup>. Já o artigo “A

<sup>284</sup> *Jornal do Brasil*, quarta-feira, 15 de setembro de 1909, p. 13/18.

<sup>285</sup> *Jornal do Brasil*, 10.07.1896, p. 3/6.

<sup>286</sup> *Jornal do Brasil*, 22.02.1897, p. 2/4.

<sup>287</sup> ADAMO, Sam. *The broken promise: race, health, and justice in Rio de Janeiro (1890-1940)*. Tese de Doutorado, Universidade do Novo México, 1983; *apud* RIBEIRO, Carlos Antonio Costa. *Cor e*

criminalidade dos homens de cor no Brasil”, de Nelson Hungria (1956), apontou que “a maioria da população carcerária da cidade do Rio de Janeiro na Primeira República era de negros e pardos”<sup>288</sup>.

Citando a obra *Vigiar e Punir*, de Michel Foucault, Ribeiro explica como a polícia se excedia no exercício das funções preventiva e corretiva no cenário da criminalidade do Rio de Janeiro, em que o negro era um dos alvos da arbitrariedade.

A função administrativa da polícia está ligada à manutenção da ‘ordem pública’. A polícia é encarregada da vigilância da população. No exercício desta função tem ‘poderes de polícia’, não tem impedimentos para sua ação (tem ‘discricionariedade’). Como a função administrativa tem caráter preventivo, a polícia pode agir antes de ocorrer um fato delituoso. Como diria Michel Foucault (1986), a polícia vigia. Já a função judiciária está ligada à repressão dos delitos definidos pela lei. Depois que ocorre um delito, a polícia atua realizando investigações e seguindo os ‘mandados de busca’ do Judiciário. A polícia reprime e deve usar métodos inquisitoriais. Como diria Foucault (1986), a polícia pune<sup>289</sup>.

Conforme o autor, “ao prevenir a criminalidade a polícia ‘julga’ indivíduos ‘prevendo’ seu comportamento futuro”. Assim, “atua sobre indivíduos que não cometeram delitos, mas são considerados perigosos”. Nesse sentido, Ribeiro explica que esta seria uma atitude fortemente influenciada por princípios da Escola Positiva de Direito Penal, que se baseou no argumento de que certos indivíduos são mais propensos a prática de crimes. “É notório que muitas vezes a polícia pune extralegalmente de acordo com uma ‘ética própria’”<sup>290</sup>.

Eram comuns os julgamentos não oficiais feitos pelos policiais, que prendiam, deportavam e até matavam em nome do combate ao crime, mas de forma ilegal e irregular. Com muita frequência o policial era o juiz. Obviamente muitos preconceitos surgiam nos julgamentos dos policiais. Por exemplo: os policiais tratavam diferentemente brancos e não-brancos, como mostra o historiador Sam Adamo (1983). As próprias características do processo penal brasileiro permitem que os policiais abusem do poder e atuem de forma autoritária e inquisitorial<sup>291</sup>.

---

*criminalidade; estudo e análise da justiça no Rio de Janeiro (1900-1930)*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1995, p. 13.

<sup>288</sup> HUNGRIA, Nelson. A criminalidade de homens de cor no Brasil. In: Comentários ao Código Penal. Vol. III, Rio de Janeiro, *Revista Forense*, 3ª edição, 1956; *apud* RIBEIRO, Carlos Antonio Costa. *Cor e criminalidade; estudo e análise da justiça no Rio de Janeiro (1900-1930)*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1995, p. 13.

<sup>289</sup> FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir*. Petrópolis: Vozes, 1977; *apud* RIBEIRO, Carlos Antonio Costa. *Cor e criminalidade; estudo e análise da justiça no Rio de Janeiro (1900-1930)*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1995, p. 36.

<sup>290</sup> RIBEIRO, Carlos Antonio Costa. *Cor e criminalidade; estudo e análise da justiça no Rio de Janeiro (1900-1930)*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1995, p. 36

<sup>291</sup> ADAMO, Sam. *The broken promise: race, health, and justice in Rio de Janeiro (1890-1940)*. Tese de Doutorado, Universidade do Novo México, 1983; *apud* RIBEIRO, Carlos Antonio Costa. *Cor e criminalidade; estudo e análise da justiça no Rio de Janeiro (1900-1930)*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1995, p. 37.

Nesse sentido, mais detalhadamente veremos posteriormente que as agressões policiais, além de serem um reflexo originalmente de práticas da escravidão, podem também ser consideradas como uma forma de violência contra o negro que era amparada, inclusive, pela legislação vigente, em que o Código Penal de 1890 atribuía a pecha de um criminoso em potencial às pessoas que estivessem alijadas do mundo do trabalho ou de condições minimamente aprovadas como de uma pessoa que representasse um trabalhador na época. Nesse ambiente, legalmente orientado, vinculado a uma tradição de ilegalidade que parece fazer parte de muitas práticas institucionalizadas no Brasil, a violência contra o negro se tornava recorrente, podendo ganhar até mesmo a justificativa de algum tipo de ação preventiva ou de legitimidade, uma vez que as vítimas eram fortemente estigmatizadas na sociedade da época, algo que ainda hoje continua a se reproduzir sob diferentes modos.

#### **3.4 Precariedade de vida e o destino comum do negro nos trens e nas ruas: Subúrbio, hospital, necrotério e cemitério**

As reportagens dos jornais cariocas ilustram como nos anos de 1888 a 1900 persistiam lugares comuns para a representação da população negra na imprensa. Não é exagero dizer, ao ler os relatos, que um desses lugares comuns atribuídos ao negro pelas representações dos jornais era o necrotério do Instituto Médico Legal. Diversos personagens foram retratados como mortos indigentes que foram, num primeiro momento, enviados ao necrotério. Como anunciavam os títulos: “a vítima era desconhecida” e “o cadáver foi para o necrotério”.

Na coluna “Na Polícia e nas Ruas”, do *Jornal do Brasil*, aparecem reiteradamente retratações de negros como indigentes sendo enviados ao necrotério da cidade. O título da coluna pode no primeiro momento aparentar a retratação de negros enquanto criminosos. No entanto, como temos verificado mais profundamente, a maioria dos personagens pretos e pardos eram pessoas simples que sofriam as duras condições de vida na cidade do Rio de Janeiro, além da violência, muitas vezes infundada e arbitrária.

Diversos casos abordados nos jornais também apontavam para pessoas negras mortas pelos trens e outras encontradas mortas nas ruas. Em grande parte dos casos, não tinham identidades reconhecidas pelos que apuraram as notícias e pela polícia, que encaminhava os corpos ao necrotério do Instituto Médico Legal da cidade.

Nesta notícia do *Jornal do Brasil*, de 17.02.1896, o corpo de “um homem de cor preta” foi encontrado repartido em pedaços ao longo da estrada de ferro Central do Brasil, na altura de Cascadura. A perna estava num local e o tronco em outro, tratava-se do “corpo de um preto

maior de 90 anos e conhecido por apelido de Congo”. Não há maiores detalhes sobre o caso, tendo o corpo sido encaminhado para o necrotério. A notícia termina ironizando: “Então os cadáveres andam agora despencados pelos ares?”<sup>292</sup>

Já na edição do *JB* de 22.01.1892, o comandante da 10ª estação policial encaminhou para o necrotério o cadáver de uma mulher de cor preta encontrada morta na ladeira do Senado. O corpo foi examinado e fotografado no necrotério, mas o jornal não explica a causa da morte. Embora também não diga o nome da vítima, de acordo com o *JB*, a identidade da mulher foi reconhecida<sup>293</sup>.

Além de pessoas caídas na rua ou encontradas em lugares isolados, também era recorrente o número de corpos encontrados no mar. Esses casos podem ser resultado de afogamentos acidentais, suicídios ou assassinatos. O caráter imediatista das notícias não permite uma análise mais profunda da quase totalidade dos casos. Em 29 de dezembro de 1892, o *Jornal do Brasil* noticiava o afogamento de um homem cujo corpo foi encontrado em adiantado estado de putrefação no mar próximo à rua da Saúde. Dentro do bolso, os policiais encontraram um bilhete com o nome e o endereço do homem: Sr. Leonel, Rua da Saúde, 37. “Verificou a autoridade ser esse o nome do indivíduo e que o mesmo no sábado último caíra no mar, quando voltava de bordo do vapor Olinda para onde tinha levado umas malas”. O corpo foi enviado para o necrotério<sup>294</sup>.

Os casos de pessoas se jogando do mar eram uma constante. Em algumas situações, eram imediatamente resgatadas. Em outras, eram impedidas de se jogar. De acordo com *O Paiz*, de 30.11.1899, uma mulher descrita como de cor preta tentou se jogar do cais da Harmonia ao mar. Mas foi impedida por populares e levada à delegacia por sofrer de problemas mentais<sup>295</sup>.

Também foi recolhido para o necrotério o corpo de um homem de cor preta encontrado boiando junto à fortaleza de Santa Cruz<sup>296</sup>. Já o cadáver de mais um “homem de cor preta” foi encontrado boiando junto à ponte da estação Marítima da Gamboa. “Procedendo-se a averiguações, soube-se ser o cadáver de João Martins, de 50 anos presumíveis, trabalhador de estiva e que se dava ao vício da embriaguez”<sup>297</sup>. Os casos se repetem ano a ano, como o de outro cadáver encontrado boiando próximo à fortaleza de Willegaignon por marinheiros<sup>298</sup>. Já

<sup>292</sup> *Jornal do Brasil*, 17.02.1896, p. 1/4.

<sup>293</sup> “Cadáver”, *Jornal do Brasil*, 22.01.1892, p. 2/4.

<sup>294</sup> “Casos Policiais”, *Jornal do Brasil*, 29.12.1892, p. 1/4.

<sup>295</sup> *O Paiz*, de 30.11. 1899, p. 2/6.

<sup>296</sup> “Necrotério”, *Jornal do Brasil*, 05.08.1895, p. 3/6.

<sup>297</sup> *Jornal do Brasil*, 10.02.1896, p. 2/4.

<sup>298</sup> *Jornal do Brasil*, 22.02.1896, p. 2/6.

o cadáver de um “homem de cor parda”, aparentando ter cerca de 40 anos, foi encontrado nas proximidades do cais Pharoux e recolhido ao necrotério<sup>299</sup>.

A violência urbana nitidamente atingia brutalmente a população negra. Foi o que acometeu Joaquim Doceiro, que depois de breve discussão, foi morto à facada por um criminoso recorrente que estava em liberdade. De acordo com o *JB*, de 26.01.1895, “a vítima era um pobre homem de cor preta, já de idade e ali morador há longos anos, e que pela sua conduta era por todos estimado”<sup>300</sup>.

A situação de precariedade e a violência sofrida pelos negros não está circunscrita apenas a um estado ou outro da federação brasileira. Da Bahia chegava uma notícia similar a muitas do Rio de Janeiro. Segundo o *JB*, de 8.07.1893, também “[...] foi encontrado na Boa Viagem o cadáver de um homem de cor parda, cujo nome ignoramos. Achava-se em estado quase completo de nudez e apresentava um grande ferimento na cabeça. Compete à polícia sindicatar seriamente do fato”<sup>301</sup>.

Outras pesquisas também destacaram essa recorrência de notícias de acidentes e mortes envolvendo os personagens negros no período posterior à abolição. Assim, por exemplo, Lilia Schwarcz (1987) já informava casos comuns de mortes e acidentes noticiados nos jornais da época, como no *Correio Paulistano*, de 18.09.1894, que informava o caso de um homem de cor preta que estava embriagado e deitado na linha do Bananal e, por isso, foi atropelado por um trem<sup>302</sup>.

Mesmo os jornais do Rio de Janeiro, que traziam casos de outros estados do Brasil, mostravam que acidentes e mortes com pessoas negras ocorriam com frequência em outros estados, tendo características em comum com a situação no Rio de Janeiro. Numa nota do *Jornal do Brasil*, de 23.05.1896, lê-se que “morreu repentinamente, na estação da Paz, quando se preparava para seguir para Santos, uma mulher de cor preta, chamada Mathilde Fernandes”<sup>303</sup>.

Nos jornais do Rio de Janeiro, também pudemos evidenciar que estas notícias eram bastante comuns na própria cidade e adjacências. Mas o caso a seguir chama atenção porque o corpo de uma mulher morta não foi encontrado simplesmente na rua, o que era bastante recorrente, atribuindo-se supostamente a morte a problemas de saúde. Nesse caso o corpo de

<sup>299</sup> *Jornal do Brasil*, 26.05.1895, p. 2/6.

<sup>300</sup> *Jornal do Brasil*, 13.01.1896, p. 1/4.

<sup>301</sup> *Jornal do Brasil*, 08.07.1893, p. 1/4.

<sup>302</sup> *Correio Paulistano*, 18 de setembro de 1894, apud SCHWARCZ, Lilia Moritz. *Retrato em branco e negro: jornais, escravos e cidadãos em São Paulo no final do século XIX*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987, p. 124.

<sup>303</sup> “Os Estados – São Paulo – Capital”, *Jornal do Brasil*, 23.05.1896, p. 3/6.



mulher foi achado imerso na lama de um canal que ficava por trás de uma rua próxima, chamada rua da Alegria. Em 12.06.1893, o *Jornal do Brasil* noticiava o caso. A mulher tinha presumíveis 40 anos. Após ser encontrado por vigias da mata marítima, o corpo foi encaminhado para o cemitério São Francisco Xavier. No entanto, como se tratava de uma mulher desconhecida, o delegado responsável pediu ao chefe da polícia o encaminhamento do corpo para o necrotério<sup>304</sup>.

Em outro caso noticiado pelo *Jornal do Brasil*, de 09.12.1896, as circunstâncias da “mulher de cor preta” encontrada morta apontam para a uma suspeita envolvendo o amante da mulher. Maria Ignez da Conceição foi encontrada morta na porta de uma estalagem na rua do General Pedra. “Das indagações a que (o delegado) procedeu soube ser a mesma amante de João Francisco de Almeida, com quem anteontem, à noite, andava pelas ruas em completo estado de embriaguez”. O corpo de mulher foi encaminhado para o necrotério<sup>305</sup>.

De fato, a cidade era descrita pelos jornais como um ambiente bastante violento e cujos problemas se acumulavam na forma de casos de mortes agravadas por situações de crimes e acidentes. Em 08.11.1896, o *Jornal do Brasil* trazia uma lista de casos em que tinham sido demandados os serviços dos médicos legistas da polícia. Entre os casos de destaque, estava o da “mulher de cor preta, desconhecida, encontrada à rua Paissandu”. Geralmente a expressão “de cor...” era mais comum quando não havia identificação dos nomes das vítimas, pois outras pessoas foram descritas apenas pelo nome, sem nenhum descritivo de cor, em situações de violências, assassinatos, mortes e doenças bastante trágicos também. A lista de exames diversos feitos pelos legistas era bastante extensa no mês de outubro de 1896, resultando em 534 casos investigados pelos médicos legistas da polícia.

Exames de corpos de delito, 267; exames de cadáveres, 29; exames de sanidade, 18; exames de defloramentos, 14; exames negativos, 15; exames de alienados, 56; exame de identidade, 1; exame de atentado ao pudor, 2; exame de ossadas, 2; inspeção de saúde, 2; verificações de óbitos, 116; autópsias, 13. Total 534<sup>306</sup>.

Mas as notícias de dificuldades e sofrimentos vivenciados por pessoas negras continuam nos anos e nas décadas seguintes.

De acordo com o *Jornal do Brasil*, de 29.08.1892, faleceu repentinamente na rua do Riachuelo, uma mulher de cor preta, cujo cadáver foi levado ao necrotério para ser feita a

<sup>304</sup> “Cadáver”, *Jornal do Brasil*, 12.06.1893, p. 1/4.

<sup>305</sup> *Jornal do Brasil*, 9 de dezembro de 1896, p. 2/4.

<sup>306</sup> *Jornal do Brasil*, 8 de novembro de 1896, p. 2/6.

investigação sobre as causas da sua morte<sup>307</sup>. Outro homem foi enviado ao necrotério devido ao falecimento repentino na rua do Mercado<sup>308</sup>.

O *JB* também noticiou na coluna “Casos Policiais”, em 28.10.1892, que mais uma mulher de cor preta foi encontrada morta, desta vez na rua do Bom Jardim. “O cadáver foi remetido para o necrotério, onde o médico da polícia examinou-o e verificou ter sido a morte causada por uma lesão orgânica do coração”. A vítima foi reconhecida como Luiza Rita da Conceição, moradora da Rua João Caetano, nº 87<sup>309</sup>.

Os relatos acima, que representam quase um padrão de grande parte dos fatos envolvendo pessoas negras, mostram todos os personagens sendo encaminhados para o necrotério do Instituto Médico Legal da cidade. Era mais um lugar comum que intensificava a representação depreciativa da imprensa sobre os negros, não meramente como criminosos, mas demonstrando a vulnerabilidade da situação de muitos negros na cidade. As marcas da desigualdade racial durante essa fase estavam nos transportes, nos trabalhos, nas mortes, na criminalidade e habitavam o imaginário social da população também através da forma como essas imagens eram retratadas na imprensa.

Além das representações envolvendo o Instituto Médico Legal, também podendo simplesmente ser chamado genericamente de necrotério nos jornais, eram comuns os casos de pessoas sendo encaminhadas para o hospital Santa Casa de Misericórdia, uma das principais instituições médico-hospitalares da época.

Assim, nós encontramos notícias como esta do *Jornal do Brasil*, de 15 de maio de 1892: “Às 11h da manhã de ontem faleceu repentinamente, no consultório da sala do banco da Santa Casa, uma mulher de cor preta desconhecida, que ali se apresentara pedindo socorros médicos”<sup>310</sup>.

De acordo com o *Jornal do Brasil*, de 26.02.1897, também no hospital da Misericórdia, faleceu uma mulher de “cor preta, representando ter 40 anos de idade”, que estava ali após ser encaminhada pela polícia, tendo sido encontrada caída e sem fala na rua Frei Caneca<sup>311</sup>.

De forma recorrente eram noticiados casos de enfermos sendo recolhidos das ruas: “Deram entrada no hospital da Misericórdia, Manoel José de Mendonça e uma mulher de cor preta e identidade desconhecida, ambos encontrados enfermos nas ruas”<sup>312</sup>.

<sup>307</sup> *Jornal do Brasil*, 29.08.1892, p. 2/4.

<sup>308</sup> “Necrotério”, *Jornal do Brasil*, 05.08.1895, p. 3/6.

<sup>309</sup> “Casos Policiais”, *Jornal do Brasil*, 28 de outubro de 1892, p. 2/4.

<sup>310</sup> *Jornal do Brasil*, 15.05.1892, p. 1/4.

<sup>311</sup> *Jornal do Brasil*, 26.02.1897, 2/4.

<sup>312</sup> *O Paiz*, 15.10.1890, p. 1/10.

### 3.5 As representações dos subúrbios e dos problemas enfrentados pelos negros nesses espaços

As reiteradas notícias que encontramos sobre os acidentes de trens envolvendo personagens negros nos faz entender os trajetos das estações de trens da época e a relação dos personagens com esses lugares em função do período da história. Esse cenário ao longo das vias férreas, durante a segunda metade do século XIX e início do século XX, aos poucos foi se configurando como o novo subúrbio da cidade do Rio de Janeiro, algo que, inclusive, se mantém até hoje no contexto da chamada Região Metropolitana do Rio de Janeiro, em que a Zona Norte, a Zona Oeste e a Baixada Fluminense, ambas recortadas pelas linhas de trem, são categorizadas muitas vezes como periferia ou como subúrbio do Rio de Janeiro.

Ao longo do século XIX, o subúrbio carioca era representado pelos arredores da cidade onde estavam estabelecidas chácaras, *chalets* e casarões das camadas mais ricas da sociedade, lugares como Botafogo, Laranjeiras, Catete, Glória e Tijuca. O subúrbio não tinha, portanto, uma conotação de lugar de moradia das camadas populares<sup>313</sup>.

A partir da década de 1870, loteamentos populares repletos de irregularidades começaram a se expandir para os bairros de São Cristóvão, Tijuca, Vila Isabel, Piedade. Já na década de 1890, também foram feitas expansões para as regiões de Madureira, Méier, Engenho Novo e Inhaúma<sup>314</sup>.

Em fins do século XIX, uma onda migratória de ex-escravizados e trabalhadores vindos de Minas Gerais, do interior do Rio de Janeiro e da Bahia, além de outros migrantes provenientes de Portugal, vai colaborar para o aumento populacional do subúrbio no Rio de Janeiro<sup>315</sup>.

É também na segunda metade do século XIX que a criação e expansão da linha férrea vai atravessar os subúrbios que estão se formando em direção à Zona Norte do Rio, à Zona Oeste e à Baixada Fluminense.

<sup>313</sup> QUEIROZ, E. Q. *Justiça Sanitária: Cidadãos e Judiciário nas reformas urbana e sanitária - Rio de Janeiro (1904 - 1914)*. 2008. 230f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-graduação em História, Universidade Federal Fluminense, Niterói, p. 22; *apud* SANTOS, Leonardo Soares dos. “Os subúrbios do Rio de Janeiro no início do século XX”. In: *MNEME – Revista de Humanidades*, 12 (30), p. 257-280, jul./dez. 2011, p. 258-259.

<sup>314</sup> REIS, José de Oliveira. *O Rio de Janeiro e seus prefeitos: evolução urbanística da cidade*. Rio de Janeiro: Prefeitura do Rio de Janeiro, 1977, p. 53; *apud* SANTOS, Leonardo Soares dos. “Os subúrbios do Rio de Janeiro no início do século XX”. In: *MNEME – Revista de Humanidades*, 12 (30), p. 257-280, jul./dez. 2011, p. 259.

<sup>315</sup> SANTOS, Leonardo Soares dos. “Os subúrbios do Rio de Janeiro no início do século XX”. In: *MNEME – Revista de Humanidades*, 12 (30), p. 257-280, jul./dez. 2011, p. 260-261.

Uma das sessões mais recorrentes nos jornais cariocas era intitulada “E. F. Central do Brasil”, reunindo matérias diversas sobre o trem, como um meio de transporte tipicamente suburbano no Rio de Janeiro. Porém, o trem não aparecia apenas em sessão própria. Também era comum aparecer numa outra sessão intitulada e repleta de "Desastre e morte".

A Estrada de Ferro D. Pedro II acompanha o crescimento das áreas em busca do afastamento do centro da cidade, permeado por ausência de moradias, problemas urbanos, além dos altos custos dos alugueis. Sobretudo no entorno das estações de Trem se formaram os comércios dos principais bairros do subúrbio.

É em torno da ‘estação’ que se aglomeram as principais casas de comércio do respectivo subúrbio. Nas suas proximidades, abrem-se os armazéns de comestíveis mais sortidos, os armazinhos, as farmácias, os açougues e – é preciso não esquecer – a característica e inolvidável quitanda. Em certas, como as do Méier e de Cascadura, devido a serem elas ponto inicial de linhas secundárias de bondes, há uma vida e um movimento positivamente urbano<sup>316</sup>.

Assim, as regiões atendidas pelas estações dos trens acabam se tornando lugares centrais para a população do subúrbio. O entorno da estação de Maxambomba, por exemplo, se torna sede do município de Iguassú, em 1891, e logo em seguida a vila é decretada cidade, compondo hoje o centro da cidade de Nova Iguaçu<sup>317</sup>.

A recorrência de acidentes nas linhas de trem era alta e o socorro geralmente demorado, inclusive devido à distância. Um texto chegou a propor que fosse criado um serviço de socorros ao longo das vias férreas<sup>318</sup>.

Mas precisamos destacar, inclusive, que além dos acidentes de trem, que geravam internações na Santa Casa de Misericórdia ou o encaminhamento dos corpos para o Necrotério ou para o cemitério, muitos acidentes com bondes, carroças, carros e caminhões também eram registrados acometendo muitas pessoas negras. Essa é uma fase de avanço tecnológico, de aperfeiçoamento dos meios de transporte, de intensificação do movimento e do fluxo de veículos nas ruas. A modernidade não traz apenas o culto à maior mobilidade e velocidade dos meios de transporte e de comunicação. A modernidade também traz também novas dinâmicas no dia a dia da cidade e uma recorrência de acidentes que descrevem a direta relação entre os meios de transporte, cada vez mais tecnológicos, e o cotidiano da população nas ruas.

<sup>316</sup> BARRETO, Lima. *Feiras e Mafuás*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1956, p. 145, *apud* SANTOS, Leonardo Soares dos. “Os subúrbios do Rio de Janeiro no início do século XX”. In: *MNEME – Revista de Humanidades*, 12 (30), p. 257-280, jul./dez. 2011, p. 275.

<sup>317</sup> *O Paiz*, 5 de maio de 1891, p. 1; 23 de junho de 1891, p. 2

<sup>318</sup> *O Paiz*, 18 de outubro de 1891, p. 2/8.

Em 22.09.1893, o *JB* reportava um acidente envolvendo o atropelamento de uma mulher preta por um caminhão. A mulher ficou bastante contundida e foi enviada ao Hospital da Misericórdia. Os responsáveis pelo atropelamento tiveram auto de prisão em flagrante expedido pelo delegado.

Conforme o *Jornal do Brasil*, em 16 de fevereiro de 1899, “chama-se Benedicta Maria da Conceição a infeliz mulher de cor preta, que foi vítima, anteontem, de um bonde da Companhia Villa Isabel, na rua do Areal [...]. Sobre o seu caixão foi depositado uma coroa com o seguinte distico: ‘A minha mãe’”<sup>319</sup>.

Mas em casos específicos, até mesmo um boi pode ser o algoz. Em reportagem do *Jornal do Brasil*, de 21 de dezembro de 1891, um boi extraviado do rebanho feriu três pessoas na rua do Lavradio, sendo uma delas destacada pelo jornal como “um homem de cor preta”, que se feriu gravemente. “O boi foi depois recolhido ao depósito público”<sup>320</sup>.

Retomando a recorrência de acidentes comuns nas linhas de trem, destacamos que as matérias sobre os trens revelam aspectos vividos pelos usuários, que eram ao mesmo tempo considerados suburbanos: insegurança e precariedade do sistema, comportamentos hostis de muitos passageiros e uma relação de necessidade do meio de transporte para os deslocamentos diários.

Assim como a linha férrea, os subúrbios estavam longe de serem áreas descritas como de qualidade. De acordo com *O Santacruzense*, “temos as Avenidas Central, Beira-mar etc., mas em troca disso, temos os subúrbios, mendigando, porcos, sujos, sem água, sem iluminação, com as estradas e ruas mal conservadas pessimamente servidas por uma estrada de ferro imunda e sem igual no mundo”<sup>321</sup>.

Já no despertar do século XX, propagandas sobre o subúrbio nos jornais prometem boa vida, espaço, mobilidade, comodidades e baixo-custo.

Dois bons *chalets*, solidamente construídos, com magnífico terreno arborizado e bonde à porta, na estrada do Meyer<sup>322</sup>.  
TERRENOS – Estação do Rio das Pedras (Madureira). Nesta aprazível estação dos subúrbios da Central, próximo a inaugurar-se, vendem-se lotes de terrenos, planos, prontos a edificar, distante da estação dois minutos, lugar alto, muito saudável, arejado

<sup>319</sup> *Jornal do Brasil*, 16.02.1899, p. 1.

<sup>320</sup> *Jornal do Brasil*, 21.12.1891, p. 2/4.

<sup>321</sup> *O Santacruzense*, 06.12.1908, p. 1, *apud* SANTOS, Leonardo Soares dos. “Os subúrbios do Rio de Janeiro no início do século XX”. In: *MNEME – Revista de Humanidades*, 12 (30), p. 257-280, jul./dez. 2011, p. 270.

<sup>322</sup> *Jornal do Commercio*, 17 de julho de 1894, p. 7, *apud* SANTOS, Leonardo Soares dos. “Os subúrbios do Rio de Janeiro no início do século XX”. In: *MNEME – Revista de Humanidades*, 12 (30), p. 257-280, jul./dez. 2011, p. 262.

e vistas lindíssimas, preços os mais baratos dos subúrbios, a dinheiro ou em prestações<sup>323</sup>.

SÍTIO – Arrenda-se um, no caminho da freguesia de Inhaúma, perto das estradas de ferro, com magnífica casa de morada, água e todas as comodidades, tendo abundante terreno de plantações; as chaves estão no sítio em frente ao de n. 10, no mesmo lugar<sup>324</sup>.

Assim, não apenas lugar de pobreza, as propagandas evidenciavam uma heterogeneidade que compunha o subúrbio. A existência de uma classe média no subúrbio era assim observada e descrita por Lima Barreto (1956) enquanto viajava nos trens:

É uma aristocracia curiosa, em cuja composição (de trem) entrou uma grande parte dos elementos médios da cidade inteira: funcionários de pequena categoria, chefes de oficinas, pequenos militares, médicos de fracos rendimentos, advogados sem causa<sup>325</sup>.

De acordo com Santos, a “aristocracia” mencionada por Lima Barreto não se referia a um modelo tradicional, de proprietários de bens, terras e títulos honoríficos. Tratava-se de uma insipiente classe média suburbana, cujo status se contrapunha ao contingente de pobres da região suburbana, composto por lavradores, pescadores, vendedores, operários, trabalhadores braçais, empregadas domésticas, subempregados, trabalhadores em ofícios com baixa remuneração em geral<sup>326</sup>.

Ademais, outras notícias registram direta ou indiretamente um cenário de falta de saneamento, ausência de serviços públicos, descaso das autoridades, dificuldades de transporte e uma série de outros problemas que afetavam principalmente as camadas mais empobrecidas que se instalavam no subúrbio<sup>327</sup>. Havia assim um forte contraste entre o subúrbio planejado pelos comerciantes e anunciantes dos loteamentos e aquele subúrbio experimentado na prática, sobretudo pelas camadas populares.

Já no começo do século XX, as reformas urbanas da administração Pereira Passos, com demolições de cortiços e estalagens, além de provocarem habitações em morros como

<sup>323</sup> *Jornal do Commercio*, 06 de janeiro de 1898, p. 7, *apud* SANTOS, Leonardo Soares dos. “Os subúrbios do Rio de Janeiro no início do século XX”. In: *MNEME – Revista de Humanidades*, 12 (30), p. 257-280, jul./dez. 2011, p. 262.

<sup>324</sup> *Jornal do Commercio*, 03 de julho de 1898, p. 8, *apud* SANTOS, Leonardo Soares dos. “Os subúrbios do Rio de Janeiro no início do século XX”. In: *MNEME – Revista de Humanidades*, 12 (30), p. 257-280, jul./dez. 2011, p. 262.

<sup>325</sup> BARRETO, Lima. *Feiras e Mafuás*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1956, p. 296, *apud* SANTOS, Leonardo Soares dos. “Os subúrbios do Rio de Janeiro no início do século XX”. In: *MNEME – Revista de Humanidades*, 12 (30), p. 257-280, jul./dez. 2011, p. 262.

<sup>326</sup> SANTOS, Leonardo Soares dos. “Os subúrbios do Rio de Janeiro no início do século XX”. In: *MNEME – Revista de Humanidades*, 12 (30), p. 257-280, jul./dez. 2011, p. 262.

<sup>327</sup> Os jornais caracterizavam o subúrbio de forma diversa. Os textos de anúncios exaltavam as vantagens. No entanto, havia uma série de textos que retratavam a linha férrea e o subúrbio a partir dos problemas que apresentavam. *O Suburbio*, 10.08.1907, p. 1 e 3, *apud* SANTOS, Leonardo Soares dos. “Os subúrbios do Rio de Janeiro no início do século XX”. In: *MNEME – Revista de Humanidades*, 12 (30), p. 257-280, jul./dez. 2011, p. 267.

Providência, Santo Antônio, São Bento, Conceição e Castelo, também intensificam o afastamento das camadas populares para o subúrbio<sup>328</sup>.

Por mais que as representações, inclusive da vida cultural, tenham aumentado nos jornais, o subúrbio ainda era visto com descaso ou como mera cópia menos qualificada que o original da zona urbana.

De acordo com Julia Galli O'Donnell (2012),

as colunas regulares publicadas nos jornais, por sua vez, tinham como foco os problemas crônicos de higiene, policiamento, transporte e falta d'água que atormentavam o cotidiano dos moradores dos subúrbios. Com tom de denúncia, os periódicos buscavam sensibilizar a população para as mazelas daquela zona, contribuindo sobremaneira para sua associação ao signo da precariedade. Ainda que dividindo as colunas por bairros, os jornais reuniam a grande unidade "subúrbios" sob um mesmo campo de questões, num processo de homogeneização simbólica daquela zona<sup>329</sup>.

Também nas primeiras décadas do século XX o aumento do interesse econômico se dá no subúrbio a partir da instalação de diferentes indústrias, tais como a Fábrica Bangu, o Matadouro de Santa Cruz, a Oficina de Central do Brasil em Engenho de Dentro, a oficina da *Cia. Light and Tramways*, a fábrica de chitas em Piedade e a fábrica de tecidos em Sapopemba (Deodoro)<sup>330</sup>.

Quando encontramos especificamente as representações dos negros nos bairros dos subúrbios, nas estradas e nos trens, verificamos que as notícias consistem em situações de muitas mazelas, acidentes, escassez e violências diversas. Um dos casos que o *Jornal do Brasil* traz sobre o subúrbio trata justamente do nascimento de uma criança num dos vagões de um trem que partia da estação Central. De acordo com o periódico, de 4.01.1895, uma mulher deu à luz a uma criança na altura da estação de São Cristóvão. "Grande alvoroço houve entre os passageiros [...] e grandes também foram os apuros em que se viram o chefe e os condutores do trem". O trem seguiu ao seu destino após 10 minutos, transportando a mãe e o bebê recém-nascido, "bem mal acomodados", destacava a notícia. Ao chegarem à estação Engenho Novo, o último carro do trem foi desengatado dos demais e serviu de leito para a mãe e o bebê. "[...] a viúva Forsani humanitariamente se prestou a socorrer a parturiente e seu filho, levando-lhes

<sup>328</sup> SANTOS, Leonardo Soares dos. "Os subúrbios do Rio de Janeiro no início do século XX". In: *MNEME – Revista de Humanidades*, 12 (30), p. 257-280, jul./dez. 2011, p. 261.

<sup>329</sup> O'DONNELL, Julia Galli. *Narrativas (sub)urbanas: representações dos subúrbios na imprensa carioca (1890-1930)*. Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional, 2012, p. 14. Disponível em: <https://www.bn.gov.br/producao/documentos/narrativas-suburbanas-representacoes-suburbios-imprensa>. Acesso em: 26.07.2018.

<sup>330</sup> SANTOS, op. cit., p. 271.

roupa, remédios e objetos necessários na ocasião, até que pudesse a tal mulher ser conduzida para a sua residência em Todos os Santos”<sup>331</sup>.

A partir das notícias coletadas, verificamos que o subúrbio era visto pelos jornais do Rio de Janeiro como um espaço alheio à cidade. O jornal *Correio da Manhã* trouxe no título de uma coluna: “Os amigos do alheio, nos subúrbios”. Em seguida, relatou casos de diferentes incidentes envolvendo o subúrbio, como na nota “As perversidades de uma quadrilha de piratas”. A seguir, descrevia como “ladrões perigosos” constituíam “audaciosas quadrilhas” nos subúrbios. Nos últimos dias, os bandos tinham cometido assaltos em Marechal Hermes, Realengo, Bangu e nos “longínquos subúrbios da Central do Brasil”. Porém, como comentamos, os negros também eram descritos como vítimas. Na mesma notícia, uma mulher preta foi atacada por três indivíduos que lhe roubaram mantimentos, dinheiro e a maltrataram<sup>332</sup>.

Já o jornal *O Suburbio*, cujas representações faziam uma contraposição à visão hegemônica da imprensa, também retratava como um homem “pardo” foi violentamente ferido por um grupo de rapazes, “dado a conquistas”, que se concentrava nas adjacências dos bairros de Vila Isabel e Aldeia Campista e que ofendeu uma jovem que passou pelo grupo<sup>333</sup>.

Nessa ocasião passava o pardo Francisco Gonçalves da Silva que, vendo que se tratava de pessoa da família de seus patrões, dirigiu-se ao grupo e fez-lhe ver a inconveniência desse procedimento. Foi o quanto bastou, para que fosse imediatamente repellido e ameaçado a rebenque, tendo um dos mais exaltados vibrado três golpes de faca<sup>334</sup>.

O jornal *O Suburbio* buscava cumprir seu papel enquanto veículo de representação da área geográfica que o nomeava e cobrava providências por parte do delegado do 16º Distrito. “Os agressores fugiram deixando a sua vítima estorcendo-se em dores. A coisa não ficará só nisso, outras tristes cenas virão, se a polícia local não tomar qualquer providência”<sup>335</sup>.

Como se observa em diversas reportagens, as formas de habitação no subúrbio revelavam formas específicas de apropriação dessas áreas e características heterogêneas das habitações e das formas de vida da população negra. O subúrbio era o lugar em que os espaços de moradia eram maiores, apesar da precariedade da infraestrutura, competiam com a região central em virtude da necessidade de se estabelecer em um local afastado das reformas urbanas elitistas, da procura por preços mais baixos ou até pela tomada de posse de terrenos, ao mesmo tempo em que os lugares permitam certo trânsito até a cidade.

<sup>331</sup> “...e andar para não perder tempo”, *Jornal do Brasil*, 4 de janeiro de 1895, p. 1/4.

<sup>332</sup> “Os amigos do alheio, nos subúrbios – As perversidades de uma quadrilha de piratas”, *Correio da Manhã*, quinta-feira, 25 de junho de 1925, p. 3/14.

<sup>333</sup> *O Suburbio*, 21 de novembro de 1908, p. 2/4.

<sup>334</sup> *Ibid.* p. 2/4.

<sup>335</sup> *Ibid.* p. 2/4.



No entanto, na prática, o subúrbio historicamente se consolidou na imprensa do Rio de Janeiro como lugar de problemas crônicos, frutos de uma insuficiente administração pública. Como conclui o *Jornal do Brasil*, “em vão os subúrbios pedem água, esgotos, iluminação, hospitais, em uma palavra ‘higiene’: tudo em vão!... A higiene, pelo que se vê, não se fez para os deserdados da fortuna”<sup>336</sup>.

### 3.6 Relacionamentos amorosos, violência e suicídios entre homens e mulheres negros

Os relacionamentos amorosos eram bastante citados em virtude das situações representadas que envolviam personagens negros, predominantemente eram notícias em que ocorria algum tipo de conflito entre os casais. Além dos casamentos, eram comuns as descrições de suicídios entre negros. No caso das mulheres, em geral, os jornais afirmavam se tratar de casos que envolviam desilusão amorosa. Schwarcz (1987) identificou a recorrência de suicídios sendo retratados também nos jornais paulistas.

Através dos próprios títulos das notícias – “Mais um suicídio” – ficava evidente como o suicídio de negro era uma prática constante nesse período, sendo que somente em poucos casos os artigos deixavam margem a dúvidas sobre a “veracidade” de tais fatos<sup>337</sup>.

Por outro lado, se os suicídios, [...] eram uma prática de resistência negra contra a situação opressiva que enfrentavam, por outro, nesses artigos, tais atos parecem querer atestar antes a incapacidade dos negros que os praticavam do que a busca de uma afirmação de sua individualidade, ou a delação da violência intrínseca a esse sistema<sup>338</sup>.

Enquanto observamos que os fatores mais recorrentes de mortes de homens estavam de alguma forma representados pelo espaço da rua, pelas situações externas, no caso das mulheres, muitos fatores privados ficam evidentes, como no caso em que são assassinadas por companheiros ou até mesmo ao tirarem a própria vida.

Tentativas de suicídios e suicídios de mulheres eram notícias corriqueiras na imprensa. Difícil falar dos fatores que motivaram os suicídios, pois as vítimas mortas não podiam depor sobre a sua situação. Alguns vestígios nas narrativas da imprensa vão apontar para condições de vida ruins, como o empobrecimento e o sofrimento decorrente.

De acordo com o *Jornal do Brasil*, de 01.06.1899, foi encontrado o corpo de uma mulher na travessa de major Ávila. A suspeita era se tratar de um suicídio. A mulher, chamada Vicência Maria da Conceição, deixou três filhinhos. De acordo com a notícia, além de trabalhar

<sup>336</sup> *Jornal do Brasil*, 26.09.1904, apud SANTOS, Leonardo Soares dos. “Os subúrbios do Rio de Janeiro no início do século XX”. In: *MNEME – Revista de Humanidades*, 12 (30), p. 257-280, jul./dez. 2011, p. 271.

<sup>337</sup> SCHWARCZ, Lília Moritz. *Retrato em branco e negro: jornais, escravos e cidadãos em São Paulo no final do século XIX*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987, p. 130.

<sup>338</sup> *Ibid.* p. 132.

há cinco anos como criada na mesma residência, Vicencia era estimada por todos os conhecidos e patrões. Não há maiores esclarecimentos sobre a morte, supostamente por suicídio. Apenas sabe-se que a mulher foi encontrada sem vida próximo a uma cerca de zinco<sup>339</sup>.

De acordo com *O Paiz*, uma jovem efetivamente se mata ingerindo lysol, um composto químico usado para limpezas pesadas. Encontrada se debatendo de dor na rua Mem de Sá, na Lapa, a jovem negra foi levada às pressas para o posto central de assistência. Apesar do socorro, a mulher não resistiu e morreu no caminho. Desconhecida na região, o corpo da mulher foi encaminhado ao necrotério. A reportagem termina informando que a mulher aparentava ter cerca de 25 anos e estava decentemente vestida<sup>340</sup>.

Já na notícia sobre uma mulher que quis morrer se atirando ao mar, o *Correio* mostra a relação entre o fator econômico e psicológico. “A nacional de cor preta Maria Jordelina é uma dessas infelizes decaídas que não têm domicílio certo e faz ponto nas imediações da Rua D. Moanoel”. Ainda de acordo com a notícia, a mulher alegou que passava por sofrimentos íntimos<sup>341</sup>.

No caso a seguir, em que a tentativa de suicídio também é se jogando ao mar, *O Paiz* introduz a informação explicando que a cena é repetida, mas ainda causa espanto. Anna Pereira se jogou de uma das barcas que partia do Rio de Janeiro para Niterói. Após ser salva por uma lancha que passava nas imediações do acidente, a mulher foi levada para a sua casa, pelo que descobriram que Anna estava grávida. Sem dar mais detalhes sobre a situação da mulher, o

---

<sup>339</sup> *Jornal do Brasil*, 01.06.1899, 1/4. Muitos suicídios ou tentativas de suicídios são geralmente atribuídos a supostas desilusões amorosas, como é o caso da menor “de cor preta”, de 17 anos, que se atirou da sacada do sobrado nº 211, da Rua do Senado. De acordo com a notícia reportada pelo jornal *O Paiz*, em 9.03.1893, a menina foi socorrida e levada ao Hospital da Misericórdia com uma fratura no crânio e outros ferimentos pelo corpo. Segundo o jornal, “dizia-se que deram causa ao fato questões de amores não correspondidos” (*O Paiz*, quinta-feira, 9 de março de 1893, p. 1/8). Também Maria do Carmo, uma jovem de 18 anos, se mata por amor, fato geralmente atribuído a muitas mortes de mulheres. Apaixonada por Miguel de Souza, a menina “de cor parda” se enforcou numa corda amarrada num pé de jabuticaba, próximo a sua casa. Foi a mãe quem a encontrou e “chamava desesperadamente” pela filha morta. O corpo foi examinado e sepultado. Não há informações mais claras no jornal *O Paiz* sobre a desilusão vivida pela moça, descrita como muito simpática. Apesar de citar o nome, também não há outras informações sobre Miguel (*O Paiz*, terça-feira, 30 de março de 1909, p. 4/8). No mesmo ano e por motivos similares, “a menor de cor parda”, Iracema Maria da Conceição, tentou se matar lançando querosene e ateando fogo sobre si. A menina foi socorrida a tempo e levada a uma farmácia, mas teria ficado “bastante queimada”. Nesse caso, a notícia descreve que a motivação foi provocada “por questões com o seu namorado José de tal., empregado na fábrica Esberard” (*O Paiz*, terça-feira, 24 de agosto de 1909, p. 2/6). Essas tentativas de suicídios envolvendo geralmente casos de desilusão amorosa eram rotineiras na imprensa comercial do Rio de Janeiro na época. Outro caso narrava que uma meretriz, “parda”, de 27 anos, também tentou se matar porque estava “contrariada nos amores que mantinha com um indivíduo”. De acordo com o texto, “como toda brasileira”, a mulher era “sentimental”. Na tentativa de suicídio, tomou lisol, um tipo de desinfetante e antisséptico (*O Paiz*, terça-feira, 1º de março de 1910, p. 5/12).

<sup>340</sup> “Suicidou-se”, *O Paiz*, sexta-feira, 5 de fevereiro, p. 3. Os casos se repetem em todas as décadas. De acordo com o *Correio da Manhã*, a nacional de cor preta Maria Eulina, de 21 anos, tentou se matar bebendo tintura de iodo. O jornal não explica a motivação para a tentativa de suicídio (“Quis morrer e bebeu iodo”, *Correio da Manhã*, sábado, 17 de julho de 1920, p. 5/12).

<sup>341</sup> “Quis morrer atirando-se ao mar”, *Correio da Manhã*, sexta-feira, 11 de fevereiro de 1921, p. 4/10.

jornal informa que os homens que prestaram socorro arrecadaram 50 réis para ajudar a mulher<sup>342</sup>.

Os suicídios e as tentativas de suicídios de mulheres negras em fins do século XIX e início do século XX eram notícias corriqueiras nos jornais. Os casos mostram que a dor e o sofrimento chegaram a tal ponto que os personagens que deveriam lutar pela superação da sua condição simplesmente desistiram da vida.

A morte dessas mulheres ajuda, num primeiro momento, a desmistificar muitas visões pelas quais corremos os riscos de enxergar os sofrimentos alheios. As noções de mulheres fortes, corajosas, destemidas, valentes, trabalhadoras, independentes dos homens, bem resolvidas, ativas, entre outros aspectos, permeiam muitas análises sobre a vida de mulheres negras no pós-abolição frente aos problemas estruturais que as afetavam. Inclusive, na própria imprensa da época é possível perceber esta visão. As notícias de suicídios ajudam a perceber uma pluralidade de vivências cujos relances aparecem vagamente nos jornais.

Assim, as notícias apontavam para pessoas negras, inclusive mulheres negras, que viveram desilusões, tristezas, desesperança, sofrimento, inanição, passividade, medo, dor, fuga e desespero. Conhecer esta realidade pode ser uma forma de perceber, inclusive, a partir de suas mortes, como a promessa de liberdade na sociedade do pós-abolição era também fortemente incompleta diante de cenários adversos e de ausência de visões de futuro que pudessem perceber alternativas para o suicídio e a morte.

O mercado excludente, ausência de expectativas em relação aos seus relacionamentos, sociabilidades que desconsideravam suas visões de mundo e outros fatores são indícios das mortes encontradas nos jornais. No contexto da exclusão do capitalismo, a mulher negra era a que mais tinha dificuldades de se inserir nos mundos do trabalho.

Além do suicídio, muitas mulheres eram assassinadas ou sofriam agressões de seus companheiros. Em um caso noticiado pelo *Jornal do Brasil*, de 09.12.1896, as circunstâncias da “mulher de cor preta” encontrada morta apontam para a uma suspeita envolvendo o amante da mulher. Maria Ignez da Conceição foi encontrada morta na porta de uma estalagem na rua do General Pedra. “Das indagações a que (o delegado) procedeu soube ser a mesma amante de João Francisco de Almeida, com quem anteontem, à noite, andava pelas ruas em completo estado de embriaguez”<sup>343</sup>. Não há nada que conclua os motivos da causa da morte, porém, a própria notícia acaba apontando uma suspeita sobre o amante da mulher.

Outra mulher poderia ser descrita como uma “infeliz” que se viu desesperada e, por isso, abandonou o seu bebezinho de seis meses de idade. Mas para *O Paiz*, de 7.08.1890, a mulher é

<sup>342</sup> “Uma infeliz que tenta o suicídio”, *O Paiz*, quarta-feira, 5 de janeiro de 1916, p. 2.

<sup>343</sup> *Jornal do Brasil*, 9 de dezembro de 1896, p. 2/4.

adjetivada pelo simples título sensacionalista: “Mãe perversa”. Conforme o jornal, na sala de espera do hospital da Misericórdia, uma mulher de cor preta entregou a uma atendente uma criança de seis meses de idade, pedindo para que apenas olhasse a criança. As horas se passaram e a mulher não voltou. A administração do estabelecimento encaminhou a criança à casa dos expostos<sup>344</sup>. Chama a atenção o fato de que o jornal sequer especulou sobre os motivos que poderiam ter levado aquela mãe a fazer o que fez.

O caso certamente não era o único. Porém, os jornais mantinham o lugar comum ao descrever essas mulheres como mães desnaturadas. Como em outra notícia do *Jornal do Brasil*, de 15.10.1899, em que a mulher é tratada como uma simples desalmada. “Que mãe!” é o título da notícia. De acordo com o jornal, no mesmo Hospital da Misericórdia, uma mulher preta desconhecida abordou outra senhora, chamada Bertholina Maria Leite, e lhe ofereceu uma criança. Sem obter informações mínimas daquela mãe, Bertholina aceitou a criança “porque a preta lhe dissera que, se não aceitasse, a jogaria no mar”. Nas palavras do jornal, o delegado abriu inquérito para investigar “tão estranho caso”. Nesse caso, não há informações sobre a idade da criança ou se era ainda um bebê de colo<sup>345</sup>.

Certamente os casos de crianças sendo abandonadas eram um prato cheio para as notícias sensacionalistas, mesma ainda hoje são veiculadas pela imprensa causando forte comoção entre os leitores. É compreensível, tendo em vista a fragilidade dos bebês e a situação de abandono. No entanto, parece fácil a assimilação simplista da figura da mãe como uma mulher irresponsável e perversa que não tem o senso moral do dever e das responsabilidades para com os filhos. Essa é a leitura mais conveniente e mais fácil que a sociedade e os jornais faziam na época e, por extensão, fazem ainda hoje. Difícil seria compreender e explicar as razões profundas, sejam individuais ou sociais, que poderiam levar uma mulher a cometer tal atitude. Mas as próprias notícias revelam que havia uma espécie de plano por parte dessas duas mulheres retratadas acima, que previa inclusive o mínimo cuidado que os pequenos poderiam receber após o abandono. Nos dois casos, as mulheres não deixaram as crianças em qualquer lugar, mas numa instituição hospitalar que era destino comum das camadas empobrecidas da sociedade da época, provavelmente imaginando que ali as crianças teriam os cuidados médicos e o amparo humano necessários para ao menos sobreviverem. Na melhor das hipóteses, talvez essas mulheres sonharam até mesmo que as crianças receberiam assim a chance de terem algum futuro que elas mesmas não julgavam ter ou poder oferecer. No segundo caso, a mulher, possivelmente vivendo em uma situação limite, expressa a real intenção de abandonar a criança, ameaçando inclusive jogar a criança ao mar caso não fosse atendida. No primeiro caso, a

---

<sup>344</sup> *O Paiz*, 07.08.1890, p. 2/6.

<sup>345</sup> *Jornal do Brasil*, 15.10.1899, p. 6/8.

mulher, possivelmente transpassada pelo medo ou pela vergonha ou até mesmo pela falta de coragem, não revela a intenção de abandonar. Os casos parecem, no entanto, premeditados, o de uma mulher que planeja a ameaça de atirar a criança ao mar, talvez nunca o fizesse, e o de uma mulher que promete voltar logo para buscar o bebê, mas não retorna nas horas seguintes. Também não se pode saber e nem se cogita comumente como estavam os pais homens dessas crianças. Teriam conhecimento do que se passava com essas mulheres ou sequer estiveram presentes durante todo o processo de gravidez, nascimento e primeiros meses dessas crianças? Teriam algum grau de participação nesses atos ou até mesmo o abandono por parte deles seria, em algum grau, um dos fatores que levou aquelas mulheres a também abandonarem as crianças?

O fato de terem abandonado as crianças na Santa Casa de Misericórdia também pode remeter a uma prática institucionalizada no começo do século XIX. Era na Santa Casa de Misericórdia que funcionava a “Casa da Roda”, também chamada de “Casa de Expostos”, “Depósito de Expostos”, ou “Roda”. Sem ter como criar os filhos, muitas escravizadas entregavam seus filhos na instituição. No contexto da escravidão, muitos senhores obrigaram suas escravizadas a abandonarem os filhos. De acordo com Luiz Carlos Soares (2007), essa prática teria aumentado após 1850, pois “os rendimentos imediatos obtidos com o aluguel das amas de leite eram muito mais compensadores do que os rendimentos que os filhos destas poderiam lhes dar somente a partir da sua adolescência, sem contar que não teriam nenhum gasto com a sua criação”<sup>346</sup>. Esses fatos apontam para uma compreensão mais ampla de como a imprensa agia em relação à sociedade, excluindo narrativas que explicavam as práticas.

A ausência de uma historicização dos fatos esteve presente nos discursos sobre os negros. Nesse caso, os jornais não explicavam a situação social de vulnerabilidade das mães, e também não explicavam como historicamente aquele ambiente da Santa Casa já tinha sido uma instituição de recolhimento de crianças abandonadas. Segundo Marialva Barbosa (2010),

é preciso considerar, também, que o jornalista, ao selecionar fatos, relegar outros ao esquecimento, escolher a forma de sua narrativa e definir o lugar na página a ser ocupado pelo texto, dirigindo o olhar subjetivo sobre o acontecimento, mantém como essencial a dialética lembrar e esquecer. Aos relatos que devem ser perenizados, imortalizados na prisão da palavra escrita, contrapõem-se outros que devem ser relegados ao esquecimento. A memória é, antes de tudo, a dialética entre lembrança e esquecimento<sup>347</sup>.

<sup>346</sup> SOARES, Luiz Carlos. *O “Povo de Cam” na Capital do Brasil: A Escravidão Urbana no Rio de Janeiro do Século XIX*. Rio de Janeiro: Faperj – 7Letras, 2007, p. 116.

<sup>347</sup> BARBOSA, Marialva. *História Cultural da Imprensa: Brasil, 1800-1900*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2010, p. 130-131.

Concordamos com Benedict Anderson (2008) ao afirmar na obra *Comunidade Imaginadas* que muitas vezes fatos históricos são selecionados para compor a memória nacional e outros são esquecidos.

Ademais, os casos de abandonos de crianças, permeados pelas análises superficiais dos jornais, se repetiam, mudando-se apenas uma ou outra característica. Segundo *O Paiz*, de 09.08.1898, Palmyra Maria da Conceição, moradora na estalagem da rua General Pedra, n. 55, comunicou ao delegado que uma mulher de cor preta lhe entregou uma criança de cerca de dois anos de idade, para que ela tomasse conta por alguns minutos. A mulher, no entanto, não voltou para buscar a criança. Por ordem do delegado, a criança ficou provisoriamente sob os cuidados de Palmira<sup>348</sup>.

Também consideramos importante resgatar, considerando as diferentes situações, o quanto havia violência no interior das próprias famílias, que enfrentavam certamente precariedade e falta de estrutura adequada para se formar. Não apenas a agressão de homens contra mulheres, a violência contra as crianças era uma constante nos jornais. De acordo com *O Paiz*, de 21.09.1891, uma mulher de cor preta espancava diariamente uma criança de cinco anos de idade. É curiosa a comparação da mulher a uma pantera e a ação dos vizinhos no sentido de proteger a criança. “A vizinhança, indignada com o procedimento desumano desta pantera, está pronta a dar todos os depoimentos precisos para a punição deste crime”<sup>349</sup>.

Há diferentes relatos de crianças sendo gravemente feridas pelos pais, como no caso de um bebê que, ao nascer com 12 dedos, teve dois decepados pela mãe. “Thereza, relembando o que fizera sua mãe, pegou uma tesoura e cortou os dois dedos a mais que tinha o filho, produzindo assim uma grande hemorragia”. “[...] Por ignorância, a mãe fez-lhe uma desastrada operação. [...] A polícia do 16º distrito teve conhecimento do fato”<sup>350</sup>. Além disso, ainda como na notícia de um menino que foi morto por infecção de tétano após ser “corrigido” pela mãe com uma surra.

Quantas mulheres também se viram coagidas por companheiros ou ex-companheiros? É possível perceber graves indícios de violência, de desorganização, de abusos, nessas famílias ou nessas relações. Quantas crianças tinham desde cedo que trabalhar, já que não eram protegidas por lei nenhuma, já que o ensino não chegava a essas camadas, já que as famílias precisavam daqueles recursos para a sobrevivência?

---

<sup>348</sup> *O Paiz*, 09.08.1898, p. 2/6.

<sup>349</sup> *O Paiz*, 21.09.1891, p. 2/6.

<sup>350</sup> “Nasceu com 12 dedos”, *O Paiz*, domingo, 29 de dezembro de 1918, p. 7.

#### 4 ESTRATÉGIAS DE INSERÇÃO NO MUNDO DO TRABALHO LIVRE E A CRIMINALIZAÇÃO DO NEGRO

A abolição da escravidão no Brasil em 13 de abril de 1888 representou também o enfrentamento de diversos desafios vivenciados pela população negra liberta para se inserir no mundo do trabalho livre. Alguns aspectos desses desafios se tornaram recorrentes nas representações jornalísticas sobre os negros, o que nos leva a concluir que a imprensa é um lugar privilegiado para se analisar as novas demandas por trabalho pelas quais passou a população negra brasileira no pós-abolição. Além das discussões sobre a inserção do negro no mundo do trabalho, a análise da imprensa da época revela características dos trabalhos exercidos pelos negros, bem como evidencia muitos casos de ausência de uma atividade laboral, o que impactava diretamente nas representações dos personagens em situações de intensa vulnerabilidade social.

Para analisar o mundo do trabalho negro no pós-abolição a partir da imprensa, partimos de um questionamento anterior bastante amplo. Uma das perguntas que buscamos investigar com este trabalho é justamente em que medida a sociedade livre, ou a própria República, produziu novas barreiras para a inserção da população negra na sociedade. Essa pergunta pode ser formulada também de outras maneiras. Podemos inquirir de que modo o racismo, além de uma herança direta de séculos da escravidão, também se formou ou se reconfigurou no período pós-abolicionista da história. Além disso, de que modos a imprensa colaborou para a produção do racismo contra o negro ou evidenciou as características desse preconceito? E ainda, como o mundo do trabalho livre apresentou formas de exclusão ou até de inclusão do negro frente à competição com outros atores sociais?

As perguntas evidenciam nitidamente os limites que a pesquisa possui devido à delimitação das fontes, que estão restritas aos dois principais jornais cariocas do início do período republicano: *O Paiz* e *Jornal do Brasil*. Como meios de comunicação da chamada grande imprensa, os periódicos analisados não estão comprometidos com a apresentação das demandas dos grupos subalternizados da sociedade. Pelo contrário, colaboram para a representação desses grupos em espaços de segregação.

Através de notícias diárias, como as notícias sobre crimes, acidentes, mortes, prisões, furtos, entre outras, os dois jornais examinados apresentavam representações diversas relacionadas ao trabalho do negro, tais como, as modalidades de trabalhos exercidas; as estratégias laborais pensadas por homens e mulheres para sobreviver; a busca da autonomia da mulher negra por meio do trabalho; a discriminação e a violência entre imigrantes e negros no

mundo do trabalho; as transformações no mundo do trabalho livre e os resquícios de aspectos da escravidão; o vínculo entre a ausência do trabalho e a criminalização do negro; entre outras representações.

Nesta parte da tese, pretendemos, portanto, detalhar as diferentes representações jornalísticas que eram mais recorrentes e vinculavam o negro ao mundo do trabalho livre no período do pós-abolição, sobretudo entre 1888 e 1900. Utilizaremos aqui principalmente as reportagens factuais, que mais especificamente tratam do cotidiano do negro e revelam evidências das práticas laborais ou ausências delas. Além disso, em alguns casos específicos, vamos usar exemplos de análises feitas pelos colunistas e redatores dos periódicos em que ficam evidentes opiniões e argumentos pessoais a respeito do tema.

Após o fim do tráfico negreiro a partir de 1850, houve a consequente transferência da população escravizada do nordeste para o centro-sul. O número de escravizados no país decrescia enquanto o preço aumentava. No entanto, um grande contingente de imigrantes provenientes do continente europeu desembarcava na América em busca de melhorias de vida e a partir de um incentivo por parte dos governos locais. Havia uma exaustão do sistema escravista no âmbito da geoeconomia global da época e uma necessidade de novas categorias de trabalho. Numa relação de oferta e demanda por mão de obra, o fim lento da escravidão, aliado a outros fatores socioculturais, repercutiria diretamente nas novas relações de trabalho que passaram a ser praticadas.

Como já apontamos em pesquisa sobre o tema, apenas cerca de 20% das notícias de *fait divers* ou nas crônicas policiais dos jornais cariocas, entre 1888 e 1910, apresentavam negros como criminosos. Enquanto isso, a maior parte dos 80% restantes dos negros representados nos jornais eram retratados como vítimas da violência, de acidentes e de enfermidades (BARBOSA, 2016)<sup>351</sup>. Pesquisas sobre o tema do racismo na justiça brasileira também têm apontado para a tendência a uma maior condenação dos negros. “Se o acusado for homem negro e pobre e a vítima, branca, as probabilidades de condenação e o grau da pena certamente serão maiores”<sup>352</sup>.

Mesmo nesse contexto jornalístico em que o objetivo da imprensa era a apresentação de *fait divers*, ainda foi possível encontrar as descrições das atividades mais comuns dos personagens negros, destacando-se uma grande quantidade de personagens que exerciam as

---

<sup>351</sup> BARBOSA, João Paulo. *O Pós-Abolição no Rio de Janeiro: Representações do negro na imprensa (1888-1910)* / João Paulo Barbosa, 2016. Orientadora: Keila Grinberg. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2016.

<sup>352</sup> RIBEIRO, Carlos Antonio Costa. *Cor e criminalidade; estudo e análise da justiça no Rio de Janeiro (1900-1930)*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1995.



funções mais simples na escala do trabalho, tais como: estivadores, operários, vendedores, lavradores, carregadores, cozinheiros, carpinteiros, serralheiros, pedreiro, entre outros. Porém, tratando-se geralmente de crônicas policiais ou de reportagens sobre acidentes e enfermidades, o cenário em que cada atividade aparecia revelava geralmente aspectos da precariedade das funções. Apesar disso, consideramos que os jornais são um espaço privilegiado para a análise de aspectos que retratam os diferentes modos de trabalho e o cotidiano laboral do negro no Rio de Janeiro.

Muito embora as fontes pesquisadas não tenham marcas evidentes de pessoas negras retratando a si mesmas, ainda assim é possível encontrar exemplos de diferentes estratégias de trabalho exercidas por mulheres e homens negros em busca da sobrevivência. São estratégias que também passam comumente pelo trabalho operário, doméstico, na lavoura e autônomo. Os trabalhos são valorizados pelo grupo que o exerce, revelando que a lógica de hierarquização das funções é mais extrínseca e se dá nas relações de classe da sociedade da época. Há diferentes elementos que revelam a estima pelos ofícios exercidos pelo negro, podendo ser manifestada até mesmo através da rebeldia ou do cruzar os braços. No contexto do pós-abolição, o trabalho, ainda que bastante humilde, é considerado como símbolo de liberdade e de autonomia.

Nesse sentido, a mulher também se destaca por ocupar, inclusive, espaços que confrontam não apenas o preconceito de cor, mas também as dificuldades atreladas ao gênero. Assim, precisará em algumas situações confrontar o companheiro e buscar os próprios meios de sustento, exercer ofícios arriscados ou até mesmo imorais, empreender sozinha na rua em meio à violência. Um caso específico chama atenção: o de uma mãe e uma filha que chegam a se travestir de homem para conseguir uma ocupação mais facilmente após migrarem do interior para a capital<sup>353</sup>. O caso revela até que ponto a superação das dificuldades poderia levar uma pessoa a tomar atitudes extremas.

De forma geral, os trabalhos exercidos pelos negros apresentados nos jornais também ajudam a mostrar a situação social das pessoas representadas, predominantemente em condições sociais simples, humildes ou empobrecidas.

Apesar disso, considerando apenas os jornais analisados e as descrições recorrentes dos personagens negros, bastante superior ao número de ocorrências de qualquer um dos trabalhos exercidos por pessoas negras é a ausência de descrições quanto à situação ocupacional dos personagens. As muitas ausências de descrições de trabalhos podem apontar, primeiramente, para uma relação direta entre a recorrência das representações de negros nas crônicas policiais

---

<sup>353</sup> “Mulher-Homem”, *Correio da Manhã*, 28 de julho de 1903, p. 2.

e a situação precária em relação à inserção do negro liberto no mundo do trabalho ao longo da década de 1890. Porém, também pode representar a ausência de informações sobre o trabalho do negro fruto do desinteresse jornalístico da época ou até mesmo pela ausência de informações, uma vez que as notícias eram transmitidas de maneira muito incompleta, considerando que a apuração jornalística, geralmente de um dia para outro, também era dificultada por inúmeros fatores que inviabilizavam o aprofundamento das descrições dos personagens.

Em muitos casos, a ausência de trabalho foi determinante para a criminalização do negro no pós-abolição. Nesse sentido, a vadiagem passou a configurar crime, inclusive, com previsão na legislação criminal. A vadiagem estava relacionada a uma diversidade de atitudes que configurassem: desordem da rotina pública, necessidade de coerção policial, comportamentos e ações desviantes, fuga do trabalho, insubordinação às regras sociais e às normas jurídicas, infração à lei, entre outros aspectos<sup>354</sup>.

Assim, nos discursos da imprensa, a vadiagem aparecia representada de múltiplas formas, mas podia ser resumida a uma falta de aptidão ou uma oposição consentida ao trabalho racional. Em síntese, a posição dos jornais ultrapassava o controle dos corpos e comportamentos dos negros. Para os periódicos, a racionalidade da ordem político-econômica exigia medidas que pudessem resolver o problema da oferta de mão de obra qualificada que pudesse assim acelerar o desenvolvimento econômico brasileiro no contexto da ordem liberal vigente, além é claro de sanear o meio urbano e social. O contraditório é que, numa aparente miopia jornalística, os mesmos periódicos que apresentavam os problemas de desenvolvimento brasileiro não apresentavam sequer propostas que pudessem orientar a sociedade sobre a realidade dos desafios que envolviam a população negra brasileira.

Tendo isso em vista, neste capítulo, apresentaremos o contexto do trabalho livre no pós-abolição e as estratégias e dificuldades de inserção dos negros, conforme o que é apresentado pelos periódicos cariocas *Jornal do Brasil* e *O Paiz*. Como já explicamos, a questão do trabalho do negro não era a principal narrativa das crônicas policiais, mas através delas foi possível depreender também aspectos do cotidiano do negro e, assim, do mundo do trabalho vivenciado pelos negros. Para além disso, os jornais também traziam algumas representações diretamente relacionadas às principais ideias da época sobre o liberalismo econômico e a adaptação da população negra para as demandas do mercado.

---

<sup>354</sup> Segundo Chalhoub, o conceito de vadiagem foi usado em fins do século XIX e início do século XX como instrumento de repressão à população pobre, ociosa e marginalizada (CHALHOUB, Sidney. *Trabalho, lar e botequim: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da Belle Époque*. Campinas: Ed. Unicamp, 2001[1986]).

#### 4.1 Precariedade e superação: Formas de inserção no mundo do trabalho livre

Sobre fins do século XIX e início do século XX, no contexto republicano e do pós-abolição, Álvaro Nascimento, elenca um conjunto de pesquisas que colaboram para a história social do trabalho negro, resgatando importantes aspectos da inserção do negro no mundo do trabalho livre, apresentando que mulheres e homens de cor preta e parda estiveram presentes...

...nas fábricas enquanto operários/as em meio a imigrantes e nacionais livres brancos/as (Andrews, 1998: 154-172), viram-nos carregando sacas de café nos portos, fundando sindicatos e realizando greves históricas (Cruz, 2005), abrindo estradas de ferro (Souza, 2010), caçando baleias (Castellucci Junior, 2008), servindo patrões e sinhás nos sobrados das capitais (Graham, 1992; Damasceno, 2011), desenvolvendo ofícios liberais nas áreas de medicina, advocacia, engenharia, jornalismo (Gomes & Domingues, 2013) etc., montando e atuando nas companhias de teatro ligeiro (Bongiovanni, 2014), gravando seus lundus e sambas em versão fonográfica (Abreu, 2010), dançando nas noites dedicadas aos Orixás (Reis, 2008). Negros e negras também esbordoaram ou enfiaram a faca naqueles que os preteriram na disputa pelo cargo melhor remunerado ou por vagas de emprego (Ribeiro, 1990; Chalhoub, 1986); fizeram seus grupos musicais e tocaram no Brasil e no exterior (Hertzman, 2013); utilizaram os tipos que imprimiram as folhas dos Homens de Cor (Santos, 2003; Pereira, 2010; Pinto, 2014), jogaram futebol e infernizaram as elites dos clubes (Pereira, 2000); enfrentaram as formas de disciplinamento de oficiais brancos na Marinha de Guerra (Nascimento, 2016)<sup>355</sup>.

Todas essas pesquisas têm em comum o fato de se debruçarem principalmente sobre o período do pós-abolição e as primeiras décadas do século XX. Em concordância com os autores citados, não podemos deixar de incluir as diversas representações de trabalhos que os jornais que investigamos evidenciaram.

No contexto das representações do trabalho feitas em jornais cariocas nas primeiras décadas após a abolição da escravidão, concluímos que menos de um terço dos personagens descritos aparecem com algum tipo de referência ao ofício, ao trabalho ou à atividade desempenhada por eles (BARBOSA, 2016)<sup>356</sup>. A grande ausência de descrições de ofícios exercidos pelos personagens negros das matérias pode apontar para uma relação direta entre a recorrência das representações de negros nas crônicas policiais, feias de forma apressada e insuficiente, além da situação precária em relação à inserção do negro liberto no mundo do trabalho ao longo das primeiras décadas após a abolição. Porém, também pode representar a ausência de informações sobre o trabalho do negro fruto do desinteresse jornalístico da época

<sup>355</sup> NASCIMENTO, Álvaro Pereira. “Trabalhadores negros e o “paradigma da ausência”: contribuições à História Social do Trabalho no Brasil”. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 29, no 59, p. 607-626, setembro-dezembro 2016.

<sup>356</sup> BARBOSA, João Paulo. *O Pós-Abolição no Rio de Janeiro: Representações do negro na imprensa (1888-1910)* / João Paulo Barbosa, 2016. Orientadora: Keila Grinberg. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2016.

ou até mesmo pela ausência de informações, uma vez que a apuração jornalística, geralmente de um dia para outro, também era dificultada por inúmeros fatores que inviabilizavam o aprofundamento das descrições dos personagens.

Apesar de as representações de ofícios exercidos por personagens negros nas notícias serem relativamente pequenas em relação ao total de citações de pessoas negras, as diferentes ocupações dos personagens revelaram alguma diversidade de trabalhos exercidos por personagens negros e pardos<sup>357</sup>. Embora a maior parte dos personagens (72%) não seja descrita em relação às ocupações ou à até mesmo seja citada a falta de emprego, havia entre os 28% de descrições uma evidente dinâmica funcional da época cujos fragmentos das diferentes formas de atuação dos negros podem ser acessados por meio dos jornais comerciais. Os ofícios que se repetem com alguma frequência não deixam de revelar o caráter simples dos trabalhos, porém, elevado de estima por aqueles que os exerciam.

Elaboramos, portanto, a seguinte lista com as citações de atividades vivenciadas por negros e negras: trabalha em casa de família (8), estivador (5), operário (4), servente de pedreiro (4), vendedor/a (4), carregador (3), lavrador (3), cozinheira (2), cozinheiro (2), carpinteiro (2), trabalha na estrada de ferro (2), trabalha em padaria (1), padeiro (1), carroceiro (1), companheiro de explorador na África (1), trabalha em construção (1), copeiro (1), criada (1), foguista (1), moço em cocheira (1), soldado do batalhão naval (1), trabalha em taverna (1), candidato à Câmara dos Deputados (1)<sup>358</sup>. A lista não pretende ser exaustiva, mas exemplifica as citações das atividades vivenciadas por muitos personagens negros. Cabe destacar também que alguns personagens eram descritos justamente em função do desemprego, além de outros em função da condição de ex-escravo, sobretudo nos primeiros anos após a abolição. Também foram citadas outras práticas que podem ser associadas a alguma ocupação, tais como: trabalha (3), feiticeiro (2), meretriz (2), curandeiro (1), cartomante (1) empregado à Rua Voluntários da Pátria (1), empregado de Oliveira Pinto (1)<sup>359</sup>.

Interessantes aspectos da dinâmica produtiva da cidade e do estado podem ser reconstruídos quando mapeadas todas as atividades efetivamente exercidas pelos negros. Como explica Álvaro Pereira do Nascimento (2005), não se pode simplesmente apregoar que os

---

<sup>357</sup> BARBOSA, João Paulo. *O Pós-Abolição no Rio de Janeiro: Representações do negro na imprensa (1888-1910)* / João Paulo Barbosa, 2016. Orientadora: Keila Grinberg. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2016.

<sup>358</sup> Ibid.

<sup>359</sup> BARBOSA, João Paulo. *O Pós-Abolição no Rio de Janeiro: Representações do negro na imprensa (1888-1910)* / João Paulo Barbosa, 2016. Orientadora: Keila Grinberg. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2016.

negros ficaram “à margem da sociedade”<sup>360</sup>, pois até mesmo pela análise de jornais da grande imprensa carioca, verifica-se que os negros compunham objetivamente parte imprescindível da dinâmica dessa mesma sociedade, ainda que muitas situações ilustrassem diferentes aspectos de precariedade socioeconômica vivenciada por muitos negros.

É importante apresentar algumas observações sobre algumas categorias profissionais específicas que são recorrentes nas descrições encontradas, tais como os trabalhos dos estivadores e carregadores, empregados(as) domésticos(as), operários e pedreiros, cozinheiros(as) e padeiros(as), lavradores(as), vendedores(as) e marinheiros.

O Brasil da virada do século XIX para o XX era um país agroexportador, o que tornava o estivador uma mão de obra importante no trânsito desses produtos. Por isso, talvez, seja um dos trabalhos que mais teve citações nas representações dos negros. O trabalho dos estivadores era basicamente transportar e condicionar cargas de navios e depósitos no porto. Além disso, os estudos que se debruçaram mais detalhadamente sobre esse ambiente de trabalho, observam que uma diversidade de dinâmicas, ocupações, organizações e hierarquias eram praticadas pelos sujeitos que ali estiveram inseridos.

O porto do Rio de Janeiro se configurou num espaço de ocupação negra e, inclusive, território de rivalidades dos libertos e descendentes com outros trabalhadores, como portugueses e italianos. Além disso, no porto do Rio de Janeiro foram criadas as primeiras organizações de trabalhadores onde os negros respondiam pela diretoria e marcavam presença entre os afiliados. Os laços de origem, parentesco e religiosidade facilitavam o emprego de muitos conterrâneos conhecidos<sup>361</sup>.

No porto, também foi criada a *Sociedade da Resistência dos Trabalhadores em Trapiche de Café*. O neto de Tia Ciata (1854-1824) - mulher que foi referência agregadora da cultura negra no Rio de Janeiro -, teria dito sobre a expressiva participação negra nas primeiras associações de estivadores, tanto na organização quanto como operários estivadores. Eles não só teriam sido bem-sucedidos na primeira greve que realizaram, mas também lutaram para manter sob controle a gestão da mão de obra que prestava serviços no cais do porto. Embora o serviço fosse extenuante, a procura era grande, pois “no Rio de Janeiro do início do século o que não faltava era gente pobre sem qualificação à procura de emprego”<sup>362</sup>.

<sup>360</sup> Ver NASCIMENTO, Álvaro Pereira do. “Qual a condição social dos negros no Brasil depois do fim da escravidão? – O pós-abolição no ensino de História”. In: SALGUEIRO, Maria Aparecida Andrade. *A República e a Questão do Negro no Brasil*. Rio de Janeiro: Museu da República, 2005, p. 11-26.

<sup>361</sup> SILVA. Lúcia Helena Oliveira. “Vivências negras depois da abolição: trabalhando com as ausências depois da Abolição”. In: *Revista Diálogos*, v. 14, n. 3, 2010, p. 557-577.

<sup>362</sup> SILVA. Lúcia Helena Oliveira. “Vivências negras depois da abolição: trabalhando com as ausências depois da Abolição”. In: *Revista Diálogos*, v. 14, n. 3, 2010, p. 570.

Interessantes espaços de trabalho que estão diretamente vinculados à dinâmica econômica e até dialogam diretamente com as diferenças de classes sociais são os trabalhos dos operários, dos pedreiros, dos cozinheiros e das cozinheiras, dos lavradores e dos vendedores.

Importante tema de investigação também tem sido a perseguição empreendida às religiosidades negras. Os dados apontam para a exclusão de formas de religião a partir de visões racistas, em que práticas espíritas de pessoas brancas eram mais aceitas do que as dos negros. De acordo com Ribeiro (1995), citando o trabalho de Yvonne Maggie (1988), “ao investigar acusações de falso espiritismo, exercício ilegal da medicina e curandeirismo, os funcionários jurídico-policiais decidiam o que deveria ser considerado como o ‘verdadeiro espiritismo’ e o que deveria ser considerado falso”<sup>363</sup>. Ainda conforme os autores, “a maioria das pessoas acusadas nos inquéritos policiais constituía-se de brancos. Mas ao analisar [...] processos criminais julgados nos tribunais, a antropóloga verifica que todos os acusados condenados eram negros e que nenhum branco havia sido condenado”<sup>364</sup>.

Algumas práticas, além de serem alvo de suspeitas do ponto de vista da sua fundamentação filosófico-religiosa, também podiam representar condutas criminosas. Segundo *O Paiz*, de 14.06.1890, foi aberto um inquérito policial para investigar a prática de várias cartomantes. As acusadas deveriam assinar termo de bem viver. “O Dr. 1º Delegado, tendo denúncia de que na rua da Constituição existe uma mulher de cor preta, de nome Maria Emilia, que explora o ofício de cartomante, mandou intimá-la para explicações”. Para o jornal e para as autoridades policiais da época, muitas dessas práticas eram formas de exploração. “A referida autoridade policial vai fazer intimar para igual fim os indivíduos que com sortilégios, previsões do futuro e sonambulismo iludem pessoas menos cautelosas, extorquindo-lhes dinheiro”<sup>365</sup>.

Através de nossos estudos, foi possível verificar ainda pequenas distinções entre as retratações dos trabalhos exercidos por pretos e pardos a partir de uma comparação feita entre 47 personagens de cada um desses grupos (BARBOSA, 2016)<sup>366</sup>. Nas notícias investigadas, dentre os personagens citados como pardos nos periódicos, 34% foram descritos em relação à sua função no mundo do trabalho. Já dentre os pretos, foram 23% apenas. No entanto, quando

---

<sup>363</sup> MAGGIE, Yvonne. *O medo do feitiço – relações entre magia e poder na sociedade brasileira*. Tese de Doutorado em Antropologia Social, Museu Nacional, UFRJ, 1988; *apud* RIBEIRO, Carlos Antonio Costa. *Cor e criminalidade; estudo e análise da justiça no Rio de Janeiro (1900-1930)*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1995, p. 12.

<sup>364</sup> *Ibid.* p. 12.

<sup>365</sup> “Cartomante”, *O Paiz*, de 14.06.1890, p. 1/6.

<sup>366</sup> BARBOSA, João Paulo. *O Pós-Abolição no Rio de Janeiro: Representações do negro na imprensa (1888-1910)* / João Paulo Barbosa, 2016. Orientadora: Keila Grinberg. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2016.

observamos as funções desempenhadas, pode-se verificar que eram similares ou bastante próximas. Não se pode, portanto, notar grandes diferenças das atividades de ambos os grupos. O que chama mais atenção é mesmo o fato de ser maior a aparição das ocupações de pardos, ainda que a diferença de quantidade não seja tão grande. Também verificou-se nas reportagens que as profissões de personagens brancos, também encontrados em crônicas policiais, podiam ser mais rentáveis na hierarquia do mundo do trabalho e receber maior reconhecimento social.

Outro aspecto importante de ser ressaltado é a permanência de ofícios exercidos pelos negros que eram típicos da fase da escravidão. Nesse sentido, a comparação com os trabalhos desenvolvidos sobre as ocupações exercidas por escravos expostas nas obras de Luiz Carlos Soares (2007) e Mary C. Karasch (2000) nos ajudam a perceber que o trabalho livre do negro no cenário urbano foi bastante caracterizado por uma continuidade do que era exercido antes da abolição<sup>367</sup>.

Tanto Luiz Carlos Soares, na obra *O “povo de Cam” na capital do Brasil: A escravidão urbana no Rio de Janeiro do Século XIX*, quanto Mary C. Karasch, em *A vida dos escravos no Rio de Janeiro (1808-1850)*, trabalham com categorias de trabalhos exercidos pelos escravizados. Ambos estão preocupados em abordar o trabalho no cenário predominantemente urbano da cidade do Rio de Janeiro. As ocupações dos escravizados lembram as dos trabalhadores livres negros que encontramos nos jornais. Sem almejar esgotar o tema, fizemos uma lista simplificada das atribuições dos escravizados que aparecem nesses dois livros<sup>368</sup>.

Em serviços domésticos, sem serviços das igrejas, lavradores, agricultores, chacareiros, criados, jornaleiros, pajem, doceiras, em condução de carruagens, lavadeiras, carregadores de água, vendedores, ambulantes, quitandeiros, açougueiros, aguadeiros, compradores, mucamas, amas de leite, cocheiros, operários, transporte de carga, estivadores, marinheiros, remadores, barqueiros, pescadores, navegadores, caçadores, barbeiros, sangradores, em prostituição, em mendicância, músicos, artistas, curandeiros, em oficinas artesanais, em manufaturas, em ofícios mecânicos, carpinteiro, sapateiro, costureira, ferreiro, oficial de pentes, pedreiros, calafates, charuteiros, funileiros, canteiro, em serviço de obra, alfaiates, tecelões, serradores, ferreiros, pintores, padeiros, cavouqueiros, forneiro, ajudantes de obra, feitores, calceteiros, santeiros, em

---

<sup>367</sup> SOARES, Luiz Carlos. *O “Povo de Cam” na Capital do Brasil: A Escravidão Urbana no Rio de Janeiro do Século XIX*. Rio de Janeiro: Faperj – 7Letras, 2007; KARASCH, Mary C. *A vida dos escravos no Rio de Janeiro (1808-1850)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

<sup>368</sup> SOARES, Luiz Carlos. *O “Povo de Cam” na Capital do Brasil: A Escravidão Urbana no Rio de Janeiro do Século XIX*. Rio de Janeiro: Faperj – 7Letras, 2007; KARASCH, Mary C. *A vida dos escravos no Rio de Janeiro (1808-1850)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

fábricas de móveis, chapeleiro, na limpeza urbana, na iluminação da cidade, bombeiros, entre outros<sup>369</sup>.

Podemos perceber outro fato que mostra permanências de práticas anteriores à abolição que é a oferta de serviços nos jornais. Antes eram comuns os escravos de ganho. Depois da abolição, anúncios de aluguel de pretos para a execução de serviços diversos ainda permaneceram. Se os escravos de ganho tinham características de um serviço assalariado mesmo durante a escravidão, a permanência de aluguel de pessoas para serviços diversos caracterizava a precariedade das relações de trabalho após a abolição.

Por outro lado, perceber as permanências dos ofícios também reforça a forte utilização da mão de obra negra na cidade antes e depois da abolição, o que colabora para revelar a sua importância e o seu valor enquanto componente essencial da economia da cidade. A grande questão aqui está na desigualdade hierárquica que acaba existindo no mundo do trabalho. As análises sobre esses trabalhos manuais acabam indicando o preconceito em relação a eles, em que muitos brancos se negavam a exercê-los, além das dificuldades impostas para a ascensão do negro para outros ofícios considerados superiores.

#### **4.2 O modelo de trabalho norte-americano usado como referência para a raça negra brasileira**

Na década de 1890, os jornais cariocas analisados, demonstram através dos artigos de opinião como existia um acentuado debate sobre a questão negra no mundo, o que envolvia discriminação e ausência de condições de inserção do negro no mundo do trabalho. De acordo com Marialva Barbosa (2010), “em 1874, com o desenvolvimento do sistema telegráfico, instala-se no Rio de Janeiro a primeira agência de notícias: a Havas”<sup>370</sup>. “Esse verdadeiro panorama da atualidade insere a nação brasileira nesse contexto, como participante de uma ordem econômica e política que ultrapassa as fronteiras do país”. Assim, passou a ser dado um maior destaque às notícias internacionais, possibilitado pela chegada da primeira agência de informação. “A partir daí, os diários publicam, já no dia seguinte, os telegramas com uma súmula dos fatos internacionais mais relevantes”. Marialva Barbosa destaca da seguinte forma a integração desse noticiário aos periódicos: “Perceber o mundo, a partir daquelas páginas,

---

<sup>369</sup> Ibid. Ibid.

<sup>370</sup> BARBOSA, Marialva. *História Cultural da Imprensa: Brasil, 1800-1900*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2010, p. 117



significa para o leitor estar em contato com as novidades, com o imediato, mesmo que se referisse a longínquos e desconhecidos mundos”.<sup>371</sup>.

Nesse contexto de notícias internacionais, um dos temas que era reportado pelos jornais era o do racismo contra o negro no mundo. A discriminação, que envolvia diferentes formas de segregação do negro, chegando às mortes sumárias nos Estados Unidos, era constantemente comentada pelos dois jornais analisados. As notícias internacionais eram recorrentes e, muitas vezes, matérias de jornais estrangeiros serviam de fonte de informação para a reprodução dos temas internacionais. Além da violência contra o negro, predominava um discurso que evidenciava o alijamento do negro de espaços de produção de riqueza e de representação positiva no contexto do modelo de produção econômica vigente.

O processo de abolição nos Estados Unidos passou pela independência em relação à Inglaterra em 1776. A maior parte dos estados do norte aboliu a escravidão por volta de 1805, até que, em 1808, durante o governo de Thomas Jefferson, o comércio de escravos foi proibido no país. Porém, o Sul continuou praticando a escravidão de forma ilegal para suprir a demanda de produção do algodão. Em 1860, apoiado pelos estados do norte, Abraham Lincoln venceu as eleições presidenciais com a proposta de por um fim à escravidão nos Estados Unidos. Entre 1861-1865, tendo como estopim o problema da abolição, explodiu a guerra da Secessão entre o Norte (Free State) e o Sul (Slave State). Em dezembro de 1865, foi finalmente promulgada a Décima Terceira Emenda à Constituição dos Estados Unidos, abolindo a escravidão em todo o território americano.

O jornal *O Paiz*, em artigo de 20 de novembro de 1899, sugere uma solução para o problema que os negros enfrentam na África com o processo de colonialismo Europeu e nos Estados Unidos com o processo de segregação racial. Como o processo de colonização se intensificava na África, *O Paiz* antevia consequências predatórias para com a população negra africana<sup>372</sup>. De acordo com David Chanaiwa (2010), em “Iniciativas e resistência africanas na África meridional”, os colonizadores europeus do sul do continente, ao contrário dos do resto da África, buscaram desde o começo constituir estabelecimentos permanentes na região, devido a fatores como o clima temperado, a fertilidade das terras aráveis, a mão de obra barata e a riqueza mineral<sup>373</sup>.

---

<sup>371</sup> Ibid. p. 132.

<sup>372</sup> “Branco e Negro”, *O Paiz*, segunda-feira, 20 de novembro de 1899, p. 2/6.

<sup>373</sup> CHANAIWA, David. “Iniciativas e resistência africanas na África meridional.” In.: BOAHEN, Albert Adu. *História geral da África, VII: África sob dominação colonial, 1880-1935*. – 2.ed. rev. – Brasília : UNESCO, 2010, p. 219.

No final de 1899, o noticiário internacional sobre a África abordava o início da chamada Segunda Guerra dos Bôeres. A Guerra que teve início em 11 de outubro de 1899 e terminou somente em 31 de maio de 1902, envolveu o Império Britânico e as duas nações Bôeres, a República Sul-Africana (ou República de Transvaal) e o Estado Livre de Orange, sobre o domínio da África do Sul. Para *O Paiz*, a vitória da Inglaterra sobre os bôeres representaria um risco para a população negra<sup>374</sup>.

Segundo Chanaiwa, na década de 1880, “havia na África meridional quatro entidades políticas brancas: de um lado, a Colônia do Cabo e Natal, com maioria de população branca e de língua inglesa (respectivamente, 185 mil e 20 mil almas), e, de outro, a República Sul - Africana e o Estado Livre de Orange, que, juntos, contavam mais de 50 mil brancos de língua holandesa. Posteriormente, outra colônia inglesa foi fundada: Mashonalândia (12 de setembro de 1890). Nessas cinco colônias de povoamento, a grande massa de autóctones africanos era dominada por minorias brancas. Para as populações San e Khoi-khoi, a submissão remontava a mais de dois séculos; para outras, como os Xhosa, os Mfengu, os Tembu e os Mpondo, a dominação colonial, sob diferentes formas, perdurava havia quase cem anos”<sup>375</sup>.

Nos termos da Convenção de Sand River (1852), britânicos e afrikaners tinham acordado não vender armas de fogo às populações autóctones da África meridional. O acordo privava os africanos de um meio de que necessitavam para sua autodefesa e para uma resistência eficaz. Assim, na época em que os países europeus aderiram ao Ato Geral da Conferência de Bruxelas (antiescravagista), de 1890, que proibia a venda de armas de fogo aos africanos, os brancos da África meridional já praticavam, havia algum tempo, uma política de desarmamento das populações locais, se bem que, nas décadas de 1870 e 1880, alguns grupos tenham conseguido comprar armas de fogo com o dinheiro ganho nas minas de diamantes<sup>376</sup>.

De acordo com *O Paiz*,

até aqui os bôeres, que são no entanto também brancos, porque são descendentes de holandeses, não escravizavam os pretos. Mas se os ingleses ficam senhores absolutos da África do Sul e do centro é mais que seguro e bem certo que os negros serão pouco a pouco eliminados pelos processos empregados na América do Norte para com os peles vermelhas<sup>377</sup>.

De fato, conforme Chanaiwa, a situação de conflitos e de desastres permanentes na África Meridional provocou uma permanente insegurança, além do desespero nas “pequenas comunidades tributárias, fracas e pacíficas, muitas das quais se viram obrigadas a refugiar-se

<sup>374</sup> “Branco e Negro”, *O Paiz*, op. cit., p. 2/6.

<sup>375</sup> CHANAIWA, op. cit., p. 220.

<sup>376</sup> CHANAIWA, David. “Iniciativas e resistência africanas na África meridional.” In.: BOAHEN, Albert Adu. *História geral da África, VII: África sob dominação colonial, 1880-1935*. – 2.ed. rev. – Brasília : UNESCO, 2010, p. 220.

<sup>377</sup> “Branco e Negro”, *O Paiz*, segunda-feira, 20 de novembro de 1899, p. 2/6.

em cavernas ou a fugir para montanhas inóspitas, evitando sofrer novos golpes de seus agressores”<sup>378</sup>.

No final da década de 1890, praticamente todos os povos da África meridional tinham sido total ou parcialmente colonizados e em toda a parte sofriam diversas formas de opressão – econômica, política e religiosa. Os europeus não tardaram a introduzir o imposto de palhota, o trabalho forçado, a rigorosa proibição dos costumes e das crenças tradicionais e, principalmente, o confisco das terras. A intervenção tornava-se cada vez mais pesada devido à necessidade crescente dos colonos de mão de obra autóctone barata para suas fazendas e minas e à tentativa da administração de cobrir com o imposto, se não a totalidade, ao menos parte de suas despesas<sup>379</sup>.

Assim, com o genocídio iminente perpetrado pelos ingleses e o conseqüente extermínio dos negros na África, restaria para *O Paiz* uma primeira solução pouco efetiva para a causa negra no mundo. O retorno de negros dos Estados Unidos para a África, caso “levem a cabo o êxodo prometido e venham povoar de novo algumas regiões do continente africano”. Porém, na África poderiam enfrentar discriminações tão perversas quanto as vivenciadas nos Estados Unidos, “visto o estado de guerra em que se encontram, vítimas a cada instante”<sup>380</sup>.

Num segundo momento do texto, o jornal então sugere que o Brasil acolheria melhor os negros norte-americanos. Artigos desse tipo ajudam a explicar porque anos depois o Brasil seria compreendido como um país de democracia racial. Sendo comparado com a situação africana e norte-americana, nas palavras do jornal, o Brasil não tinha preconceito de cor. Aqui, os negros encontrariam “uma população de forma alguma contrária aos indivíduos de cor escura”<sup>381</sup>.

Porém, o preconceito com sua própria gente fica subentendido na mesma notícia. O preconceito se dá a partir de um modelo civilizatório e econômico. O que move a aceitação é a necessidade de mão de obra qualificada para as demandas agrícolas do país. Esta mão de obra poderia ser composta, portanto, pelos negros norte-americanos, que se enquadravam num padrão civilizatório superior.

Oito milhões de negros civilizados seria uma boa ajuda no interior de vários estados do Brasil. Toda essa gente traria consigo os métodos aperfeiçoados dos Estados Unidos, a cultura industrial aplicada à agricultura e encontraria uma população de forma alguma contrária aos indivíduos de cor escura. Esta colonização não custaria um centimo ao Brasil e, pelo contrário, faria entrar em circulação muito dinheiro em ouro. Pela primeira vez o Brasil veria aportar as suas costas imigrantes repletos de dinheiro<sup>382</sup>.

Apesar dessa abordagem do jornal *O Paiz*, que considera apenas a arbitrariedade dos colonizadores, hoje se sabe que

<sup>378</sup> CHANAIWA, op. cit., p. 222.

<sup>379</sup> Ibid. p. 242-243.

<sup>380</sup> “Branco e Negro”, *O Paiz*, op. cit., p. 2/6.

<sup>381</sup> “Branco e Negro”, *O Paiz*, segunda-feira, 20 de novembro de 1899, p. 2/6.

<sup>382</sup> Ibid. p. 2/6.

os africanos, evidentemente, não ficaram indiferentes a tais acontecimentos. Sob os golpes conjugados do colonialismo, da expropriação, da miséria, da opressão e da ocidentalização, muitos deles, como os Xhosa, chegaram à conclusão de que o homem branco era a causa de todas as suas infelicidades. Na década de 1890 e começos do século XX, o ódio contra a dominação estrangeira gerou a intensificação da resistência contra os brancos, enquanto um verdadeiro espírito de unidade aproximava os chefes políticos, seus adeptos, os sacerdotes e até certos grupos outrora inimigos<sup>383</sup>.

Chanaiwa chega a abordar três exemplos representativos dessas reações, que objetivavam a derrubada do sistema colonial para pôr fim a uma opressão e a uma exploração intoleráveis: o Chimurenga dos Ndebele-Shona, de 1896-1897; a revolta dos Herero, em 1904; e a revolta dos Bambata ou dos Zulu, em 1906<sup>384</sup>.

O cronista mineiro Gustavo Penna também coloca o seu ponto de vista sobre a questão racial no pós-abolição no Brasil em comparação com os encaminhamentos feitos nos Estados Unidos. De acordo com o texto intitulado “Crônica Mineira”, escrito para *O Paiz*, em 16.01.1895, quando o Brasil aboliu a escravidão, havia 120 mil escravos empregados no trabalho rural em Minas Gerais. A abolição em Minas Gerais, no entanto, não teve paralelo com os relatos e as profecias de que desembocaria numa violência extrema como aconteceu em outros países, com as “[...] cenas pavorosas de saque e de revindicta de que foram vítimas inermes tantas famílias do Haiti, de S. Domingos e de alguns estados do Sul, durante a guerra separatista”<sup>385</sup>.

Apesar da opinião desse cronista, fica evidente em seu texto que houve a divulgação e o conhecimento dessa possibilidade, o que levou a determinado temor da sociedade mineira. Sobre esse assunto, a obra de Celia Maria Marinho de Azevedo (2008), *Onda negra, medo branco: O negro no imaginário das elites – século XIX*, ilustra com as camadas privilegiadas da sociedade também perceberam o momento dramático daquela fase e como reagiram às possibilidades reais e imaginárias de revoltas e ações violentas de escravizados<sup>386</sup>.

Mas parece que o cronista de *O Paiz* concorda que a ausência de mais revoltas era reflexo de uma incompreensível generosidade por parte daqueles que vivenciaram a escravidão. “Dotados de uma índole eminentemente humana, dir-se-ia que os libertos, obedecendo a uma ordem sobrenatural”, não praticaram os atos temidos de violência. “Longe disso, os exemplos

<sup>383</sup> CHANAIWA, David. “Iniciativas e resistência africanas na África meridional.” In.: BOAHEN, Albert Adu. *História geral da África, VII: África sob dominação colonial, 1880-1935*. – 2.ed. rev. – Brasília : UNESCO, 2010, p. 243-248.

<sup>384</sup> Ibid. p. 243-248.

<sup>385</sup> “Crônica Mineira”, *O Paiz*, 16.01.1895, p. 2/8.

<sup>386</sup> Ibid. p. 2/8.

de bondade, de abnegação, de dedicado afeto aos ex-senhores foram tantos, que por si sós seriam bastantes para constituir a epopeia de uma raça”<sup>387</sup>.

Para o autor, “o sonho, o ideal do liberto era a posse de um pedaço de terra, onde levantar a sua casinha, paupérrima embora, mas inteiramente sua, na qual tivesse o direito de estirar o corpo fatigado, sem receio de ser sacudido por imperioso berro do feitor”. Porém, o grande problema, é que a forma como a libertação foi conduzida, de acordo com o autor, gerou um abandono do fazendeiro pelo governo, além do negro que foi abandonado pelo branco, “eis a dolorosa verdade”<sup>388</sup>.

Para o cronista, o resultado da abolição foi a ausência dos instrumentos necessários para o progresso da lavoura mineira, bem como a libertinagem do negro frente à liberdade. “Daí a completa desorganização do trabalho rural entre nós, o aumento desanimador da vadiagem, da embriaguez, da mendicidade e, o que mais triste, da improbidade pessoal”<sup>389</sup>.

De acordo com a crônica, apesar de menos segregação no Brasil, especificamente em Minas Gerais, nada se tem feito pelos braços negros que geraram a riqueza nacional. Enquanto isso, nos Estados Unidos, apesar da segregação, o cronista afirma que a população liberta não tem sido deixada desamparada<sup>390</sup>.

Na América do Norte, onde a redenção dos escravos custou rios de dinheiro e de sangue, [...] onde perduram ainda os preconceitos da raça ao ponto de haver em muitas estações de caminhos de ferro este leiteiro insolente: *sala de espera para os homens de cor*, a solicitude pública, a proteção do governo acumulam de favores os descendentes da raça negra, nos quais o bom senso americano encontra uma grande força que não se deve desperdiçar, ao passo que lhes reconhece o direito a uma grande reparação<sup>391</sup>.

Finalmente o cronista especula sobre o futuro da raça negra citando como nos Estados Unidos foram empreendidos esforços, nem sempre exitosos, para que a população liberta tivesse acesso à educação. Assim, cita os argumentos comuns resultantes do esforço às vezes com menos resultados do que os esperados nos Estados Unidos:

O caráter e o intelecto da raça preta não podem ter desenvolvido rápido enquanto o seu adiantamento econômico não for bastante a suportar o seu progresso intelectual. Enquanto ele não adquirir os hábitos e a inteligência precisa para juntar fortuna, qualquer outra educação ficará sem efeito. O adiantamento intelectual do liberto deve, pois, medir-se pela sua prosperidade material<sup>392</sup>.

---

<sup>387</sup> Ibid. p. 2/8.

<sup>388</sup> Ibid. p. 2/8.

<sup>389</sup> Ibid. p. 2/8.

<sup>390</sup> “Crônica Mineira”, *O Paiz*, 16.01.1895, p. 2/8.

<sup>391</sup> Ibid. p. 2/8.

<sup>392</sup> Ibid. p. 2/8.

A notícia colabora para a percepção de que, em questões raciais, os Estados Unidos foram alvo de constante atenção da nossa imprensa, uma vez que alcançou um nível de desenvolvimento incomparável ao do Brasil. Assim, muitas ideias importadas dos Unidos serviram de referência para a intelectualidade brasileira, ao mesmo tempo em que as práticas racistas foram bastante criticadas nos jornais. Tanto é que o próprio cronista demonstra isso através da conclusão do seu texto.

Velhos ódios, enraizados preconceitos de raça, lembrança de sangue e de roubos a mão armada, eterna ojeriza política, por sobre esse medonho cenário o gênio americano estendeu a mão benfazeja e pródiga, porque o esquecimento do dever de educar o negro seria uma nuvem na constelação da bandeira da nação. Quando imitaremos o grande povo irmão?...<sup>393</sup>

Por meio de outros estudos realizados, podemos perceber essa forte influência do pensamento norte-americano no desenvolvimento das ideias sobre a questão racial no Brasil. Ao analisar a proposta de organização social de André Rebouças para o Brasil, ao final do século XIX, Andréa Pessanha (2005) revela aspectos das ideias do engenheiro e abolicionista que exemplificam essa forte referência às práticas norte-americanas, demonstrando o quanto esse pensamento era predominante em nossos intelectuais, assim como encontramos nas páginas dos jornais cariocas, nos artigos de opinião<sup>394</sup>.

Fazendo articulações entre o liberalismo e as teorias raciais, Rebouças acreditava no aprimoramento do ex-escravizado por meio da educação e do contato com os imigrantes europeus, além da posse de terra, no caso dos trabalhadores do campo. Desse modo, o abolicionista teria pensado a sociedade a partir de hierarquias, tal como a elite do século XIX. De acordo com Pessanha,

a vertente evolucionista social possibilitava-o crer no progresso dos negros. Ao mesmo tempo, o liberalismo ofereceu-lhe subsídio para acreditar no potencial de desenvolvimento das capacidades individuais, desde que em condições de liberdade, por meio do esforço pessoal, dos hábitos moderados, do trabalho e da educação<sup>395</sup>.

Segundo Rebouças, o desenvolvimento dos negros nos Estados Unidos eram uma referência nesse sentido.

Há negros nas universidades, nas academias, nos colégios e nas escolas; há negros médicos, advogados, em todas as profissões; há negros deputados e senadores; há negros padres, em todos os ramos da religião cristã. [...] e ninguém ousa mais por em

---

<sup>393</sup> Ibid. p. 2/8.

<sup>394</sup> PESSANHA, Andréa Santos da Silva. *Da abolição da escravatura à abolição da miséria: a vida e as ideias de André Rebouças*. Rio de Janeiro: UNIABEU, 2005, 160 p.

<sup>395</sup> Ibid. p. 151.

dúvida que se possa educar o negro nos mais elevados princípios de ciência e de moral cristã<sup>396</sup>.

No pensamento de Rebouças, os negros deveriam passar por um aperfeiçoamento moral, intelectual e moral. “Ele próprio era um exemplo de que era possível aos africanos e seus descendentes o desenvolvimento de suas potencialidades. Nesta busca de aprimoramento, a atenção deveria centrar-se no trabalho e na educação”<sup>397</sup>.

As posturas liberais de Rebouças podiam ser observadas no ideal de *self-made-man*, caracterizado pelo desejo de reconhecimento social por meio do empenho individual, do trabalho e do esforço. Em suas palavras:

O Americanismo, síntese do progresso sem padres e sem soldados; sem conventos e sem quartéis; da evolução humana feita pela Agricultura, pela Indústria, pelo Comércio, pelo Trabalho e só pelo Trabalho; em tudo e por tudo; na consciência perfeita da Liberdade, da Igualdade e da Fraternidade; sem distinção alguma, além da produzida pelos talentos e virtudes<sup>398</sup>.

Para Rebouças, a educação auxiliaria os negros na trajetória de aperfeiçoamento cultural. Nesse sentido, de acordo com Andréa Pessanha, demonstrou identificação com a vida europeia, considerando o ensino como um dos principais meios para a elevação social. Chegando a sugerir que a Guarda Negra no Rio de Janeiro, à qual se opôs à criação, evitasse violência e trabalhasse para a instrução e o aperfeiçoamento da “raça africana”<sup>399</sup>. Conforme Andréa Pessanha, para Rebouças,

possibilidades de instrução deveriam ser oferecidas aos ex-escravos. A educação era essencial. Quaisquer organizações compostas ou voltadas para os negros precisavam levantar esta bandeira. Assim, apesar de ele ser defensor veemente da monarquia – a ponto de exilar-se voluntariamente com a família imperial após o 15 de Novembro – e reconhecer a Princesa Isabel como a Redentora dos negros, posicionou-se contrariamente à Guarda Negra, organização composta por negros e mulatos, em meados de 1888, com o intuito de defender a monarquia. Este grupo não tinha por finalidade o aperfeiçoamento moral e cultural dos negros<sup>400</sup>.

Rebouças e sua família eram descendentes de africanos e tinham fortes traços físicos negros. Apesar disso, atingiram posição privilegiada na sociedade imperial. O próprio exemplo de Rebouças e de outros grandes nomes negros do período imperial leva a questionar em que

<sup>396</sup> Revista *Novo Mundo*, novembro de 1879, p. 250; *apud* PESSANHA, Andréa Santos da Silva. *Da abolição da escravatura à abolição da miséria: a vida e as ideias de André Rebouças*. Rio de Janeiro: UNIABEU, 2005, p. 131.

<sup>397</sup> PESSANHA, op. cit., p. 131.

<sup>398</sup> REBOUÇAS, André. *Orphelinato Gonçalves*, p. 8; *apud* PESSANHA, Andréa Santos da Silva. *Da abolição da escravatura à abolição da miséria: a vida e as ideias de André Rebouças*. Rio de Janeiro: UNIABEU, 2005, p. 132.

<sup>399</sup> PESSANHA, Andréa Santos da Silva. *Da abolição da escravatura à abolição da miséria: a vida e as ideias de André Rebouças*. Rio de Janeiro: UNIABEU, 2005, p. 133.

<sup>400</sup> *Ibid.* p. 133.

medida a República, sobretudo nos anos iniciais, e o período posterior à abolição serviram para reprimir o surgimento de grandes nomes negros dentre os membros da elite brasileira, em outros termos, como as elites do período teriam suplantado a ascensão de negros na intelectualidade e na política do período.

Essa inserção do negro na sociedade dominante como um projeto proveniente da educação traz consigo um forte padrão hegemônico. Mas hoje o projeto pró educação permanece o mesmo. Talvez sem a mera cristalização do discurso acadêmico, científico e jornalístico de uma cultura como superior à outra, porém preservando a determinação econômica que os países desenvolvidos ou emergentes estabelecem como nível de desenvolvimento econômico e social. Este paradigma é inescapável atualmente frente às demandas econômicas e políticas internacionais.

#### 4.3 A discriminação entre imigrantes e negros no mundo do trabalho

Em relação direta com a questão do negro, esteve intimamente vinculado o incentivo à imigração em massa de europeus para o Brasil em fins do século XIX. Da imprensa não se pode depreender uma relação direta de incentivo à imigração e racismo contra o negro. Pelo contrário, os discursos são de valorização do negro e reconhecimento do contexto desfavorável ao progresso da população negra no Brasil e no mundo. No entanto, outras instituições sociais trataram de estimular a imigração branca em detrimento da valorização do negro. Conforme Skidmore (1976), “no fim da década de 1880, o ideal do branqueamento aglutinara-se ao liberalismo político e econômico para produzir uma imagem nacional mais definida”. A atitude era vista através das ações oficiais em relação à imigração, “na propaganda dirigida a estrangeiros pelas agências oficiais e na produção dos intelectuais que refletiam o pensamento da elite”<sup>401</sup>.

De acordo com João José Reis (2010), a quantidade de escravizados no Brasil caiu gradativamente ao longo das últimas décadas do século XIX, enquanto aumentava o número de imigrantes oriundos principalmente da Europa. Em 1887, registravam-se 723.419 escravizados. No fim da escravidão, a população cativa já não representava 10% do total geral do país<sup>402</sup>.

---

<sup>401</sup> SKIDMORE, Thomas E. *Preto no branco: raça e nacionalidade no pensamento brasileiro*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976, p. 154.

<sup>402</sup> REIS, João José. “Presença Negra: conflitos e encontros”. In: *Brasil: 500 anos de povoamento*. Rio de Janeiro: IBGE, 2007.



Na década de 1880, o total de imigrantes que entravam no Brasil ultrapassou 400 mil pessoas<sup>403</sup>. Entre 1819 e 1959, entraram no país 5.536.035 imigrantes – mais da metade de nacionalidade portuguesa ou italiana. No entanto, os retornos de algumas nacionalidades à terra natal podiam chegar a mais de 40%. O período de 1880 a 1914 é chamado de “a grande migração”, devido o maior número de entradas<sup>404</sup>.

Já a população total registrada em 1872 chegava a pouco mais de 10 milhões de pessoas e atingiu mais de 17 milhões no início do século XX<sup>405</sup>. Em 1890, o Rio de Janeiro alcançou 518.922 habitantes, o dobro em relação às duas décadas anteriores. A população negra (pretos e pardos) representava 37,2% do total<sup>406</sup>.

A preferência pelo elemento branco e o desprezo pelo negro ficam evidentes quando se observa as diferentes decisões legais sobre a imigração no Brasil. De acordo com Prudente (1988), as primeiras leis referentes à imigração demonstram a preferência por povos provenientes do Norte da Europa, como, por exemplo, a Carta Régia de 23 de setembro de 1811, provendo colonos irlandeses para São Pedro (RS); o Decreto de 6 de maio de 1828, provendo colonos suíços para Nova Friburgo (RJ); a Decisão nº 80, de 31 de março de 1824, provendo colonos alemães para São Leopoldo (RS). Já o Decreto nº 528, de 28 de junho de 1890, em seu artigo 1º, determina: “É inteiramente livre a entrada, por portões da República, dos indivíduos válidos e aptos para o trabalho... excetuados os indígenas da Ásia e da África...”<sup>407</sup>.

Sobre este assunto, Skidmore acrescenta que,

mesmo antes da aprovação da primeira Constituição republicana, o governo provisório havia promulgado o Decreto n. 528, de 28 jun. 1890, que revelava o ideal de branqueamento em ação na busca de imigrantes. Tal decreto, de 28 de junho de 1890, dispunha: “É inteiramente livre a entrada, nos portos da República, dos indivíduos válidos e aptos para o trabalho, que não se acharem sujeitos a ação criminal do seu país”. A essa provisão liberal acrescentava-se a cláusula: “Excetuados os indígenas da Ásia ou da África, que somente mediante autorização do Congresso Nacional poderão ser admitidos, de acordo com as condições estipuladas”. O artigo

<sup>403</sup> Ibid.

<sup>404</sup> DIEGUES JUNIOR, Manuel. *Imigração, urbanização, industrialização*. Rio de Janeiro: CBPE/INEP, 1964, p. 26; *apud* SEYFERTH, Giralda. “A Colonização e a questão racial nos primórdios da República”. In: SALGUEIRO, Maria Aparecida Andrade (Org.). *A República e a Questão do Negro no Brasil*. Rio de Janeiro: Museu da República, 2005, p. 28.

<sup>405</sup> REIS, João José. “Presença Negra: conflitos e encontros”. In: *Brasil: 500 anos de povoamento*. Rio de Janeiro: IBGE, 2007.

<sup>406</sup> Ver: LOBO, Eulália M. L.; CARVALHO, Lia; STANLEY, Myriam. *Questão habitacional e o movimento operário*. Rio de Janeiro, UFRJ, 1989, p. 151; SILVA, Eduardo. *Dom Oba D’África, o príncipe do povo: vida, tempo e pensamento de um homem livre de cor*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997, p. 77; *apud* ARANTES, Erika Bastos. *O PORTO NEGRO: trabalho, cultura e associativismo dos trabalhadores portuários no Rio de Janeiro na virada do XIX para o XX*. Tese (Doutorado em História), Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2010.

<sup>407</sup> PRUDENTE, Eunice Aparecida de Jesus. O negro na ordem jurídica brasileira. *Revista Da Faculdade De Direito, Universidade de São Paulo*, 83, 135-149, 1988, p. 139-141. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/rfdusp/article/view/67119>. Acesso em: 23.02.2020.

seguinte acentuação a gravidade dessa disposição: "Os agentes diplomáticos e consulares dos Estados Unidos do Brasil obstarão pelos meios a seu alcance a vinda dos imigrantes daqueles continentes, comunicando imediatamente ao governo federal pelo telégrafo quando não o puderem evitar". Outro artigo acrescentava: "A polícia dos portos da República impedirá o desembarque de tais indivíduos, bem como o de mendigos e indigentes". Dispunha-se, também, que todo fazendeiro que quisesse instalar imigrantes europeus em suas terras gozaria de todos os incentivos especiais garantidos por lei, prova adicional das preocupações raciais do governo<sup>408</sup>.

Nesse contexto, o negro disputava empregos e trabalhos com o imigrante estrangeiro ou com o nacional branco, que eram mais valorizados devido a uma maior assimilação com os padrões culturais e étnicos da época, que via na Europa e nos Estados Unidos um modelo para o mundo.

Ao analisar a proposta de organização social de André Rebouças para o Brasil, ao final do século XIX, Andréa Pessanha (2005) revela aspectos das ideias do engenheiro e abolicionista que exemplificam o pensamento predominante sobre a imigração europeia para o Brasil, além do incentivo também à educação dos negros<sup>409</sup>.

Fazendo articulações entre o liberalismo e as teorias raciais, Rebouças acreditava no aprimoramento do ex-escravizado por meio da educação e do contato com os imigrantes europeus, além da posse de terra, no caso dos trabalhadores do campo. No entanto, Rebouças também pensou a sociedade a partir de hierarquias, tal como a elite do século XIX. Para ele, a nação brasileira deveria ser composta por brancos e negros, que deveriam passar por um aperfeiçoamento moral, intelectual e moral. Já os chineses, grupo que também foi preterido pelas elites da época, eram discriminados pela incapacidade do autoaperfeiçoamento, acreditava Rebouças. Enquanto para o autor, o africano tinha condições de aprimorar-se através da liberdade e da educação. Assim, suas ideias estavam em consonância com os princípios evolucionistas da época<sup>410</sup>.

Nesse mesmo sentido, de acordo com Seyferth (2005), Joaquim Nabuco também foi um dos principais abolicionistas do período que, a despeito da defesa do negro, reproduziu a preferência pela imigração europeia. Justificou o movimento abolicionista em nome da liberdade que atrairia a imigração europeia, "corrente de sangue caucásico vivaz, enérgico e sadio"<sup>411</sup>. Por sua vez, Silvio Romero recomendava uma política imigratória que alocasse

<sup>408</sup> SKIDMORE, Thomas E. *Preto no branco: raça e nacionalidade no pensamento brasileiro*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976, p. 155.

<sup>409</sup> PESSANHA, Andréa Santos da Silva. *Da abolição da escravatura à abolição da miséria: a vida e as ideias de André Rebouças*. Rio de Janeiro: UNIABEU, 2005, 160 p.

<sup>410</sup> Ibid. p. 136 e 151.

<sup>411</sup> SEYFERTH, Giralda. "A Colonização e a questão racial nos primórdios da República". In: SALGUEIRO, Maria Aparecida Andrade (Org.). *A República e a Questão do Negro no Brasil*. Rio de Janeiro: Museu da República, 2005, p. 34.

imigrantes brancos por todo o território nacional com o objetivo de solucionar o problema da mestiçagem. “Estava implícita nesta sugestão a ideia da inferioridade biológica da massa nacional, sob a influência do mito do branqueamento – a principal tese racial sistematizada no início da República”<sup>412</sup>. Apesar dessa afirmação, ainda conforme a autora, seria errado pensar que o ideal de branqueamento é produto meramente republicano, pois desde a década de 1860, já aparecem considerações deste tipo a respeito da miscigenação e da imigração no Brasil<sup>413</sup>.

Skidmore demonstra como diferentes atores buscaram um ideal de imigração europeu e branco para o Brasil.

Em vez de buscar mão de obra livre entre força de trabalho migrante doméstico de outras regiões (sobretudo do Nordeste, economicamente decadente), os fazendeiros de café tentaram substituir os escravos, depois de 1870, pelos imigrantes europeus. A única função que viam como apropriada para os brasileiros natos era o trabalho pesado - como o de desbravar florestas virgens. Para o trabalho altamente organizado de cultivar e colher café, os fazendeiros julgavam os imigrantes mais habilitados e mais dignos de confiança<sup>414</sup>.

[...] Todos os partidários da imigração concordavam em uma coisa: na absoluta necessidade de recrutar mão de obra agrícola europeia: tanto os fazendeiros paulistas quanto a Sociedade Central de Imigração julgavam os europeus superiores aos brasileiros natos<sup>415</sup>.

Assim, de acordo com Skidmore, os italianos somavam o maior grupo nacional entre os migrantes. Eram seguidos de portugueses e espanhóis. Os alemães ocupavam o quarto lugar e com distanciamento considerável. Discussão na época, segundo o autor, “paradoxalmente, os imigrantes vieram reforçar, assim, o caráter ‘latino’ da população branca brasileira, a despeito da esperança de muitos promotores da imigração de que europeus nórdicos fossem atraídos em grande número”<sup>416</sup>.

O branqueamento estava em formação na época, via imigração europeia ou via miscigenação, e se evidenciava de formas não tão explícitas na imprensa. Porém, ficava explícito na matéria que comentava a respeito do quadro “A redenção de Cam”, do artista Modesto Brocos (1852-1936).

De acordo com *O Paiz*, edição de 2 de setembro de 1895, a obra exposta na Escola Nacional de Belas Artes, em 1895, “representa uma família composta de quatro pessoas: uma preta velha, uma mulata moça, um rapaz branco e um menino louro”. Nestes termos, o jornal traduz a imagem que o leitor não está vendo: “A mulata é filha da velha, esposa do rapaz e mãe

<sup>412</sup> SEYFERTH, Giralda. “A Colonização e a questão racial nos primórdios da República”. In: SALGUEIRO, Maria Aparecida Andrade (Org.). *A República e a Questão do Negro no Brasil*. Rio de Janeiro: Museu da República, 2005, p. 36.

<sup>413</sup> Ibid. p. 37.

<sup>414</sup> SKIDMORE, Thomas E. *Preto no branco: raça e nacionalidade no pensamento brasileiro*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976, p. 156.

<sup>415</sup> Ibid. p. 158.

<sup>416</sup> Ibid. p. 162.

da criança”. A reportagem, assinada por A. A., isto é, Arthur de Azevedo (1855-1908), descreve outros detalhes da cena:

Estão sentados à porta de uma casinha o marido e a mulher, esta com o menino ao colo, enquanto a velha, com as mãos e os olhos levantados para o céu, parece agradecer ao altíssimo a felicidade da filha. O rapaz, forte e vigoroso, tipo acentuado de colono trabalhador, a mulata, em cuja fisionomia transparecem a inteligência e a meiguice da sua raça, e a criança, lindo produto daquele cruzamento de sangue, brincando despreocupadamente com uma laranja, estão muito bem pintados; mas a grande figura da tela, a figura que mais impressiona, a figura inolvidável, é a da velha africana macerada pelo cativo<sup>417</sup>.

O autor do texto classifica a pintura como “nacional” e sugere, inclusive, que seja chamada de “O aperfeiçoamento da raça”. “O Estado não pode consentir que ele saia da escola. Aquela pintura deve ficar pertencendo à Nação”, assevera. Segundo o autor, Brocos, que “já noutros quadros mostrara uma especialidade do seu talento com a pintura das negras<sup>418</sup>”, nunca lhe pareceu “mais humano e comovedor, nem de uma delicadeza de sentimentos mais comunicativa”. E conclui a reportagem: “Honra a Modesto Brocos, grande artista, professor insigne, cidadão excelente, mostrando como pintor a mesma correção que tem como homem”<sup>419</sup>.

O título da tela é uma referência à passagem bíblica de Gênesis 9:20-29, que consiste na maldição ao filho mais novo de Noé. Por ter visto a nudez de seu pai embriagado e não tê-la coberto, tal como fez seus dois irmãos, Cam e sua descendência foram amaldiçoados por Noé: “Maldito seja Canaã! Que se torne o último dos escravos de seus irmãos”. Canaã é uma referência aos cananeus, “filhos de Cam”, escravizados pelos hebreus posteriormente. Segundo Alfredo Bosi (1999)<sup>420</sup>, acreditava-se que os descendentes de Cam seriam os povos de pele escura de determinadas regiões da África, como a Etiópia, a Arábia do Sul, a Núbia, a Tripolitânia e a Somália, além de certas tribos que habitaram a Palestina antes dos hebreus.

Ainda influenciada pela visão monogenista, dominante até meados do século XIX, e usada como justificativa para a o tráfico de escravizados africanos, a maldição de Cam no Brasil seria reapropriada posteriormente depois que o sistema escravocrata foi abolido. De base bíblica, segundo o monogenismo, o ser humano teria sua origem numa fonte comum, no entanto, os diferentes tipos humanos seriam formados a partir “da maior degeneração ou

<sup>417</sup> “Palestra”, *O Paiz*, segunda-feira, 2 de setembro de 1895, p. 1/6.

<sup>418</sup> Parece se referir ao quadro *Engenho da Mandioca*, de 1892

<sup>419</sup> “Palestra”, *O Paiz*, op. cit., p. 1/6.

<sup>420</sup> BOSI, Alfredo, p. 257-8, *apud* COUTO DA SILVA, Maria do Carmo. “A Redenção de Cam”. In.: *MARE - Museu de Arte para a Educação*, 2011. Disponível em: <http://www.mare.art.br/detalhe.asp?idobra=3097>. Acesso em: 14.02.2015.

perfeição do Éden”<sup>421</sup>. Sob o pseudônimo de Fantasio, Olavo Bilac também comentou o quadro: "Vede a aurora-criança, como sorri e fulgura, no colo da mulata - aurora filha do dilúvio, neta da noite. Cam está redimido! Está gorada a praga de Noé!"<sup>422</sup>.

O texto de *O Paiz* não é só informativo, mas emite uma opinião do autor. Segundo Lilia Schwarcz, no Brasil, teorias raciais deterministas e evolutivas retratavam no final do século XIX e início do século XX a noção racista de superioridade branca, inclusive, corroboradas por intelectuais nacionais formadores de opinião.

No que se refere à esfera política, o darwinismo significou uma base de sustentação teórica para práticas de cunho bastante conservador. São conhecidos os vínculos que unem esse tipo de modelo ao imperialismo europeu, que tomou a noção de ‘seleção natural’ como justificativa para a explicação do domínio ocidental, ‘mais forte e adaptado’<sup>423</sup>.

Apesar de um fundo religioso, herança de um pensamento monogenista, o quadro de Brocos está num contexto de mestiçagem racial que remonta o pensamento evolucionista e darwinista social da época. Além dos modelos predominantes, de forma adaptada à realidade brasileira, aqui houve também esse otimismo presente na visão do cruzamento das raças que tendesse a um embranquecimento da população. De acordo com Schwarcz (1993),

aqui se fez um uso inusitado da teoria original, na medida em que a interpretação darwinista social se combinou com a perspectiva evolucionista e monogenista. O modelo racial servia para explicar as diferenças e hierarquias, mas, feitos certos rearranjos teóricos, não impedia pensar na viabilidade de uma nação mestiça<sup>424</sup>.

Assim como Brocos e Arthur de Azevedo, determinados teóricos de campos científicos e políticos também pensavam o embranquecimento do Brasil em fins do século XIX. Acreditava-se que em um século o país seria branco, como a criança miscigenada.

O autor (Brocos) reconstruía, por meio de imagens, não só argumentos como perspectivas de época. O país era descrito como uma nação composta por raças miscigenadas, porém em transição. Essas, passando por um processo acelerado de cruzamento, e depuradas mediante uma seleção natural (ou quiçá milagrosa), levariam a supor que o Brasil seria, algum dia, branco”<sup>425</sup>.

<sup>421</sup> QUATREFAGE, 1957, *apud* SCHWARCZ, Lilia Moritz. *O Espetáculo das Raças: Cientistas, Instituições e Questão Racial no Brasil (1870-1930)*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993, p. 48.

<sup>422</sup> BILAC, Olavo. 1895, *apud* COUTO DA SILVA, Maria do Carmo. “A Redenção de Cam”. In.: *MARE - Museu de Arte para a Educação*, 2011. Disponível em: <http://www.mare.art.br/detalhe.asp?idobra=3097>. Acesso em: 14.02.2015.

<sup>423</sup> HOBBSAWM, 1977 e 1987; NERÉ, 1975; TUCHMAN, 1990; *apud* SCHWARCZ, Lilia Moritz. *O Espetáculo das Raças: Cientistas, Instituições e Questão Racial no Brasil (1870-1930)*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993, p. 56.

<sup>424</sup> SCHWARCZ, Lilia Moritz. *O Espetáculo das Raças: Cientistas, Instituições e Questão Racial no Brasil (1870-1930)*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993, p. 65.

<sup>425</sup> *Ibid.* p. 12.

Segundo o escritor José Veríssimo, escrevendo em 1899 para o *Jornal do Comércio*,

a miscigenação roubou o elemento negro de sua importância numérica, diluindo-o na população branca. Aqui o mulato, a começar da segunda geração, quer ser branco, e o homem branco (com raras exceções)... acolhe-o, estima-o e aceita-o no sei meio. Como nos asseguram os etnógrafos, e como pode ser confirmado à primeira vista, a mistura de raças é facilitada pela prevalência do elemento superior. Por isso mesmo, mais cedo ou mais tarde, ela vai eliminar a raça negra daqui. É óbvio que isso já começa a ocorrer. Quando a imigração, que julgo ser a primeira necessidade do Brasil, aumentar, irá, pela inevitável mistura, acelerar o processo de seleção<sup>426</sup>.

Afirma-se que essa visão branqueadora se intensificou ao longo das primeiras décadas do século XX (SKIDMORE, 1976; SCHWARCZ, 2005), existindo as consequências até hoje. Eu mesmo certo dia presenciei uma cena que ilustra esse fato. Em um trem na Baixada Fluminense uma mulher mostrava a foto do esposo negro e da filha parda. A outra mulher que via concluiu que a soma dos pais deu uma boa misturada na criança, quase uma temperada entre o preto do pai e o branco da mãe. Esse episódio faz parte de muitos discursos próprios do senso comum ainda na atualidade.

O branqueamento é algo muito violento para com o negro. O branqueamento não é apenas a valorização da cor ou "raça" "branca". Essa ideologia buscou anular a cor ou a "raça" negra. Essa mentalidade é de uma violência simbólica tal que precisa ser analisada em função dos seus efeitos práticos nas consequências perniciosas que provocaram em gerações de negros. As representações têm efeitos sociais e econômicos, gerando o sentimento de inferioridade frente a uma lógica de poder.

Além do papel influente da Europa no modelo de imigração brasileira, a sociedade branca americana também teve muita influência nos modelos apregoados pela imprensa a respeito do que era o ideal para o progresso econômico brasileiro. Em fins da década de 1890, de acordo com Lilia Schwarcz (1987), “num momento em que os jornais exaltavam exclusivamente as conquistas republicanas, novas e velhas imagens sobre negros delineiam-se, revelando basicamente a sua incapacidade de conviver com os “avanços” que o novo momento político trazia consigo”<sup>427</sup>.

Um dos cenários de dificuldades pode ser visto no dia a dia do porto do Rio de Janeiro. As condições para os grupos de trabalhadores eram de precariedade. De acordo com o *Jornal do Brasil*, em 20 de julho de 1895, a escolha dos operários da estiva, era humilhante para “os

<sup>426</sup> VERÍSSIMO, José. *Jornal do Comércio*, 4 dez. 1899; *apud* SKIDMORE, Thomas E. *Preto no branco: raça e nacionalidade no pensamento brasileiro*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976, p. 90.

<sup>427</sup> SCHWARCZ, Lilia Moritz. *Retrato em branco e negro: jornais, escravos e cidadãos em São Paulo no final do século XIX*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987, p. 236.

trezentos ou quatrocentos trabalhadores que ali vão mendigar” uma ocupação<sup>428</sup>. A situação se repetia ao longo dos anos seguintes.

De acordo com Erika Bastos Arantes (2010), a competição por trabalho era motivo frequente de brigas, consequência da contratação de trabalhadores “avulsos”. A falta de estabilidade e a contratação arbitrária geravam nos trabalhadores uma forte insegurança, gerando também raiva, frustração e brigas. As referências ao processo eram associadas às apostas no jogo do bicho e outros jogos de azar. Vê-se isso através do uso de expressões como “fazer fê” e “levantar a mão na parede”<sup>429</sup>.

Essas características foram percebidas também em outros lugares do mundo, apesar de resultar em consequências distintas. No porto de Nova Iorque, a rivalidade entre irlandeses, negros e italianos gerou a formação de comunidades e sindicatos separados. No porto de Londres, também houve divisões habitacionais geradas pelas fissuras profissionais e étnicas. Na cidade de Saint John, no Canadá, as hostilidades entre protestantes e católicos eram exploradas pelos empregadores. Em Nova Orleans, a rivalidade entre negros e brancos gerou a formação de sindicatos diferentes, e, em situações de crise, a competição por emprego entre os grupos gerava uma intensa violência<sup>430</sup>.

Conforme Arantes, no Rio de Janeiro, a situação não gerou divisão de bairros e sindicatos por nacionalidade e etnia. Porém, a disputa por trabalho entre nacionais (a maioria negra) e imigrantes (a maior parte portugueses) gerou frequentemente desagregação e violência entre os trabalhadores<sup>431</sup>.

De acordo com Kabengele Munanga (1999), a ideologia racial caracterizada entre outros aspectos pelo ideal de branqueamento pensado a partir do fim do século XIX a meados do século XX pela maior parte da elite brasileira dividiu negros e mestiços, alienando-os do processo de identidade. De acordo com o autor, apenas uma minoria ínfima, representada por nomes como Alberto Torres, Manuel Bonfim e Roquete Pinto, acreditava na inclusão do negro na sociedade pela via educacional<sup>432</sup>.

---

<sup>428</sup> Apud ARANTES, Erika Bastos. *O PORTO NEGRO: trabalho, cultura e associativismo dos trabalhadores portuários no Rio de Janeiro na virada do XIX para o XX*. Tese (Doutorado em História), Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2010, p. 42.

<sup>429</sup> CRUZ, Maria Cecília Velasco e. *Virando o Jogo: estivadores e carregadores no Rio de Janeiro da Primeira República*. Tese de Doutorado, São Paulo: USP, 1998, p. 228-229; apud ARANTES, Erika Bastos. *O PORTO NEGRO: trabalho, cultura e associativismo dos trabalhadores portuários no Rio de Janeiro na virada do XIX para o XX*. Tese (Doutorado em História), Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2010, p. 43.

<sup>430</sup> Ibid. p. 43.

<sup>431</sup> ARANTES, op. cit., p. 43.

<sup>432</sup> MUNANGA, Kabengele. *Rediscutindo a mestiçagem no Brasil: identidade nacional versus identidade negra*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1999, p. 15 e 111.

Apesar de ter fracassado o processo de branqueamento físico da sociedade, seu ideal inculcado através de mecanismos psicológicos ficou intacto no inconsciente coletivo brasileiro, rodando sempre nas cabeças dos negros e mestiços. Esse ideal prejudica qualquer busca de identidade baseada na “negritude” e na “mestiçagem”, já que todos sonham ingressar um dia na identidade branca, por julgarem superior<sup>433</sup>.

Munanga afirma que a análise da produção discursiva da elite intelectual do fim do século XIX a meados do século XX expõe que se desenvolveu no Brasil um modelo racista universalista. Esse modelo “se caracteriza pela busca de assimilação dos membros dos grupos étnico-raciais diferentes da ‘raça’ e na cultura do segmento étnico dominante da sociedade”. Entre outras consequências, nas palavras do autor, a mestiçagem biológica e cultural provocou o etnocídio por meio da destruição da identidade racial e étnica dos grupos dominados. Para o autor, “o processo de mestiçamento no Brasil foi talvez o mais alto e intenso do continente americano nos últimos séculos de nossa história”<sup>434</sup>.

Sem dúvidas, em fins do século XIX, já estavam lançadas as bases para a visão eugênica que optou pelo branqueamento da população brasileira, passando pela mestiçagem. Nesse sentido, o quadro “A redenção de Cam” (Modesto Brocos, 1895) é bastante ilustrativo disso. No entanto, esse discurso considerado pela historiografia como preponderante ainda não estava completamente delineado na grande imprensa carioca desse período. A grande imprensa carioca de fins do século XIX pode ser considerada como um lugar de representações mais pulverizadas sobre conceitos diversos, que apenas incluem ocasionalmente as visões racistas que são consideradas como hegemônicas nesse período.

Conforme Munanga, a ideologia do branqueamento ou a mestiçagem “conseguiu suscitar em toda a população, por mais heterogênea que seja, o sentimento de um destino comum, como maior poder de mobilização que o de origem étnica particular”<sup>435</sup>.

#### **4.4 Limites das representações da imprensa: negros estereotipados como agressores, ladrões e vadios**

Apesar de os casos de negros como criminosos não serem a maioria, certamente os negros eram retratados também com esse estigma na imprensa do Rio<sup>436</sup>. Além de serem

---

<sup>433</sup> Ibid. p. 16.

<sup>434</sup> Ibid. p. 110-111.

<sup>435</sup> Ibid. p. 122.

<sup>436</sup> Em nossas pesquisas sobre o tema da representação de negros enquanto criminosos, temos apontado que apenas cerca de 20% das notícias de fait divers ou nas crônicas policiais dos jornais cariocas, entre 1888 e 1910, apresentavam negros dessa maneira (BARBOSA, 2016). Enquanto isso, a maior parte dos 80% restantes dos negros representados nos jornais eram retratados como vítimas da violência, de acidentes e de enfermidades. Apesar disso, as descrições superlativas que apresentam os negros como criminosos violentos,



estereotipados como criminosos na imprensa, os negros também o são em outras esferas da sociedade, como na justiça. Pesquisas sobre o tema do racismo na justiça brasileira também têm apontado para a tendência a uma maior condenação dos negros. “Se o acusado for homem negro e pobre e a vítima, branca, as probabilidades de condenação e o grau da pena certamente serão maiores”<sup>437</sup>.

Numa fase em que as diferenças entre brancos e negros se afirmavam com base em teorias raciais, a marginalidade social da população negra era evidente no dia a dia da cidade e as heranças da escravidão se faziam presentes nas mentes e nos corpos. Assim, as características descritivas do negro nos jornais eram influenciadas por esse contexto social da época.

Além das diferenças entre masculino e feminino estigmatizadas nos jornais, há também descrições muito demarcadoras da natureza agressiva do homem negro, podendo estar presentes, inclusive, em algumas mulheres e também em meninos negros. Não somente a “barbárie” da “criminalidade” “fatal”, mas o cenário das brigas e disputas servia para evidenciar o descontrole físico e emocional do personagem desviante.

O negro “bárbaro” era estigmatizado com essa imagem, dado o caráter imediatista dos periódicos. Como a continuidade do acompanhamento desses casos não era a regra, o fato extraordinário era o que ficava. Eram raríssimas as vezes em que os próprios personagens negros das notícias podiam expressar em primeira pessoa as próprias ideias sobre como se deram os acontecimentos narrados. Numa das situações, narrada pelo *Jornal do Brasil*, em 03.03.1896, isso se torna possível porque o jornal reproduz o depoimento policial do personagem. Assim anuncia: “O depoimento do assassino – A confissão”. Curiosamente, nessa situação específica, o homem se defende explicando que fora agredido várias vezes antes de praticar o assassinato<sup>438</sup>.

A notícia acima teve repercussão um ano depois do ocorrido. No entanto, em geral, o caráter imediatista dos fatos concebe tão somente a perversão do homem representado, mas os textos são também perversos em si. Reconstituem vidas sempre fraturadas, decapitadas, isso

---

que eram ostentadas nos jornais, parecem superar a quantidade de descrições de outros grupos dessa forma, bem como o próprio percentual real de negros nessa condição de criminosos. Portanto, um percentual menor das notícias retratava os negros como criminosos: “homicida, estuprador, ladrão, gatuno, vagabundo, vadio, alcoólatra, agressor etc”. BARBOSA, João Paulo. *O Pós-Abolição no Rio de Janeiro: Representações do negro na imprensa (1888-1910)* / João Paulo Barbosa, 2016. Orientadora: Keila Grinberg. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2016.

<sup>437</sup> RIBEIRO, Carlos Antonio Costa. *Cor e criminalidade: estudo e análise da justiça no Rio de Janeiro (1900-1930)*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1995, orelha.

<sup>438</sup> “Assassinato – Captura Importante - Um ano de impunidade”, *Jornal do Brasil*, 3.03.1896, p. 2/6.

devido à brevidade do número de linhas em que são descritas, sem nenhuma chance de defenderem-se.

Identificamos que muitas qualificações dos jornais sobre negros podem apontar para um caráter sanguíneo, tempestivo, bárbaro, colérico, agressivo. As causas do desvio físico tinham uma explicação de ordem um tanto emocional ou até própria daquele indivíduo. Elas aparecem subjetivadas nas entrelinhas de um discurso pejorativo em relação ao negro. O sangue recorrente que se espalha no cenário dos crimes, rubro, ou sem cor, ou preto e pardo, mistura-se ao imaginário sobre o preto e o pardo nas descrições do negro “bárbaro”, “homem-fera”, “sanguinário” (BARBOSA, 2016).

Também com a finalidade de atrair, começam-se a descrever brevemente as notícias com base em títulos curtos, pejorativos e bastante degradantes. Se a cor não aparecia nos títulos, o “monstro” era apresentado de antemão. Títulos breves, notícias também breves. Com poucas linhas se construía a imagem de uma pessoa.

Mas o que essa característica dos jornais revela é que as vidas ali expostas não têm trajetória nem perspectiva adiante. Não é possível entender completamente de onde vêm e para onde vão os negros ali descritos. Na imprensa, são sujeitos sem história, sem passado ou futuro. Mas, para além da prisão, do hospital e do necrotério, o que esperar desse porvir dos personagens ali representados?

Em pesquisa que realizamos (BARBOSA, 2016), observamos que o negro era vítima em 80% dos casos noticiados. Portanto, é possível observar que o negro também sofria violência do branco e a imprensa no Rio de Janeiro tratava da questão, ainda que de forma incompleta. Mas 20% dos casos ainda eram de violências e irregularidades cometidas pelos negros, o que dava margem para os piores estigmas atribuídos pelos jornais.

Os redatores dos jornais aproximam a cor dos acusados com a ideia de uma natureza criminosa, algo que Carlos Antonio Costa Ribeiro (1995) também constatou em relação às representações feitas nos processos criminais. De acordo com o autor, este era um “procedimento muito característico a alguns autores ligado à Escola Positiva de Direito Penal, como por exemplo Cesare Lambroso”. No caso da imprensa, podemos dizer que havia também uma necessidade de chamar atenção do público leitor para a notícia e também para a compra dos jornais<sup>439</sup>.

---

<sup>439</sup> LOMBROSO, Cesare. *L’homme criminel, crimine-ne, fou moral, épiléptique – Étude anthropologique medico-legal*. Paris, Felix Alcan, 1887; *apud* RIBEIRO, Carlos Antonio Costa. *Cor e criminalidade; estudo e análise da justiça no Rio de Janeiro (1900-1930)*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1995, p. 141

No sentido da demonização do negro, além de torná-lo um bárbaro quando cometia algum crime, por vezes era no cenário religioso que repousavam terríveis estigmas contra o negro. As pesquisas nessa área têm apontado para a exclusão de formas de religião a partir de visões racistas, em que práticas espíritas de pessoas brancas eram mais aceitas do que as dos negros. De acordo com Ribeiro (1995), citando o trabalho de Yvonne Maggie (1988), “ao investigar acusações de falso espiritismo, exercício ilegal da medicina e curandeirismo, os funcionários jurídico-policiais decidiam o que deveria ser considerado como o ‘verdadeiro espiritismo’ e o que deveria ser considerado falso”<sup>440</sup>. Ainda conforme os autores, “a maioria das pessoas acusadas nos inquéritos policiais constituía-se de brancos. Mas ao analisar [...] processos criminais julgados nos tribunais, a antropóloga verifica que todos os acusados condenados eram negros e que nenhum branco havia sido condenado”<sup>441</sup>.

Eram recorrentes as representações de pessoas negras como suspeitas de roubos e furtos. Um indivíduo de cor preta, encontrado contundido na rua, foi encaminhado para o Hospital da Misericórdia. Ele tinha posse de oito anéis, uma corrente de metal amarelo e um relógio, devidamente apreendidos pela polícia. A reportagem, no entanto, deixa para o próprio leitor concluir se o homem seria ou não um ladrão. Embora o homem tenha sido encontrado contundido, não há nenhum registro na notícia sobre as circunstâncias desse fato<sup>442</sup>. Segundo o *Jornal do Brasil*, de 17 de outubro de 1991, alguns gatunos invadiram uma residência na rua do Lavradio, às 10 horas da noite, tentando furtar os móveis da casa. No entanto, foram impedidos pela presença do morador que começou a apitar e a chamar a polícia. Curiosamente, na hora de descrever os suspeitos, a única indicação é de que “desconfiava ser um dos assaltantes um homem de cor preta”<sup>443</sup>.

Essas simples notícias apontam muitos aspectos da mentalidade que repousa sobre a população a respeito do negro. Por mais que o país seja muitas vezes considerado um paraíso de democracia racial, na prática, o negro é muitas vezes lido como o criminoso em potencial, dado o conjunto de condições socioeconômicas em que se encontra, além das representações hegemônicas condicionadas por essas precárias condições sociais. A imagem do negro era facilmente associada à criminalidade, como na notícia acima.

---

<sup>440</sup> MAGGIE, Yvonne. *O medo do feitiço – relações entre magia e poder na sociedade brasileira*. Tese de Doutorado em Antropologia Social, Museu Nacional, UFRJ, 1988; *apud* RIBEIRO, Carlos Antonio Costa. *Cor e criminalidade; estudo e análise da justiça no Rio de Janeiro (1900-1930)*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1995, p. 12.

<sup>441</sup> *Ibid.* p. 12.

<sup>442</sup> *O Paiz*, quinta-feira, 5 de junho de 1890, p. 2/6

<sup>443</sup> “Assalto”, *Jornal do Brasil*, 17 de outubro de 1991, p. 2/4.

#### 4.5 O Código Penal de 1890 e a ação policial na prática

Ao avaliarmos as estruturas coercitivas em relação ao preto e ao pardo do período pós-abolicionista, fica evidente a forte relação com padrões disciplinadores de uma sociedade que se espelhava num modelo hegemônico de modernidade, que, para o caso brasileiro, se apresentava de maneira bastante incompleto. Nesse sentido, O Código Penal de 1890 trata-se de um regramento do período que serve para compreendermos a mentalidade da época e as práticas empreendidas pela polícia e pela justiça na forma como os jornais noticiavam.

Em relação ao papel dos jornais nesse contexto, segundo Marialva Barbosa (2010), em fins do século XIX, as notícias referentes à cidade e às de natureza policial, passaram a ser cada vez mais destacadas, criando a memória da cidade<sup>444</sup>. A edição dos jornais “ganha um novo sentido: o de ordenar a sociedade. Os dramas cotidianos e os mexericos devem provocar tanto ou mais interesse que os temas políticos [...]”<sup>445</sup>. Para conquistar maior número de leitores, os jornais dedicam cada vez mais espaço às notícias policiais<sup>446</sup>. Dessa forma, ocupavam espaço privilegiado nos periódicos “as tragédias do cotidiano, as mazelas que mostram a dimensão da ação humana, pintadas em tintas fortes, e que são responsáveis diretas pela popularidade dos periódicos<sup>447</sup>”.

De acordo com Myrian Sepúlveda dos Santos (2004), capoeiras, negros, imigrantes e pobres eram citados pelos chefes de polícia como os principais autores dos crescentes roubos, latrocínios e prostituições que ocorriam na Capital Federal<sup>448</sup>.

O Código Penal de 1890 foi influenciado pelo chamado “direito clássico”. Segundo Ribeiro (1995), “esta doutrina pregava a ideia de que os indivíduos têm completo ‘livre-arbítrio’ em suas ações. Os representantes do ‘direito clássico’ afirmavam que o indivíduo que cometesse um crime teria agido por livre escolha e, portanto, deveria ser punido por sua escolha”<sup>449</sup>. Na prática policial, no entanto, pode ter predominado uma visão mais aproximada ao que se poderia considerar como ideias da Escola Positiva.

---

<sup>444</sup> BARBOSA, Marialva. *História Cultural da Imprensa: Brasil, 1800-1900*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2010, p. 132.

<sup>445</sup> Ibid. p. 121.

<sup>446</sup> Ibid. p. 122.

<sup>447</sup> BARBOSA, Marialva. *História Cultural da Imprensa: Brasil, 1800-1900*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2010, p. 118.

<sup>448</sup> SANTOS, Myrian Sepúlveda dos. “A prisão dos ébrios, capoeiras e vagabundos no início da Era Republicana”. In: *TOPOI*, v. 5, n. 8, p. 138-169, jan.- jun. 2004, p. 145.

<sup>449</sup> RIBEIRO, Carlos Antonio Costa. *Cor e criminalidade; estudo e análise da justiça no Rio de Janeiro (1900-1930)*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1995, p. 14

Ao prevenir a criminalidade a polícia ‘julga’ indivíduos ‘prevendo’ seu comportamento futuro. Atua sobre indivíduos que não cometeram delitos, mas são considerados perigosos. Age de acordo com os princípios da Escola Positiva de Direito Penal, que afirma que certos indivíduos são virtualmente ou naturalmente criminosos. É notório que muitas vezes a polícia pune extralegalmente de acordo com uma ‘ética própria’<sup>450</sup>.

Mas a suspeição de criminalidade negra não estava apenas nos discursos dos chefes de polícia. A sociedade também cultivava um temor em relação à ação dos negros. A notícia a seguir chama atenção pela acusação infundada de que uma mulher negra seria autora de um sequestro que sequer aconteceu.

UM LAR EM SOBRESSALTO – Felizmente, tudo acabou em risos, alegrias e carícias. [...]  
 Revistando todos os cantos de sua residência, à rua Chaves Pinheiro, n. 81, em Cachambi, a sra. Abilio Nunes estava já cansada de procurar sua filhinha, a menina Linda, que é realmente uma travessa e interessante guria. [...]  
 Nesse momento uma outra filhinha daquela senhora entrando na sala, esbaforida, deu a notícia tremenda: - Uma mulher preta carregou a Lindinha, mamãe! - Onde? - Ali: Lindinha estava brincando e a preta, pegando-a carregou-a.  
 É fácil calcular o desespero do coração daquela pobre mãe, que mandou avisar à polícia do 19º distrito, cujo comissário de dia, movimentou-se e fez sair investigadores e prontidões, pondo-se todos a procurar a criança raptada.  
 Acudiram também os vizinhos, solícitos, auxiliando todos a procura de Lindinha, cuja progenitora, presa de crise nervosa, não cessava de gritar pela filha.  
 Pareciam todas as esperanças partidas quando um gritinho partiu lá do quintal, duas horas depois. [...] Era a Lindinha. A travessa menina estivera a brincar no quintal. Depois, vendo, no coradouro, uma porção de roupas, nelas se deitou e enrolou, logo pegando no sono<sup>451</sup>.

Em outro caso, em circunstâncias pouco esclarecidas, a suspeita de um roubo recaí sobre uma suposta mulher de cor preta. De acordo com o *Jornal do Brasil*, de 02.03.1896, Ernestina da Rocha, moradora de uma casa de pensão situada à Rua Riachuelo, nº 180, deu queixa à polícia de que foi roubada por uma suposta mulher de cor preta, que viu passar pelo corredor da casa em que vivia. A mulher teria saído do quarto para conversar com outra hóspede e, quando voltou, tendo visto passar pelo corredor uma mulher preta, percebeu o roubo de uma pulseira e um passador com safiras e brilhantes, além de um relógio com suas iniciais E.R., cravejado de brilhantes<sup>452</sup>.

Além desse ambiente de suspeitas, ou até como consequência direta das suspeitas que geralmente recaem sobre o negro, segundo Ribeiro, “pode-se dizer, inclusive, que a representação social que relaciona ‘cor ou raça e criminalidade’ contribuía para aumentar as

<sup>450</sup> Ibid. p. 36. De acordo com o autor, “as doutrinas do direito clássico e da Escola Positiva de Direito Penal permanecem, de forma um pouco modificada, no Código Penal brasileiro, e a discriminação racial continua operando em nossa sociedade” (Ibid. p. 144).

<sup>451</sup> “Um lar em sobressalto”, *Correio da Manhã*, domingo, 10 de outubro de 1926, p. 27/34.

<sup>452</sup> *Jornal do Brasil*, 02.03.1896, p. 1/6.

probabilidades de condenação de pretos e pardos e diminuir as chances de condenação de brancos acusados por um mesmo tipo de delito”<sup>453</sup>.

Outras notícias também revelavam a relação que se formava entre a criminalidade atribuída a negros e a falta de inserção no mundo do trabalho. Na lógica da sociedade da época, uma vez sem emprego e sem domicílio, para alguns negros restaria a marginalidade como forma de sobrevivência<sup>454</sup>.

As análises de Santos sobre o tema apontam para uma relação entre uma teórica busca de direcionamento dessas pessoas para o mundo do trabalho e a presumida desordem na prática gerada pelos supostos “vadios” e “vagabundos” em suas mais diversas formas de proceder<sup>455</sup>.

A República procurava introduzir com suas leis um respeito maior ao indivíduo, principalmente à proteção à integridade do corpo físico, atributo da modernidade. [...] Entretanto, se, por um lado ampliava-se a participação dos indivíduos e novas formas de cidadania, por outro, passava-se a responsabilizar o indivíduo por falta de recursos, mendicância e embriaguez, e restringia-se brutalmente a noção de espaço público, colocando para fora todos aqueles que não lhe eram gratos<sup>456</sup>.

O Código Penal de 1890 reduziu penas como o banimento, o degredo e o desterro, que não eram mais consideradas eficientes, e aboliu a pena de galés, em que os presos trabalhavam com correntes. Nesse código, mendigos, ébrios, vadios e capoeiras eram considerados contraventores e sujeitos à prisão. Os maiores de 21 anos, deveriam ser destinados às prisões durante o período de 5 dias a 4 meses. Menores entre 14 e 21 anos deveriam ser colocados em estabelecimentos disciplinares industriais<sup>457</sup>. Em 1899, foi aprovada uma lei complementar ao Código Penal, que agilizaria o julgamento e a punição dos contraventores. Os delegados de polícia passavam a ter a função e o poder de produzir os processos por contravenção<sup>458</sup>.

<sup>453</sup> RIBEIRO, Carlos Antonio Costa. *Cor e criminalidade: estudo e análise da justiça no Rio de Janeiro (1900-1930)*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1995, p. 144

<sup>454</sup> UM LADRÃO PRESO. As autoridades do 17º distrito prenderam ontem o preto Euclides Esteves da Silva, de 33 anos de idade, sem profissão nem domicílio e que era acusado de vários furtos na Tijuca. Euclides foi recolhido ao xadrez (“Um ladrão preso”, *Correio da Manhã*, quarta-feira, 14 de abril de 1920, p. 4/14).

<sup>455</sup> Em 1893, durante o governo de Floriano Peixoto, um decreto legislativo autorizou a criação de uma instituição direcionada para a correção, pelo trabalho, dos vadios, vagabundos e capoeiras que fossem encontrados na Capital Federal. Uma Colônia Correccional foi estabelecida na Ilha Grande, no ano seguinte. Dois anos depois, as dificuldades econômicas e a precariedade de pessoal levaram ao fechamento da Colônia, sob o argumento de que a instituição era incapaz de cumprir os objetivos estabelecidos pela lei. Em 1903, um novo decreto determinou a reinstalação da “Colônia Correccional de Dous Rios”, no mesmo local, com um aparato administrativo mais complexo. Em 1907, avaliações oficiais reproduziam um diagnóstico de 1895, e a Colônia passou por uma readequação aos seus propósitos. Ver: SANTOS, Myrian Sepúlveda dos. “A prisão dos ébrios, capoeiras e vagabundos no início da Era Republicana”. In: *TOPOI*, v. 5, n. 8, p. 138-169, jan.-jun. 2004, p. 138

<sup>456</sup> SANTOS, Myrian Sepúlveda dos. “A prisão dos ébrios, capoeiras e vagabundos no início da Era Republicana”. In: *TOPOI*, v. 5, n. 8, p. 138-169, jan.-jun. 2004, p. 146.

<sup>457</sup> *Ibid.* p. 145.

<sup>458</sup> *Ibid.* p. 151.

O sistema de prisão adotado foi fortemente influenciado pelo sistema progressivo ou irlandês, que estabelecia estágios sucessivos de encarceramento, com a finalidade de recuperar os sentenciados. Estabeleceu-se no Brasil um sistema de punição decrescente, em que o sentenciado de bom comportamento tinha possibilidade de diminuir sua pena; tornando-se possível alcançar liberdade condicional após cumprimento de prisão em isolamento e em regimes semiabertos propiciados por colônias agrícolas. A lei estabelecia regulamentos detalhados, que permitiam ao recluso a educação e a utilização do trabalho de maneira produtiva. O preso deveria ser pago por seu trabalho sob a forma de um pecúlio a ser recebido por ocasião da liberdade<sup>459</sup>.

No entanto, de acordo com os relatórios existentes das comissões inspetoras e de antigos diretores que foram analisados por Myrian Sepúlveda dos Santos, a Colônia Correccional de Dois Rios, por exemplo, esteve longe de reproduzir a racionalidade expressa nas leis, decretos e normas regulamentares que previam o encarceramento<sup>460</sup>. O alcoolismo, a desordem e o ócio eram os principais motivos das prisões, explica por sua vez Elizabeth Cancelli (2005). De acordo com Cancelli, a pior situação estava nos principais centros de alocação de detentos e prisioneiros da capital da República, destacando-se a Casa de Correção, a Casa de Detenção e a Colônia Correccional de Dois Rios<sup>461</sup>, todas em péssimas condições de funcionamento.

De acordo com Santos, entre outros aspectos,

as instalações não eram apropriadas para manter os reclusos em ambientes separados segundo sexo, crime e idade. A falta de recursos, de funcionários e de instalações adequadas, portanto, aparecem nos relatórios oficiais como sendo as principais causas a minar os objetivos mais nobres estabelecidos pelas autoridades<sup>462</sup>.

Ainda segundo Santos, os internos da Colônia Correccional de Dois Rios eram matriculados em um livro, em que além de serem registrados nome, filiação, naturalidade, idade, estado e religião, também ficavam registrados dados de cor, altura e características antropométricas. Com isso, seguindo a visão científica e jurídica da época, procurava-se fazer uma relação entre a contravenção ou o crime e a natureza biológica do preso. Nesse sentido,

apesar de os médicos terem como função o exercício da profissão da medicina, também a eles cabia curar as almas, proferindo ensinamentos morais, quando possível.

---

<sup>459</sup> Ibid. p. 144.

<sup>460</sup> Ibid. p. 152.

<sup>461</sup> Conforme Cancelli, todas as três prisões estavam assim fortemente ligadas à Polícia do Distrito Federal. Ao ser criada, a Casa de Detenção destinava-se ao encarceramento de detentos legalmente enviados pelas autoridades policiais, judiciárias e administrativas do Distrito Federal. Assim, até 1941, esteve subordinada ao chefe de polícia. No entanto, acabou sendo transformada em Presídio do Distrito Federal, e, da mesma forma que a Casa de Correção, esteve sob a jurisdição do Ministério da Justiça. Já a Colônia Correccional de Dois Rios, de 1903 a 1934, ficou subjugada ao chefe de Polícia do Distrito Federal; e, de 1934 a 1938, à Inspeção Geral de Polícia. Ver.: CANCELLI, Elizabeth. "Repressão e controle prisional no Brasil: prisões comparadas." In.: *História: Questões & Debates*, Editora UFPR, Curitiba, n. 42, p. 141-156, 2005, p. 144.

<sup>462</sup> SANTOS, Myrian Sepúlveda dos. "A prisão dos ébrios, capoeiras e vagabundos no início da Era Republicana". In: *TOPOI*, v. 5, n. 8, p. 138-169, jan.- jun. 2004, p. 154.

[...] A base da reabilitação, na época, era pensada, portanto, em termos de isolamento e trabalho, mas também de instrução moral e religiosa”<sup>463</sup>.

Nas notícias das ruas, a tentativa malograda de ordem se fazia principalmente pela ação policial, cujas denúncias eram constantes, bem como por um judiciário pouco eficaz e cujas representações refletem vícios contínuos no tratamento dado aos condenados. O estado descrito dos presos em algumas notícias também é de precariedade das prisões.

Como mostramos anteriormente, o *Jornal do Brasil*, de 7.11.1896, reportou um caso de agressão a uma mulher negra dentro da delegacia de polícia, praticada supostamente pelo próprio delegado, a ponto de a mulher se jogar pela janela da delegacia para poder fugir da agressão<sup>464</sup>. Como diz o jornal, o caso é bastante grave, pois justamente se trata de uma agressão cometida por alguém que tem poderes, dentro de uma repartição policial, contra uma mulher que já estava em poder da polícia, em que os procedimentos deveriam ser guiados pela legalidade.

No entanto, esse tipo de agressão injustificada podia estar fundamentada na institucionalização da suspeição que recaía sobre o negro, sendo legitimada de algum modo pelo próprio Código Penal de 1890, que indiretamente atribuía ao negro que não estivesse trabalhando ou em situação suspeita o estigma de criminoso em potencial. Nesse ambiente, a violência praticada pelo Estado contra o negro era recorrente, podendo ganhar até mesmo a justificativa de algum tipo de ação preventiva, uma vez que as vítimas eram fortemente estigmatizadas na sociedade da época.

Analisando e estudando a aplicação da lei em processos criminais das três primeiras décadas do século XX, Ribeiro descobriu que as penas atribuídas pelo 1º Tribunal do Júri da cidade do Rio de Janeiro aos acusados de crimes de sangue, isto é, homicídios e tentativas de homicídios, variavam sobretudo em relação à cor do acusado, pesando de forma muito intensa na atribuição da pena pelo júri. Os mais pobres e principalmente os mais pretos eram os mais condenáveis. Se o acusado fosse homem negro e pobre e a vítima fosse branca, as probabilidades de condenação e o grau da pena eram maiores<sup>465</sup>.

Conforme Santos, o silêncio da lei também sobre o “crime” da prostituição provocava uma liberdade maior dos responsáveis locais no tratamento dado às mulheres<sup>466</sup>. Também são

---

<sup>463</sup> Ibid. p. 158-159.

<sup>464</sup> *Jornal do Brasil*, 07.11.1896, p. 1/4.

<sup>465</sup> RIBEIRO, Carlos Antonio Costa. *Cor e criminalidade; estudo e análise da justiça no Rio de Janeiro (1900-1930)*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1995.

<sup>466</sup> SANTOS, Myrian Sepúlveda dos. “A prisão dos ébrios, capoeiras e vagabundos no início da Era Republicana”. In: *TOPOI*, v. 5, n. 8, p. 138-169, jan.- jun. 2004, p. 156.



recorrentes os problemas enfrentados pelas mulheres em meio a um sistema policial e judicial ineficaz em vários aspectos.

Outros personagens poderiam ser considerados nas notícias como loucos. Eram recorrentes as notícias em que o adjetivo do negro era a loucura. Em visita feita por um repórter ao Asilo de Mendicidade, divulgada na edição de 19.01.1899, o *Jornal do Brasil* divulgou como aquele ambiente, que era destinado aos desamparados e inválidos, por moléstia, ou por velhice, para que não andassem “pelas ruas arrastando a sua miséria, mendigando, esmolando e oferecendo um espetáculo triste e deprimente da nossa civilização”, estava naquele momento servindo para abrigar menores, alienados e pessoas que se achavam “ainda aptas para o trabalho”. De acordo com o *JB*, o repórter “viu até, em uma das enfermarias, uma mulher de cor preta, de 18 anos presumíveis, que se acha em adiantado estado de gravidez, remetida pela polícia para ficar de observação, por suspeita de estar afetada das faculdades mentais”<sup>467</sup>.

Nesta mesma notícia, o periódico enfatiza o seu papel enquanto veículo de notícias.

No propósito que sempre tem sido o nosso ideal de fazer do *Jornal do Brasil* uma folha para todos, em que se discutam assuntos de magno interesse público, servindo igualmente de porta-voz às queixas do povo; em que sejam verberados todos os monopólios e atentados à Constituição; em que a neutralidade política se manifeste, seja nos artigos editoriais, ou simples local do abundante noticiário; em que a população desta Capital e dos Estados possa encontrar informações seguras sobre fatos de interesse geral ou particular; resolvemos, para mais variado tornar o *Jornal do Brasil*, destacar um dos nossos redatores que, visitando diversos estabelecimentos públicos e particulares, sobre eles possa dizer com sinceridade a impressão da sua visita<sup>468</sup>.

A situação de descaso com os internos se reproduzia em outras instituições assistenciais, como o Asilo Bom Pastor, do qual noticia *O Paiz*, em 20.05.1897. As descrições do jornal apontam para o cuidado precário dispensado dos internos, fruto das inconseqüências administrativas<sup>469</sup>.

Uma notícia é ilustrativa de que o jornal é visto pelo povo como uma espécie de porta-voz da população. Além disso, acaba mediando situações que ultrapassam os limites da simples informação jornalística. De acordo com o *JB*, de 04.11.1897, uma mulher negra procurou a redação apresentando uma ferida no peito direito. O jornal encaminhou a mulher para o dr. Rossa Torres, que já havia se disponibilizado em ajudar gratuitamente aqueles que o jornal julgasse “necessitados e não tivessem meios de combater aquela terrível moléstia”<sup>470</sup>.

<sup>467</sup> *Jornal do Brasil*, 19.01.1899, p. 1/4.

<sup>468</sup> *Jornal do Brasil*, 19.01.1899, p. 1/4.

<sup>469</sup> “Asilo do Bom Pastor”, *O Paiz*, 20.05.1899, p. 1/6.

<sup>470</sup> *Jornal do Brasil*, 04.11.1897, p. 1/4.

É interessante a relação de ambos os personagens com a empresa jornalística. O médico, como profissional autônomo, ganha mais credibilidade quando seu nome aparece num jornal. Já a mulher acreditava que o jornal poderia não apenas noticiar casos de problemas médicos, mas também ajudá-la a encontrar o serviço médico para o seu problema. De fato, nesta notícia, vemos a imprensa ultrapassando os limites de sua função básica. Um serviço que deveria ser mediado pelos órgãos públicos de saúde, ou privativamente pelos doentes, acaba sendo recorrido à imprensa, que também se utiliza das mazelas humanas no dia a dia do noticiário, seja para informar à sociedade, seja para atrair os leitores ávidos por esse tipo de informação. A notícia do *JB* termina assim:

Ontem aquele caridoso facultativo veio apresentar-nos completamente boa a pobre Anna de Jesus, afiançando-nos estar radicalmente curada. Verificamos de fato os maravilhosos efeitos do processo especial empregado pelo dr. Rossas Torres no tratamento do cancro e nestas linhas lhe endereçamos os fervorosos agradecimentos, que entre lágrimas veio aquela pobre trazer ao *Jornal do Brasil*<sup>471</sup>.

Enfim, o jornal demonstrava seu interesse em se tornar um porta-voz do povo, além de colaborar com a evidenciação da precariedade de vida da população. Na prática, o próprio povo também era estigmatizado pelos periódicos, tratado como espetáculo para a venda de jornais. Conforme Marialva Barbosa destaca, os jornais percebiam ou descreviam o seu próprio papel como em defesa do interesse da população, por vezes os mais pobres, instituindo “a voz dos fracos e oprimidos”. Tornam-se alvo da defesa dos periódicos “o homem do povo”, “o homem comum”, “o povo”<sup>472</sup>.

Ninguém enlouquece subitamente, mas para os jornais, sim. “Por apresentar sintomas de alienação mental, foi remetida à polícia [...] a nacional de cor preta Amelia Santos. [...] Ao ser detida, Amelia praticava desatinos na rua Vital”<sup>473</sup>.

Já “por estar praticando desatinos [...], foi remetida à Polícia Central, a fim de ter conveniente destino, a nacional, de cor preta Francisca Miranda da Cruz, casada, costureira, ali residente”. O título da reportagem também classificava: “Enlouqueceu subitamente”<sup>474</sup>.

O título de outra notícia informava que “O purificação não se quer casar!...” “E por isso vai para o hospital dos alienados”, conclui o subtítulo sensacionalista da notícia. As descrições do homem são de alguém agitado, com os olhos esbugalhados, olhando com desconfiança. No depoimento à polícia, José Veríssimo da Purificação explicou:

---

<sup>471</sup> Ibid. p. 1/4.

<sup>472</sup> BARBOSA, Marialva. *História Cultural da Imprensa: Brasil, 1800-1900*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2010, p. 130.

<sup>473</sup> *Correio da Manhã*, domingo, 18 de setembro de 1921, p. 6/16.

<sup>474</sup> *Correio da Manhã*, domingo, 18 de fevereiro de 1922, p. 3/12.

Sou vítima de uma perseguição, unicamente por não me querer casar com a filha de um major, apesar da considerável fortuna que possui e rara beleza de que é dotada. Não posso mais tolerar essa situação. A família da jovem, em vista da minha resolução inabalável, chegou a arranjar com que eu fosse internado no Hospital de Alienados, como maluco.

A notícia termina explicando que o homem sofreria um exame de sanidade mental e depois receberia o encaminhamento que fosse devido. O homem é tratado no jornal como crioulo, alienado, agitado. A composição do texto também faz entender que a história não seria real. A reportagem se utiliza de todas as formas de recursos para depreciar e rebaixar o discurso do “homem preto e moço ainda”, reiterando: “de olhos esbugalhados, que andava agitado pelos corredores da Repartição Central da Polícia”<sup>475</sup>.

De acordo com Maria Luiza Tucci Carneiro (1993), em “Negros, loucos negros”, “vagabundos, prostitutas, pobres, loucos e leprosos sempre foram personagens presentes na nossa história, mas ausentes dos trabalhos historiográficos”. Para a autora, “raros são os trabalhos elaborados com o objetivo de conhecer – do ponto de vista da História Demográfica, da História Social e das Mentalidades – esta categoria periférica, antirrevolucionária e ‘despojada de tradição’”<sup>476</sup>.

“Estes, além de vítimas, foram transformados em ‘perigos’ e classificados de ‘desviantes’ pela sociedade.” Conforme a autora, as instituições de caridade, os asilos-manicômios, as prisões serviam como mantenedoras da ordem instituída. No entanto, combatiam-se os males, mas não as causas; cobravam-se atitudes, mas não responsabilidades, explica a autora<sup>477</sup>.

Para a autora, num mesmo círculo eram colocadas a miséria, a pobreza, a epilepsia, a lepra, o vício, o crime e a negritude<sup>478</sup>. Os jornais, por sua vez, corroboravam essas visões que se tornavam regras reproduzidas em diferentes âmbitos da sociedade.

Conforme a autora, grande número de negros indigentes viviam como mortos-vivos, habituados à fome, à miséria e aos castigos corporais. Para ela, a fome e o abandono geravam o vício, o crime e a loucura. “As condições insalubres e os maus tratos favoreciam as doenças e a mortificação do eu”<sup>479</sup>.

Abandonado à sua própria sorte, o negro livre acabava por se confundir com as bordas do mundo marginal que não lhe oferecia melhores opções, além do servilismo e de atividades esporádicas. Alternando mendicância com trabalho temporário, os escravos mergulhavam neste mundo surdo, superpondo a máscara de mendigo à de

<sup>475</sup> “Na polícia e nas ruas”, *Jornal do Brasil*, domingo, 12 de abril de 1925, p. 10.

<sup>476</sup> CARNEIRO, Maria Luiza Tucci. “Negros, loucos negros”. In.: *Revista USP*, n. 18, p. 146-151, 1993, p. 146.

<sup>477</sup> *Ibid.* p. 146.

<sup>478</sup> *Ibid.* p. 146.

<sup>479</sup> *Ibid.* p. 146.

louco, velho ou doente. Trabalhando em precárias condições, o negro apelava para os roubos, as fugas, as agressões, os assaltos e as bebedeiras, como muito bem demonstrou Maria Rosa Nogueira e Silva, em seu estudo *Negro na Rua*. Desta forma, o negro livre, mendigo, espoliado e doente significava perigo nas ruas das cidades. Como verdadeiros ambulantes disfarçavam a mendicidade e, como mendigos, confundiam-se com os loucos, os leprosos, os epiléticos e mandingueiros. Quando não se transformavam em caso de polícia, acabavam internados como loucos, alienados mentais. Ou iam para a cadeia, ou então eram levados para os asilos das casas de misericórdia. Ao estigma da cor da pele somavam-se outros atributos negativos. A pele marcada pelas doenças colaborava para a configuração de uma imagem estereotipada, arcando com as sequelas do raquitismo, da sarna, da elefantíase, dos furúnculos, da erisipela ou de bexiga<sup>480</sup>.

A imprensa comercial, como se observa, adota o olhar dominante da sociedade de classes e expressa os estigmas que atribuem ao negro um lugar de marginalidade. Analisadas individualmente, podem parecer pouco expressivas as notícias. No entanto, quando se observa que durante anos e possivelmente décadas notícias assim se repetiam, pode-se imaginar os estigmas que se consolidavam sobre a imagem do negro entre quem lia os jornais. O negro ocupa um lugar de crimes, cometendo ou sendo vítima de crimes, sendo alvo de doenças e acidentes, ocupando as piores representações que um cidadão pode ocupar. Os jornais, por sua vez, segundo Marialva Barbosa, usufruem das representações excepcionais, extraordinárias, inéditas; assim “vão se constituindo como ‘senhores da memória’ da sociedade, aumentando seu campo de atuação e o seu poder<sup>481</sup>.

---

<sup>480</sup> Ibid. p. 147.

<sup>481</sup> BARBOSA, Marialva. *História Cultural da Imprensa: Brasil, 1800-1900*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2010, p. 130-131.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Cabe nestas considerações finais encaminhar algumas ideias e hipóteses levantadas ao longo desta tese. Uma das principais buscas que orientaram este trabalho foi procurar responder a uma pergunta que habita o imaginário do brasileiro. O que aconteceu com a população negra depois da abolição da escravidão? Em um primeiro momento, os resultados parecem até óbvios, pois podemos observá-los nas desigualdades atuais entre brancos e negros, o que aponta para um cenário de precariedade após a abolição. No entanto, como se deram especificamente os anos seguintes à abolição? Essa era uma pergunta que, como brasileiro, como estudante, como cidadão, sempre carreguei comigo por anos. Porém, nunca estive satisfeito com as respostas mais comuns, inclusive dos livros que se dedicavam ao tema. Sempre tive a impressão de que era preciso descrever e quase enxergar o dia a dia do negro, pensando os entraves que vivenciou para a inserção na sociedade.

Esse se apresentou como um problema de pesquisa importante. Existe uma ausência de pesquisas que contemplem os destinos da população negra no período, o que acaba desembocando em estereótipos extremamente superficiais e até mesmo perversos. Seria também o pós-abolição um período que ajudaria a entender o racismo estrutural que existe hoje no Brasil? Em outras palavras, em que medida a sociedade após a abolição produziu novas formas de lidar com a população negra que gerou o racismo que existe até hoje?

Certamente os dados apresentados por este trabalho não conseguiram esgotar as possibilidades de responder às perguntas que permearam a nossa busca: O que aconteceu com a população negra depois da abolição da escravidão? Como se deram especificamente os anos seguintes à abolição? Como qualquer outra investigação, as necessidades de estabelecer limites se impuseram. Portanto, devido à nossa trajetória de vida e acadêmica, o trabalho se debruçou sobre e apresentou as respostas que puderam ser extraídas de dois dos principais jornais comerciais do Rio de Janeiro nos anos de 1888 a 1900, *O Paiz* e *Jornal do Brasil*. Apesar de ser um espaço específico de representação, a imprensa não deixa de ocupar um lugar privilegiado na sociedade da época. É importante destacar que o jornal impresso era o principal meio de comunicação naquela fase, não tendo concorrentes com tamanha tiragem e periodicidade na sociedade. Os dois jornais investigados eram considerados importante veículos de notícias, não apenas da capital brasileira, mas de todo o país e até da América Latina. Isso torna a relevância desses jornais ainda maior para se entender as mentalidades que se formaram sobre o negro na história do Brasil.

A convergência entre a tecnologia e os interesses específicos dessa pesquisa se tornaram o principal motor para os resultados apresentados. Em 2012 foi fundada a Hemeroteca Digital Brasileira, que consiste em um banco de dados com os jornais e os periódicos brasileiros digitalizados, que podem ser facilmente consultados por meio de uma busca eletrônica, feita pela internet. Desse modo tivemos acesso imediato ao material pesquisado através da pesquisa por palavras-chave. Recorremos principalmente aos conceitos de cor (preto/a e pardo/a) e raça (negro/a) para encontrar as representações jornalísticas apresentados ao longo do trabalho e proceder com a análise dos conteúdos apresentados nos jornais. A análise do conteúdo não esgota as possibilidades de se investigar o mesmo tema, uma vez que a nossa preocupação esteve centrada na análise dos conteúdos dos textos dos jornais, sem adentrarmos amplamente no processo interno de produção das notícias pelas empresas jornalísticas ou pelos repórteres ou nos processos de leitura dos periódicos por parte dos diferentes perfis de leitores. Como apresentamos ao longo do estudo, havia uma enorme diversidade do público leitor dos periódicos, em que as tiragens somadas do *JB* e *d'O Paiz* ultrapassavam 75 mil exemplares em fins da década de 1890. Em 1900, a cidade somava mais de 600 mil habitantes, o que equivalia a um exemplar desses jornais para cada 8 habitantes. Sem contar os outros grandes jornais da época. Os cinco maiores (*JB*, *Gazeta de Notícias*, *Correio da Manhã*, *Jornal do Commercio* e *O Paiz*) somavam mais de 150 mil jornais impressos diariamente.

Embora existisse uma distinção característica dos dois jornais pesquisados, sendo *O Paiz* considerado desde os primeiros anos do novo regime de governo como um jornal republicano, enquanto o *Jornal do Brasil* neste primeiro momento, que se confunde com o período da chamada República da Espada, se apresentou como um veículo de contestação ao novo regime. Apesar dessa característica marcante, na prática, as representações específicas da população negra se faziam de maneira muito aproximada, talvez porque fosse grande a distância entre os escritores dos jornais, principalmente membros das elites da sociedade, e a vivência da população negra, marcada pelo signo das carências econômicas bastante evidentes nas notícias dos jornais. Ainda que fossem periódicos com linhas políticas divergentes, buscaram sempre vincular ao seu projeto político as características da luta pela abolição da escravidão. Na prática, pouco debateram os problemas enfrentados pela população negra nos anos posteriores à abolição da escravidão.

A aplicação que fizemos ao trabalho da técnica de análise de conteúdo resultou na comparação de diferentes textos com o objetivo de verificar se eles denotavam características em comum que se reproduziam ao longo dos anos e nos diferentes jornais. Com isso, foi possível agrupar várias notícias, principalmente, a partir de temáticas em comum. Na verdade,

os textos eram praticamente padronizados quando o assunto eram pessoas de cor pertencentes às camadas populares em suas vivências frente aos problemas cotidianos. Nesse sentido, a análise do conteúdo apontou para uma forte produção de estereótipos sobre o negro. Não tanto pela intenção da imprensa em prejudicar a imagem do negro, pois de fato a imprensa buscava apresentar muitos dos problemas vivenciados pelos negros. Apesar disso, os estereótipos se formavam pela presença constante de representações em situações diversas de exclusão e de profundas carências, que repercutiam até mesmo na perda do valor do sentido de uma vida. Desse modo, os casos de mortes, doenças, acidentes, assassinatos, suicídios, violências, entre outros, eram o lugar comum destinado ao negro, muitas vezes sem nome e quase sempre sem voz, pois não era a vida do negro representada a partir de sua própria narrativa, mas a partir da narrativa de policiais, de testemunhas e de jornalistas sobre o negro.

Se, por um lado, os jornais reproduziam fatos de problemas vivenciados pela população negra, por vezes informando sobre as péssimas condições de vida e de tratamento usufruídas por essa camada da sociedade, por outro, era pouco ou quase nulo o esforço jornalístico para que houvesse novas representações positivas sobre os negros nos jornais, ou até mesmo para que o tema fosse tratado de forma ampla e profunda, sendo apresentados os fatores que impactavam na vida e no dia a dia dos personagens que apareciam nas notícias. Os espaços reservados já denotam o caráter secundário das notícias, uma vez que eram pequenas notas com pouca apuração jornalística e que não recebiam acompanhamento de perto por parte dos jornalistas. Em geral, eram reproduções dos boletins policiais adaptados para a linguagem dos jornais. As presenças dos personagens revelam os traços mais lamentáveis do cotidiano de sofrimento, violência e morte. Porém, foram também as ausências de narrativas próprias que revelaram as distâncias entre os veículos de comunicação e a vida dos personagens apresentados. É desse modo que se formava o principal elemento da exclusão, consistindo na impossibilidade de incluir um determinado segmento da sociedade, consolidando diferenças de tal modo que sequer era possível perceber o outro e a sua capacidade de refletir sobre as suas demandas na sociedade, algo que, inclusive, predomina até hoje.

Originalmente, uma das questões que mais nos inquietavam em relação à população negra era a generalização que se faz comumente em relação aos ofícios e trabalhos exercidos pelos negros após a abolição. Com os resultados desta pesquisa, conseguimos elencar um conjunto de atividades laborais exercidas pelos negros. As suas dinâmicas revelam o caráter mais basilar das ocupações dos personagens na economia do período, mas não deixa de esclarecer sobre as maneiras de interação que a população negra exercia no dia a dia da cidade. Evidentemente os negros ocupavam os mais diversos espaços da cidade através dos seus

trabalhos, em que personagens eram descritos nos jornais, por exemplo, como sendo: trabalhadores, empregados, trabalhadores em casa de família, estivadores, operários, serventes de pedreiro, vendedores, carregadores, lavradores, criadas, cozinheiras, cozinheiros, carpinteiros, trabalhadores na estrada de ferro, trabalhador em padaria, padeiro, carroceiro, companheiro de explorador na África, trabalhador em construção, copeiro, foguista, moço em cocheira, soldado do batalhão naval, trabalhador em taverna. Assim nós podemos ver a diversidade das ocupações. Não importa se eram atividades simples, mas isso já ajuda a retirar os estigmas que recaem sobre o negro como totalmente excluído da sociedade e do mercado de trabalho livre em formação. Poder desenvolver trabalhos que revelem as dinâmicas de cada uma dessas áreas se abre agora como uma oportunidade de compreender melhor os significados atribuídos pelos negros a cada uma dessas ocupações no contexto da superação da segregação que lhes era imposta. Ainda que os próprios jornais retratem muitos nomes de personagens sem as referências profissionais, ou até como desempregados ou ex-escravos, os resultados que ora apresentamos já servem para diminuir os estigmas que repousam sobre a questão laboral dos negros após a abolição. Curiosamente, ainda que de maneira minoritária, esses mesmos estigmas presentes nos discursos atuais também eram reproduzidos nos jornais, que em algumas situações mencionavam pessoas negras como feiticeiras, cartomantes, curandeiros, meretriz ou simplesmente não citavam suas ocupações.

Além de uma maneira de se inserir no mercado de trabalho, ou simplesmente como uma forma de sobrevivência, os trabalhos apresentados acima também revelam uma derradeira forma de superação das dificuldades geradas pela exclusão e pela ausência de formas de inserção da população negra no sistema social mais amplo, pois nada foi feito do ponto de vista político para que a população negra tivesse acesso à educação, obtivesse meios de produção e fosse inserida dignamente no mundo do trabalho livre. Essa forte exclusão fazia com que a muitos negros fosse destinada grande parte dos mais duros ofícios da época. Porém, também era a maneira que restava ao negro para lutar por sua sobrevivência. Nesse sentido, o trabalho braçal, o trabalho operário, os serviços domésticos, o próprio serviço autônomo, enfim, os trabalhos mais pesados ou com maior precariedade eram aproveitados pelos negros, e isso certamente cristalizava o empobrecimento dessa parte da população e colaborava para a produção da desigualdade e do racismo. Mas é preciso considerar as dificuldades enfrentadas pela própria população negra, que possivelmente não enxergava alternativas fáceis. Nesse sentido, é exemplar o caso de uma jovem relatada ao longo da tese que deixou Minas Gerais em direção ao Rio de Janeiro e se travestiu de homem para poder conseguir um trabalho que, inclusive, podia ser pesado e realizado geralmente pelos homens. Não bastasse o seu exemplo,



a jovem relatou que a mãe anteriormente seguiu a mesma trajetória em direção ao Rio. A jovem apenas repetiu algo que já tinha sido vivenciado por sua mãe. São exemplos assim que revelam uma enorme incerteza e precariedade ao mesmo tempo em que demonstram uma intensa busca pela superação.

Uma hipótese que não demonstrou resultados satisfatórios aqui foi a questão dos linchamentos racistas. Embora em número pouco expressivo, ficou provado que eles coexistiram no ambiente de agressão excessiva que foi verificado, inclusive como resposta e tentativa de justificação contra brancos que agrediram negros. Porém, os linchamentos não foram práticas constantes, nem tampouco eram lidos pela imprensa como linchamentos em si. Acreditamos que possíveis linchamentos eram muitas vezes interpretados simplesmente como agressões. Eram notícias comuns os diferentes episódios de agressões injustificadas a negros, sem que houvesse, inclusive, contextos suficientes que explicassem as agressões. Dentre as diversas ocorrências, dois tipos de agressões, no entanto, ficaram evidenciadas como reiteradas por personagens típicos. Foram recorrentes as agressões cometidas por policiais e soldados. Também se repetiram as agressões a negros cometidas por estrangeiros de diferentes nacionalidades, como portugueses, italianos, espanhóis e um sírio.

Assim como os demais temas tratados nesta tese, a questão policial ganha importância fundamental na atualidade, uma vez que discutem-se hoje com urgência temas vinculados à repressão policial contra o negro, à situação dos negros nos presídios, às manipulações dos supostos autos de resistência que tendem, assim como a violência policial, a afetar principalmente a população negra nas ações policiais arbitrárias. Nesse sentido, pode-se explicar que a violência policial contra o negro foi comum desde o pós-abolição. São ocorrências de agressões nas ruas, conduções violentas até as delegacias, abandono e tortura nas delegacias, além das casas de detenção contendo todas as formas de abandono e abuso contra os detentos.

Já episódios de estrangeiros agredindo negros revelaram o racismo com que muitos imigrantes trataram os negros nas ruas. As notícias fazem perceber que o racismo do imigrante não se dava nas disputas por trabalho contra o negro, em que o estrangeiro teria assumido o racismo da elite branca brasileira, mas aconteceu principalmente na própria relação do estrangeiro com o negro no dia a dia, nos assuntos os mais diversos e até mesmo banais. Porque o conjunto das notícias apresentadas aqui revela que os episódios de discriminação não ocorreram em situações de competição entre o estrangeiro e o negro, mas ocorreram como presunção de superioridade do estrangeiro sobre o negro. Na Europa, o negro era quantitativamente minoritário, além de a Europa passar naquela fase por um forte processo de

colonialismo na África. Os portugueses, italianos, espanhóis, além de outras nacionalidades, teriam trazido preconceitos contra os negros? Na prática, as atitudes discriminatórias se manifestaram ostensivamente, por vezes, assustadoramente agressivas, causando a morte de vários indivíduos. O racismo existente hoje no Brasil é resultado também do processo migratório de fins do século XIX, que possibilitou preferencialmente a entrada de migrantes europeus para o Brasil. Esses imigrantes, ainda que tenham também vivenciado situações bastante difíceis ao chegarem ao Brasil, reproduziram aqui manifestações de racismo contra o negro.

Apesar desse conjunto de dados que faziam parte do cotidiano de toda uma cidade, pois as notícias eram lidas diariamente, além disso, os fatos faziam parte dos medos e da rotina das massas, uma vez que ocorriam em lugares visíveis aos olhos de todos - nas ruas, nas praças, nos bondes, nas praias, nos trens, nos hospitais -, os jornais não discutiam os temas enquanto componentes de um grave problema racial que atingia e segregava a população negra no Brasil. As diversas ocasiões em que pessoas negras foram agredidas e mortas por pessoas não identificadas, por policiais e até por estrangeiros, além de outras circunstâncias de sofrimento vivenciado pelos negros, aos olhares dos jornalistas, de forma geral, não foram lidas enquanto um problema que envolvia a exclusão e o preconceito contra o outro por motivos de cor ou motivos raciais. Analisados apenas os jornais da época, considerando o período do pós-abolição, quando os discursos abolicionistas já não tinham mais a ênfase de antes, era praticamente inexistente na imprensa a percepção de que o Brasil vivenciava e até consolidava diferentes formas de preconceito, discriminação, segregação e racismo em relação ao negro. A realidade do negro no Brasil na época era predominantemente narrada enquanto um problema específico de muitos personagens que passaram por situações de violência, de morte, de sofrimento, de acidente, de pobreza e de crime.

Pelas páginas dos jornais cariocas, é possível compreender que os jornalistas e cronistas da época enxergavam e debatiam mais a questão racial nos Estados Unidos, logicamente por ser mais problemática lá do que na Europa. Assim, os discursos jornalísticos sobre a questão racial nos Estados Unidos eram continuamente alvo de crônicas nos jornais, por vezes, na forma de ideias de sucesso vinculado à inserção do negro no mercado de trabalho e na operosidade industrial, ou ainda enquanto denúncia de forte segregação e opressão ao negro. É possível afirmar que a imprensa, enquanto espaço privilegiado de representações, tinha nos Estados Unidos uma proximidade enorme em relação aos discursos sobre o negro. Comparativamente, os jornais consideravam os Estados Unidos como um exemplo de forte racismo. Possivelmente, por essa razão, fosse praticamente inexistente a percepção na época de que o Brasil passava por

um forte processo de exclusão e racismo em relação ao negro. Em suma, os jornais não liam a realidade brasileira como um problema de racismo e segregação assim como liam a realidade norte-americano.

Foi um desafio, a partir apenas da imprensa, de especificamente dois jornais, argumentar sobre novas formas de apresentar indivíduos negros no pós-abolição. Esse receio aos poucos foi sendo superado pela eloquência das próprias fontes, que, considerando o seu contexto de produção e circulação, tinham um espaço privilegiado no imaginário coletivo da época, em diferentes camadas da sociedade. Desse modo, um meio que aparentemente já estaria saturado enquanto fonte historiográfica, de repente se revelou um espaço profícuo de investigação, contribuindo para muitas informações sobre aspectos do cotidiano negro no Rio de Janeiro na última década do século XIX.

Importa refletir ainda sobre como essa pesquisa esteve mais amplamente inserida em uma questão que nos parece ultrapassar o estudo em si, que é a colaboração para representações positivas sobre a população negra na atualidade, em conjunto com as representações também de outros grupos minoritários como indígenas, mulheres, pobres, LGBTQ+, nordestinos, deficientes, entre outros, que continuamente têm suas perspectivas e vozes diminuídas e até excluídas. Acreditamos que o estudo sobre as representações sociais também devem ser aplicados para contestar os modos hegemônicos como grupos marginalizados socialmente têm sido continuamente representados. Acreditamos que essa pesquisa é um importante registro historiográfico que evidencia parte da realidade dos fatos na ótica da imprensa, mas que ela deve servir ainda como forma de contestação de muitos modos comuns a que a população negra é reiteradamente submetida nas diferentes formas de figuração dos meios de comunicação. Acreditamos ainda que outras representações são possíveis e que há uma demanda grande por representações positivas sobre o negro, o que obviamente se formou devido à grave ausência e tentativa de anulação do negro na sociedade ao longo da história. Portanto, esse estudo se posiciona como uma forma de evidenciação de um grave problema, que ainda hoje demanda a urgência de possíveis soluções, que passem necessariamente pela inclusão da população negra enquanto sujeito, autor, pensador, narrador, nos espaços de representação social.

## REFERÊNCIAS

*A Notícia* (1894-1916). Acervo da Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

ABREU, Martha. “O “crioulo Dudu”: participação política e identidade negra nas histórias de um músico cantor (1890-1920)”. In: *Topoi*, v. 11, n. 20, Rio de Janeiro, jan.-jun. 2010.

ABREU, Martha; DANTAS, Carolina Vianna. “É chegada “a ocasião da negrada bumar”. Comemorações da abolição, música e política na Primeira República”. In: *Varia História*, vol. 27, n° 45, jan.-jun. 2011.

ABREU, Maurício de Almeida. “A Periferia de Ontem: o processo de construção do espaço suburbano do Rio de Janeiro (1870-1930)”. *Espaço e Debates*, n° 21-1987. São Paulo: USP, p.12-38.

ADAMO, Sam. *The broken promise: race, health, and justice in Rio de Janeiro (1890-1940)*. Tese de Doutorado, Universidade do Novo México, 1983.

ADORNO, Theodor; HORKHEIMER, Max. “A indústria cultural: o esclarecimento como mistificação das massas”. In: *Dialética do esclarecimento*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1985.

ALBERTO, Paulina. *Terms of Inclusion: Black Intellectuals in Twentieth-Century Brazil*. Chapel Hill: University of North Carolina Press, 2011.

ALBUQUERQUE, Wlamyra R. de; FRAGA FILHO, Walter. *Uma história do negro no Brasil*. Salvador: Centro de Estudos Afro-Orientais; Brasília: Fundação Cultural Palmares, 2006.

ALBUQUERQUE, Wlamyra. “A vala comum da raça emancipada': abolição e racialização no Brasil, breve comentário”. In: *História Social*, n° 19, Campinas, 2010.

ALBUQUERQUE, Wlamyra. *O Jogo da Dissimulação. Abolição e cidadania negra no Brasil*. São Paulo, Companhia das Letras, 2009.

ALMEIDA, Silvia Capanema; SILVA, Rogério Sousa. “Do (in)visível ao risível: o negro e a “raça nacional” na criação caricatural da Primeira República”. In: *Estudos Históricos*, vol. 26, n° 52, Rio de Janeiro, p. 316-345, jul.-dez. 2013.

ANDERSON, Benedict. *Comunidades imaginadas: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

ANDREWS, George Reid. “O processo político negro em São Paulo (1888-1988)”. In: *Estudos Afro-Asiáticos*, n. 21, Rio de Janeiro, p. 27-47, 1991.

ANDREWS, George Reid. *Negros e brancos em São Paulo: 1888-1988*. Tradução Magda Lopes. Revisão técnica e apresentação Maria Lígia Coelho Prado. Bauru: Edusc, 1998.

ARANTES, Erika Bastos. *Negros do Porto: Cultura e Trabalho no Rio de Janeiro da Belle Époque*. Dissertação (Mestrado em História), UNICAMP, 2005.

ARANTES, Erika Bastos. *O PORTO NEGRO: trabalho, cultura e associativismo dos trabalhadores portuários no Rio de Janeiro na virada do XIX para o XX*. Tese (Doutorado em História), Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2010.

ARAÚJO, Edimárcia Ramos de. *A construção de um diálogo entre História e Comunicação na obra de Elizabeth Eisenstein*. Dissertação de Mestrado. Distrito Federal: UNB/PPG/FAC, fevereiro de 2013.

ARAÚJO, Joel Zito. *A negação do Brasil: o negro na telenovela brasileira*. 2. ed. São Paulo: Senac, 2004. 323 p., il.

ARRUDA, Maria Arminda do Nascimento. “A imagem do negro na obra de Florestan Fernandes”. In: SCHWARCZ, Lilia Moritz; QUEIROZ, Renato da Silva (orgs.). *Raça e diversidade*. São Paulo: Estação Ciência – Ed. USP, 1996, p. 276-295.

ASPERTI, Clara Miguel. A vida carioca nos jornais: Gazeta de notícias e a defesa da crônica. *Contemporânea*, n. 7, 2006.2, p. 45-55.

AUTRAN, Arthur. *Imagens do negro na cultura brasileira: considerações em torno do cinema, teatro, literatura e televisão*. São Carlos: Edufscar, 2013. 79 p.

AZEVEDO, Célia Maria Marinho de. *Anti-racismo e seus paradoxos: reflexões sobre cota racial, raça e racismo*. São Paulo: Annablume, 2004. 143 p.

AZEVEDO, Célia Maria Marinho de. *Onda negra, medo branco: o negro no imaginário das elites século XIX*. 3. ed. São Paulo: Annablume, 2008. 254 p.

BAHIA, J. *Jornal: História e técnica*, vol. I – História da Imprensa Brasileira. 4. ed. São Paulo: Ática, 1990[1964].

BAHIA, J. *Três Fases da Imprensa Brasileira*. Santos: Presença, 1960.

BAKHTIN, Mikhail. *A cultura popular na Idade Média e no Renascimento: o contexto de François Rabelais*. São Paulo: Annablume; HUCITEC, 2002[1965].

BALABAN, Marcelo. “Transição de cor: Raça e abolição nas estampas de negros de Angelo Agostini na Revista Ilustrada”. *Topoi* (Rio J.), Rio de Janeiro, v. 16, n. 31, p. 418-441, jul./dez. 2015.

BALABAN, Marcelo. *Poeta do lápis: sátira e política na trajetória de Angelo Agostini no Brasil imperial*. Campinas: Editora da Unicamp, 2009.

BARBOSA, João Paulo. *O Pós-Abolição no Rio de Janeiro: Representações do negro na imprensa (1888-1910)* / João Paulo Barbosa, 2016. Orientadora: Keila Grinberg. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2016.

BARBOSA, João Paulo. *Representações do negro no telejornalismo*. A cobertura da Semana da Consciência Negra de 2011 em emissoras públicas e privadas. Monografia (Graduação em Comunicação Social - Jornalismo) – Curso de Comunicação Social, Departamento de Comunicação Social, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2012.

BARBOSA, Marialva. *História Cultural da Imprensa – Brasil – 1800/1900*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2010.

BARBOSA, Marialva. *Os Donos do Rio – Imprensa, Poder e Público (1880-1920)*. Rio de Janeiro: Vício de Leitura, 2000.

BARROS FILHO, Clóvis de. *Ética na Comunicação*. São Paulo: Summus, 2003.

BARROS, José D'Assunção. *A construção social da cor: diferença e desigualdade na formação da sociedade brasileira*. 3. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

BARROS, José D'Assunção. *Fontes históricas: introdução aos seus usos historiográficos*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2019.

BARROS, Ricardo Paes de. *Discriminação e segmentação no mercado de trabalho e desigualdade de renda no Brasil*. Brasília: Ipea, 2007. 30 p.

BASTIDE, Roger. *Relações raciais entre negros e brancos em São Paulo*. São Paulo: Anhembi, 1955.

BASTIDE, Roger; FERNANDES, Florestan. *Branços e negros em São Paulo: ensaio sociológico sobre aspectos da formação, manifestações atuais e efeitos do preconceito de cor na sociedade paulistana*. 4. ed. rev. São Paulo: Global, 2008. 302 p.

BENJAMIN, Walter. "A obra de arte na época de sua reprodutibilidade técnica". In: ADORNO et al. *Teoria da Cultura de massa*. Trad. de Carlos Nelson Coutinho. São Paulo: Paz e Terra, 2000, p. 221-254.

BLOCH, Marc. *Apologia da História ou O Ofício do Historiador*. Rio de Janeiro: Zahar, 2002.

BOAHEN, Albert Adu. *História geral da África, VII: África sob dominação colonial, 1880-1935*. – 2.ed. rev. – Brasília : UNESCO, 2010. 1040 p.

BOURDIEU, P. *O poder simbólico*. Trad. Fernando Tomaz. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010[1989].

BRAGA, José Luiz; LOPES, Maria Immacolata Vassallo de; MARTINO, Luiz Cláudio (orgs.). *Pesquisa empírica em comunicação*. Livro Compós 2010. São Paulo: Paulus, 2010.

BRASIL, Bruno. *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro: Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional, 05.03.15. Disponível em: <<https://bndigital.bn.gov.br/artigos/jornal-do-brasil/>> Acesso em: 07.07.2019.

BRASIL. Congresso. Câmara dos Deputados. *O negro no mercado de trabalho audiovisual: discussão do Projeto de Lei nº 4.370, do deputado Paulo Paim*. Brasília: Câmara dos Deputados, Coord. Publicações, 2002. 122 p.

BRETAS, Marcos Luís. *Guerra nas ruas: povo e polícia na cidade do Rio de Janeiro*. Dissertação de Mestrado em Ciência Política, IUPERJ, Rio de Janeiro, 1988.

BRETAS, Marcos Luís. *Ordem na Cidade: o exercício da autoridade policial no Rio de Janeiro, 1907-1930*. Rio de Janeiro: Rocco, 1997.

BURKE, Peter (org.). *A escrita da História: novas perspectivas*. São Paulo: Ed. UNESP, 1992.

BURKE, Peter (org.). *História e Teoria Social*. São Paulo: Editora Unesp, 2006.

BURKE, Peter (org.). *O que é História Cultural?* Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2005.

BURKE, Peter (org.). *Uma História Social do Conhecimento: de Guttenberg a Diderot*. Rio de Janeiro: Zahar, 2003.

CALDAS, Pedro Spinola Pereira. “Teoria e Prática da Metodologia da Pesquisa Histórica: Reflexões sobre uma Experiência Didática”, in *Revista de Teoria da História*, Ano 1, n. 3, jun. 2010, pp. 8-19.

CAMPOS, Adriana Pereira; MERLO, Patrícia M. da Silva. “Sob as bênçãos da Igreja: o casamento de escravos o casamento de escravos na legislação brasileira”. In: *TOPOI*, v. 6, n. 11, jul.-dez. 2005, pp. 327-361.

CANCELLI, Elizabeth. “Repressão e controle prisional no Brasil: prisões comparadas.” In.: *História: Questões & Debates*, Editora UFPR, Curitiba, n. 42, p. 141-156, 2005.

CANO, J.; CHALHOUB, S.; CUNHA, M. C. P. da; AZEVEDO, E.. “Acontece que eu sou baiano: identidades em Santana - Rio de Janeiro no início do século 20”. In: CANO, J.; CHALHOUB, S.; CUNHA, M. C. P. da; AZEVEDO, E. (orgs.). *Trabalhadores na Cidade*. Campinas: Editora da Unicamp, 2009.

CAPELATO, Maria Helena R. *Imprensa e História no Brasil*. São Paulo: Contexto/EdUSP, 1988.

CARDOSO, Ciro Flamarion (org.). *Escravidão e Abolição no Brasil - novas perspectivas*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1988.

CARNEIRO, Maria Luiza Tucci. “Negros, loucos negros”. In.: *Revista USP*, n. 18, p. 146-151, 1993.

CARRANÇA, Flávio; BORGES, Rosane da Silva (orgs.). *Espelho infiel: o negro no jornalismo brasileiro*. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo: Sindicato dos Jornalistas do Estado de São Paulo, 2004. 190 p.

CARVALHO, José Murilo de. “Brasil: nações imaginadas”. In: *Antropolítica*, 1(1), p. 7-36, 1995.

CARVALHO, José Murilo de. *A Construção da Ordem*. Rio de Janeiro: Relume, 1982.

CARVALHO, José Murilo de. *A formação das almas – O imaginário da República no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

CASTELLS, Manuel. “O Poder da Identidade”. In: *A era da informação: a economia, sociedade e cultura*. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

CHALHOUB, Sidney. “Precariedade estrutural: o problema da liberdade no Brasil escravista (século XIX)”. *História Social*, n. 19, 2º Sem. 2010.

CHALHOUB, Sidney. “Solidariedade e liberdade: sociedades beneficentes de negros e negras no Rio de Janeiro na segunda metade do século XIX.” In: CUNHA, Olívia Maria Gomes da; GOMES, Flávio dos Santos (Orgs.). *Quase cidadão: histórias e antropologias da pós-emancipação no Brasil*. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2007.

CHALHOUB, Sidney. *Trabalho, lar e botequim: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da Belle Époque*. Campinas: Ed. Unicamp, 2001[1986].

CHANAIWA, David. “Iniciativas e resistência africanas na África meridional.” In.: BOAHEN, Albert Adu. *História geral da África, VII: África sob dominação colonial, 1880-1935*. – 2.ed. rev. – Brasília : UNESCO, 2010. 1040 p.

CHARAUDEAU, P.; MAINGUENEAU, D.. *Dicionário de análise do discurso*. São Paulo: Contexto, 2004.

CHARTIER, Roger. “Da história da cultura impressa à história cultural do impresso”. In: *Revista Brasileira de Ciências da Comunicação*, v. XXVIII, nº 1, São Paulo, jan./jun. 2005.

CHARTIER, Roger. *À beira da Falésia: A História entre certezas e inquietude*. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 2002.

CHARTIER, Roger. *A História Cultural: Entre Práticas e Representações*. Rio de Janeiro: Bertrand, 1990 [1988].

CHINEN, Nobuyoshi. *O papel do negro e o negro no papel*. Representação e representatividade dos afrodescendentes nos quadrinhos brasileiros. Tese (Doutorado em Ciências da Comunicação) – Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação, Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.

*Cidade do Rio* (1887-1902). Acervo da Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

*Código Penal 1890*. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-847-11-outubro-1890-503086-norma-pe.html>>. Acesso em: 22/01/2015.

CONRAD, Robert. *Os últimos anos da escravatura no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

*Constituição de 1891*. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/consti/1824-1899/constituicao-35081-24-fevereiro-1891-532699-publicacaooriginal-15017-pl.html>>. Acesso em: 19/11/2018.

*Constituição Política do Império*. Disponível em: <<http://www.monarquia.org.br/pdfs/constituicaodoimperio.pdf>>. Acesso em: 25/05/2015.

COOPER, Frederick; HOLT, Thomas C.; SCOTT, Rebecca J. *Além da escravidão: investigações sobre raça, trabalho e cidadania em sociedades pós-emancipação*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

*Correio da Manhã* (1901-1930). Acervo da Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.



COSTA PINTO, Luiz de Aguiar. *O negro no Rio de Janeiro: relações de raça numa sociedade em mudança*. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1998[1953].

COSTA, Angela Marques da; SCHWARCZ, Lilia Moritz. *1890-1914 No tempo das certezas*. São Paulo: Cia das Letras, 2000.

COSTA, Emília Viotti da. *A abolição*. 4ª ed. São Paulo: Global, 1988.

COSTA, Emília Viotti da. *Da Monarquia à República – Momentos Decisivos*. São Paulo: Unesp, 2010.

COUTINHO, Eduardo Granja. *Imprensa e hegemonia na Primeira República: o contraponto dissonante de José Oiticica*. Disponível em: <https://www.bn.gov.br/producao-intelectual/documentos/imprensa-hegemonia-primeira-republica>. Acesso em: 23.07.2018.

COUTINHO, Eduardo Granja. *Processos contra-hegemônicos na imprensa carioca, 1889/1930*. Disponível em: <https://www.bn.gov.br/producao-intelectual/documentos/processos-contra-hegemonicos-imprensa-carioca>. Acesso em: 23.07.2018.

COUTO DA SILVA, Maria do Carmo. “A Redenção de Cam”. In.: *MARE - Museu de Arte para a Educação*, 2011. Disponível em: <http://www.mare.art.br/detalhe.asp?idobra=3097>>. Acesso em: 14.02.2015.

CRENSHAW, Kimberlé. “Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero”. In.: *Estudos Feministas*, v. 10, n. 1, Ano 10, pág. 171-188, 1º semestre de 2002.

CUNHA, Maria Clementina Pereira da. “Não me ponha no xadrez com esse malandrão. Conflitos e identidades entre sambistas no Rio de Janeiro, início do século XX”. In: *Afro-Asia*, v. 38, 2009.

CUNHA, Maria Clementina Pereira da. *Ecos da folia: uma história social do carnaval carioca entre 1880 e 1920*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

CUNHA, Olívia Maria Gomes da. “Criadas para servir: domesticidade, intimidade e retribuição”. In: CUNHA, O. M. G.; GOMES, F. S. (orgs.). *Quase-cidadão: histórias e antropologias da pós-emancipação no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007.

DAIBERT JUNIOR, Robert. *Isabel, a “Redentora” dos Escravos: uma história da Princesa entre olhares negros e brancos (1846-1988)*. Bauru, SP: EDUSC, 2004, 286 p.

DANTAS, Carolina Vianna. “De Zumbi a José do Patrocínio: a construção de uma história nacional e republicana nas primeiras décadas do século XX”, in *História da Historiografia*, n. 8, Ouro Preto, abr. 2012, pp. 126-150.

DANTAS, Carolina Vianna. “O Brasil café com leite. Debates intelectuais sobre mestiçagem e preconceito de cor na Primeira República”, In.: *Tempo*, n. 26, 2009, pp. 56-79.

DANTAS, Carolina Vianna. “Um diálogo dos tempos: racismo e antirracismo na Primeira República e o trabalho com biografias de personagens negros em sala de aula na atualidade.” In: *XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais*. Diversidade e (Des)Igualdades.

Salvador: Universidade Federal da Bahia (UFBA) – PAF I e II / Campus de Ondina, 7 a 10 de agosto de 2011.

DANTAS, Carolina Vianna. *O Brasil “café com leite”*: mestiçagem e identidade nacional em periódicos, Rio de Janeiro (1903-1914). Rio de Janeiro: Edições Casa de Rui Barbosa, 2010.

DARNTON, Robert. *Poesia e polícia*: redes de comunicação na Paris do século XVIII. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

DAVIS, Angela. *Mulheres, raça e classe*. Tradução de Heci Regina Candiani. São Paulo: Boitempo, 2016, 244 p.

*Diário de Notícias* (1885-1895). Acervo da Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

DIAS, L. S. “A turma da lira. Sobre vivência negra no Rio de Janeiro pós-abolicionista”, in *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, Iphan, n. 25, 1997, pp. 327-333.

*Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações étnico-raciais e para o Ensino de História e Cultura Afrobrasileira e Africana*. 2004. Portal do Ministério da Educação. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/component/content/article?id=12988:pareceres-e-resolucoes-sobre-educacao-das-relacoes-etnico-raciais>. Acesso em: 05.05.2015.

DOMINGUES, Petrônio José. “Movimento Negro Brasileiro: alguns apontamentos históricos”, In.: *Tempo* [online], v. 12, n. 23, 2007, pp. 100-122.

DOMINGUES, Petrônio José. “Cidadania por um fio: o associativismo negro no Rio de Janeiro (1888-1930)”. In: *Revista Brasileira de História*, v. 34, nº 67, São Paulo, 2014, p. 251-281.

DOMINGUES, Petrônio José. “Negros de almas brancas? A ideologia do branqueamento no interior da comunidade negra em São Paulo, 1915-1930”. In: *Estudos afro-asiáticos*, v. 24, n. 3, p. 563-599, Rio de Janeiro, 2002.

DOMINGUES, Petrônio José. “Uma história ocultada: a resistência negra no Rio Grande do Sul após a abolição.” In.: *Estudos Ibero-Americanos*. PUCRS, v. XXX, n. 1, p. 215-223, jun. 2004.

DOMINGUES, Petrônio José. *Uma história não contada: negro, racismo e branqueamento em São Paulo no pós-abolição*. São Paulo: Senac, 2004. 400 p.

DU BOIS, W. E. B.. *As Almas da Gente Negra*. Rio de Janeiro: Lacerda Editores, 1999.

DUARTE, Evandro Charles Piza. *Criminologia & racismo*: introdução à criminologia brasileira. Curitiba: Juruá, 2003. 321 p.

DUARTE, Luiz A. F.; MÜLLER, Karla M. “O poder da imprensa brasileira na Primeira República: uma análise preliminar sobre agendamento”. In: *Encontro Nacional de Pesquisadores em Jornalismo*, 4., Anais... Porto Alegre: SBPJor, 2006.

Disponível em: <[http://sbpjour.kamotini.ghost.net/sbpjour/admjor/arquivos/ind\\_luiz\\_antonio\\_duarte\\_e\\_karla\\_muller.pdf](http://sbpjour.kamotini.ghost.net/sbpjour/admjor/arquivos/ind_luiz_antonio_duarte_e_karla_muller.pdf)>. Acesso em: 13.05.15.

EISENSTEIN, Elizabeth. *A revolução da cultura impressa: Os primórdios da Europa Moderna*. São Paulo: Ática, 1998.

FAUSTO, Boris. *Crime e Cotidiano: a criminalidade em São Paulo (1880-1924)*. São Paulo: Brasiliense, 1984.

FAUSTO, Boris. (Org.). *História Geral da Civilização Brasileira: O Brasil Republicano*, vol. 8 e 9. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

FAUSTO, Boris. *Trabalho Urbano e Conflito Social (1890-1920)*. São Paulo: Difel, 1977.

FERNANDES, Florestan. *A integração do negro na sociedade de classes*. Vols. 1 e 2. São Paulo: Ática, 1978[1965].

FERNANDES, Florestan. *O negro no mundo dos brancos*. 2. ed. São Paulo: Global, 2011. 313 p.

FERNANDES, Florestan. *Significado do protesto negro*. São Paulo: Cortez; Autores Assoc., 1989. 111 p.

FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. *O Brasil Republicano – o tempo do liberalismo excludente*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013.

FLAUZIANA, Ana Luiza Pinheiro. *Corpo negro caído no chão: o sistema penal e o projeto genocida do Estado brasileiro*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2008. 186 p.

FONSECA, Dagoberto José. *Você conhece aquela? a piada, o riso e o racismo à brasileira*. São Paulo: Summus, 2012. 143 p.

FONSECA, Letícia Pedruce. História do Jornal do Brasil: concepção e trajetória até a primeira metade do século XX. In: *A construção visual do Jornal do Brasil na primeira metade do século XX*. Dissertação de mestrado. Rio de Janeiro: Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, 2008.

FONTELES NETO, Francisco Linhares. “A Criminologia e a polícia no Brasil na transição do século XIX para o XX”. In: *Passagens. Revista Internacional de História Política e Cultura Jurídica*. Rio de Janeiro: vol. 8, no. 3, p. 543-559, setembro-dezembro, 2016.

FOUCAULT, Michel. *A Ordem do Discurso*. 21 ed. São Paulo: Edições Loyola, 2011 [1970].

FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir*. Petrópolis: Vozes, 1977.

FOUCAULT, Michel. *As palavras e as coisas*. Uma arqueologia das ciências humanas. São Paulo: Martins Fontes, 1987.

FRACCARO, Glaucia Cristina Candian. “Morigerados e revoltados. Trabalho e organização de ferroviários da Central do Brasil e da Leopoldina (1889-1920)”. Dissertação de Mestrado, Unicamp: Campinas, 2008.

FRAGA FILHO, Walter. “Migrações, itinerários e esperanças de mobilidade social no Recôncavo Baiano após a Abolição”. In: *Cad. AEL*, v.14, n.26, p. 95-130, 2009, p. 98.

FRAGA FILHO, Walter. “O 13 de maio e as celebrações da liberdade, Bahia, 1888-1893”. In.: *História Social*, n. 19, p. 63-90, segundo semestre de 2010.

FRAGA FILHO, Walter. *Encruzilhadas da liberdade: histórias de escravos e libertos na Bahia (1870-1910)*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2006.

FRANÇA, Vera Regina Veiga. Representações, mediações e práticas comunicativas. In: PEREIRA, Miguel; GOMES, Renato Cordeiro; FIGUEIREDO, Vera Lúcia Follain de (orgs.). *Comunicação, representação e práticas sociais*. Rio de Janeiro: Ideias e Letras – PUC-Rio, 2004. p. 13-26.

FREIRE FILHO, João. “Força de expressão: construção, consumo e contestação das representações midiáticas das minorias”. In: *Revista FAMECOS*, n.28, Porto Alegre, p.18-29, dez. 2005.

FREIRE FILHO, João. “Mídia, estereótipo e representação das minorias”. In: *Revista ECO-Pós*, v. 7, n. 2, Rio de Janeiro, p.45-71, ago./dez. 2004.

FREYRE, Gilberto. *Casa grande e senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal*. Rio de Janeiro: Maia & Schmidt, 1933.

FRY, Peter *et al* (Org.). *Divisões perigosas: políticas raciais no Brasil contemporâneo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. 363 p.

FRY, Peter. "O que a Cinderela negra tem a dizer sobre a 'política racial' no Brasil". *Revista USP*, n. 28, 1995; "Cor e Estado de direito no Brasil". In: Méndez, Juan E. (ed.). *Democracia, violência e injustiça*. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

FRY, Peter. "Politicamente correto num lugar, incorreto noutro? — relações raciais no Brasil, nos Estados Unidos, em Moçambique e no Zimbábue". In: *Estudos Afro-Asiáticos*, nº 21, 1991.

GARCIA, Antônia dos Santos. *Desigualdades raciais e segregação urbana em antigas capitais: Salvador, cidade d’Oxum, e Rio de Janeiro, cidade de Ogum*. Rio de Janeiro: Garamond, 2009. 543 p.

*Gazeta da Tarde* (1880-1901). Acervo da Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

GERALDI, Juliano. “E assim nasceu a Favella: cidadania de segunda classe no início da República Brasileira”. In: *Revista electrónica dos doutoramentos do Centro de Estudos Sociais*, Universidade de Coimbra, Cabo de Trabalhos, n. 7, p. 78-103, 2012.

GEREMEK, Bronislaw. *Os filhos de Caim: Vagabundos e miseráveis na literatura europeia: 1400-1700*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

GIL, Antonio Carlos. *Métodos e Técnicas de Pesquisa Social*. 6. ed. Editora Atlas, São Paulo, 2008.

GINZBURG, Carlo. “O alto e o baixo: o tema do conhecimento proibido no século XVI”. In: *Mitos, emblemas, sinais: morfologia e História*. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

GINZBURG, Carlo. “Seu país precisa de você: um estudo de caso em iconografia política”. In: *Medo, reverência e terror*. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

GINZBURG, Carlo. *O queijo e os vermes: o cotidiano e as ideias de um moleiro perseguido pela Inquisição*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

GINZBURG, Carlo. *Olhos de madeira: nove reflexões sobre a distância*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

GOMES, Flávio dos Santos. *A força da escravidão: ilegalidade e costume no Brasil oitocentista*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

GOMES, Flávio dos Santos. *Negros e política (1888-1937)*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2005.

GOMES, Flávio dos Santos. *Visões da Liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na Corte*. Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 2011 [1990].

GOMES, Tiago de Melo. “Formas e sentidos da identidade nacional: o malandro na cultura de massas (1884-1929)”. In: *Revista de História*, v. 141, São Paulo, 1999.

GORENDER, Jacob. *Brasil em preto e branco: o passado escravista que não passou*. São Paulo: Senac, 2000. 112 p.

GORENDER, Jacob. *A escravidão reabilitada*. 2. ed. São Paulo: Ática, 1991.

GRIN, Monica. “A celebração oficial da nova diversidade no Brasil”. In: *Revista USP*, n. 68, São Paulo, dez. 2005-fev. 2006, p. 36-45.

GRIN, Monica. “Modernidade, identidade e suicídio: o “judeu” Stefan Zweig e o “mulato” Eduardo de Oliveira e Oliveira”. In: *Topoi*, Rio de Janeiro, p. 201-220, dez. 2002.

GUIMARÃES, A. S. A.. “A República de 1889: utopia de branco, medo de preto (a liberdade é negra; a igualdade, branca e a fraternidade, mestiça)”. In: *Contemporânea*, Dossiê Relações Raciais e Ação Afirmativa, n. 2, p. 17-36, jul-dez. 2011.

HABERMAS, Jürgen. *Mudança estrutural da esfera pública*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984.

HALL, Stuart. “Identidade cultura e diáspora”. In: *Revista do IPHAN*, n. 24, 1996.

HALL, Stuart. “Raça, cultura e comunicações: olhando para trás e para frente dos estudos culturais”. In: *Revista Projeto História*, PUCSP, São Paulo, 11 f., mai. 2005.

HALL, Stuart. *Representation: Cultural Representations and Signifying Practices*. Londres: Editora Sage, 1997.

HALL, Stuart. *Da diáspora*. Identidades e mediações culturais. Belo Horizonte, Ed. UFMG, 2006.

HASENBALG, Carlos A. *Discriminação e desigualdades raciais no Brasil*. Tradução Patrick Burglin. 2. ed. Belo Horizonte: Ed. UFMG; Rio de Janeiro: Iuperj, 2005. 316 p.

HASENBALG, Carlos A.; MUNANGA, Kabengele; SCHWARCZ, Lilia Moritz. *Racismo: perspectivas para um estudo contextualizado da sociedade brasileira*. Niterói: Eduff, 1998. 103 p.

HASENBALG, Carlos A.; SILVA, Nelson do Valle; LIMA, Márcia. *Cor e estratificação social*. Rio de Janeiro: Contra Capa, 1999. 240 p.

HOCHMAN, Gilberto (1998), “Logo ali, no final da avenida: os sertões redefinidos pelo movimento sanitaria da Primeira República”. In.: *História, Ciência, Saúde*, 5, suplemento, – Manguinhos, p. 217-235.

HOLLOWAY, Thomas H. *Polícia no Rio de Janeiro: repressão e resistência numa cidade do século XIX*. Rio de Janeiro: FGV, 1997.

HUNGRIA, Nelson. A criminalidade de homens de cor no Brasil. In: Comentários ao Código Penal. Vol. III, Rio de Janeiro, *Revista Forense*, 3ª edição, 1956.

IANNI, Octavio *et al.* *O negro e o socialismo*. São Paulo: Perseu Abramo, 2005. 82 p.

IANNI, Octavio. *Escravidão e racismo*. 2. ed. São Paulo: Hucitec, 1988. 190 p.

JODELET, Denise. *As representações sociais*. Rio de Janeiro: Ed. UERJ, 2001.

*Jornal do Brasil* (1891-1900). Acervo da Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

*Jornal do Brasil* (1891-1930). Acervo da Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

KANT, Immanuel. *Resposta à pergunta: Que é Esclarecimento?* Textos Seletos. Tradução Floriano de Sousa Fernandes. 3. ed. Editora Vozes: Petrópolis-RJ, 2005, p. 63-71.

KARASCH, Mary C. *A vida dos escravos no Rio de Janeiro (1808-1850)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

KNAUSS, Paulo; MALTA, Marize; OLIVEIRA, Cláudia de; VELOSO, Mônica Pimenta (Orgs.). *Revistas Ilustradas: modos de ler e ver no segundo reinado*. Rio de Janeiro: Mauad, 2011.

KOWARICK, Lúcio. *Trabalho e vadiagem: a origem do trabalho livre no Brasil*. São Paulo: Paz e Terra, 1994.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. *Fundamentos de metodologia científica*. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

LE GOFF, Jacques. *História e memória*. Campinas: Ed. Unicamp, 1994.

LEMOS, Maria Teresa Toríbio Brittes. *Alberto Torres: contribuição para o estudo das ideias no Brasil*. Rio de Janeiro: Quartet Editora e Comunicação, 1995, 164p.

LIMA, Henrique Espada. Sob o domínio da precariedade: escravidão e os significados da liberdade de trabalho no século XIX. *TOPOI*, v. 6, n. 11, jul.-dez. 2005, pp. 289-326.

LIMA, Ivana Stolze. *Cores, marcas e falas: sentidos da mestiçagem no Império do Brasil*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2003.

LIPPMANN, Walter. *Opinião Pública*. Petrópolis: Vozes, 2008[1922].

LOMBROSO, Cesare. *L'homme criminel, crimine-ne, fou moral, épiléptique – Étude anthropologique medico-legal*. Paris, Felix Alcan, 1887.

LOPES, Aristeu Elisandro Machado. Os aniversários da abolição da escravatura e a imprensa ilustrada do Rio de Janeiro (1890-1902). *Topoi*, Rio de Janeiro, v. 17, n. 33, p. 535-560, jul./dez. 2016. Disponível em: <www.revistatopoi.org> Acesso em: 28.03.2017.

LUCA, Tânia Regina de. “A grande imprensa na primeira metade do século XX”. In: LUCA, Tania Regina; MARTINS, Ana Luiza. (orgs.). *História da imprensa no Brasil*. v. 1. São Paulo: Contexto, 2008, p. 149-175.

LUCA, Tânia Regina de. “A história dos, nos e por meio dos periódicos”. In: PINSKY, Carla Bassanezi (org.). *Fontes Históricas*. São Paulo: Contexto, 2005.

LUSTOSA, Isabel. (org.). *Imprensa, humor e caricatura: A questão dos estereótipos culturais*. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2011, 560p.

LUSTOSA, Isabel. “Negro humor. A imagem do negro na tradição cultural brasileira”. In: *Revista USP*, n. 9, p. 161-170, mar.-mai. 1991.

LUSTOSA, Isabel. *O nascimento da imprensa brasileira*. Rio de Janeiro: Zahar, 2003.

MACHADO, Humberto Fernandes. “A imprensa do Rio de Janeiro e o pós-abolição”. In.: *XXVIII Simpósio Nacional de História - Lugares dos Historiadores: velhos e novos desafios*, Florianópolis - SC, p. 1-15, 27 a 31 de julho de 2015.

MACIEL, Maria Eunice de Souza, “A eugenia no Brasil”. In: *Anos 90*, 7(11), p. 121-143, 1999.

MAGGIE, Yvonne. *O medo do feitiço – relações entre magia e poder na sociedade brasileira*. Tese de Doutorado em Antropologia Social, Museu Nacional, UFRJ, 1988.

MAKOWIECKY, Sandra. Representação: a palavra, a ideia, a coisa. In: *Cadernos de Pesquisa Interdisciplinar em Ciências Humanas*, n.57, p. 1-25, dez. 2003.

MARAM, Sheldon Leslie. *Anarquistas, imigrantes e movimento operário brasileiro (1890-1920)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

MARQUES DE MELO, J.. “Prefácio”. In: BARBOSA, Marialva. *História cultural da imprensa*. Vol. I. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007, p. 7-10.

MARQUES DE MELO, José. *Jornalismo Opinativo: gêneros opinativos no jornalismo brasileiro*. 3. ed. Campos do Jordão: Mantiqueira, 2003.

MARTINS, Ana Luiza; LUCA, Tania Regina. *História da Imprensa no Brasil*. São Paulo: Editora Contexto, 2008.

MARTINS, José de Souza. “As condições do estudo sociológico dos linchamentos no Brasil”. In: *Estudos Avançados*, 9 (25), 1995.

MARTINS, José de Souza. “Linchamento: o lado sombrio da mente conservadora”. In: *Tempo Social*, Rev. Sociol. USP, 8 (2), São Paulo, out. 1996, p. 11-26.

MARTINS, José de Souza. *Linchamentos: a justiça popular no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2015.

MATTOS, Hebe Maria. *Das cores do silêncio: os significados da liberdade no Sudeste escravista, Brasil século XIX*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1995.

MATTOS, Hebe Maria. *Escravidão e cidadania no Brasil monárquico*. Rio de Janeiro: J. Zahar, 2000. 74 p.

MATTOS, Hebe; RIOS, Ana L.. “O pós-abolição como problema histórico: balanços e perspectivas”. In: *TOPOI*, v. 5, n. 8, jan.-jun. 2004, pp. 170-198.

MATTOS, Marcelo Badaró. *Escravidados e livres: experiências comuns na formação da classe trabalhadora carioca*. Rio de Janeiro: Bom Texto, 2008.

MATTOS, Romulo Costa. *Pelos pobres! As campanhas pela construção de habitações populares e o discurso sobre as favelas na Primeira República*. Tese (doutorado em História Social), Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2008.

MAZZARA, Bruno. *Esteriotipos y prejuicios*. Madri: Acento Editorial, 2009.

MCLUHAN, Marshall. *A galáxia de Gutenberg: a formação do homem tipográfico*. Trad. Anísio Teixeira. São Paulo: Editora Nacional, 1973.

MCLUHAN, Marshall. *Os meios de comunicação como extensões do homem*. São Paulo: Editora Cultrix, 1964.

MEDEIROS, Carlos Alberto. *Na lei e na raça: legislação e relações raciais, Brasil-Estados Unidos*. Rio de Janeiro: DP&A, 2004. 174 p.

MELLO, Maria Tereza Chaves de. *A república consentida*. Rio de Janeiro: FGV, Edur, 2007.

MENDONÇA, Leandro Clímaco. *Nas margens: experiências de suburbanos com periodismo no Rio de Janeiro, 1880-1920*. Dissertação de Mestrado. Niterói: PPGH-UFF, 2011.

MENESES. “Linchamento. Justiça marginal: sociabilidades complexas subjacentes às práticas de linchamento”. In: *XXVII Congreso de la Asociación Latinoamericana de Sociología*. VIII Jornadas de Sociología de la Universidad de Buenos Aires. Buenos Aires: Asociación Latinoamericana de Sociología, 2009.

MENEZES, Lená Medeiros de. *Os Indesejáveis: protesto, crime e expulsão na Capital Federal (1890-1930)*. Rio de Janeiro: Uerj, 1996.

MINTZ, Sidney; PRICE, Richard. *O Nascimento da cultura afro-americana*. Uma perspectiva antropológica. Rio de Janeiro, Pallas, 2003.

MIYASAKA, Cristiane. *Viver nos subúrbios: a experiência dos trabalhadores de Inhaúma (Rio de Janeiro, 1890-1910)*. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura / Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro, 2011.



MONSMA, Karl. “Linchamento raciais depois da abolição: quatro casos do interior paulista”. *XXVIII Congresso Internacional*. Rio de Janeiro: LASA / Latin American Studies Association, Jun. 2009.

MONSMA, Karl. “Racialização, racismo e mudança: um ensaio teórico, com exemplos do pós-abolição paulista”. *XXVII Simpósio Nacional de História*. Natal - RN: ANPUH, 22 a 26 de Julho de 2013.

MONSMA, Karl. “Vantagens de imigrantes e desvantagens de negros: emprego, propriedade, estrutura familiar e alfabetização depois da abolição no oeste paulista”. In: *Dados*, v. 53, n. 3, Rio de Janeiro, 2010.

MONSMA, Karl. *A reprodução do racismo: fazendeiros, negros e imigrantes no oeste paulista, 1880-1914*. São Carlos: EdUFSCar, 2016.

MONTENEGRO, Antônio Torres. *Abolição*. São Paulo: Ática, 1988.

MORAES, Dênis de (org.). *Por uma outra comunicação*. Mídia, mundialização cultural e poder. 2. ed. Rio de Janeiro: Record, 2004.

MORAES, José Geraldo V. de. *Cidade e cultura urbana na Primeira República*. São Paulo: Atual, 1994.

MOSCOVICI, Serge. *Representações Sociais: investigações em psicologia social*. Petrópolis: Vozes, 2003.

MUNANGA, Kabengele. *Rediscutindo a mestiçagem no Brasil: identidade nacional versus identidade negra*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1999

NABUCO, Joaquim. *Minha Formação* (Obras Completas, selecionada e anotada por Luiz Camilo de Oliveira Neto). 2. ed. São Paulo: Instituto Progresso Editorial (IPÊ), 1947.

NABUCO, Joaquim. *O Abolicionismo*. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Massagana, 1988.

NASCIMENTO, Abdias do. *O genocídio do negro brasileiro: processo de um racismo mascarado*. São Paulo: Perspectivas, 2016. 229 p.

NASCIMENTO, Álvaro Pereira. “Qual a condição social dos negros no Brasil depois do fim da escravidão? – O pós-abolição no ensino de História”. In: SALGUEIRO, Maria Aparecida Andrade (Org.). *A República e a Questão do Negro no Brasil*. Rio de Janeiro: Museu da República, 2005, p. 11-26.

NASCIMENTO, Álvaro Pereira. “Um reduto negro: cor e cidadania na Armada (1870-1910)”. In: CUNHA, Olívia Maria Gomes da; GOMES, Flávio dos Santos (orgs.). *Quase-cidadão: histórias e antropologias da pós-emancipação no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007, p. 284-314.

NASCIMENTO, Álvaro Pereira. “Trabalhadores negros e o “paradigma da ausência”: contribuições à História Social do Trabalho no Brasil”. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 29, no 59, p. 607-626, setembro-dezembro 2016.

NOELLE-NEUMANN, Elisabeth. *A Espiral do Silêncio - Opinião Pública: Nosso Tecido Social*. Santa Catarina: Estudos Nacionais, 2017.

NOGUEIRA, Oracy. *Preconceito de marca*. As relações raciais em Itapetininga. São Paulo, Edusp, 1998.

NOGUEIRA, Oracy. “Atitude desfavorável de alguns anunciantes de São Paulo em relação aos empregados de cor”. In: Tanto Preto quanto Branco: Estudos de Relações Raciais. São Paulo: T.A. Queiroz (ed.), 1985 [1942]. Biblioteca Básica de Ciências Sociais; série 1: *Estudos Brasileiros*, vol.9, p. 331.

NOGUEIRA, Oracy. *Negro político, político negro*. São Paulo: Edusp, 1992.

NOGUEIRA, Oracy. *Tanto preto quanto branco: estudos de relações raciais*. São Paulo: T.A. Queiroz, 1985.

*O Paiz* (1884-1930). Acervo da Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

*O Paiz* (1888-1900). Acervo da Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

*O Subúrbio* (1907-1908). Acervo da Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

O'DONNELL, Julia Galli. *Narrativas (sub)urbanas: representações dos subúrbios na imprensa carioca (1890-1930)*. Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional, 2012, 14 p. Disponível em: <https://www.bn.gov.br/producao/documentos/narrativas-suburbanas-representacoes-suburbios-imprensa>. Acesso em: 26.07.2018.

OJO-ADE, Femi. “O Brasil, paraíso ou inferno para o negro? Subsídios para uma nova negritude”. In.: BACELAR, Jeferson; CAROSO, Carlos. *Brasil, um país de negros?* 2. ed. Rio de Janeiro: Pallas; Salvador, BA: CEAQ, 1999, p. 35-50.

OLIVEIRA, Cláudia de; VELLOSO, Mônica Pimenta; e LINS, Vera. *O moderno em revistas: representações do Rio de Janeiro de 1890 a 1920*. Rio de Janeiro, Garamond, 2010.

OLIVEIRA, Eduardo de Oliveira e. “O mulato, um obstáculo epistemológico.” In: *Argumento*, jan. 1974.

OLIVEIRA, Lúcia Elena G. de; PORCARO, Rosa Maria; ARAÚJO, Tereza Cristina N. *O lugar do negro na força de trabalho*. Rio de Janeiro: IBGE, 1985.

OLIVEIRA, Maurício de Lima. *Patápio Silva, o sopro da arte*. Trajetória de um flautista mulato no início do século XX. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Santa Catarina, 2007.

ORLANDI, Eni Pulcinelli. *Análise do discurso: princípios e procedimentos*. Campinas: Pontes, 1999.

ORTIZ, Renato. *Cultura brasileira e identidade nacional*. São Paulo: Brasiliense, 1986.

PATTO, Maria Helena Souza. “Estado, ciência e política na Primeira República: a desqualificação dos pobres”. In: *Estudos Avançados*, 15(35), p. 167-198, 1999.

PEREIRA, Túlio Henrique; NASCIMENTO, Francisco de Assis de Sousa. História e estética n'A COISA: Representações visuais do corpo na imprensa ilustrada da Bahia sobre abolição e pós-abolição. *Revista Tempo e Argumento*, Florianópolis, v. 10, n. 25, p. 09 - 37, jul./set. 2018, p. 34.

PERROT, Michelle. *Os Excluídos da História – operários, mulheres, prisioneiros*. São Paulo: Paz e Terra, 1988.

PESSANHA, Andréa Santos da Silva. *Da abolição da escravatura à abolição da miséria: a vida e as ideias de André Rebouças*. Rio de Janeiro: UNIABEU, 2005, 160p.

PESSANHA, Andréa Santos da Silva. *O Paiz e a Gazeta Nacional: Imprensa republicana e abolição*. Rio de Janeiro, 1884-1888. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2006.

PIERANTI, Octavio Penna; MARTINS, Paulo Emílio Matos. “Nelson Werneck Sodré e 'História da Imprensa no Brasil': uma Análise da Relação entre Estado e Meios de Comunicação de Massa”. In: *Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação*. XXIX Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação. Brasília: UnB, 6 a 9 de setembro de 2006, p. 1-15.

PINTO, Ana Flávia Magalhães. *Imprensa negra no Brasil do século XIX*. São Paulo: Selo Negro, 2010. 181 p.

PORTO, Gabriella. “Espiral do Silêncio”. *Infoescola.com*. Disponível em: <<https://www.infoescola.com/filosofia/espiral-do-silencio/>>. Acesso em: 07.01.2020.

PORTO, Mayla Yara. “Uma revolta popular contra a vacina”. In: *Ciência e Cultura*, 55(1), p. 53-54, 2003.

PRUDENTE, Eunice Aparecida de Jesus. O negro na ordem jurídica brasileira. *Revista Da Faculdade De Direito, Universidade de São Paulo*, 83, 135-149, 1988. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/rfdusp/article/view/67119>. Acesso em: 23.02.2020.

QUEIROZ, Eneida Quadros. *Justiça Sanitária: Cidadãos e Judiciário nas reformas urbana e sanitária - Rio de Janeiro (1904 - 1914)*. 2008. 230f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-graduação em História, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2008.

QUEIROZ, Suelly R. *Escravidão negra no Brasil*. São Paulo: Ática, 1990.

QUEIROZ, Suelly R. Reis de. *A abolição da escravidão*. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1982.

RAMOS TRINTA, Aluizio; POLISTCHUK, Ilana. “Modelos Teóricos da Comunicação”. In: *Teorias da Comunicação – O pensamento e a prática da comunicação social*. Rio de Janeiro, Campus, 2003, p.83-141.

REIS, João José (org). *Escravidão e invenção da liberdade: estudos sobre o negro no Brasil*. São Paulo: Brasiliense e CNPq, 1988.

REIS, João José. “Presença Negra: conflitos e encontros”. In: *Brasil: 500 anos de povoamento*. Rio de Janeiro: IBGE, 2007.

REIS, João José. De escravo a rico liberto: A trajetória do africano Manoel Joaquim Ricardo na Bahia oitocentista. *Rev. Hist.* (São Paulo), n. 174, p. 15-68, jan.-jun., 2016.

REIS, Leticia Vidor de Souza. *O mundo de pernas para o ar: a capoeira no Brasil*. São Paulo: Publisher Brasil, 1997.

RENAULT, Delso. *A vida brasileira no final do século XIX; visão sociocultural e política de 1890 a 1901*. Rio de Janeiro: José Olímpio Ed.; Brasília: INL – Instituto Nacional do Livro, 1987.

RENAULT, Delso. *O dia a dia no Rio de Janeiro: segundo os jornais, 1870-1889*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira; Brasília: INL, 1982.

RIBEIRO, Carlos Antonio Costa. *Cor e criminalidade; estudo e análise da justiça no Rio de Janeiro (1900-1930)*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1995, 168 p.

RIO, João do. *A alma encantadora das ruas: crônicas*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

ROCHA, D. O. S.; DEUSDARÁ, Bruno. Análise de conteúdo e Análise do discurso: o linguístico e seu entorno. *DELTA. Documentação de Estudos em Linguística Teórica e Aplicada*, São Paulo, v. 22, n.1, p. 29-52, 2006.

RODRIGUES, João Carlos. *O negro brasileiro e o cinema*. 3. ed. Rio de Janeiro: Pallas, 2001. 244 p.

RÜSEN, Jörn. *Reconstrução do Passado – Teoria da História II: Os princípios da pesquisa histórica*. Brasília: Editora da UnB, 2007.

SALGUEIRO, Maria Aparecida Andrade (Org.). *A República e a Questão do Negro no Brasil*. Rio de Janeiro: Museu da República, 2005, 190p.

SANTOS, Daniela Soares dos. “O cortiço: higienização de casas e formação de almas”. In: *História e Perspectivas*, 34, 2006, p. 261-294.

SANTOS, Gislene Aparecida dos. *A invenção do ser negro: um percurso das ideias que naturalizaram a inferioridade dos negros*. São Paulo: Educ, 2002. 173 p.

SANTOS, João Batista Nascimento dos. Representação e identidade: instrumental de análise. In: *O negro representado na revista Raça Brasil: a estratégia de identidade de mídia étnica*. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2004, p.38-73.

SANTOS, José Antônio dos. *Raiou a Alvorada: intelectuais negros e imprensa, Pelotas (1907-1957)*. Pelotas: Editora da Universidade Federal de Pelotas, 2003.

SANTOS, Leonardo Soares dos. “Os subúrbios do Rio de Janeiro no início do século XX”. In: *MNEME – Revista de Humanidades*, 12 (30), p. 257-280, jul./dez. 2011.

SANTOS, Myrian Sepúlveda dos. “A prisão dos ébrios, capoeiras e vagabundos no início da Era Republicana”. In: *TOPOI*, v. 5, n. 8, p. 138-169, jan.- jun. 2004.

SANTOS, Myrian Sepúlveda dos. *Os Porões da República: a barbárie nas prisões da Ilha Grande, 1894-1945*. Rio de Janeiro: Garamond, 2009.

SANTOS, Renata de Paula dos. “O humor gráfico e a democracia multirracial: A representação do presidente sul-africano Jacob Zuma no traço de Zapiro”. In: *9º Interprogramas de Mestrado em Comunicação*. São Paulo: Faculdade Casper Líbero, 22-23 nov. 2013, p. 1-12. Disponível em: <[www.casperlibero.edu.br](http://www.casperlibero.edu.br)>, Acesso em: 24 de outubro de 2014.

SANTOS, Renata de Paula dos. “Quando o humor gráfico deixa de ser divertido: a veiculação de estereótipos por meio do traço”. In: *Discursos Fotográficos*, v. 9, n. 15, Londrina, p. 229-239, jul./dez. 2013.

SCHLEIERMACHER, Friedrich D. E.. *Hermenêutica: arte e técnica da interpretação*. Petrópolis: Vozes, 2001.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. “Espetáculo da miscigenação”. In: *Estudos Avançados*, 8(20), p. 137-152, 1994.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. “Usos e abusos da mestiçagem e da raça no Brasil: uma história das teorias raciais em finais do século XIX”. In: *Afro-Ásia*, n. 18, p. 77-101, 1996.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. *Nem preto nem branco, muito pelo contrário: cor e raça na sociabilidade brasileira*. São Paulo: Claro Enigma, 2016. 147 p.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil (1870-1930)*. São Paulo: Cia. das Letras, 1993.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. *Racismo no Brasil*. São Paulo: Publifolha, 2001. 95 p.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. *Retrato em branco e negro: jornais, escravos e cidadãos em São Paulo no final do século XIX*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

SCHWARCZ, Lilia Moritz; GOMES, Flávio dos Santos (Orgs.). *Dicionário da escravidão e liberdade: 50 textos críticos*. São Paulo: Companhia das Letras, 2018. 513p.

SCHWARCZ, Lilia Moritz; QUEIROZ, Renato da Silva (orgs.). *Raça e diversidade*. São Paulo: Estação Ciência – Ed. USP, 1996. 315 p.

SCHWARCZ, Lilia Moritz; REIS, Letícia Vidor de Souza (orgs.). *Negras Imagens: Ensaios sobre Cultura e Escravidão no Brasil*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, Estação Ciência, 1996.

SEYFERTH, Giralda. “A assimilação dos imigrantes como questão nacional”. In: *Mana*, 3(1), p. 95-131, 1997.

SEYFERTH, Giralda. “A Colonização e a questão racial nos primórdios da República”. In: SALGUEIRO, Maria Aparecida Andrade (Org.). *A República e a Questão do Negro no Brasil*. Rio de Janeiro: Museu da República, 2005, p. 27-46.

SILVA, Edna Lúcia da. *Metodologia da Pesquisa e Elaboração de Dissertação*. 4. ed. Florianópolis: UFSC, 2005.

SILVA, Jorge da. *Racismo no Rio de Janeiro*. 3. ed. Rio de Janeiro: Eduff, 2016. 270 p.

SILVA, Marcos Fabrício Lopes da. *Machado de Assis, crítico da imprensa: o jornal entre palmas e papirotes*. Dissertação de mestrado. Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais, 2005.

SILVA, Marilene Rosa Nogueira da. *Negro na Rua: a nova face da escravidão*. São Paulo: Hucitec, 1988.

SILVA, Nelson do Valle. “Cor e processo de realização socioeconômica”, *Dados*, n. 24, 1981, pp. 391-409.

SILVA, Sérgio S.; SZMRECSÁNYI, Tomás (orgs.). *História Econômica da Primeira República*. 2. ed. São Paulo: Hucitec / Associação Brasileira de Pesquisadores em História Econômica / Editora da Universidade de São Paulo / Imprensa Oficial, 2002.

SILVA, Lúcia Helena Oliveira. “Vivências negras depois da abolição: trabalhando com as ausências depois da Abolição”. In: *Revista Diálogos*, v. 14, n. 3, 2010, p. 557-577.

SKIDMORE, Thomas. "Estados Unidos bi-racial versus Brasil multirracial: o contraste ainda é válido?". In: *Novos Estudos*, n.º 34, 1992.

SKIDMORE, Thomas. “Temas e metodologias nos estudos das relações raciais brasileiras”. Trad. Valter Ponte. In: *Novos Estudos*, n.º 60, p. 63-76, jul. 2001.

SKIDMORE, Thomas. *O preto no branco*. Raça e nacionalidade no pensamento brasileiro (1870-1930). Tradução Donaldson M. Garschagen. São Paulo: Companhia das Letras, 2012. 393 p.

Soares, Aline Mendes. *Precisa-se de um pequeno: O trabalho infantil no pós-abolição no Rio de Janeiro 1888-1927* / Aline Mendes Soares – Rio de Janeiro, 2017. Dissertação (Mestrado em História Social) – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, UNIRIO, Centro de Ciências Humanas e Sociais, Programa de Pós-Graduação em História Social Rio de Janeiro – PPGH, 2017.

SOARES, Luiz Carlos. *O “Povo de Cam” na Capital do Brasil: A Escravidão Urbana no Rio de Janeiro do Século XIX*. Rio de Janeiro: Faperj – 7Letras, 2007.

SODRÉ, Muniz. *Claros e escuros: identidade, povo e mídia no Brasil*. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2000. 272 p.

SODRÉ, N. W. *História da imprensa no Brasil*. 4. ed.. Rio de Janeiro: Mauad, 1999[1966].

SOIHET, Rachel. “Reflexões sobre o carnaval na historiografia - algumas abordagens”. In: *Tempo*, v. 7, Niterói, p. 169-188, 1999.

SOIHET, Rachel. *Subversão pelo riso: estudos sobre o carnaval carioca da belle époque ao tempo de Vargas*. Rio de Janeiro, FGV, 1998.

SOUSA, Janara K. Leal Lopes. *Contribuições, limites e desafios da Teoria do Meio*. Dissertação de mestrado, Universidade de Brasília, Distrito Federal, fev. 2003.

- SOUZA, Jessé (org.). *Multiculturalismo e racismo: uma comparação Brasil-Estados Unidos*. Brasília: Paralelo 15, 1997. 275 p.
- THOMPSON, Edward. *Costumes em comum*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
- TINOCO, Rui. “Histórias de Vida: Um método qualitativo de investigação”. *Psicologia.com.pt*, p. 1-9, 2015.
- TONINI, Renato Neves. *A arte perniciosa: a repressão penal aos capoeiras na república velha*. Rio de Janeiro: Lúmen, 2008.
- TRAQUINA, Nelson. *O poder do jornalismo: análise e textos da Teoria do Agendamento*. Coimbra: Minerva, 2000.
- TRESCA, Laura Conde. “Gênero Informativo no Jornalismo Impresso – O estado da arte no Brasil”. In: *INTERCOM – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação*, V Congresso Nacional de História da Mídia. São Paulo: Facasper e Ciee, mai./jun. 2007.
- USP. *Imprensa Negra Paulista – Periódicos de 1903 a 1963*, 2020. Página inicial. Disponível em: <http://biton.uspnet.usp.br/imprensanegra/>. Acesso em: 23.01.2020.
- VAINFAS, Ronaldo. “História da Vida Privada: dilemas, paradigmas, escolas”. In: *Anais do Museu Paulista*, São Paulo, v.4, p.9-27, jan./dez. 1996.
- VALLADARES, Licia do Prado, “A gênese da favela carioca: a produção anterior às ciências sociais”. In: *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 15(44), p. 5-34, 2000.
- VELLOSO, Monica Pimenta. “A cultura das ruas no Rio de Janeiro (1900-1930)”. In: *Mediações, espaços e linguagens*. Rio de Janeiro: Casa de Rui Barbosa, 2004.
- VELLOSO, Monica Pimenta. *As tradições populares na Belle Époque*. Rio de Janeiro: Funarte, 1988.
- VENÂNCIO, Renato Pinto (Org.). *Panfletos abolicionistas: o 13 de maio em versos*. Belo Horizonte: Secretaria de Estado de Cultura de Minas Gerais, Arquivo Público Mineiro, 2007. 124 p.
- VIANNA, H.. *Contribuição à História da Imprensa Brasileira (1812-1869)*. Rio de Janeiro: Ministério da Educação/INL, 1945.
- WISSENBACH, Maria Cristina Cortez. “Da escravidão à liberdade: dimensões de uma privacidade possível”. In: NOVAES, Fernando A (org.). *História da vida privada no Brasil*. v. 3. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
- ZACCONE, Orlando. *Indignos de Vida: A forma jurídica da política de extermínio de inimigos na cidade do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Revan, 2015.

ANEXO A – Matérias do jornal *O Paiz* (1888-1900)

	DATA	PÁG	DESCRITOR	TÍTULO	NOME DO PERSONAGEM	ASSUNTO
1	26/05/1888	3/4	Preto/a	O novo escravismo	Não descrito	Novo escravismo – espancamento de crianças pretas sob tutela
2	28/05/1888	1/4	Preto/a	Não há	Uma mulher	Encontrada com falta de sensibilidade na rua
3	20/06/1888	1/4	Pardo/a	Não há	Não se sabe	Recolhido - desfalecido
4	12/01/1889	1/4	Preto/a e pardo/a	Desmanchou-se a diferença	4 personagens – não especificados	Casamento duplo – casais trocados
5	13/02/1889	1/4	Pardo/a	Desastre	Maria da Conceição	Queimaduras em todo o corpo – acidente
6	17/07/1889	1/6	Preto/a	Suicídio	Tito Guimarães	Suicida é encontrado pendurado numa corda
7	07/08/1889	1/4	Pardo/a	Não há	Leonidia	Desfaleceu na calçada – rompimento de um aneurisma da aorta
8	27/01/1890	1/4	Preto/a	Não há	Um desconhecido	Cadáver encontrado no necrotério
9	28/01/1890	1/4	Pardo/a	O crime das parteiras	Maria Norberta	Teve o filho recém-nascido desaparecido por parteira quando ainda era escrava
10	04/02/1890	1/4	Preto/a	Homicídio?	Maria – vítima, Durval - acusado	Morta – três ferimentos na cabeça
11	06/02/1890	1/6	Preto/a	Não há	Maria / Durval	Mulher preta maior de 70 anos é morta por um preto de 65
12	13/02/1890	2/4	Pardo/a	Não há	Não diz	Caída na rua e levada para hospital
13	21/02/1890	1/4	Pardo/a	Não há	Não diz	Mulher tem ataque enquanto está no bonde, perdendo a fala
14	23/02/1890	2/6	Preto/a	Não há	Não diz	Encontrado morto próximo a um tanque na freguesia de Jacarepaguá
15	12/04/1890	1/6	Preto/a	Não há	Preciliano Antonio do Nascimento	Encontrado morto entre dois encouraçados
16	14/04/1890	1/4	Preto/a	Com 110 anos	Felicidade Maria Preciosa	Mulher faleceu com 110 anos
17	05/06/1890	2/6	Preto/a	Não há	Um indivíduo	Encontrado sem fala e contundido
18	14/06/1890	1/6	Preto/a	Cartomantes	Maria Emilia	Mulher denunciada por explorar o ofício de cartomante
19	13/07/1890	2/8	Preto/a	Não há	Não há	Após ser encontrada caída na rua, faleceu na estação policial
20	07/08/1890	2/6	Preto/a	Mãe Perversa	Não há	Uma mãe entregou um bebê de 6 meses no hospital da Misericórdia e não voltou mais



21	09/10/1892	2/8	Pardo/a	Suicídio	Não há	Mulher se joga no mar e foi socorrida, mas não resistiu
22	15/10/1890	1/10	Preto/a	Não há	Identidade desconhecida	Encaminhada ao Hospital da Misericórdia encontrada enferma na rua
23	16/02/1891	1/6	Preto/a	São Paulo, 15	Ignacio	Quatro homens suspeitos da morte de um homem preto
24	20/03/1891	2/8	Preto/a	Não há	Um indivíduo	Corpo em adiantado estado de putrefação
25	11/04/1891	2/8	Pardo/a	Mortes súbitas	Não se sabe	Desfalecido – faleceu – necrotério
26	06/10/1891	2/6	Preto/a	Não há	Um homem de cor preta	Homem é encontrado próximo à estação de trem
27	05/11/1891	2/6	Preto/a	Não há	Não diz	Guarda-freio de trem ferido na cabeça e na perna
28	28/02/1891	1/8	Preto/a	Não há	Um indivíduo	Homem atropelado por trem, teria se jogado
29	08/05/1891	1/4	Preto/a	Não há	Lucinda Rosa do Espírito Santo	Mãe se mata – filho assentado praça do exército
30	21/09/1891	2/6	Preto/a	Não há	Não diz	Mulher espanca todos os dias uma criança de 5 anos
31	21/12/1891	2/6	Preto/a	Não há	Um indivíduo de cor preta	Encontrado caído e sem fala
32	15/01/1892	2/6	Preto/a	Não há	Um indivíduo de cor preta	Homem cai no mar
33	12/02/1892	2/6	Preto/a	Não há	Mulher não identificada e Abel	Enterrados em cemitérios públicos
34	29/02/1892	1/19	Preto/a	Uma Visita ao Hospital da Misericórdia	Não diz	Feto calcificado exposto no Hospital da Misericórdia de mulher de 70 anos morta
35	31/03/1892	1/2	Preto/a	Assombroso	Não especificado	Negro é açoitado barbaramente
36	13/05/1892	1/6	Preto/a	Não há	Não diz	Corpo encontrado boiando no mar
37	12/08/1892	3/6	Preto/a	Criança roubada	Lucia Maria da Conceição	Criança roubada
38	14/09/1892	2/6	Preto/a	Não há	Não diz	Faleceu repentinamente na rua
39	14/11/1892	1/6	Preto/a	Não há	Não diz	Encontrado boiando próximo à Gamboa
40	26/12/1892	1/6	Preto/a	Desastres	Não diz	Mulher pega pelo trem “reduzida à massa informe”
41	11/01/1893	2/6	Pardo/a	Não há	Não diz	Mulher faleceu repentinamente em uma loja
42	09/03/1893	1/8	Preto/a	Não há	Um menor	Jovem se joga de sobrado por provável amor não correspondido
43	14/04/1893	1/6	Preto/a	Não há	Firmina	Morta com um tiro de espingarda

44	20/04/1893	2/6	Preto/a	Não há	Fausto	Menor encontrado sem os pais
45	04/05/1893	1/6	Preto/a	Mortes	Não diz	Morta no hospital por congestão cerebral
46	12/06/1893	2/6	Preto/a	Não há	Não diz	Corpo de mulher encontrada afundada no lodo
47	01/07/1893	1/6	Preto/a	Não há	Josefina / André	Prisão de um preto que matou uma mulher preta
48	18/07/1893	2/6	Preto/a	Não há	Não diz	Vindo enfermo de Juiz de Fora, morreu de hemorragia cerebral no hospital
49	21/07/1893	1/6	Pardo/a	Não há	Não diz	Mulher embriagada e ferida na cabeça
50	28/08/1893	1/6	Preto/a	Não há	Cidadãos de cor preta	Conflito entre cidadãos de cor preta por causa de um doce
51	13/09/1893	1/4	Preto/a	Não há	Não diz	Morto por esmagamento encontrado na linha do trem
52	15/09/1893	2/4	Preto/a	Não há	Não diz	Homem de 50 anos é levado ao hospital por anônimo e morre em seguida
53	22/09/1893	2/4	Preto/a	Não há	Não diz	Mulher atropelada por um caminhão
54	06/11/1893	1/4	Preto/a	Não há	Não diz	Homem preso é acusado injustamente de ser envenenador
55	13/12/1893	1/6	Preto/a	Não há	Não diz	Encontrada caída na estação de trem, senhora de 80 anos faleceu no hospital
56	29/01/1894	1/4	Preto/a	Não há	José	Menor é detido por furto
57	04/01/1894	1/6	Preto/a	Afogado	Sergio	Menor se desequilibra e se afoga num poço
58	01/02/1894	2/6	Preto/a	Não há	Maria	Sexagenária morre na rua de forma súbita
59	04/04/1894	2/6	Pardo/a	Não há	Não diz	Mulher dá à luz na rua e é levada ao hospital
60	09/04/1894	2/6	Preto/a	Desastres e mortes	Não diz	Praça da guarda nacional cai do trem e morre esmagado
61	26/09/1894	1/8	Pardo/a	Não há	Não diz	Mulher invade uma barbearia reclamando que o barbeiro vá visitar os dois filhos abandonados
62	01/10/1894	1/10	Preto/a	Desastre e morte	Não diz	Morto por atropelamento de um trem
63	26/09/1895	2/8	Pardo/a	Hospício dos Alienados	Não diz	Mulher é levada a hospício onde é mantida em sono letárgico

64	22/05/1896	1/8	Pardo/a	Morta na Polícia	Maria	Levada à polícia por sofrer das faculdades mentais, é presa e morre
65	03/06/1896	2/8	Pardo/a	Não há	Não diz	Mulher atirou-se da barca, mas não pode ser salva a tempo
66	15/07/1896	1/8	Pardo/a	Sangue sobre sangue	Não diz	Morto com um tiro após invadir uma residência para roubar
67	14/07/1896	2/8	Pardo/a	Não há	Não diz	Mulher faleceu no hospital da Misericórdia
68	20/03/1897	2/6	Pardo/a	Não há	Não diz	Mulher gravemente ferida acusa marido de espancá-la
69	03/10/1897	2/8	Preto/a	Não há	Não diz	Cadáver encontrado boiando
70	21/12/1897	2/6	Pardo/a	Não há	Não diz	Morta por um trem
71	30/04/1897	2/8	Preto/a	A Central	Não diz	Morto em acidente de trem
72	20/05/1897	1/6	Preto/a	Asilo Bom Pastor	Não diz	Denúncias sobre o asilo
73	02/07/1897	1/6	Preto/a	Não há	Fortunado	Homem morto por um trem
74	07/10/1897	2/8	Preto/a	Não há	Não diz	Mulher embriagada levada por policiais “aos trambulhões”
75	22/03/1898	1/6	Pardo/a	Assassinato	Virgolina Maria Andrade	Morta em briga com rival
76	25/03/1898	1/6	Preto/a	Ciúme e Assassinato	Não diz	Homem é morto com uma facada no pescoço devida a ciúmes
77	26/07/1898	1/6	Preto/a	Não diz	Não há	Homem negro agride jovem surdo-mudo
78	09/08/1898	3/6	Preto/a	Não há	Não diz	Deu/abandonou criança de 2 anos
79	17/09/1898	2/6	Pardo/a	Não há	Theophila	Mulher levou sobrinha de 10 anos sem permissão, que está sendo procurada
80	13/11/1898	2/8	Pardo/a	Não há	Virgínia de tal	Morreu em consequências de um mau parto
81	15/02/1899	3/6	Preto/a	Não há	Não diz	Criança atropelada por bonde
82	14/04/1899	1/6	Pardo/a	Elegância e Xadrez	Não diz	Empregada trajava roupas chiques da patroa e foi presa
83	30/11/1899	2/6	Preto/a	Não há	Não diz	Mulher tentou se matar atirando-se do cais da Harmonia do mar

**ANEXO B – Matérias do *Jornal do Brasil* (1890-1900):**

	DATA	PÁG	DESCRITOR	TÍTULO	NOME DO PERSONAGEM	ASSUNTO
1	17/10/1891	2/4	Preto/a	Assalto	Não diz	Tentativa de assalto, suspeita de homem negro
2	21/12/1891	1/4	Preto/a	Boi Bravo	Não diz	Boi bravo atinge homem negro
3	22/01/1892	2/4	Preto/a	Cadáver	Reconhecida	Cadáver encontrado na rua do Senado
4	15/05/1892	1/4	Preto/a	Não há	desconhecida	Faleceu repentinamente na Santa Casa após pedir socorro
5	01/08/1892	2/4	Pardo/a	Não há	Não diz	Falecimento repentino de mulher na rua
6	29/08/1892	2/4	Preto/a	Não há	Não diz	Falecimento repentino e encaminhamento ao necrotério
7	28/10/1892	2/4	Preto/a	Casos policiais	Luiza Rita da Conceição	Encontrada morta na rua por lesão orgânica do coração
8	29/12/1892	1/4	Preto/a	Casos policiais	Sr. Leonel	Encontrado morto no mar
9	12/05/1893	1/4	Pardo/a	Desastre	Margarida	Atropelada por um bonde, fraturando a perna
10	12/06/1893	1/4	Preto/a	Cadáver	Uma mulher desconhecida	Cadáver encontrado imerso no lodo
11	08/07/1893	1/4	Pardo/a	Não há	Não diz	Encontrado corpo de homem nu e ferido na cabeça
12	22/09/1893	1/4	Preto/a	Contusão	Não diz	Atropelada e contundida por um caminhão
13	04/01/1895	1/4	Preto/a	...e andar para não perder tempo	Não diz	Mulher deu à luz a uma criança no trem
14	26/01/1895	1/4	Preto/a	Assassinato	Joaquim Doceiro	Morto à facada
15	02/03/1895	1/6	Preto/a	Não há	Não diz	Suspeita de roubo de uma pulseira
16	22/03/1895	1/4	Pardo/a	Não há	Não diz	Mulher é esbofetada por duas praças de polícia
17	26/05/1895	2/6	Pardo/a	Não há	Não diz	Corpo de homem encontrado boiando
18	05/08/1895	3/6	Preto/a	Necrotério	Não diz	Encontrado morto boiando
19	21/08/1895	2/8	Preto/a	Interior – Amazonas	Não diz	Encontrado morto no rio
20	13/01/1896	2/4	Preto/a	Não há	Não diz	Faleceu repentinamente
21	10/02/1896	2/4	Preto/a	Não há	João Martins	Corpo apareceu boiando
22	17/02/1896	1/4	Preto/a	Não há	Não há	Partes do corpo de um homem encontradas na linha férrea
23	22/02/1896	2/6	Preto/a	Não há	Não diz	Corpo encontrado boiando

24	05/03/1896	2/6	Pardo/a	Assassinato – Captura importante – Um ano de impunidade	Antonio José Cardoso	Preso depois de um ano foragido por um assassinato
25	13/03/1896	3/6	Preto/a	Santos	Manuel Pedro dos Santos	Morto por espanhol ao tentar apartar briga
26	23/05/1896	3/6	Preto/a	S. Paulo	Não diz	Morte repentina na estação da Paz
27	09/07/1896	2/6	Pardo/a	O Hospício – Troca de Cadáveres – Balbúrdia Administrativa	Idalina	Troca de cadáveres provenientes do hospício da praia da Saudade
28	10/07/1896	3/6	Preto/a	Não há	Não diz	Acometido por ataque é deixado sem socorro na polícia
29	11/07/1896	2/6	Pardo/a	Não há	Não diz	Mulher encaminhada ao hospital após ser encontrada caída na rua por embriaguez
30	07/11/1896	1/4	Preto/a	Não há	Não diz	Mulher se atirou da janela de uma delegacia para fugir de espancamentos do delegado
31	08/11/1896	2/6	Preto/a	Não há	desconhecida	Encontrada morta à rua Paissandu
32	09/12/1896	2/4	Preto/a	Não há	Maria Ignez da Conceição	Encontrada morta após ter sido vista embriagada com o amante há duas noites
33	22/02/1897	2/4	Preto/a	Obituário	Não diz	Falecido por congestão cerebral
34	26/02/1897	2/4	Preto/a	Fatos policiais	Não diz	Faleceu na Santa Casa após ser encontrada caída e sem fala
35	21/04/1897	1/4	Pardo/a	Papae Felix – Cenas de Feitiçaria	Gabriella	Possíveis testemunhas de feitiçaria
36	24/08/1897	1/4	Pardo/a	E. F. Central do Brasil	Não diz	Mulher morta por um trem
37	31/08/1897	2/4	Preto/a	Henrique Dias	Henrique Dias	Memória de feitos heroicos de Henrique Dias contra os holandeses
38	13/09/1897	1/4	Pardo/a	Suicídio?	Não diz	Corpo encontrado com tiro no ouvido direito
39	04/11/1897	1/4	Pardo/a	Alma Penada – Mais uma vítima	Não diz	Homem relata ser perseguido por alma penada no morro do Gusmão
40	04/11/1897	1/4	Pardo/a	Não há	Anna Maria de Jesus	Curada de um cancro no peito com ajuda de médico amigo do jornal
41	29/12/1897	1/4	Pardo/a	A Navalha – Assassinato	Não diz	Morto com uma navalhada no pescoço
42	23/03/1898	2/4	Pardo/a	Não há	Não diz	Mulher caída na rua embriagada e com ferimento na cabeça

43	28/12/1898	2/4	Preto/a	Não há	Não há	Mulher denunciada pelos jornais por proferir palavras indecorosas
44	19/01/1899	1/4	Preto/a	Asilo de Mendicidade – Visita inesperada – Impressões	Não há	Mulher de 18 anos grávida com suspeita de problemas mentais
45	16/02/1899	1/4	Preto/a	Não há	Benedicta Maria da Conceição	Morta vítima de um bonde
46	01/06/1899	1/4	Preto/a	Suicídio? – Cadáver encontrado – Informações	Vicencia Maria da Conceição	Encontrada morta, suspeita de suicídio, deixa três filhinhos
47	15/10/1899	6/8	Preto/a	Que mãe!	Não há	Mulher preta dá uma criança a outra mulher ameaçando jogar a criança no mar
48	08/11/1899	2/4	Preto/a	A apurara – Caso Misterioso – Pesquisas	Não há	Criada morta a navalha, patrão é suspeito
49	06/12/1899	1/4	Preto/a	Pernambuco – Malvadez – Recife, 5	Não há	Português agride mulher negra e quase é linchado

## ANEXO C - Matérias com o termo negro(a) (1888-1900)

<p><i>O Paiz</i>, 09.05.1886, p.1  <b>Título:</b> Sem título  <b>Tema principal:</b> Homenagem a John Augustus Payne  <b>Representação negra:</b> “Salve ao primeiro homem preto, que soube, ao tocar em nosso país, gravar em nosso espírito admiração e respeito pela sua pessoa. A mocidade de cor desta capital, que sempre acompanhou o progresso evolutivo das nações mais adiantadas, com o fim solenizar este homem ilustre, natural das regiões africanas, resolveu oferecer-lhe este quadro como prova de grande admiração e apreço pelo seu talento”.  <b>Autoria:</b> Pinheiro Cha</p>
<p><i>O Paiz</i>, 29/01/1890, p. 1  <b>Título:</b> Opinião da imprensa francesa sobre o conflito suscitado na Inglaterra  <b>Tema principal:</b> Opinião de jornal francês sobre conflito entre Inglaterra e Portugal na África Meridional  <b>Representação negra:</b> “Potência colonial, possuindo na África importantes colônias, tendo portanto interesses valiosíssimos no continente negro, o conceito da França na questão suscitada pela cobiça inglesa em terras portuguesas deve merecer atenção pela sua imparcialidade.”  <b>Autoria:</b> <i>Journal des Debats</i> (Paris – França, 1789-1944)</p>
<p><i>O Paiz</i>, 13/05/1891, p. 1  <b>Título:</b> 13 de maio  <b>Tema principal:</b> Comemora a Lei do Ventre Livre (28 de setembro de 1871), a Lei Áurea e a Proclamação da República  <b>Representação negra:</b> “O primeiro (28 de setembro - Lei do Ventre Livre) franqueou as estradas do progresso a todas as explorações da indústria moderna, e aqueles mesmos que antes representaram a tradição da inércia, conduzida e enriquecida pelo escravo, tiveram de atirar-se à luta pela vida, pedindo a própria atividade, quase embotada, suprimentos que outr’ora lhes eram ministrados pelo negro submisso.”</p>
<p><i>Jornal do Brasil</i>, 26/04/1891, p. 1  <b>Título:</b> Cartas dos Estados Unidos  <b>Tema principal:</b> Linchamentos de italianos em Nova-Orleans  <b>Representação negra:</b> “Os civilizados europeus, embaraçados tanta vez nas formalidades judiciárias que, demorando a ação da justiça diminuem-lhe o poder moralizante, invejavam na literatura a extrema simplicidade do processo popular americano. Mas isso era enquanto só se tratava de algum negro enforcado nas plantações ou bandido executado em flagrante delito nas regiões mineiras.”</p>
<p><i>O Paiz</i>, 25/10/1891, p. 1  <b>Título:</b> O lixo negro  <b>Tema principal:</b> Queima de documentos da secretaria de agricultura sobre o período da escravidão  <b>Representação negra:</b> “Aproveitando assim uma frase feliz do Sr. Ministro da Agricultura (O lixo negro), em relação aos remanescentes da escravidão, passamos a publicar os seguintes atos, que estatuem a queima de todos os papéis existentes naquela secretaria.”</p>
<p><i>O Paiz</i>, 16/11/1891, p. 1 e 2/4  <b>Título:</b> Crônicas dos livros estrangeiros  <b>Tema principal:</b> Como a Fisiognomia e a Frenologia tratavam-se de pseudociências.  <b>Representação negra:</b> “O prognatismo, por exemplo, preeminência da parte inferior do rosto, traço comum na raça negra, quando achado em indivíduo da branca, indica geralmente incapacidade intelectual, predominância de instintos baixos e grosseiros. [...] Quase todas as indicações de Lavater – formas de testas, bocas, sobrancelhas, etc. – não oferecem senão um pequeno valor relativo. Algumas mesmo, que caíram no domínio popular, como o significado de inteligência atribuída às fronteiras espaçosas, nada apresentam de bem seguro.”  <b>Autoria:</b> Medeiros e Albuquerque</p>
<p><i>Jornal do Brasil</i>, 18/12/1891, p. 1/4  <b>Título:</b> Recordações de Viagem  <b>Tema principal:</b> Crônica sobre os EUA a partir de uma viagem de Nova York a Nova Orleans  <b>Representação negra:</b> “À medida que avançamos para o sul, as caras pretas tornam-se mais numerosas do que as brancas; tenho satisfação em tanto negro. Os americanos não gostam deles e dizem que são a chaga do país. [...] A raça negra, educável até certo grau, é sem dúvida inapta para a alta cultura intelectual. É possível, além disso, que, misturada com os brancos, perca as suas qualidades nativas sem adquirir as nossas. Mas tudo isso não</p>

<p>é certo e essa raça deu provas, em muitos casos, de um poder de dedicação que nós jamais igualaremos. Parece-se com o grande exército de macacos no Romayana.” <b>Autoria:</b> Maurice Bouchor</p>
<p><i>O Paiz</i>, 26/02/1892, p. 1/6  <b>Título:</b> No país dos dólares – O sulismo  <b>Tema principal:</b> Crônica sobre os EUA a partir de uma viagem de Nova York a Nova Orleans  <b>Representação negra:</b> “[...] em todos esses estados (americanos) existem igrejas, escolas, academias e cursos separados para o homem de cor, a fim de que a infância e a mocidade brancas aprendam desde logo essas distinções de classes. Como não puderam impedir absolutamente o derramamento da instrução entre os homens de cor, tornaram a sua obtenção um verdadeiro caminho do Calvário para os desgraçados que aspiram a uma superioridade intelectual. Daí resulta que os raros homens cultos da raça negra são-no em grau superior e começam já a coligar-se para a luta em que, passo a passo, à custa dos maiores sacrifícios, e quiçá dos mais hediondos crimes, procurarão impor-se e safar-se do lodaçal a que os condenaram, e tornarem-se o que eles mesmos desejam ser – a power in the land, um poder na terra. O país em geral já habituou-se tanto a essa diferença de ideias, a essa suposta distinção de caráter nacional, com o consequente direito de nulificar a lei e oprimir um grande número de cidadãos americanos [...].” <b>Autoria:</b> C. CY.</p>
<p><i>O Paiz</i>, 26/10/1892, p. 2  <b>Título:</b> Não há  <b>Tema principal:</b> Chegada a <i>O Paiz</i> do jornal africano <i>O Comercio de Lourenço Marques</i>  <b>Representação negra:</b> “É escrito em Português, francês e inglês, e muito bem escrito. O seu artigo programa é lançado com elegância e critério, garantias do futuro do colega do continente negro.”</p>
<p><i>O Paiz</i>, 28/01/1893, p. 1  <b>Título:</b> Sena Madureira  <b>Tema principal:</b> Homenagem ao militar Sena Madureira e suas condutas abolicionistas  <b>Representação negra:</b> “[...] foi ele um dos que com maior ânimo opuseram embargos a que os regimentos de guerra fossem dar caça ao negro, salvando a honra das armas e evitando à bandeira dos exércitos a nódoa imarcescível da lágrima de um cativo, que se visse de novo acorrentado.”</p>
<p><i>Jornal do Brasil</i>, 16/05/1893, p. 1  <b>Título:</b> Emigração da Raça Negra  <b>Tema principal:</b> Emigração dos filhos da raça negra dos EUA para a América do Sul  <b>Representação negra:</b> “O promotor deste movimento é o coronel John M. Brown, que diz que está tratando dos últimos arranjos e que espera que o grande êxodo dos filhos da raça africana para as nossas terras se poderá iniciar brevemente. Já está nomeada uma comissão que tem de vir ao Brasil ver se obtém concessões do governo e já está ela autorizada a comprar terrenos em várias colônias já formadas.”</p>
<p><i>O Paiz</i>, 28/08/1893, p. 1  <b>Título:</b> Trabalhadores da Libéria  <b>Tema principal:</b> Apoiava um projeto enviado ao Congresso para a contratação de 2 mil imigrantes liberianos para trabalhar no porto de Santos  <b>Representação negra:</b> “Se o negro liberiano se identificasse em índole e em costumes de servidão ao de outras regiões africanas, cujo embrutecimento vai até a escravização voluntária, nós seríamos os primeiros a nos insurgir contra esse projeto e taxá-lo de criminoso. Tal porém não se sucede, o liberiano é um homem livre, tão obediente e disciplinado enquanto cumpre a tarefa a que por contrato se obrigou, como enérgico, intransigente, na avocação do seu direito, logo que o mesmo contrato termina, não o renovando em condição alguma, por mais tentadoras que sejam as ofertas ou por mais tenazes que sejam as imposições.”</p>
<p><i>O Paiz</i>, 14/09/1894, p. 2  <b>Título:</b> Berlim  <b>Tema principal:</b> Disputas imperialistas na África  <b>Representação negra:</b> “As discórdias da Inglaterra e da Alemanha vem da questão africana, ou precisando melhor, da questão dos limites do Congo e talvez mesmo da tutela inglesa no Egito, que vai parecendo demasiada aos olhos dos políticos alemães. A Inglaterra já não tem apenas na África a lutar com o pequeno e desprotegido Portugal, com a França hesitante, mas com a Alemanha que quer afirmar o seu domínio no continente negro e que se vê em sérios embaraços diante das pretensões sem cerimônia e sem pudor diplomático dessa potência que pretende ter o império dos mares e da terra, a hipócrita e ultra ambiciosa Inglaterra.”</p>
<p><i>O Paiz</i>, 14/10/1894, p.1  <b>Título:</b> Os Exploradores Portugueses  <b>Tema principal:</b> Exploração portuguesa e europeia no continente africano.</p>



<p><b>Representação negra:</b> “Nesse continente negro (África), que está agora excitando a cobiça e a avidez de toda a Europa, ainda somos nós (portugueses) que levamos mais facilmente e mais adiante a luz da civilização”.</p> <p><b>Autoria:</b> Pinheiro Chagas (1842-1895) – Escritor, jornalista e político português</p>
<p><i>O Paiz</i>, 25/01/1895, p. 2</p> <p><b>Título:</b> Não há <b>Tema principal:</b> Conflitos em Madagascar entre franceses, malaios e negros</p> <p><b>Representação negra:</b> “A raça negra, mais antiga, é representada por duas tribos que vivem a oeste e leste da ilha, da qual deviam ser senhores, pois que abrangem mais da metade da população. A indolência dos negros, suas divisões, julgo cruel a que os submeteu os hovas (malaios), embruteceram-nos, reduzindo-os ao último grão de miséria. São, entretanto, ótimos pescadores e marinheiros audazes.”</p>
<p><i>O Paiz</i>, 14/01/1896, p. 2-3</p> <p><b>Título:</b> Escola Superior de Guerra <b>Tema principal:</b> Discurso no ato de colação de grau dos bacharelados militares de 1895</p> <p><b>Representação negra:</b> “Houvesse a monarquia constituído o seu (exército) por esse modo e ainda hoje a raça negra estaria sujeita ao açoite degradante dos fazendeiros parasitas, e os republicanos teriam apenas conseguido aumentar a extensa lista dos mártires da liberdade.”</p> <p><b>Autoria:</b> Major Alfredo de Moraes Rego</p>
<p><i>Jornal do Brasil</i>, 01.03.1896, p. 1/6</p> <p><b>Título:</b> Um discurso de Bismarck <b>Tema principal:</b> Superioridade da raça branca sobre a negra</p> <p><b>Representação negra:</b> “(Bismarck) não acredita na igualdade da raça branca com a raça negra, mas a supremacia da raça branca desaparecerá, pois luta contra a humanidade e procura por todos os meios inventar meios de destruí-la. A prova está em que negros civilizados acompanham os viajantes pelo interior da África, com obediência e fidelidade.”</p>
<p><i>O Paiz</i>, 20/11/1899, p. 2/6.</p> <p><b>Título:</b> Brancos e Negros <b>Tema principal:</b> Imperialismo e genocídio britânico na África e migração de negros norte-americanos para o Brasil</p> <p><b>Representação negra:</b> “Até aqui os bôeres, que são no entanto também brancos, porque são descendentes de holandeses, não escravizavam os pretos. Mas se os ingleses ficam senhores absolutos da África do Sul e do centro é mais que seguro e bem certo que os negros serão pouco a pouco eliminados pelos processos empregados na América do Norte para com os peles vermelhas.”</p>
<p><i>O Paiz</i>, 21/01/1901, p. 1</p> <p><b>Título:</b> A propósito <b>Tema principal:</b> Discussão sobre os direitos femininos</p> <p><b>Representação negra:</b> “Um antropologista misógino foi o mais longe possível, dizendo que a média da capacidade feminina nos indivíduos de raça branca equivale à capacidade masculina dos de raça negra. Esta afirmação extrema torna ainda mais irritante o problema do feminismo entre nós, por isso exatamente que nós somos um povo de raças mescladas. As nossas leis acham, todavia; que o mais atrasado indivíduo de raça negra não pode ser privado de todos os seus direitos civis e políticos – direitos que, entretanto, devem, em grande parte, ser negados a todas as mulheres.”</p>
<p><i>Jornal do Brasil</i>, 12/04/1903, p. 1</p> <p><b>Título:</b> Não há <b>Tema principal:</b> Conflitos em Cuba</p> <p><b>Representação negra:</b> “Em Havana, Gualberto Gomes, líder dos homens de cor, orador e jornalista, em vigoroso discurso no seio da Convenção, manifesta-se contrário à soberania dos Estados Unidos da América do Norte, preferindo o domínio espanhol, que ao menos sabe tratar o negro como homem e não como besta.”</p>
<p><i>Correio da Manhã</i>, 29/09/1905, p. 3</p> <p><b>Título:</b> Linchamento horrível</p> <p><b>Tema principal:</b> Um homem negro foi queimado vivo no Texas, EUA</p> <p><b>Representação negra:</b> “Esta execução sumária terrificou por tal modo a população negra de Sulphur-Springs, que se deu um verdadeiro êxodo na gente de cor, receosa de ver continuar as represálias dos brancos.”</p>
<p><i>Correio da Manhã</i>, 31/07/1908, p. 2</p> <p><b>Título:</b> Estados Unidos <b>Tema principal:</b> Conflito entre negros e brancos</p> <p><b>Representação negra:</b> “[...] na Flórida, houve grave conflito entre negros e brancos. Esses tiveram três mortos e vinte feridos. Deu causa ao conflito o fato de ter sido enforcado um negro</p>
<p><i>O Paiz</i>, 13/05/1909, p. 3</p> <p><b>Título:</b> 13 de maio</p> <p><b>Tema principal:</b> Comemoração da Lei Áurea</p>

**Representação negra:** “Honra, pois, aqueles que, venceram galhardamente toda a sorte de embaraços, enfrentando o interesse vil dos que viam no negro uma mera máquina de trabalho.”